

Sociedade e Estado

Volume 36 – Número 3

Copyright © 2021
by Departamento de Sociologia da UnB.
É permitida a reprodução dos artigos desde que se mencione a fonte

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Reitora: Márcia Abrahão

Vice-reitor: Enrique Huelva

INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Diretor: Arthur Trindade Maranhão Costa

Vice-diretora: Carla Teixeira Costa

Chefe do Departamento de Sociologia: Fabrício Monteiro Neves

Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Sociologia: Tiago Ribeiro Duarte

Editora responsável: Tânia Mara Campos de Almeida

Editores-adjuntos: Stefan Fornos Klein, Maria Francisca Pinheiro Coelho
e Emerson Ferreira Rocha

Preparação dos originais e apoio administrativo:

Anderson Paulo dos Reis

Produção editorial:

Edição, revisão, produção de arte e diagramação: F. Soudant

Endereço para correspondência

Departamento de Sociologia (SOL/UnB) — Instituto de Ciências Sociais

novo prédio ICS — Campus Darcy Ribeiro — Universidade de Brasília

CEP 70910-900 — Brasília- DF

Tel.: 55 61 3107-1537

Homepage: <https://www.sol.unb.br>

E-mail: revistasol@unb.br

[facebook.com/Sociedade e Estado](https://www.facebook.com/Sociedade.e.Estado)

FONTES DE INDEXAÇÃO

A revista é indexada nas seguintes Bases:

Cababstracts; Clase – citas latino-americanas de sociologia y economia;

Crossref; Diadorim – Diretório de Políticas Editoriais das Revistas Científicas Brasileiras;

Dataíndice – Banco de Dados Bibliográficos do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de

Janeiro-Luperj; Doaj – Directory of Open Access Journals;

Ebsco Publishing EuroPub Database; Google Acadêmico;

Ibict – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia;

Latindex – Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América

Latina, el Caribe, España y Portugal; OJS/PKP – Open Journal System / Public Knowledge

Project; ProQuest; Redalyc – Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe,

España y Portugal; Researching Brazil – Indiana University;

Road – Directory of Open Access Scholarly Resources;

SciELO- Scientific Electronic Library Online; Scopus (Elsevier); The Keepers.

Sociedade e Estado/Departamento de Sociologia/Programa de Pós-Graduação
em Sociologia da Universidade de

Brasília v. 1 n. 1 (1986-) — Brasília: O Departamento, 1996.

Semestral. Quadrimestral a partir de 2005.

ISSN 0102-6992 (impresso) - ISSN 1980-5462 (eletrônico)

1. Sociologia. 1. Universidade de Brasília — Departamento de Sociologia.

CDU 301:321(05)

Sociedade e Estado

Volume 36 – Número 3

Comitê Editorial:

Ana Cristina Murta Collares (UnB), Carlos Benedito Martins (UnB), Débora Messenberg Guimarães (UnB), Fabrício Monteiro Neves (UnB) e Sergio Barreira de Faria Tavoraro (UnB).

Conselho editorial:

Abílio Afonso Baeta Neves (UFRGS),
Afrânio R. Garcia (Ehess/França),
Ariosvaldo da Silva Diniz (UFPB),
Arthur Trindade Maranhão Costa (UnB),
Bárbara Freitag Rouanet (UnB),
Christiane Girard Nunes (UnB),
Edna M. Ramos de Castro (UFPA),
Elisa Reis (UFRJ),
Fernanda Beigel (Conicet/UNSJ),
Francine Descarries (UQAM/CAN),
Frédéric Vandenberghe (Iesp/Uerj),
Gabriel Cohn (USP),
Gerard Delanty (Universidade de Sussex/UK),
Hélgio Trindade (UFRGS),
Ilse Scherer-Waren (UFSC),
Josefa Salete Cavalcanti (UFPE),
Lourdes Maria Bandeira (UnB),
Lúcia Lippi de Oliveira (FGV),
Magda Neves (PUC-MG),
Maria Stela Grossi Porto (UnB),
Mike Featherstone (Goldsmiths, University of London/UK),
Pedro Célio Alves Borges (UFG),
Sari Hanafi (American University of Beirut/AUB),
Sérgio Adorno (USP),
Tom Dwyer (Unicamp).

Pareceristas do Volume:

Adelia Maria Miglievich Ribeiro, Alejandra Cebrelli, Antonio Brasil Jr., Cristhian Teófilo da Silva, Christiane Machado Coêlho, Fernando de Jesus Rodrigues, Florencia Cremona, Haydée Caruso, Karl Martin Monsma, Marcelo Cigales, Marcos Rolim, Maria Aparecida Moraes Silva, Oswaldo Mario Serra Truzzi, Ricardo Festi, Rita de Cássia Santos Freitas, Rosana Baeninger, Rossana Marinho, Soraya Fleischer, Tania Mara Passarelli Tonhati, Willany Palhares Leal e Ximena Pamela Díaz Bermúdez.

Apoio:



Sumário

Editorial	837
Tributo à professora Lourdes Maria Bandeira <i>Maria Francisca Pinheiro Coelho & Tânia Mara Campos de Almeida</i>	
Artigos	
Crise dentro da crise: a pandemia da violência de gênero <i>Renata Barreto Malta, Tatiana Güenaga Aneas, Aline Lisboa & Iasmim de Araujo Vieira</i>	843
O movimento de mães contra a violência policial nas periferias brasileiras <i>Débora Françolin Quintela</i>	867
Os impactos da pandemia de Covid-19 para as mulheres imigrantes no Brasil: mobilidade e mercado de trabalho <i>Tania Mara Passarelli Tonhati & Marília de Macêdo</i>	891
Los docentes universitarios frente al cambio a la educación virtual impuesta por el coronavirus <i>Santiago Tejedor, Laura Cervi, Fernanda Tusa & Alberto Parola</i>	915
O teletrabalho na pandemia da covid-19: uma nova armadilha do capital? <i>Bruno Durães, Maria Aparecida da Cruz Bridi & Renata Queiroz Dutra</i>	945

Deglobalize Covid-19: 967
the pandemic from an off-center perspective

*Nicol A. Barria-Asenjo, Slavoj Žižek, Hernán Scholten, Gonzalo Salas,
Alba Ximena Zambrano Constanzo, Jairo Gallo Acosta,
Esteban Gómez Muzzio & Jamadier Uribe Muñoz*

Migrações de regresso a Portugal: 989
uma história sem fim

Filipa Pinho, José Carlos Marques & Pedro Góis

Políticas migratorias y cooperación 1015
regional en el Cono Sur:

gestión institucional de la migración
venezolana en Argentina, Chile y Bolivia

Nicolás Gissi, Roberto Aruj & Sebastián Polo

“Falta de fechamento”: 1037

conflitos profissionais e centralidade
dos procedimentos de segurança no
sistema socioeducativo do Rio de Janeiro

Juliana Vinuto, Joana Domingues Vargas & Hebe Signorini Gonçalves

Interpretações do Brasil e a temporalidade moderna: 1059
do sentimento de descompasso à crítica epistemológica

Sergio Barreira de Faria Tavolaro

Entrevista

O feminismo negro de Patrícia Hill Collins: 1085
uma conversa sobre conhecimento,
poder e resistência

Resenhas

A produção intelectual de mulheres negras
como teoria social crítica 1115

COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*.

São Paulo: Boitempo, 2019.

Bruna Cristina Jaquetto Pereira

Assim como nasce um bebê, nasce uma mãe?
Para além da depressão pós-parto 1123

CRONENBERG, Lorena; FRANCH, Monica. *Ser mãe é padecer no paraíso? Narrativas de depressão pós-parto*. João Pessoa: Editora UFPB, 2020.

Rosamaria Carneiro

Tântalo da vontade, plebeu aventureiro:
a *Cultura filosófica* de Simmel 1131

SIMMEL, Georg. *Cultura filosófica* (tradução de Lênin Bicudo Bárbara; apresentação de Leopoldo Waizbort). São Paulo: Editora 34, 2020.

Vinícius Madureira Maia

Resumos 1139

Normas 1151

Editorial

Tributo à professora

Lourdes Maria Bandeira

Maria Francisca Pinheiro Coelho
Tânia Mara Campos de Almeida*

* Maria Francisca Pinheiro Coelho e Tânia Mara Campos de Almeida são professoras do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília.

A *Revista Sociedade e Estado* faz uma referência à colega Lourdes Maria Bandeira, do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, que nos deixou no dia 12 de setembro de 2021. Lourdes Bandeira foi professora da UnB desde 1991 e editora deste conceituado periódico por mais de uma década. Como em um presságio, os artigos do presente número destacam sobremaneira seu tema de estudo – o feminismo e a questão de gênero – sobre o qual a professora deixou um livro póstumo, resultado da pesquisa de seu último pós-doutorado, em Portugal (2018-2019).

Seu livro, que será publicado pela Editora da UnB, aborda primordialmente o crime qualificado de feminicídio, por ser a vítima uma mulher, matéria sobre a qual a professora se debruçou por vários anos, em especial quando atuou como Secretária de Planejamento e Gestão de 2008 a 2011 e como Secretária Adjunta de 2012 a 2015 da Secretaria de Políticas Públicas das Mulheres (SPM), vinculada à Presidência da República. Lourdes Bandeira é considerada grande contribuidora à implantação da Lei do Feminicídio (13.104/2015), pela qual o país obteve significativo reconhecimento internacional e tem podido ampliar a proteção a uma vida sem violências às brasileiras. Professora titular do Departamento de Sociologia, desde 2005, tinha recém se aposentado, em outubro de 2020. Receberia, em breve, o título de Professora Emérita, a ser conferido postumamente.

Este número da revista contém dez artigos, uma entrevista inédita com a socióloga americana Patrícia Hill Collins, sobre o feminismo negro, e três resenhas, uma delas sobre o livro mais famoso de Patrícia Collins, *Black feminist thought*, recém-lançado no Brasil (Boitempo, 2019). Como mencionado, o principal tema do presente número é o feminismo, entrelaçado, em grande parte, com a pandemia do Covid-19.

O artigo “Crise dentro da crise: a pandemia da violência de gênero”, de Renata Barreto Malta, Tatiana Güenaga Aneas, Aline Lisboa e Iasmin de Araujo Vieira, analisa

como textos informativos publicados em sites brasileiros apresentam a violência de gênero no contexto da pandemia e como o isolamento social e suas consequências políticas e econômicas ampliam o processo de ameaça aos direitos das mulheres. Nesse contexto, o lar não se mostra como ambiente seguro para mulheres em confinamento.

O texto “O movimento de mães contra a violência policial nas periferias brasileiras”, de Debora Françolin Quintela, analisa o ativismo político de mães de vítimas da letalidade da ação policial nas periferias brasileiras. Mães que se inserem na ação coletiva motivadas pela dor da perda. Destaca a relevância do emotivo na formação da consciência social e tem como foco as emoções marcadas pela condição da maternidade e da vulnerabilidade, como motivação à inserção nos estudos dos movimentos sociais.

“Os impactos da pandemia de Covid-19 para as mulheres imigrantes no Brasil: mobilidade e mercado de trabalho”, de Tania Maria Passarelli Tonhati e Marília Macedo, tem como objetivo apresentar os impactos desta pandemia nos fluxos migratórios de mulheres imigrantes para e no Brasil. A análise é feita de forma comparativa, no período de janeiro a setembro de 2020 e 2019, com base em dados da Polícia Federal e do Ministério da Economia. Os números revelaram que a pandemia contribuiu para manter e acirrar os eixos de desigualdades (gênero, classe, grupo-étnico-racial e origem) no acesso das mulheres imigrantes a recursos.

O artigo “Los docentes universitarios frente al cambio a la educación virtual impuesta por el coronavirus”, de Santiago Tejedor, Laura Cervi, Fernanda Tusa e Alberto Parola, faz uma comparação, examinando o impacto do estudo virtual, devido à pandemia, em universidades de três países, Espanha, Itália e Equador. Os resultados constata as dificuldades desse recurso diante das competências digitais exigidas e a ausência de pensamento crítico reflexivo e dialógico entre docentes e estudantes.

“O teletrabalho na pandemia da Covid-19: uma nova armadilha do capital?”, de Bruno Durães, Maria Aparecida da Cruz Bridi e Renata Queiroz Dutra, adota uma abordagem crítica sobre o teletrabalho na pandemia, com foco nas vantagens do capital. Objetiva discutir o fenômeno do teletrabalho, impulsionado em razão do contexto da pandemia do Covid-19, destacando os interesses dos ganhos empresariais, nesse novo contexto, na exploração do trabalho humano. Esses interesses visariam ocultar os riscos, em função das possibilidades de aumentar os ganhos nesse processo.

Também no processo de mudanças provocadas pelo novo vírus e de suas transformações nas relações sociais, “Deglobalize Covid-19: the pandemic from an off-center perspective”, de Nicol, A. Barrio-Asenyo, Slavoy Zizek *et alii*, traz as seguintes contribuições: como a maior parte do enfoque do Covid vem da Organização Mundial da Saúde e do Continente Europeu, propõe descentralizar esse olhar para as realidades periféricas de modo a compreender suas diversidades. Não se trata de mudar o tratamento, mas de olhar retrospectivo que reflita a ampla diversidade do problema. Argumenta que, ao investigar o impacto da Covid, pesquisas realizadas em várias áreas do globo propõem um panorama que mostra a vasta complexidade do fenômeno. Desglobalizar o Covid seria um convite para pensar o problema a partir de outro(s) lugar(res).

O artigo “Migrações de regresso a Portugal: uma história sem fim”, de Filipa Pinho, José Carlos Marques e Pedro Góis, tem como foco o movimento de partida e retorno à Portugal numa perspectiva histórica, com base na literatura científica de maioria portuguesa, produzida desde os anos 1980. De acordo com os trabalhos disponíveis, foi reconstituído o padrão dos regressos por meio do volume contabilizado nos censos (ou de outras formas), conhecidos perfis de regressados e avaliados impactos dos regressos no desenvolvimento das regiões de origem. Um dos achados da pesquisa é o de que a quase totalidade dos regressados se dirige para a mesma região de onde havia saído.

“Políticas migratorias y cooperación regional en el Cono Sur: gestión institucional de la migración Venezolana en Argentina, Chile y Bolivia”, de Nicolás Gissi, Roberto Aruj e Sebastián Polo, tem como propósito analisar o êxodo de pessoas da Venezuela, a crise migratória e humanitária mais relevante da América Latina nos últimos cinco anos, e a gestão institucional dessa migração na Argentina, no Chile e na Bolívia. A migração venezuelana tornou-se prioridade na América do Sul, que requer políticas específicas, exigindo coordenação e colaboração regional, dada à crise da saúde causada pela epidemia do Covid-19, gerando o fechamento das fronteiras nacionais.

“‘Falta de fechamento’: profissionais e seus conflitos no sistema socioeducativo do Rio de Janeiro”, de Juliana Vinuto, Joana Domingues Vargas e Hebe Signorine Gonçalves, analisa a centralidade dada aos procedimentos de segurança na ação socioeducativa de internação, na medida em que as atividades socioeducativas só são implementadas quando não conflitam com os objetivos de controle e disciplina ou em ocasiões em que a instituição tenta auferir lucro simbólico a partir da sua perspectiva.

Com enfoque distinto dos demais artigos e com visão crítica de obras clássicas sobre o Brasil, “Interpretações do Brasil e a temporalidade moderna: do sentimento de descompasso à crítica epistemológica”, de Sergio Barreira de Faria Tavolaro, elabora leitura crítica de retratos da sociedade brasileira esboçados em obras clássicas do pensamento social brasileiro, pontuando e sugerindo incongruências, assimetrias e tensões que atravessam a temporalidade moderna. Pretende refletir sobre o alcance heurístico dessas ideias e suas contribuições ao debate sociológico contemporâneo.

Destacam-se também entre as participações deste número, ainda sobre a problemática de gênero, a referida entrevista com Patrícia Hill Collins e três resenhas, uma delas sobre seu livro, *Black feminist thought*, traduzido para o português.

A entrevista “O feminismo negro de Patrícia Hill Collins: uma conversa sobre conhecimento, poder e resistência” foi realizada por Bruna Cristina Jaquette Pereira e Joaze Bernardino Costa. Ao procurar pensar sua condição de mulher negra estadunidense em um contexto social de racismo estrutural e sistêmico, Collins formula relevantes contribuições aos estudos sobre discriminação, preconceito de cor e luta das mulheres. Elaboro teoricamente como as imagens de controle estão interconectadas e fornecem uma janela para se observar as relações de poder interseccionais. Suas análises sobre raça, classe, gênero, sexualidade, idade, habilidade e cidadania visam conformar as relações hierárquicas de poder entre múltiplos grupos sociais. Segundo a socióloga, “Combinar a visão de mundo de meus pais com meu treinamento sociológico me preparou para entrar, persistir e me destacar em ambientes frequentemente hostis”. Menciona que “[...] alguém tem que ser a primeira da fila, com a esperança de que outras a sigam”. Ressalvadas as diferenças entre o racismo nos Estados Unidos e no Brasil, a entrevista traz também reflexões sobre o feminismo negro no Brasil.

Como referido, há três resenhas neste número. Uma delas é “A produção intelectual de mulheres negras como teoria social crítica” e a autora é Bruna Cristina Jaquette Pereira, uma das entrevistadoras de Patrícia Collins, sobre o seu livro com tradução ao português, *O pensamento feminista negro*. A segunda resenha, “Assim como nasce um bebê, nasce uma mãe? Para além da depressão pós-parto”, do livro de Lorena Cronenberg e Monica Franch. Ser mãe é padecer no paraíso? As narrativas de depressão pós-parto são assinadas por Rosamaria Carneiro. A terceira resenha, “Tântalo da vontade, plebeu aventureiro: a *Cultura filosófica* de Simmel”, de Vinícius Madureira Maia, trata do livro de Georg Simmel: *Cultura filosófica*.

Finalizaremos como iniciamos, com um tributo à Lourdes Maria Bandeira. À professora, nossa *femenagem*, neologismo que tem substituído criticamente a palavra homenagem (a qual surgiu em atos de valorização patriarcal do senhor feudal na Idade Média), ao seu legado como mulher, feminista, destacada acadêmica e atuante por consolidar *Sociedade e Estado* como importante patrimônio das ciências sociais, em particular da sociologia, no país. Pelo sentido que deu à sua reflexão e práxis em luta constante pelas mulheres e pela ciência, nossa eterna gratidão.

Crise dentro da crise: a pandemia da violência de gênero

Recebido: 30.12.20
Aprovado: 05.08.21

Renata Barreto Malta (<https://orcid.org/0000-0002-7414-9081>),
Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Sergipe (UFS),
São Cristóvão, Sergipe, Brasil^I.

Tatiana Güenaga Aneas (<https://orcid.org/0000-0002-5681-6215>),
Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Sergipe (UFS),
São Cristóvão, Sergipe, Brasil^{II}.

Aline Lisboa (<https://orcid.org/0000-0003-3850-5461>),
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp),
Bauru, São Paulo, Brasil^{III}.

Iasmim de Araujo Vieira (<https://orcid.org/0000-0001-9772-9516>),
Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, São Paulo, Brasil^{IV}.

Resumo: Este artigo se propõe a analisar como textos informativos publicados em sites brasileiros apresentam a violência de gênero no contexto da pandemia de Covid-19, partindo do pressuposto de que o isolamento social e suas consequências políticas e econômicas ampliam o processo de ameaça aos direitos das mulheres. Como método, optamos pela análise de conteúdo do *corpus* e a discussão dos resultados, embasadas em estudos de gênero e na teoria feminista. Os principais resultados apontam para a predominância de conteúdos jornalísticos e com diferentes linhas discursivas, mesmo que a violência doméstica seja central. A ausência de fontes advindas dos movimentos de mulheres e de uma discussão centrada nas causas da violência de gênero que questione a estrutura familiar e o lar como ambiente seguro para mulheres em confinamento é sintomática do atual cenário de retrocesso, ainda que a pandemia tenha dado visibilidade ao problema.

Palavras-chave: Covid-19. Isolamento social. Violência de gênero. Textos informativos. Análise de conteúdo.

Crisis inside the crisis: the pandemic of gender violence

Abstract: This article aims to analyze how informational texts by Brazilian journalistic and institutional sources present gender violence in the context of Covid-19 pandemic, basing on the premise that social isolation and its political and economic consequences enlarge the threat to human rights. As a method, we have opted for content analysis of the corpus and the discussion of the results is based on gender studies and feminist theory. The main results point to the predomi-

I. Renata Barreto Malta é professora efetiva do Departamento de Comunicação Social da UFS, professora permanente do Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Comunicação Social (PPGCOM) da UFS. <renatamaltarm@gmail.com>.

II. Tatiana Guenaga Aneas é professora efetiva do Departamento de Comunicação Social e membro permanente do Programa de Pós-graduação em Comunicação (PPGCOM) da Universidade Federal de Sergipe. <tatiana.aneas@gmail.com>.

III. Aline Lisboa é professora dos cursos de comunicação da Unesp, bolsista Capes do doutorado pelo Programa de Mídia e Tecnologia da Unesp. <alinelisboa.silva@gmail.com>.

IV. Iasmim de Araujo Vieira é doutoranda em sociologia pela Unicamp. <iasmimva@gmail.com>.

nance of journalistic content, with different discursive lines, although domestic violence is central. The absence of sources from women movements, as well as the debate centered on the causes of gender violence which questions the family structure and home as a safe place to confined women is symptomatic of the current scenario of setback, although the pandemic has provided visibility to the problem.

Keywords: Covid-19. Social isolation. Gender violence. Informational texts. Content analysis.

Introdução

Este estudo considera como base a sociedade brasileira que, embora tenha sido cenário de diversas conquistas por parte das mulheres ao longo de sua história no que concerne a direitos civis e políticos, permanece alicerçada em uma ordem patriarcal de gênero (Saffioti, 2015). Se, por um lado, o fortalecimento do movimento feminista no país consolida um embate mais visível e sua voz se fez ecoar em debates pulverizados nas mais variadas esferas sociais, em ambientes presenciais e virtuais, por outro, uma recente mudança de rumo da política brasileira fez crescer discursos machistas e misóginos que, minimamente, representam um retrocesso social. A dimensão desse retrocesso ainda é latente e “é bastante provável que só a história venha nos permitir saber o tamanho e a intensidade da devastação que as forças de direita estão promovendo no país” (Rodrigues, 2016: 30). Uma direita, acrescente-se, posicionada na extrema ponta do espectro ideológico, caracterizada pelo conservadorismo, pelo militarismo, pelo negacionismo e pelo fundamentalismo religioso, e que esvazia o Estado de políticas públicas voltadas para minorias e grupos desfavorecidos.

Trata-se de um grupo político que ascende ao poder legitimado (e desejado) pela inépcia em reconhecer o direito de existência do outro. Nesse sentido, Francisco Ortega e Michael Orsini (2020:1258, tradução livre) sugerem que “a marca do governo de Bolsonaro representa um mergulho no que alguns acadêmicos se referem como ‘a corrupção da democracia’”, escancarando as desigualdades sociais. Um modelo que afiança a continuidade do patriarcado e sua face mais cruel de dominação/exploração, notadamente marcado pelo controle e o medo (Saffioti, 2015). A violência contra a mulher resulta dessas relações desiguais, em decorrência de sua condição historicamente produzida em um lugar de subordinação e inferioridade. Complexifica-se ainda mais essa condição quando analisadas as suas intersecções com classe e raça/etnia, por exemplo. Ainda que cada pilar da dominação/exploração – gênero, raça/etnia e classe – resguarde uma lógica própria de funcionamento, eles não atuam separadamente, ao contrário, adquirem uma dinâmica especial quando entrelaçados em um nó que é frouxo e que permite “mobilidade para cada um de seus componentes” (Saffioti, 2015: 133).

É preciso reconhecer, aqui, as variadas formas de violação que ferem a autonomia, a autoestima e a integridade física e psicológica da mulher, além de outras facetas que são produzidas nas desiguais relações de gênero – considerando suas intersecções – e que escancaram a sobrecarga de trabalho – incluindo o doméstico –, as diferenças salariais, a falta de leis que garantam o direito ao próprio corpo, entre outras. Todas essas questões, ainda que velhas conhecidas, foram trazidas para o debate quando associadas à atual condição de isolamento social recomendada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como forma mais eficaz de diminuir o contágio do novo Coronavírus, no Brasil especialmente a partir de março de 2020. A necessidade de confinamento traz à tona a reflexão sobre o espaço do lar como lugar inseguro para uma parcela significativa de mulheres e, de forma mais profunda, o ambiente doméstico como símbolo do poder patriarcal.

Sobre o espaço da casa e da família, a partir de uma leitura crítica de Habermas, Nancy Fraser (1989) chama atenção para as limitações de uma classificação dicotômica entre esfera pública – entendida como o espaço de ação estratégica e da reprodução material – e esfera privada – que seria, na definição habermasiana, lugar de ação consensual e da reprodução simbólica. Segundo a autora, uma divisão em “diferenças absolutas” é problemática, posto que a família pode também ser

lugar de cálculos egocêntricos, estratégicos e instrumentais, de intercâmbios exploratórios de serviços, trabalho, dinheiro e sexo – e frequentemente, lugar de coerção e violência (Fraser, 1989: 120, tradução livre).

O contraste que não considere influências entre a família e o sistema formado por Estado e economia capitalistas tende a ocultar essas relações, e a entender a noção de poder como pertinente exclusivamente a contextos burocráticos.

Há um superdimensionamento das diferenças entre as instituições que bloqueia a possibilidade de analisar as famílias como sistemas econômicos, isso é, como lugar de labor, troca, cálculo, distribuição e exploração (Fraser, 1989: 121, tradução livre).

A relevância dessas observações nos permite ampliar o debate e compreender que o sistema de desigualdades entre homens e mulheres se estrutura também nessas divisões dicotômicas. O *slogan* “o pessoal é político”, amplamente difundido no Brasil pela teoria e pelo movimento feminista a partir de 1970, sintetiza a crítica feita ao conteúdo patriarcal que embasa o discurso neoliberal e que, por sua vez, fortalece e impõe tal separação. O que se evoca no argumento feminista é a existência de uma conexão estrategicamente invisibilizada entre as duas esferas da vida, que

determina os espaços de atuação dos homens e das mulheres e que resguarda o poder masculino às duas. Resulta, em um primeiro momento, o entendimento de que a vida doméstica é estruturada por fatores da esfera pública e, desta forma, resolvidos também por meios políticos (Pateman, 1996).

Ao partir dessa problemática, o presente artigo tem como objetivo *analisar os conteúdos textuais sobre o machismo e, mais especificamente, a violência contra a mulher, no contexto de isolamento social provocado pela Covid-19 em sites informativos brasileiros no primeiro momento da pandemia*. Para tanto, propomos uma pesquisa empírica a partir da análise de conteúdo de um *corpus* criteriosamente selecionado – cujo método será posteriormente explicitado – que possibilite responder quais foram os aspectos de relevância dos textos que circularam na internet, provenientes de fontes jornalísticas e institucionais brasileiras, durante o primeiro mês de quarentena consequente da pandemia do novo Coronavírus, focados em uma questão específica, a desigualdade de gênero. Alicerçadas nos resultados das análises, realizaremos uma discussão teoricamente fundamentada com a finalidade de compreender o fenômeno social apresentado, senão em sua totalidade, ao menos no recorte temporal e espacial exposto, proporcionando a emergência de um debate social urgente.

O estado da arte: Covid-19 e violência de gênero

No que concerne ao estado da arte, por meio de uma bibliometria nas principais bases acadêmicas e com palavras-chave em português, identificamos uma dezena de artigos científicos sobre o tema, publicados em revistas dos campos da saúde, antropologia social, filosofia, psicologia, educação, além de periódicos multidisciplinares.

Na maior parte dos casos, as publicações se centraram na discussão do fenômeno com base em pesquisa bibliográfica e documental. A realização de entrevistas com assistentes sociais e psicólogas também foi um método identificado (Tchalekian & Paiva, 2020). Dentre os documentos analisados, conteúdo jornalístico e governamental foi o mais frequente e, neste sentido, observamos uma aproximação com a proposta do presente artigo (Maranhão, 2020; Pisani, 2020; Insfran & Muniz, 2020). No entanto, em nenhum desses estudos a coleta de um *corpus* amplo, representativo e não aleatório se fez presente. De fato, o material jornalístico e governamental foi acionado deliberadamente para exemplificar a problemática discutida, em um movimento metodológico oposto ao que propomos.

Quanto ao teor das discussões, observamos uma maioria de artigos centrados na violência doméstica e, mais especificamente, no feminicídio durante o isolamento social provocado pela Covid-19. O cruzamento entre dados oficiais concernentes ao aumento de casos de agressão e feminicídio durante a quarentena e de outros materiais de análise foi central e direcionou os artigos a diferentes enfoques. A universalização da violência de gênero refletida a partir da pandemia como fenômeno global conduziu algumas das produções a relativizar marcadores sociais relacionados a gênero, como classe e raça/etnia. Os resultados dessas pesquisas indicam que o isolamento social por imposição política e epidemiológica é o ambiente propício para a ocorrência de atos de violência e mortes de mulheres, com notícias de feminicídio em países de realidades sociais díspares (Maranhão, 2020; Pisani, 2020).

Com olhar voltado às especificidades que complexificam as relações de gênero no contexto da pandemia e baseados em dados que evidenciam as vulnerabilidades de determinados grupos sociais – como os de mulheres pobres e negras –, alguns estudos fazem uma forte crítica à debilidade de políticas públicas no Brasil para o enfrentamento da violência de gênero (Pessoa & Nascimento, 2020; Tchalekian & Paiva, 2020). As autoras referenciam esse modelo de gestão como necropolítica – termo cunhado por Achille Mbembe (2018) –, com a total negligência do Estado e a responsabilização da própria sociedade.

Na busca por contextualizar o conhecimento produzido sobre o tema, deparamo-nos com um único artigo que buscou enaltecer e analisar iniciativas espontâneas de criação de rede de apoio para mulheres durante o isolamento social, como grupos de acolhimento nas redes sociais, rodas de mães e experiência de escuta psicológica. O estudo conclui que

somente o caminho coletivo, onde a sororidade se faz presente como forma de cuidado e resistência, pode levar à superação das desigualdades, intensificadas neste contexto pandêmico (Insfran & Muniz, 2020: 26).

Com o intuito de realizar uma revisão sistemática de literatura, a partir de artigos e ensaios científicos sobre os impactos do isolamento social no aumento da violência doméstica contra a mulher, Solange Monteiro e equipe (2020) concluíram que, ainda no primeiro trimestre da quarentena, os estudos coletados apenas visibilizaram questões preexistentes, como o aumento da violência contra a mulher e os efeitos da desigualdade social e de direitos entre os gêneros. Constataram também que as mulheres estão mais sobrecarregadas com os cuidados domésticos, dos filhos e da comunidade, estando também presente na maioria das linhas de frente no sistema

de saúde. Desse modo, a produção científica analisada escancara um velho problema de cunho social, que mostra a sua face mais cruel com o isolamento social.

Finalizamos este tópico evidenciando que, apesar do conteúdo jornalístico e de fontes governamentais que circularam na internet durante a pandemia estarem presentes nos estudos identificados para a contextualização do estado da arte, não identificamos pesquisas que se debruçaram a entender esses discursos de forma mais ampla e sistemática, como nos propomos como caminho metodológico.

Trajectoria empírica: o método em foco

Primeiramente, faz-se relevante contextualizar que o presente artigo é parte de um projeto de pesquisa intitulado “Isolamento social e machismo: um debate urgente em tempos de pandemia”, o qual se propôs a investigar os conteúdos midiáticos que circularam na internet concernentes ao tema. O projeto contou com duas etapas de análise, uma centrada em postagens do Twitter – selecionadas a partir dos mesmos termos e coletadas igualmente na fase inicial de isolamento social no Brasil –, cujos resultados foram publicados em um dossiê temático da *Revista Comunicação & Inovação* (autoria omitida para revisão às cegas, 2020). Nessa etapa, optamos pela análise de redes semânticas e processamento do *corpus* com uso de *software*, considerando a extensão do mesmo. A segunda fase analítica deu forma a este artigo.

Para a coleta do *corpus*, foram realizadas leituras flutuantes a partir de buscas aleatórias por meio da ferramenta do Google tendo como base a combinação das seguintes palavras-chave (as mesmas elencadas para a coleta das postagens do Twitter anteriormente mencionada):

- i.* Coronavírus + machismo;
- ii.* Covid-19 + machismo;
- iii.* Coronavírus + violência + mulher; e
- iv.* Covid-19 + violência + mulher.

A escolha das palavras-chave foi a mesma para todo o estudo, por entendê-las como termos representativos de dois universos que se confluem para abarcar o fenômeno investigado. No que concerne à combinação *i* e *ii*, foram salvos todos os materiais recuperados, e excluídos aqueles que não se referiam ao período da pan-

demia. No que tange às combinações *iii* e *iv*, como o resultado da busca foi muito superior quantitativamente, procuramos equiparar a quantidade de materiais coletados à das combinações *i* e *ii*. Em todo caso, exploramos de forma não sistemática os resultados posteriores aos coletados, e não encontramos quantidade significativa de publicações pertinentes para esta pesquisa. Após a etapa de filtragem, selecionamos o total de 106 conteúdos de diferentes fontes datados entre 14 de março de 2020 e 13 de abril de 2020 (quando a seleção ocorreu).

Cabe ainda ressaltar que os critérios de “relevância” acionados pelos algoritmos da ferramenta de busca devem ser tratados de forma cautelosa, já que além de serem atualizados constantemente (o que não permite que os resultados da pesquisa sejam replicados), esbarram em referenciais próprios da Google Inc. e estão sujeitos a variáveis relativas a uma série de aspectos como a localização geográfica do pesquisador, indicações e previsões das mais variadas (Valente, 2020). Ao considerar essas ressalvas, e evidenciado que procedimentos básicos foram realizados quando acionamos o modo anônimo do navegador para a busca, entendemos que prevalece a aleatoriedade e que o *corpus* resultante tem potencial para garantir uma pesquisa de qualidade acadêmica.

Como método, optamos pela análise de conteúdo quantitativa, com discussão qualitativa dos resultados, com foco na frequência com que surgem determinadas características do conteúdo e em elementos variáveis (como temáticas) previamente codificadas. Para a sua aplicação, Laurence Bardin (2009) sugere a divisão em etapas: pré-análise (definição do *corpus*); exploração do material; tratamento dos resultados; inferência e interpretação. No processo de exploração do material, definimos as seguintes unidades de análises:

- i.* data de publicação do conteúdo;
- ii.* tipo de fonte (jornalística, governamental, sindical, entre outras);
- iii.* posicionamento ideológico da fonte; e
- iv.* títulos e subtítulos do conteúdo selecionado.

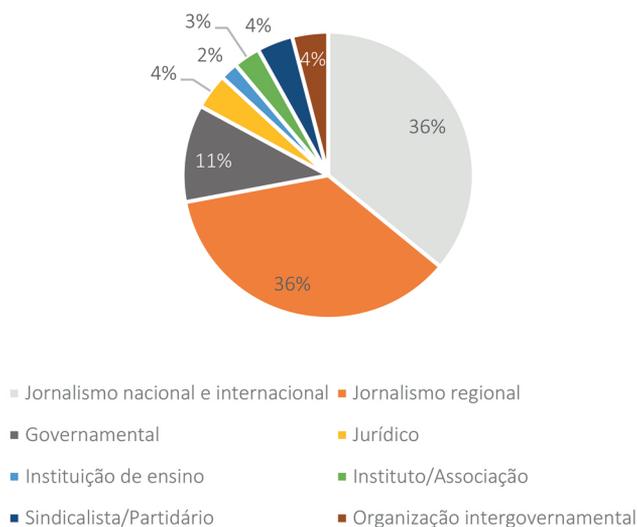
Uma vez identificadas e codificadas as unidades de análise, foi possível partir para a categorização. Evidenciamos que diferentemente da etapa anterior do estudo, aqui não se fez necessário o uso de *software* para processamento dos dados, tendo em vista a viabilidade de análise manual e necessidade de cruzamento de informações. Sobre a delimitação dos títulos e subtítulos de todas as páginas selecionadas no processo de coleta, consideramos tratar-se do elemento de destacabilidade e, po-

tencialmente, resumir os pontos principais abordados no texto. Após sua categorização, organizamos os resultados em palavras-chave. O processamento de todas as palavras-chave resultantes dessa fase da pesquisa possibilitou a sistematização do conteúdo em tópicos. Na sequência, apresentaremos os principais resultados empíricos do estudo, já com a discussão e o embasamento teórico que emergem dos dados.

Entre dados e discussões: elementos pré-discursivos

Antes de partir propriamente para a análise do conteúdo, identificamos a origem da fonte (Gráfico 1) e um possível posicionamento ideológico explícito (Gráfico 2).

GRÁFICO 1
IDENTIFICAÇÃO DA FONTE



Fonte: Elaboração das autoras.

No que concerne à identificação da fonte, observamos a prevalência de conteúdo jornalístico, tanto na esfera nacional e internacional (representado por portais de notícias tradicionais, como *Terra*, *Uol*, *R7* e *Globo.com*, mas também por mídias alternativas, como *Catraca Livre* e *Esquerda Diário*), quanto na esfera estadual e regional (com uma grande variedade de regiões). Sobre esse aspecto, ao sistematizar as palavras-chave em categorias, identificamos 34 ocorrências relacionadas a cidades, estados e países. Os dados acerca de municípios e estados revelam a importância do jornalismo regional para o debate social, ao considerarmos a rele-

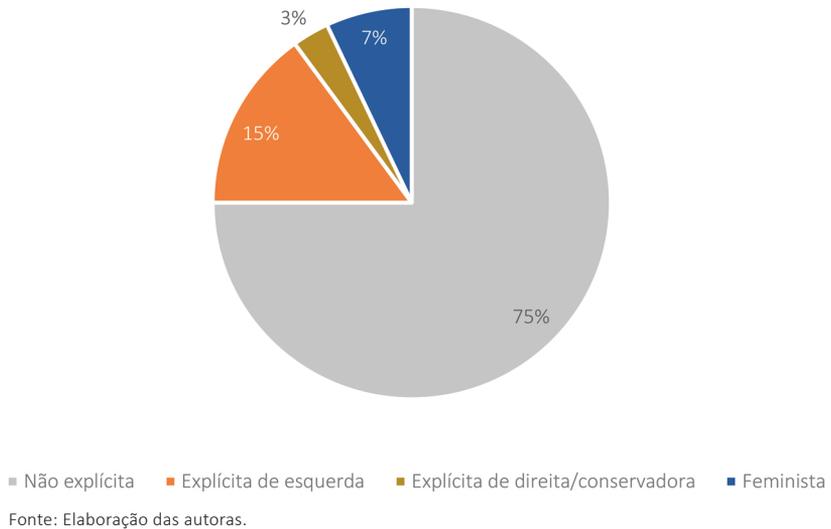
vância da problemática em questão. Como afirma Sônia Aguiar (2016), os meios locais e regionais devem ser interpretados como “subsistemas” do sistema midiático abrangente, com especificidades próprias, e não como “inferiores” em comparação à “mídia nacional”.

Outra reflexão a partir dos resultados mencionados diz respeito à universalização da violência contra a mulher. Ainda que essa concepção não seja capaz de abarcar as diferenças e compensar brechas e omissões marcadas em classe, raça/etnia, sexualidade e nacionalidade no interior do próprio feminismo e, assim, numa relação “intragênero” (Ballestrin, 2017), e que a geopolitização do debate feminista seja prerrogativa fundamental, também é certo que a condição de gênero é determinante nas relações de poder e estrutura as mais distintas sociedades. Sobre as tensões e afrouxamentos que essa discussão provoca, Virginia Vargas Valente (2005) apresenta um amplo e heterogêneo movimento popular de mulheres que passou a expressar as diferentes formas de entender e atuar sobre sua situação de subordinação e exclusão social. Embora as diversas vertentes que se fizeram presentes – com atenção aqui para a América Latina – tenham desenvolvido seus próprios objetivos, dinâmicas e modos de confrontar o patriarcado, perfilando variados interesses – por vezes contraditórios –, elas também identificam muitos pontos de intersecção. Certamente os resultados aqui apresentados descortinam uma dessas confluências, a violência contra as mulheres de diferentes regiões brasileiras e países do mundo que se acentua – ou se revela com maior evidência – em tempos de isolamento social, entendida como questão de saúde pública e de violação dos direitos humanos pela OMS. Um problema de tamanha gravidade que atinge quase um terço das mulheres do globo (Maranhão, 2020).

Quanto às outras fontes identificadas, como mostra o Gráfico 2, a terceira mais frequente foi a governamental, nas esferas municipal, estadual e federal e de distintas pastas e secretarias. As demais fontes não apresentaram resultados expressivos em comparação ao universo total, no entanto, exibem importância para o estudo por potencialmente trazerem perspectivas ideológicas específicas, como é o caso das sindicalistas e de algumas associações.

Ao centrarmos nossas atenções no posicionamento ideológico da fonte, perceberemos que a maior parte do *corpus* pressupõe neutralidade, ao menos explícita. Essa preponderância de uma posição política evidenciada como neutra pode ser explicada através do valor atribuído pelo jornalismo e pelos/as jornalistas a critérios como objetividade e imparcialidade. Ao realizar ampla pesquisa bibliográfica, Antonio Hohlfeldt (2004) constata um processo de questionamento e relativização da validade epistemológica da noção de objetividade nos estudos do jornalismo, ao

GRÁFICO 2
POSICIONAMENTO IDEOLÓGICO DA FONTE



passo em que reconhece que se trata de um critério “ainda mistificado por vários segmentos, tanto profissionais como da opinião pública” (Hohlfeldt, 2004: 39).

Quando a direção política foi evidenciada, a maioria apresentou-se como de esquerda, seguida da feminista. Em poucos casos observamos fontes que se autodeclararam conservadoras ou de direita. Sobre isso, lembramos, com Norberto Bobbio (1995), que a classificação em esquerda ou direita não deve ser tomada como pura expressão do pensamento ideológico, posto que não são apenas critérios descritivos. Indicam, antes,

programas contrapostos com relação a diversos problemas cuja solução pertence habitualmente à ação política, contrastes não só de ideias, mas também de interesses e de valorações a respeito da direção a ser seguida pela sociedade (Bobbio, 1995: 33).

Reconhecidas as contingências históricas que tendem a relativizar os conceitos de direita e esquerda, o autor realiza um esforço de contornar aspectos que possam definir os espectros políticos. Neste movimento, identifica uma diversidade de posturas diante do ideal de igualdade e associa os movimentos reconhecidos como de esquerda com a doutrina do igualitarismo, “não como utopia de uma sociedade em que todos são iguais, mas como tendência [...] a favorecer políticas que objetivam tornar mais iguais os desiguais” (Bobbio, 1995: 110). O que, por sua vez, justifica a aproximação do feminismo com a esquerda, ao partir da convicção

de que a maior parte das desigualdades é de origem social e não natural e, enquanto tal, elimináveis.

Entre dados e discussões: o conteúdo em foco

Na etapa mais significativa da pesquisa empírica, codificamos o conteúdo de títulos e subtítulos em categorias definidas a partir dos assuntos tratados no *corpus*. Nesse processo, observamos que em todas as combinações de palavras-chave utilizadas para a busca prevaleceu a “violência doméstica” como tema central e que mais de 20% do *corpus* não apresentou qualquer outra informação para além do aumento do índice de violência doméstica. Essa preocupação encontra justificativa, pois como afirma Heleieth Saffioti (2015), a manifestação da violência contra a mulher ocorre, com muita frequência, em espaços privados, dificultando sua identificação e erradicação. No entanto, apenas sua constatação pouco contribui para a reflexão acerca de suas causas, formas de violência e possíveis ações de combate.

Sobre o restante do *corpus*, apresentamos, no Quadro 1, a frequência de aparição dos assuntos identificados; ressaltamos que mais de um tema pode estar presente em um mesmo texto analisado, assim, a soma ultrapassa os 100%.

QUADRO 1
ASSUNTOS TRATADOS NO *CORPUS*
E SUA FREQUÊNCIA DE APARIÇÃO

Apresentam uma entidade ou personalidade que assegura a informação	42,9%
Apresentam ações para combater a violência ou a desigualdade de gênero	40,5%
Informam como denunciar ou se proteger da violência doméstica	19,0%
Discutem outras relações de gênero e a pandemia	14,3%
Mencionam a violência contra outros vulneráveis associada à violência contra a mulher	14,3%
Apresentam alguma crítica a políticos ou ao Estado	9,5%
Discutem o machismo como causa da violência contra a mulher	8,3%
Tratam dos vários tipos de violência de gênero	7,1%
Mencionam movimentos feministas ou ONGs de defesa das mulheres	5,9%
Relatam casos pontuais de agressão ou feminicídio	3,5%
Apresentam causas questionáveis para o aumento da violência doméstica, como o desemprego	4,5%
Incluem marcadores sociais, como classe e raça/etnia, para a discussão de gênero	2,4%

Fonte: Elaboração das autoras.

Para a discussão sobre os achados apresentados no quadro, buscaremos cruzar dados e trazer exemplos do *corpus* como ilustração. Para uma melhor organização do tópico, dividiremos o texto em subtemas.

Personalidades que afiançam a informação

Chama-nos atenção o fato de que mais de 40% do conteúdo apresente uma entidade ou personalidade que afiance as informações, com 71 ocorrências em palavras-chave, e que apenas 5,9% façam menção a movimentos feministas ou organizações não governamentais de defesa à mulher. Essa constatação revela que essas últimas instituições, embora especialistas em desigualdade de gênero e violência contra a mulher, são pouco ouvidas pela imprensa e por órgãos governamentais (fontes de maior aparição no *corpus* geral). Para ilustrar, depois da OMS e a figura de seu secretário-geral, o papa Francisco foi a personalidade que mais apareceu, enfatizando a preocupação do pontífice com o risco que correm mulheres em todo o mundo ao estarem confinadas com seus agressores. Parece-nos sintomático que um homem, e maior representante da Igreja católica, cujas bases se estruturam em relações de poder desiguais e na dominação masculina, seja uma das figuras mais citadas, ainda que muitas vezes seu posicionamento apoie pautas progressistas.

Nesse sentido, estudos apontam que espaços de militância antipatriarcal e jornais feministas na rede têm funcionado como ambientes que dão protagonismo aos diferentes grupos de mulheres, ampliando o debate e garantindo que essas lacunas historicamente estruturais no jornalismo tradicional se tornem menores (Rocha & Silva, 2016).

Ações de combate contra a violência

Os distintos tipos de “violência de gênero” – termo pouco frequente no *corpus* – foram verbalizados em pouco mais de 7% da segunda parte do material analisado. Nestes casos, além da violência física, explicitam-se a psicológica, a patrimonial, a moral e a verbal, sempre em associação com o isolamento social. Cada uma dessas violações estão previstas nas leis brasileiras¹, e dar visibilidade a elas é uma forma de desnaturalizar suas manifestações. Segundo Lourdes Bandeira (2014: 451), referindo-se às classificações da violência de gênero, “os diversos significados dessas categorias adquirem desdobramentos e implicações teóricas e práticas em função das condições e situações específicas de sua concretude”.

Uma parte significativa – pouco mais de 40% – se concentrou em apresentar ações de combate à violência de gênero, sendo sua quase totalidade centrada na vio-

1. A Lei 11.340, mais conhecida como Lei Maria da Penha, cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Todos os tipos de violência de gênero se enquadram nos moldes dessa lei, que foi instituída no Brasil em 2006.

lência doméstica. Dentre as ações mais frequentes, estão a aplicação de medidas protetivas e sua renovação automática, canais de denúncia por aplicativo e realização de boletins de ocorrência on-line. Apesar de se tratar de importantes canais de denúncia, é pertinente ressaltar que nem todas as mulheres têm acesso à internet e à telefonia. Ademais, neste período de isolamento social, houve restrição de atendimento em setores de assistência social, segurança pública e saúde, limitando a rede de apoio às vítimas. Para Brenna Pessoa e Elaine Nascimento (2020), não houve prioridade em se buscar soluções por parte do poder público, e os canais on-line, além de não universalistas, não se mostraram suficientemente efetivos. Mais além, para as autoras, a tática do Estado brasileiro de combater o índice de feminicídio por vias civis não mostra resultados – somos o quinto país do mundo que mais mata mulheres – e é uma forma de “atribuir boa parte da responsabilidade à sociedade civil, minimizando a do poder público” (Pessoa & Nascimento, 2020: 38).

Em parte dos títulos e subtítulos não se explicita quais ações serão apresentadas no texto, mas a ocorrência de palavras como “medidas” e “propostas”, associadas a “combate”, e “proteção” indica que o conteúdo trata dessas questões. Especificamente sobre denúncias, pouco menos de 20% evidencia a importância de se denunciar e informa sobre o Disque-denúncia 180, sendo que pouco mais de 3% noticiaram casos de agressão contra mulheres e feminicídio associados à quarentena.

Para além da violência de gênero

Afora a violência, a desigualdade nas relações de gênero potencializada pela pandemia foi assunto de quase 15% da segunda parte do *corpus*. A abrangência dessas desigualdades na vida cotidiana de mulheres e, conseqüentemente, na esfera política, é ampla, abarcando sua trajetória restrita no mundo público, as duplas ou até mesmo triplas jornadas de trabalho, os salários desiguais para as mesmas funções desempenhadas por homens, a divisão desequilibrada de responsabilidades domésticas e com o cuidado dos filhos no mundo privado, a sua tutela jurídica, o controle de suas sexualidades, entre outras (Martinez et al., 2016).

Acerca do conteúdo identificado nas análises, os holofotes se direcionam para duas problemáticas específicas: a sobrecarga de trabalho doméstico e a maioria de mulheres profissionais da saúde que estão na linha de frente para o combate ao vírus. Ainda que envolvam desigualdades diferentes, são faces de uma mesma moeda. Recorremos aqui ao estudo de Anna Bárbara Araújo (2018) sobre gênero e reciprocidade, além dos conceitos propostos por Helena Hirata e Danièle Kergoat (2007) no que concerne às esferas produtiva e reprodutiva que estruturam a divisão sexual do trabalho.

Segundo essas autoras, uma enorme massa de trabalho era – e ainda é – realizada gratuitamente pelas mulheres em prol da sociedade. Assim, historicamente, o trabalho reprodutivo (que assegura a continuidade da espécie e da vida), invisível e não remunerado, é aculturado como função das mulheres. Neste jogo desigual atua o ideal de reciprocidade e solidariedade que “opera como mecanismo mantenedor de subordinações” (Araújo, 2018: 3), em nome da “natureza” e do “dever materno” que ora posiciona mulheres como as principais responsáveis pelo cuidado da casa e dos filhos, ora as impulsiona a “escolher” profissões centradas no cuidado do outro.

Outra leitura apropriada para o debate problematiza, mais uma vez, a ordem patriarcal que tende a separar e valorar os trabalhos socialmente determinados para homens e mulheres. Dentro da mesma distinção hierárquica entre mundo público para os homens e mundo privado para as mulheres, camufla-se a verdadeira dependência que o “trabalho de mercado” tem, por exemplo, do trabalho doméstico e de cuidado (Carrasco, 2003).

Essas teorias se materializam em números. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad 2020 – IBGE, 2020) revelam que a média de horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos e/ou cuidado de pessoas por homens varia entre 10,4 (homens ocupados) e 12,1 (homens desocupados) e, entre as mulheres, varia entre 18,5 (mulheres ocupadas) e 54,0 (mulheres desocupadas). Ademais, segundo o Conselho Federal de Enfermagem (Cofen, 2020), 85% dos postos do setor são ocupados por mulheres, profissionais da saúde mais expostos ao contágio do vírus. Ainda que o *corpus* não tenha explicitado, a sobrecarga de trabalho da esfera do cuidado que recai sobre as mulheres é um problema social que demanda atenção do Estado. “A ausência (ou a diminuição) de políticas públicas sempre foi um obstáculo a mais na vida de milhões de mulheres” (Insfran & Muniz, 2020), o que se agrava com a pandemia.

O machismo como causa

As desigualdades nas relações de gênero que se expressam em todo o conteúdo analisado se estruturam no machismo e, por partirmos dessa premissa, optamos por utilizar o termo como palavra-chave para a seleção do *corpus* do estudo. Ainda assim, um número bastante inexpressivo se materializou, já que pouco mais de 8% trouxeram o machismo como assunto central. Esse fato fica ainda mais notável quando observamos que a menção a vulneráveis como crianças e idosos é mais frequente, com mais de 14% das ocorrências, equiparando a violência contra a mulher a de outros “vulneráveis” e, assim, desconsiderando o machismo como fundamento.

Omitir o machismo como causa e apresentar atenuantes para a violência – como a utilização do termo “crime passional” ao invés de feminicídio – é historicamente uma estratégia que corrobora para a manutenção do sistema patriarcal. De fato, essa classificação tradicional no jornalismo sensacionalista mascara a violência de gênero que culmina no assassinato de mulheres (Cárcela, 2008). Socialmente se minimiza a magnitude da violência contra as mulheres através de uma série de justificativas que não levam a suas causas estruturais, encarcerando-a na marginalidade como problema de “alguns”, classificados como “loucos, anormais ou psicopatas”. Essa estratégia discursiva sobre o agressor afasta o problema social de sua verdadeira causa (Martynowskyj, 2015).

Nesse universo do *corpus*, além do próprio “machismo”, outro termo identificado foi “masculinidade tóxica”. Trata-se de uma definição acerca da masculinidade que designa como ideal cultural características de violência e agressividade, além da repressão das emoções. Segundo Elisabeth Badinter (1993: 117), tradicionalmente a masculinidade se define mais por evitar determinados comportamentos do que propriamente desejá-los. “Ser homem significa não ser feminino; não ser homossexual, não ser dócil, dependente ou submisso, não ser afeminado na aparência física ou nos gestos [...]”. A problematização da virilidade masculina como construção cultural e o posicionamento de suas expressões como negativas dão forma à “masculinidade tóxica”.

Ademais, outros vocábulos como “macho” e “misógino” foram utilizados em títulos e subtítulos do *corpus*, referindo-se ao presidente da República Jair Bolsonaro ao defender o fim do isolamento social porque, segundo ele, “tem mulher apanhando em casa”. A afirmação relaciona a suposta violência doméstica à fome e ao desemprego e não ao machismo, busca servir de justificativa para o fim do isolamento social, como defende abertamente Bolsonaro. Ao fazer esse tipo de comentário, o presidente, como líder nacional oculta a violência de gênero como problema estrutural e afirma que o lugar dos homens não é o espaço doméstico. Nas palavras de Francisco Ortega e Michael Orsini (2020: 1258, tradução livre), a resposta do governo Bolsonaro à crise sanitária tem sido “uma mistura virulenta de desconfiança populista da ciência, preconceito e masculinidade tóxica, transformada em um fervor nacionalista”, o que se torna mais um entrave na luta pela igualdade de gênero.

De fato, a relação entre a violência doméstica e as causas questionáveis – como o desemprego, a fome e o consumo de álcool – esteve presente em uma pequena parte do conteúdo analisado. É importante situar que nenhum desses fatores são em si as reais condições que produzem violências contra mulheres, do contrário, ambientes antagônicos a estes seriam o horizonte para a superação dessas situa-

ções, o que de longe não se configura como realidade. No entanto, é pertinente considerar que, através desses conteúdos – vulnerabilidade econômica e emocional –, manifesta-se uma das faces da violência de gênero que se relaciona com as condições de vida das mulheres. Nesse sentido, Mariane Pisani (2020) identificou em sua pesquisa que, no período da pandemia e em escala global, o álcool e as dificuldades financeiras – que surgem a partir da impossibilidade de trabalhar – foram o gatilho para comportamentos coercitivos, controladores e violentos por parte dos agressores.

Sobre a crítica mencionada contra Bolsonaro, outros políticos e instituições se somaram à lista, abarcando quase 10% da segunda parte do *corpus*. Em todos os casos foram discursos associados ao machismo os desencadeadores das críticas.

Intersecções que complexificam as relações de gênero

Ainda que o centro do debate seja a constatação de uma cultura que naturaliza o modelo de dominação/exploração nas relações de gênero, a forma como se materializam as desigualdades está determinada por outros marcadores sociais da diferença. O conceito de interseccionalidade, formulado pela feminista afro-americana Kimberlé Crenshaw (2002) há cerca de 30 anos, popularizou-se no Brasil recentemente, “sendo atualmente o conceito mais utilizado para analisar as relações e interconexões possíveis entre as categorias de gênero, raça, classe, sexualidade, geração etc.” (Figueiredo, 2020: 12).

Assim, chama-nos atenção que em apenas 2,4% do material de destacabilidade apareçam menções a marcadores sociais de classe, raça e etnia. Nas poucas vezes que essas interseccionalidades se fizeram presentes no conteúdo analisado, ou apontavam o racismo como problema social associado ao machismo, ou mencionavam grupos de maior vulnerabilidade durante a pandemia, como as pessoas residentes nas periferias e favelas e as trabalhadoras informais. Em um caso específico a preocupação com mulheres indígenas também apareceu.

A quase ausência de títulos e subtítulos com essa abordagem encontra paralelo ao modo como a própria imprensa feminista se constrói no Brasil e que, se não vem a pautar a imprensa nacional, ao menos a influencia no que concerne ao debate de gênero. No estudo desenvolvido por Elizabeth Cardoso (2004), ao analisar o conjunto de jornais feministas brasileiros a partir de sua concepção até o final da década de 1990, não houve menção a aspectos de raça, etnia e classe. Vale ressaltar que, ainda em meados da década de 1980, as ativistas feministas negras iniciaram

“uma trajetória própria de autodeterminação política” (Nepomuceno, 2013: 400), formando diversas organizações feministas negras no país.

Ao analisar outros dados, de acordo com o *Mapa da violência de gênero* (Lutterbach, 2018), em 2017, as mulheres negras foram a maioria entre as que tiveram suas vidas ceifadas (64% do total). E mais, segundo dados da Pnad Contínua (IBGE, 2019), o trabalho informal bateu recordes em 2019. Nesse grupo, as mulheres são maioria e somente na categoria de empregadas domésticas, acima de 70% estão na informalidade. São mais de seis milhões de profissionais atuando como domésticas, dessas, quase quatro milhões são negras, nas palavras de Angela Figueiredo (2020: 13), uma categoria “racializada e inferiorizada”. Essas mulheres estão sujeitas a uma série de violências, para além do racismo, como assédio moral e sexual, estigmatização e baixos salários, que se agravam com a crise sanitária da Covid-19 (Pinheiro et al., 2020). Assim, os dados descortinam a ponta do iceberg resultante do enlace entre o machismo e o racismo.

Ora, na medida em que existe uma divisão racial e sexual de trabalho, não é difícil concluir sobre o processo de tríplice discriminação sofrida pela mulher negra (enquanto raça, sexo e classe), assim como seu lugar na força de trabalho (Gonzales, 2018:42).

Especificamente no contexto da pandemia, por meio de entrevistas com assistentes sociais e psicólogas, Bruna Tchalekian e Vera Paiva (2020: 13) concluem que “a crise da Covid-19 amplia as desigualdades que produzem a violência doméstica no cotidiano, intensificando a sinergia de violências produzidas pela vulnerabilidade social”.

Nas redes, de forma mais evidente na última década, mulheres negras passaram a garantir o debate de pautas específicas do feminismo negro, enfocando também relações de classe, e contribuindo para dar voz a essas mulheres (Weschenfelder & Fabris, 2019). Para Figueiredo (2020: 4), “essas mudanças formaram o amálgama necessário para eclodir um movimento de mulheres negras, plural e diverso”. Se as consequências do machismo e do racismo associados são problematizados nesses ambientes de militância na internet, ele parece ainda não ocupar outras arenas, como apontam os resultados apresentados por este estudo.

Para a mulher indígena, incluída em apenas um dos títulos ou subtítulos analisados, a violência consequente do machismo é determinada pelas condições sociais em que estão inseridas, tanto em nível micro – referente à própria realidade – quanto no macro – concernente à sociedade envolvente, expondo-a ao racismo e ao colonialismo (Dutra & Mayorga, 2019).

Por fim, ainda que não tenha aparecido na discussão dos resultados como assunto específico, a presença de palavras-chave que apontam para a constatação da casa como lugar inseguro merece reflexão. Essa questão transita em outros tópicos anteriormente discutidos e se associa à própria lógica do confinamento e/ou isolamento social, quando relacionada à violência nos títulos e subtítulos. De forma ainda mais explícita, identificamos 11 ocorrências que verbalizam a casa ou o lar como ambiente de insegurança para mulheres e 87 ocorrências de verbos que indicam “risco” ou “alerta”.

Como vimos, este é o ambiente em que se vive de modo mais enfático as violências nas relações de gênero. Ao blindar com a ideia culturalmente construída de que o mundo privado não deve ser posto em praça pública, encontramos exatamente na estrutura deste universo as condições para a perpetuação de situações de violência, tanto pela possibilidade do ocultamento, quanto da manutenção constante do medo ou do isolamento, que se intensificam no contexto ora estudado. Como bem afirma Bandeira (2014: 450), a violência de gênero “começa no universo familiar, onde as relações de gênero se constituem no protótipo de relações hierárquicas”.

Aqui nos interessa sugerir que a formação do patriarcado, especialmente no Brasil, tem a casa como seu berço. É sob o teto da casa-grande², no interior das famílias, que os senhores patriarcais exercitam livremente o poder que lhes é conferido (Freyre, 1954). São nessas relações que aprendem a dominar e a expandir os seus domínios, destinando, sobretudo às mulheres, o lugar da subalternização. Se a casa como ambiente inseguro se torna o centro de gravidade evocado pela atual crise política e sanitária, é exatamente pelo fato de que não se pode escapar desse lugar para entender e complexificar as violências nas relações de gênero.

Conclusões

Retomamos aqui a questão que move esta pesquisa, a saber: como os conteúdos sobre machismo e violência de gênero no contexto da pandemia de Covid-19 se apresentam em sites brasileiros no primeiro momento da crise sanitária? No *corpus* analisado, observamos uma prevalência de conteúdo jornalístico e de instituições governamentais. Acerca do conteúdo jornalístico, responsável por 72% dos materiais, verificamos um equilíbrio entre fontes regionais e nacionais/internacionais, o que aponta, por um lado, para uma universalização da pauta e, por outro, para a presença do tema fora da grande imprensa. Se há coincidências ou divergências no tratamento dado à temática nos dois segmentos é uma questão a ser verificada em estudo posterior. Uma suposta neutralidade referente ao posicionamento ideológico da fonte foi maioria, seguida daquelas que se autodeclararam de esquerda e

2. Ao citarmos a ideia de casa-grande como lugar em que se produz o poder patriarcal no Brasil, fazemos referência a um debate clássico do pensamento social brasileiro. É na obra de Gilberto Freyre, no livro *Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal* publicado pela primeira vez em 1930, que se constrói no país uma das primeiras análises sobre as raízes da nossa formação social, destacando a ideia de família e casa como símbolo da dominação patriarcal. Ainda que seja uma obra passível de inúmeras críticas, principalmente no que toca ao olhar do autor sobre as mulheres, o estudo revela de modo profundo as disposições dos diferentes grupos de mulheres (negras, indígenas e brancas) como premissa para a instalação do sistema econômico colonial.

feminista. Tal resultado é esperado, como argumentamos, pelos fatos de que o conteúdo jornalístico prevaleceu na coleta, e de que raramente um veículo de imprensa autodeclara sua posição ideológica. Um estudo que utilize diretrizes mais sutis para classificar fontes ideologicamente pode render resultados mais nuançados.

No que diz respeito à natureza dos conteúdos publicados, destacamos a predominância de textos que não discutem as razões mais profundas e estruturais da violência de gênero, ou que atribuem o problema ao machismo e a todas as desigualdades dele decorrentes. Quantitativamente, prevalecem materiais que:

- i.* destacam uma fonte oficial ou personalidade como porta-voz do tema;
- ii.* divulgam ações correntes de combate à violência; e
- iii.* informam canais e formas de denúncia.

Sem deixar de reconhecer a importância social destas publicações, o cenário observado aponta para a necessidade de ampliar uma discussão que ultrapasse a superfície do problema e trate objetivamente de sua causa, bem como implique o Estado e a sociedade em suas possíveis soluções.

Os dados quantitativos provenientes das análises, para além de seu significado, foram propulsores de um debate social urgente. Verificamos que a violência doméstica foi central no conteúdo analisado, como bem afirmamos. Nesse sentido, embora tenhamos constatado a carência de uma problematização que trouxesse à luz as causas estruturais que levam às desigualdades e a sua face mais cruel, marcada pelo medo e pelo controle, também entendemos que a visibilidade que o problema recebeu, em alguma medida, se configura pelo fortalecimento de um debate que, cada vez mais, não se contenta em estar isolado em locais específicos.

Uma variedade de personalidades e entidades verbalizou os riscos que mulheres do todo o mundo sofrem ao se confinarem com seus agressores, como medida que garante a segurança sanitária e, contraditoriamente, agudiza a insegurança física e psicológica para uma parcela importante da população feminina. Nesse sentido, os resultados apontam para um silenciamento de representações dos inúmeros movimentos de mulheres e outras organizações especializadas em desigualdades de gênero que atuam no país para defender os direitos e a integridade das mulheres. Assim, aquelas que foram ouvidas, bem como o papa Francisco e o secretário-geral da OMS, enfatizaram que a violência contra a mulher se configura um problema global.

É certo que a universalização das desigualdades de gênero não consegue abarcar as diferenças marcadas por intersecções alicerçadas em raça/etnia e classe, por exemplo, e que esses nós revelam especificidades da dominação/exploração de mulheres. Assim, a geopolitização do debate feminista é prerrogativa para uma construção de conhecimento concernente à materialidade das múltiplas vivências. A omissão dessa discussão nos textos analisados também nos parece sintomático de uma sociedade machista, classista e racista, como a brasileira. Ainda assim, entendemos que a confluência entre as variadas realidades se caracteriza pela violência que em tantas regiões e países do mundo se acentua – ou se revela com maior evidência – em tempos de isolamento social.

Outras expressões da desigualdade de gênero se apresentam em nossos achados. Nesse sentido, ganharam evidência a sobrecarga de trabalho doméstico e o cuidado com os filhos, bem como o fato de as profissionais da saúde que se posicionam na linha de frente para o combate ao vírus serem mulheres. Nesse jogo desigual, atua o ideal de reciprocidade que naturaliza o cuidado do outro como função social das mulheres. A crise sanitária colocou em evidência o que o feminismo há tempo considera fundamental: a interdependência entre as esferas produtiva e reprodutiva, cuja invisibilidade se configura um dos pontos mais problemáticos de nossa sociedade capitalista.

Potencialmente, essa crise deixa como lição – ou possível legado – um olhar para a invisibilidade que historicamente desvaloriza o trabalho do cuidado. O chamado *home office* e a presença ininterrupta de crianças no espaço do lar, ao menos para uma parcela da população, materializou as conexões entre as duas esferas, escancarando que a economia considerada produtiva se sustenta no trabalho do cuidado. Como proposição, inspiradas por Karina Batthyáni (2020), secretária executiva do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (Clacso)³, a pandemia clama que é o momento de começar a pensar em novas formas de organização social em que o cuidado seja protagonista e as instituições sejam universais, públicas e gratuitas em prol do coletivo. “Recuperar a dimensão política da vida cotidiana parece ser um caminho a transitar” (Batthyáni, 2020: 4, tradução livre). Trata-se, no caso brasileiro, de um desafio que tem o cenário político como complicador. A crise democrática, que é uma crise dos direitos humanos, torna o ambiente social menos permeável a esta discussão. Os ataques contra os direitos das mulheres, duramente conquistados, devem ser desvelados e ocupar o centro do debate público. Como afirma Joana Maria Pedro (França, Priori & Galinkin, 2020), precisamos muito do feminismo para a garantia de direitos já estabelecidos em um cenário de tantos retrocessos.

3. O Clacso criou o Observatório Social do Coronavírus, com acesso aberto às contribuições de inúmeros pesquisadores que, a partir de uma diversidade de países, enfoques e campos do conhecimento, abordam – através de textos breves – os efeitos sociais da pandemia.

Por fim, quando nos perguntamos acerca de outros desdobramentos desse período excepcional em escala mundial, e mais especificamente no Brasil, somos desafiadas a vislumbrar um momento posterior, pós-pandêmico. Desde a formação colonial do Brasil, o esquema político e econômico que se ergue apresenta a família como sua base. E a casa é justamente este local que historicamente não é apenas inseguro para as mulheres, mas que se organiza como estrutura que produz a insegurança. Como determinar essa mesma casa como espaço ideal para o confinamento tão necessário no combate ao vírus que provoca a atual pandemia? Esse é provavelmente o maior paradoxo que a pandemia impõe quando direcionamos nosso olhar às violências de gênero. Sem a inclusão das experiências das mulheres em todos os debates que busquem soluções para as problemáticas do mundo social, pouco se pode avançar.

Referências

AGUIAR, Sonia. *Territórios do jornalismo: geografias da mídia local e regional no Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes; Editora PUC-Rio, 2016.

ARAÚJO, Anna Bárbara. Gênero, reciprocidade e mercado no cuidado de idosos. *Revista Estudos Feministas*, v. 1, n. 27, p. 1-13, 2018.

BADINTER, Elisabeth. *XY: sobre a identidade masculina*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

BALLESTRIN, Luciana. Feminismos subalternos. *Revista Estudos Feministas*, v. 25, n. 3, p. 1035-1054, 2017.

BANDEIRA, Lourdes Maria. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. *Revista Sociedade e Estado*, v. 29, n. 2, p. 449-469, 2014.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2009.

BATTHYÁNI, Karina. *La pandemia evidencia y potencia la crisis de los cuidados*. Observatorio social del Coronavirus, Colección "Pensar la Pandemia-on-line", p. 1-4, Buenos Aires, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (Clacso), 2020.

BOBBIO, Norberto. *Direita e esquerda. Razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1995.

CÁRCELA, Rosa. Del crimen pasional a la violencia de género: evolución y su tratamiento periodístico. *Ámbitos*, v. 11, n. 17, p. 171-188, 2008.

CARDOSO, Elizabeth. Imprensa feminista brasileira pós 1974. *Revista Estudos Feministas*, v. 12, n. 264, p. 37-55, 2004.

CARRASCO, Cristina. A sustentabilidade da vida humana: um assunto de mulheres? In: NOBRE, M.; FARIA, N. (Orgs.). *A produção do viver: ensaios de economia feminista*, p. 11-49. São Paulo: Editora Sempre Viva Organização Feminista, 2003.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM (COFEN). *A luta contra o Coronavírus tem rosto de mulheres*, 2020. Disponível em: <http://www.cofen.gov.br/a-luta-contra-o-coronavirus-tem-o-rosto-de-mulheres_79476.html>. Acesso em: 12 Maio 2020.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, v. 10, n. 1, p. 171-189, 2002.

DUTRA, Juliana; MAYORGA, Claudia. Mulheres indígenas em movimento: possíveis articulações entre gênero e política. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 39, p. 113-129, 2019.

FIGUEIREDO, Angela. Epistemologia insubmissa feminista negra decolonial. *Tempo e Argumento*, v. 12, n. 29, p. 1-24, 2020.

FRANÇA, Fabiane; PRIORI, Claudia; GALINKIN, Ana Lúcia. Os impactos da pandemia (Covid-19) no cotidiano das pessoas: desafios e contribuições dos estudos de gênero e dos feminismos – Entrevista com Joana Maria Pedro. *Revista Educação e Linguagens*, v. 9, n. 17, p. 11-25, 2020.

FRASER, Nancy. *Unruly Practices: power, discourse and gender in contemporary social theory*. Minneapolis, MN: University of Minnesota Press, 1989.

FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. São Paulo: José Olympio, 1954.

GONZALEZ, Lélia. *Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa*. São Paulo: Editora Filhos da África, 2018.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, v. 132, n. 37, p. 595-609, 2007.

HOLHFELDT, Antonio. Objectivity: a mythicized journalistic category. *Revista Famecos*, v. 11, n. 24, p. 31-40, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), 2019. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25534-desemprego-cai-para-11-8-com-informalidade-atingindo-maior-nivel-da-serie-historica>>. Acesso em: 17 Maio 2020.

_____. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua). Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6373>>. Acesso em: 16 Maio 2020.

INSFRAN, Fernanda; MUNIZ, Ana. Maternagem e Covid-19: desigualdade de gênero sendo reafirmada na pandemia. *Diversitates International Journal*, v. 12, n. 2, p. 26-47, 2020.

LUTTERBACH, Maria. Mapa da violência de gênero. *Gênero e número*, 2018. Disponível em: <<https://mapadaviolenciadegenero.com.br/>>. Acesso: 15 Maio 2020.

MARANHÃO, Romero. A violência doméstica durante a quarentena da Covid-19: entre romances, feminicídios e prevenção. *Brazilian Journal of Health Review*, v. 3, n. 2, p. 3197-3211, 2020.

MARTINEZ, Monica et al. Estudos de gênero na pesquisa em jornalismo no Brasil: uma tênue relação. *Revista Famecos*, v. 23, n. 2, 2016.

MARTYNOWSKYJ, Estefania. Locos, psicópatas, anormais... o de las estrategias discursivas para invisibilizar el carácter estructural de la violencia de género. *Temas y Debates*, v. 5, n. 19, p. 161-174, 2015.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MONTEIRO, Solange et al. A produção acadêmica sobre a questão da violência contra a mulher na emergência da pandemia da Covid-19 em decorrência do isolamento social. *Doxa: Revista Brasileira de Psicologia e Educação*, v. 22, n. 1, p. 152-170, 2020.

NEPOMUCENO, Bebel. Mulheres negras: protagonismo ignorado. In: PINSKY, C. B.; PEDRO, J. M. (Orgs.), *Nova história das mulheres no Brasil*, p. 382-409. São Paulo: Contexto, 2013.

ORTEGA, Francisco; ORSINI, Michael. Governing Covid-19 without government in Brazil: ignorance, neoliberal authoritarianism, and the collapse of public health leadership. *Global Public Health*, v. 15, n. 9, p. 1257-1277, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/17441692.2020.1795223>>. Acesso em: 23 Ago. 2020.

PATEMAN, Carole. *Críticas feministas a la dicotomía público/privado*. Buenos Aires: Paidós, 1996.

PESSOA, Brenna; NASCIMENTO, Elaine. Femicídio e Covid-19: duas expressões da questão social. *Revista Espaço Acadêmico*, n. 224, p. 37-46, 2020.

PINHEIRO, Luana et al. *Vulnerabilidade das trabalhadoras domésticas no contexto da pandemia de Covid-19 no Brasil*. Brasília: ONU Mulheres; Ipea, 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/200609_nt_disoc_n_75.pdf>. Acesso em: 20 Abr. 2020.

PISANI, Mariane. O enfrentamento e a sobrevivência ao Coronavírus também precisa ser uma questão feminista! *Cadernos de Campo*, v. 29, n. 1, p. 156-162, 2020.

ROCHA, Rose; SILVA, Josefina. Alteridade de gênero e deslocamentos de sentido como práticas feministas em rede: observações sobre a página “Moça, você é machista”. *Contracampo*, v. 35, n. 2, p. 33-51, 2016.

RODRIGUES, Carla. A quarta onda do feminismo. *Revista Cult*, v. 25, n. 219, p. 30-47, 2016.

SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero patriarcado violência*. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

TCHALEKIAN, Bruna; PAIVA, Vera. Violência contra a mulher: vulnerabilidade programática em tempos de SARS-COV-2/Covid-19 em São Paulo. *Revista Psicologia & Sociedade*, n. 32, p. 01-20, 2020.

VALENTE, Jonas. Apresentação do dossiê temático “Algoritmos, economia e poder”. *Revista Eptic*, v. 22, n. 2, p. 56-63, 2020.

VARGAS VALENTE, Virginia. Los feminismos latinoamericanos en su tránsito al nuevo milenio. Una lectura político-personal. In: MATO, D. (org.). *Cultura, política y sociedad. Perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: Clacso, 2005.

WESCHENFELDER, Viviane; FABRIS, Elí. Tornar-se mulher negra: escrita de si em um espaço interseccional. *Revista Estudos Feministas*, v. 27, n. 3, p. 1-15, 2019.



O movimento de mães contra a violência policial nas periferias brasileiras

Recebido: 30.04.21
Aprovado: 05.08.21

Débora Françolin Quintela (<https://orcid.org/0000-0001-9663-7556>),
Departamento de Ciência Política, Universidade de Brasília,
Brasília, Distrito Federal, Brasil.

I. Débora Françolin Quintela é doutoranda em ciência política pela Universidade de Brasília (UnB), mestra e bacharel em ciência política pela mesma instituição. <deborafrancolin@gmail.com>.

Resumo: O artigo propõe analisar o ativismo político de mães de vítimas da letalidade da ação policial nas periferias brasileiras a partir da perspectiva dos movimentos sociais. Inicia-se pela apresentação dessa forma de ação coletiva, marcada pela condição de maternidade e pela vulnerabilidade, para, então, observá-lo a partir de categorias frequentemente destacadas na teoria dos movimentos sociais. Neste empenho, são delineadas as suas principais características, destacando-se entre elas a relevância do aspecto emotivo. Dor, raiva e ultraje, tanto quanto amor, acolhimento e solidariedade são afetos fundamentais para uma compreensão aprofundada das mães em luta. A análise é baseada em entrevistas de profundidade com ativistas do movimento, na participação da pesquisadora em atos e em revisão bibliográfica. Conclui-se que estamos diante de um movimento social singular e salienta-se a imprescindibilidade de uma perspectiva atenta às emoções nesse campo de estudos, fundamental para a compreensão de um movimento como este.

Palavras-chave: Movimentos sociais. Movimentos de mães. Letalidade policial. Ativismo político. Emoções.

Mothers' movement against police violence in Brazilian peripheries

The article proposes the analysis of the political activism of women mothers of victims of police lethality in low-income suburbs of Brazil from the perspective of social movements. It begins with the presentation of this collective action, marked by the condition of motherhood and vulnerability, and then investigates it from categories frequently highlighted in the theory of social movements. In this endeavor, its main characteristics are outlined, especially the relevance of the emotional aspect. Pain, anger and outrage, as well as love, welcome and solidarity, are fundamental affects for an in-depth understanding of mothers in struggle. The analysis is based on in-depth interviews with movement activists, on the researcher's participation in political acts and on bibliographic review. It concludes that we are facing a singular social movement and outlines the importance of an attentive to emotions perspective in this field of studies, fundamental for the understanding of such a movement.

Keywords: Social movements. Mothers' movements. Police lethality. Political activism. Emotions.

Introdução

O primeiro semestre de 2020 foi marcado pela pandemia do novo Coronavírus e a necessidade de isolamento social. Na contramão do que seria de se esperar, entretanto, o fato de a população estar mais recolhida em casa não impediu um aumento de 7% na letalidade da ação policial¹. Pelo menos 3.148 brasileiros foram mortos em decorrência de intervenções policiais nos primeiros seis meses de 2020, 17 vítimas diárias. Esses números demonstram um crescimento em relação ao primeiro semestre de 2019, ano que, por sua vez, tinha apresentado o maior número computado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), desde 2013, quando elas começaram a ser monitoradas. Em todo o ano de 2019 foram 6.357 mortes, sendo que três estados sozinhos corresponderam a mais da metade delas (53,4%): Bahia, com 716 mortes; São Paulo, com 867; e Rio de Janeiro, com 1.810. Esses números, alarmantes, são seguramente defasados em relação à realidade, já que são as próprias polícias que cometem e registram os homicídios, obstruindo o caminho da denúncia.

Os alvos da letalidade da ação policial tendem a seguir um perfil: são homens (99,2% das vítimas no primeiro semestre de 2020), jovens (73,8% entre 15 e 29 anos) e negros (79,1%). Contudo, casos como o das meninas Rebeca Beatriz e Emily Victoria, de 7 e 4 anos, atingidas por balas achadas² da polícia militar enquanto brincavam na porta de casa, em uma comunidade de Duque de Caxias (RJ), em dezembro de 2020, demonstram que nenhum morador de periferias e favelas está salvaguardado no Brasil atual. Nesses locais, em que o Estado é na maior parte do tempo ausente, quando aparece, mostra-se em sua face mais violenta.

Ao passo em que aumentam as vítimas da violência institucional, aumentam também as famílias em luto e a quantidade de *mães ultrajadas* (Rocha, 2014). Segundo Luciane de Oliveira Rocha, a partir do luto provocado pela ação violadora dos agentes de segurança do Estado e das emoções de ultraje atreladas a ela, forja-se uma força entre essas mulheres. Força essa que resulta em ação política, identificação enquanto coletivo e poder para resistir à opressão. A partir, então, da união entre mulheres que compartilham a perda e o sentimento de ultraje tem se fortalecido em uma rede nacional de mães de vítimas da letalidade da ação policial nas periferias e favelas brasileiras. Para além das dores, elas compartilham uma potência política que vem se expressando em um tipo específico de ativismo político.

Com este artigo, proponho abordar o ativismo de mães ultrajadas e politicamente organizadas a partir da perspectiva dos movimentos sociais, destacando os aspectos definidores dessa ação coletiva que as aproximam de categorias frequentemente

1. Todos os dados apresentados neste parágrafo e no seguinte têm como fonte o *Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2020* (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2020).

2. Convencionou-se, no debate público e na grande mídia, referir-se às vítimas de armas de fogo em situações “acidentais” – em que não havia confronto armado –, como vítimas de “balas perdidas”. Se observamos quem é vitimado por essas balas, contudo, fica evidente que pouco há de aleatoriedade nesses ditos acidentes. Como pontua uma das entrevistadas – Bárbara –, “a bala nunca é perdida, é achada. Sempre acha um negro, um pobre, morador de periferia”. Opto, assim, pelo uso dessa expressão, mobilizada por diversos ativistas contra a violência policial.

te destacadas na teoria dos movimentos sociais. Saliento, ainda, a relevância de considerar as emoções em análises de ações coletivas. Sem especial atenção às emoções, seria impossível compreender em profundidade o movimento de mães, fundamentalmente constituído de afetos.

Assim como a letalidade da ação policial, o movimento de mães espalha-se por periferias e favelas de grandes cidades de todo o país. Os achados aqui examinados, contudo, resultam de uma pesquisa de mestrado desenvolvida na cidade do Rio de Janeiro (RJ) e na região da Baixada Santista (SP) (Quintela, 2017). Para a pesquisa foram realizadas entrevistas de profundidade com 12 participantes do movimento³; análise de publicações nas redes sociais dos coletivos locais que elas constituem; de documentos enviados a autoridades; bem como de matérias jornalísticas. Ademais, constam deste artigo apreciações feitas a partir da participação da pesquisadora em ações apoiadas e/ou organizadas pela rede de mães contra a violência policial, experiências que possibilitaram a observação direta das ativistas em ação.

Este artigo foi dividido em três seções, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira, apresento o movimento de mães, comento suas origens e começo a apresentar sua caracterização. Na seção seguinte, analiso especificamente o movimento com base em categorias comumente empregadas pelas teorias dos movimentos sociais, especialmente em Charles Tilly, mas também em Sidney Tarrow, Alberto Melucci e James Jasper, dentre outros. Na terceira seção, detenho-me sobre um aspecto fundamental para esta análise: a centralidade das emoções no movimento de mães contra a violência policial.

“Do luto à luta”: o ativismo de mães contra a violência policial

Primeiros passos

Pelo que indicam as ativistas entrevistadas e as fontes secundárias, no Brasil⁴, o movimento de mães surgiu a partir das “Mães de Acari”. O grupo, que após constantes ameaças e o assassinato de uma integrante não está mais ativo, formou-se em 1990, no Rio de Janeiro, após o desaparecimento de onze jovens moradores da favela de Acari que viajavam em grupo⁵. Diante da ineficiência da polícia em solucionar o caso e certas do envolvimento de agentes de segurança estatal no mesmo, as mães de alguns dos desaparecidos se organizaram para investigar o crime por conta própria e exigir respostas das autoridades. Passados 28 anos, o paradeiro dos jovens segue desconhecido, mas suas mães inspiraram outras mães por todo o país.

3. O perfil das entrevistadas é descrito no Quadro 1. Nomes aleatórios foram conferidos para cada uma. Apesar de ter recebido autorização para usar seus verdadeiros nomes à época da pesquisa, pelo tempo decorrido desde então, opto por preservá-los neste artigo.

4. A América Latina conta com uma longa tradição de movimentos de mulheres contra a violência estatal, com a marca central da mobilização da condição de mães. O de maior notoriedade, as *Madres de la Plaza de Mayo*, surgiu em 1977, em oposição aos “desaparecimentos forçados” de civis durante a Ditadura Militar Argentina (1976-1983). As *Madres argentinas* introduziram formas de ação coletiva que se tornaram características de movimentos de mães no mundo todo, inspirando, até mesmo, a atuação de mulheres contra a ditadura no Brasil (Alvarez, 1990). Diversos aspectos do movimento em foco guardam semelhança com essa tradição. O grande diferencial das mães brasileiras contra a violência policial, contudo, é sua marcação de classe e raça. Conforme ficará evidente no decorrer da análise, para

além do gênero, a negritude e a pobreza pautam a vida dessas mulheres, suas experiências, e, em decorrência, a construção de sua ação coletiva e agenda política. Assim como existe um recorte que caracteriza a violência policial, esse movimento de mães é demarcado pela posição social de suas participantes.

5, O desaparecimento dos jovens de Acari, junto com a Chacina da Candelária e de Vigário Geral (ambas em 1993), foi um dos primeiros casos a dar visibilidade ao quadro de violência da ação policial carioca, marcada desde então pela alta letalidade (Araújo, 2007).

6. A sucessão de assassinatos ocorridos na região entre 12 e 16 de maio de 2006, teria sido uma reação à ofensiva de membros da facção criminosa PCC contra as forças de segurança pública paulista. No decorrer de cinco dias, 505 civis e 59 agentes públicos foram mortos, apenas 6% dos civis mortos tinham antecedente criminal (Laboratório de Análise da Violência, 2008). A maioria dos casos tem traços de execução sumária e indícios de ter sido cometida por grupos de extermínio e

Embora essa tenha sido a primeira mobilização de mães em torno dessa questão, constatou-se com a pesquisa que o movimento de mães, no molde atual, começa a se forjar efetivamente em 2006, a partir da formação do “Movimento Independente Mães de Maio”, na Baixada Santista. O Mães de Maio brasileiro surgiu após uma onda de assassinatos no estado de São Paulo, posteriormente conhecida como “Crimes de maio”⁶. Quinhentos e cinco civis foram mortos em um período de cinco dias, ninguém foi preso. Diante da falta de respostas – de forma semelhante a como se havia dado com as Mães de Acari –, o Mães de Maio tem início com a união de mães de vítimas com o propósito de exigirem, juntas, a devida investigação e punição dos envolvidos. Pouco a pouco, elas formaram uma rede local, com mães de vítimas dos crimes de maio e de outros crimes cometidos por policiais. Com o tempo, e a notoriedade adquirida, o movimento ganhou caráter nacional, sendo constituído de mães de vítimas por todos o país.

Ainda hoje, a forma mais comum de o movimento de mães atrair novas participantes é uma ativista tomar conhecimento de uma execução policial e contatar a mãe da vítima. No primeiro momento, as mães mais antigas compartilham seus conhecimentos sobre como proceder judicialmente e oferecem apoio emocional e, então, apresentam os objetivos e ações do movimento, convidando a mãe a engrossar a luta pública. Além do convite direto, algumas mães tomam conhecimento do movimento na própria comunidade, ou pela mídia, ou por intermédio de ativistas e movimentos sociais relacionados à causa dos direitos humanos.

A partir de 2006, as integrantes do Mães de Maio começaram a viajar o país denunciando a grave violação aos direitos humanos representada pela chacina paulista e pressionando o poder público, primeiro estadual e depois federal, por respostas. No decorrer desse processo, elas ganharam notoriedade e estabeleceram contato com apoiadores e ativistas de outras causas sociais. Pelo que pude constatar, foi depois de ganhar projeção nacional que o Mães de Maio passou a ser procurado por mães de outras regiões e a inspirar a formação de grupos locais de mães⁷ contra a letalidade da ação policial.

Concomitantemente ao progressivo aumento da letalidade da ação das polícias brasileiras, a atuação das Mães de Maio foi se fortalecendo e os coletivos locais se multiplicando, dando vida a um movimento social que extrapola as fronteiras regionais. Embora a existência de grupos locais resulte, eventualmente, em divergências internas, quando ocupam a arena pública, essas mulheres se colocam como um ator coletivo unificado, compartilhando um repertório de ações, entoando uma identidade comum e defendendo o mesmo projeto político. Por isso, acredito ser possível fazer considerações do movimento mais amplo a partir das

observações feitas na cidade do Rio de Janeiro (RJ) e em Santos (SP), onde estive entre julho e agosto de 2017, com o apoio de uma bolsa de intercâmbio acadêmico do Procad/Capes e do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília (Ipol/UnB).

Foram entrevistadas 12 ativistas, entre integrantes do Mães de Maio residentes da região metropolitana da Baixada Santista (SP), e integrantes de coletivos locais cariocas (como o Mães de Manguinhos)⁸, além de mulheres que se alinhavam individualmente à pauta das mães contra a violência policial, ou que compunham a Rede de Comunidades e os Movimentos Contra a Violência (Rede)⁹, também no Rio de Janeiro.

O primeiro contato com as integrantes dos movimentos deu-se através das páginas do Mães de Maio e do Mães de Manguinhos no Facebook. O primeiro grupo foi selecionado justamente por sua notoriedade, ao passo que tomei conhecimento do segundo por meio de matéria jornalística que relatava um protesto das mães de vítimas de violência policial. A partir do contato virtual, foram selecionadas as primeiras entrevistadas, Bárbara e Angela, duas das fundadoras dos respectivos movimentos e as gerenciadoras de cada página no site. As demais entrevistadas foram indicadas pelas duas e por Denise, da Rede, a quem conheci através da Angela. As três intermediaram todos os demais encontros, os quais ocorreram na casa das entrevistadas, no escritório da Rede, no Centro do Rio de Janeiro, ou em estabelecimentos comerciais, conforme o desejo de cada uma.

Características do ativismo

A especificidade mais evidente do movimento em análise é precisamente a condição de mãe de suas integrantes. A luta contra as violações cometidas por agentes de segurança estatal nas periferias é marcada por um forte recorte de gênero, são raríssimos os casos de homens ativos nessa batalha. Uma das razões que podem explicar esse protagonismo feminino é a ainda manifesta divisão sexual do trabalho¹⁰, a qual responsabiliza prioritariamente as mulheres pelos cuidados com os filhos, enquanto desobriga os homens. Denise afirmou que *“normalmente quem entra na luta é a mãe”*, justamente porque *“o pai trabalha”* e *“alguém tem que botar comida dentro de casa”*. Divide-se assim *“porque a mãe foi quem gerou e colocou no mundo. Eu me sinto responsável pela vida do meu filho”*.

Ficou evidente durante a pesquisa que as ativistas compartilham esse entendimento de que, enquanto mães, eram as principais responsáveis pelos filhos. Por isso, a luta por justiça em relação às suas mortes é interpretada como ato de amor, mas

agentes do Estado (International Human Rights Clinic & Justiça Global, 2011).

7. A especificação se faz necessária pois diversos grupos organizados contra a violência policial, sem a demarcação da maternidade, são anteriores ao das Mães de Maio – a exemplo da própria Rede, citada na sequência. Fundada pela irmã de um sobrevivente da Chacina da Candelária, em 1993, a Rede resulta da junção de movimentos que atuavam nessa pauta desde a chacina, apresentando-se como representante de comunidades, movimentos e familiares, em geral.

8. O Mães de Manguinhos foi constituído entre o fim de 2014 e o início de 2015, por duas mães cujos filhos foram mortos por policiais na favela onde nasceram e foram criados – Manguinhos. Hoje, o grupo conta com a participação de algumas outras mães de vítimas na mesma comunidade e com o apoio do Fórum Social de Manguinhos, da Rede, da Anistia Internacional e da Justiça Global.

9. Formada em 2004, em resposta a repetidas chacinas que ocorriam no Rio de Janeiro, a Rede é o grupo de maior visibilidade

entre os que lutam contra a violência estatal na cidade, sendo composta por familiares de vítimas da brutalidade policial (predominantemente, mas não exclusivamente, mães).

10. A divisão sexual do trabalho é caracterizada pela designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva, dos trabalhos domésticos. Ainda hoje, as mulheres brasileiras são desproporcionalmente encarregadas pela casa e pelos cuidados. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) de 2015 (IBGE, 2016), entre a população brasileira maior de 16 anos, 52,6% dos homens afirmam se ocupar de tarefas domésticas, contra 89,9% das mulheres. Enquanto eles, em média, dedicam 10,8 horas por semana a essas atividades, as mulheres dedicam mais que o dobro: 24,4 horas.

11. Como exemplos, temos a esterilização forçada como prática amplamente utilizada no Brasil nos anos 1990, principalmente na região Nordeste, com o intuito de controlar o aumento da população negra e pobre (Reichmann, 2010); e a defesa da legalização do aborto como instrumento

também como prolongamento de suas obrigações maternas. Nesse sentido, muitas vezes o engajamento político aparece em falas como sendo menos uma escolha e mais um tipo de dever moral do qual elas, enquanto mães, não poderiam se esquivar. *“Mãe, quando tem um filho precisando, tem que largar tudo e focar naquele filho”*, pontua Júlia. No momento em que os filhos são vítimas de uma injustiça, lutar contra o injusto é a forma que encontram de cuidar: *“quando eu estou nos lugares falando dele é como se eu continuasse cuidando dele”* atesta Angela. *“Eu sempre lutei para criar meu filho, não é porque ele morreu que minha luta acabou”*, Fernanda pontua.

A maternidade é, portanto, a grande propulsora desse ativismo, os sentidos atrelados a ela forjam a motivação primordial. Mas cumpre também um importante propósito de estratégia política para o movimento, em uma sociedade que “valoriza as mães quase à exclusão de todas as outras mulheres” (Taylor, 2001: 106). Ao participar de ações e conversando com integrantes, ficou evidente como a condição de mães é constantemente reforçada, na mesma medida em que é salientada a questão da dor e do luto impostos a elas pelo Estado. Em semelhança a outros movimentos de mães latino-americanos, ao reforçarem sua associação ao papel social a partir do qual a sociedade ainda atribui as virtudes femininas, essas mulheres obrigam essa mesma sociedade a reconhecer sua causa. Com isso, elas não garantem, necessariamente, apoio, mas, no mínimo, que admitam a legitimidade da mobilização (posição similar é encontrada em Bila Sorj (2016)). Afinal, a luta das mães representaria, em última instância, o cumprimento de seu papel social, do cuidado, mesmo em meio às maiores adversidades.

Importa salientar que as mulheres de quem estamos falando são, em sua maioria, negras e, em sua totalidade, moradoras de bairros populares e periféricos. Nesse sentido, elas não correspondem à figura de mulher atrelada ao ideal (burguês) de maternidade, frágil e vulnerável, dedicada exclusivamente à vida doméstica. São mulheres que, pressionadas pelas necessidades socioeconômicas, desde sempre se dividiram entre o cuidado dos filhos e o trabalho “produtivo”. Não por isso, elas são menos pressionadas por esse ideal de maternidade. Em verdade, podemos considerar que salientar a maternidade e um amor materno incondicional é um quê de resistência frente a um sistema que não apenas dificulta o exercício de sua maternidade, mas, frequentemente, as trata como mães indesejáveis¹¹.

Concomitantemente à demarcação da condição de mães, as ativistas se definem em oposição ao Estado, o responsável por sua dor e, conseqüentemente, por incitar seu engajamento. Segundo Rocha (2014), a virtuosidade das “mães” é contrastada à infâmia do Estado, quando esse assume uma posição violadora. Assim,

QUADRO 1
PERFIL DAS ENTREVISTADAS

Nome	Local de residência	Situação conjugal	Raça	Escolaridade	Ocupação	Parentesco, gênero e idade da vítima
Angela	Manguinhos, RJ	Relação estável	Negra	Ensino superior	Pedagoga (inativa)	Filho, 19 anos
Bárbara	Santos, SP	Viúva*	Negra	Ensino fundamental	Dona de casa	Filho, 29 anos
Carla	Santos, SP	Viúva*	Negra	Ensino médio	Faxineira	Irmão**, 18 anos
Denise	Morro do Borel, RJ	Casada	Negra	Ensino médio incompleto	Operária aposentada	Filho, 19 anos
Elaine	Santos, SP	Separada	Branca	Não estudou	Diarista	Filho, 30 anos
Fernanda	Manguinhos, RJ	Separada	Negra	Ensino fundamental incompleto	Vendedora ambulante	Filho, 18 anos
Giovana	Rocinha, RJ	Separada	Branca	Ensino fundamental incompleto	Empregada doméstica inativa	Filho, 33 anos
Heloísa	Complexo do Chapadão, RJ	Separada	Negra	Ensino fundamental incompleto	Faxineira	Filho, 17 anos
Isabela	Guarujá, SP	Separada	Branca	Ensino fundamental incompleto	Desempregada	Filho, 28 anos
Júlia	Riachuelo, RJ	Separada	Negra	Ensino médio e especialização	Assessora legislativa	Filho, 20 anos
Lúcia	Santos, SP	Casada	Negra	Ensino fundamental incompleto	Dona de casa	Filho, 25 anos
Marília	Santos, SP	Viúva	Branca	Ensino fundamental incompleto	Manicure e cabeleireira	Filha, 20 anos, e neta, sendo gestada

* Viúvas de companheiros também mortos pela polícia.

** Criado desde cedo pela irmã e seu companheiro.

Fonte: autora.

de prevenção e contenção da violência, por um governador do Rio de Janeiro, que afirmou que as mulheres das favelas cariocas eram “fábricas de produzir marginal” Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,MUL155710-5601,00-CABRAL+DE FENDE+ABORTO+CONTRA+VIOLENCIA+NORO+RIO+DE+JANEIRO.html>>.

essas mulheres se colocam como representantes do lado justo, como defensoras das populações vulneráveis, em oposição ao lado corrompido, justamente o que deveria protegê-las e, pelo contrário, as viola.

Para Carla, o papel do Estado brasileiro parece “fazer uma faxina geral nas periferias”, “eliminar os pretos e os pobres, tirar a pedra do caminho deles” e não, por exemplo, investir na educação: “educação para eles é prejuízo, porque eles não querem pessoas politizadas, informadas de seus direitos”. Fernanda concorda: “a gente mora num lugar carente, não tem apoio de ninguém. E quem poderia dar uma ajuda para nós, que é o Estado, só vem para trazer tristeza para dentro da favela”. Na mesma linha, Denise assinala que, embora toda criança nasça com direitos, “nas comunidades eles são todos violados”. Diante desse cenário, as mães se veem na urgência de se organizar politicamente para efetivar as garantias que deveriam, em

teoria, estar dadas de antemão: “*é direito meu ter um Estado brasileiro que me dê condições para viver nele e quem garante isso sou eu mesma, obrigando ele a me proporcionar os meus direitos*”, completa Júlia.

Como aprofundaremos na próxima seção, é comum ouvir as ativistas falando a partir de um “nós”, que faz política contra “eles” (Estado). Adriana Vianna e Juliana Farias (2011) identificam que o antagonismo entre “mães” e “Estado” é simbolizado em duas acusações: a de que o Estado é o responsável direto pelas mortes dos filhos¹² e a de que ele é indiferente em relação aos casos, não se empenhando na elucidação dos crimes, nem na punição dos envolvidos. Como pontua Carla, “*se matam um policial eles descobrem muito rápido quem foi. Se tem vandalismo em um órgão público também, e prendem o responsável. Um homicídio da gente, não*”. Para Marília, a rapidez com que descobrem o assassino de um rico é contrastada ao assassinato de um pobre: “*se matam um pobre, é menos um, é só número*”.

O movimento de mães reivindica que cada crime infligido por policiais seja investigado e que seus responsáveis sejam devidamente punidos; que as famílias das vítimas sejam reparadas (com apoio jurídico, psicológico e financeiro) e que, claro, haja o fim da violência policial. Não obstante, como evidenciado nas falas acima, as ativistas denunciam a seletividade da Justiça e do Estado brasileiro, os quais negligenciam mães e filhos por serem pobres, moradores de bairros periféricos e, em sua grande maioria, negros. Para além de cada caso individual, a luta das mães é uma luta coletiva e política que reivindica a reforma da polícia, o fim do genocídio negro e a efetiva consolidação democrática – entendida em um aspecto mais amplo, de efetiva isonomia e garantia universal de direitos.

Em conclusão, Bárbara pondera: “*se a ditadura acabou, foi para a burguesia e não para nós pretos, pobres e de periferia*”. Lúcia concorda: “*pensam que a gente vive em uma democracia, isso é uma mentira. A gente não tem direitos*”. Marília complementa: “*a gente não tem direito de nada, nem de ir e vir e nem de expressar o que está acontecendo*”.

Pelo que pude perceber, foi a partir do contato com ativistas de direitos humanos, políticos e estudiosos, que o entendimento dessas mulheres se alargou e suas reivindicações adquiriram amplitude. Como assinalado nas falas reproduzidas, elas compartilham o entendimento de o que enfrentam, por sua condição econômica e racial, é a negação de direitos básicos. De modo que, embora a bandeira mais visível do movimento continue sendo a denúncia da letalidade da ação policial, esta está relacionada a uma demanda mais ampla pelo direito a uma vida digna e à assistência pública, um Estado que não se apresente apenas em sua face violenta.

12. As ativistas entendem que o problema não se resume ao policial que comete o crime, mas abrange todo o sistema por trás – o Estado – que chancela a sua ação, a estimula e a protege. Conforme Angela, “*é o agente que aperta o gatilho, mas é o Estado quem mata, porque ele permite. Então, ele tem que ser cobrado sim*”. Reforça essa compreensão o fato de que a maioria dos casos desse tipo sequer é investigado, sendo arquivada com a justificativa de que as vítimas morreram em confronto com a polícia, configurando auto de resistência. Nos raros casos em que há julgamento, o policial infrator dificilmente é condenado.

Entre as ações desenvolvidas pelo movimento de mães, constam algumas direcionadas aos indivíduos atingidos pelas violações, como o encaminhamento jurídico das famílias das vítimas, o acompanhamento psicológico das mesmas, auxílio financeiro e com cuidados domésticos, quando é o caso. Outras ações são voltadas à rede de militantes e aos apoiadores do movimento: as mães organizam e participam de debates, seminários e encontros que questionam a violência do Estado contra as populações periféricas, promovem reuniões entre elas e fazem homenagens às vítimas.

Em termos de ações públicas, algumas atividades têm como propósito denunciar a alta letalidade da ação policial e são direcionadas a órgãos e entidades no Brasil e no exterior. Por fim, as ações de confronto com o Estado propriamente ditas, que incluem, entre outras, a organização e a participação em protestos contra a impunidade policial, a seletividade da Justiça brasileira, o genocídio do povo negro e a desigualdade social. A criação de campanhas com tais bandeiras e o acompanhamento dos julgamentos dos casos das vítimas de violência policial reúnem as militantes que passam a exercer pressão sobre as autoridades através de suas manifestações.

Para reforçar o que já foi assinalado, embora, em um primeiro momento, a motivação das ativistas ao integrar o movimento seja de natureza individual (exigir reparação pela morte de seus filhos), é comum que, após o contato com a rede de mães, haja um processo de tomada de consciência, de que o problema com o qual elas lidam adquira bases estruturais. De modo que essas mulheres nunca param de exigir justiça para os seus, mas sua luta não se encerra mais nisso. Em certa medida, a Justiça para uma passa a depender da Justiça para todos. Nesse sentido, não se limita apenas a uma justiça de ordem jurídica, mas adquire forma de justiça social.

O relato de Júlia traduz essa transformação de perspectiva. Conforme conta, ela “acordou para a luta” ao perceber que a injustiça contra a qual se opunha não recaía apenas sobre o seu filho, não era “só no seu umbigo”. *“Hoje eu entendo que o que aconteceu não foi uma coisa para a Júlia, a situação é ampla, é mundial”*, afirma. Angela reforça esse entendimento ao relatar que foi a partir do contato com o movimento que percebeu *“que não é qualquer pessoa que está morrendo”*, *“que há um racismo institucional que pauta a política de segurança pública”*, de modo que *“nenhuma mulher preta e favelada, pobre, está livre de passar pela injustiça que é ter um filho assassinado”*. Sendo o problema estrutural, é necessária uma mudança também estrutural, o que, claro, exige muito dessas mães. *“Meu filho morreu, mas eu preciso continuar na luta porque tenho outros filhos, tenho amigos e sobrinhos. E o que aconteceu com meu filho, não quero que aconteça mais”*; *“não é porque*

morreu que acabou, não acabou não, nossa luta está apenas começando...” declara Fernanda.

Entre as conquistas do movimento de mães, podemos citar as esporádicas vitórias judiciais (as quais são interpretadas pelas militantes como vitórias coletivas), a criação da Semana Estadual das Pessoas Vítimas de Violências em São Paulo (Lei 15.501/2014) e no Rio de Janeiro (Lei 7637/ 2017). Por outro lado, desde a eleição do presidente Jair Bolsonaro (sem partido), elas veem cada vez mais distante uma de suas principais demandas: o fim do auto de resistência. Com efeito, o presidente é um opositor declarado de tudo o que elas defendem e um entusiasta de tudo o que denunciam.

É importante lembrar que o atual governo tentou legalizar a impunidade policial, por meio da regulamentação do que ficou conhecido como “excludente de ilicitude”. No PL 882/19, proposto pelo Executivo (através do ex-ministro da justiça Sérgio Moro), propôs-se ampliar o entendimento de “legítima defesa”, ao apensar ao Código Penal inciso a permitir ao juiz reduzir ou deixar de aplicar a pena a agente cujo “excesso” decorresse de “escusável medo, surpresa ou violenta emoção”. Ou seja, seria uma espécie de carta branca para a execução de civis. Em meio a muita oposição, o inciso foi rejeitado.

Um movimento social de mães

Ao observar os trabalhos de Tarrow (2009), Melucci (1989) salienta a dificuldade em delimitar o campo dos movimentos sociais e em definir um movimento conceitualmente, isso em decorrência da multiplicidade de abordagens existentes. Diferentes autores tentam isolar diferentes aspectos empíricos de fenômenos coletivos para construir suas definições, de modo que, ao final, essas elucidações mais expressam uma natureza empírica do que constituem conceitos analíticos. Por não haver consenso acerca do que precisamente definiria um movimento social enquanto tal, verificar se um tipo de ação coletiva pode ou não ser assim classificado torna-se tarefa complexa.

Ainda assim, existem algumas categorias que são mais frequentemente mobilizadas na análise de ações coletivas a partir da abordagem dos movimentos sociais. De acordo com Rebecca Abers e Marisa von Bülow (2011: 53), nas últimas décadas firmou-se o entendimento de que movimentos sociais são “uma forma de ação coletiva sustentada, a partir da qual atores que compartilham identidades ou solidariedades enfrentam estruturas sociais ou práticas culturais dominantes”. Essa compreensão parece ser compartilhada por teóricos que se alinham a diferentes

linhas de interpretação, desde a corrente dos Novos Movimentos Sociais, como Melucci (1988), quanto os que seguem a Teoria do Processo Político, a exemplo de Tilly (2010) e Tarrow (2009).

Ao partir do entendimento de que não existem modelos analíticos definitivos, exponho nesta seção apontamentos teóricos com base nos quais acredito ser possível definir empírica e teoricamente o movimento nacional de mães como movimento social. Neste empenho, tomo Tilly (1995; 2010) como ponto de partida, pela proeminência do autor na área e pela relevância de suas categorias à análise do objeto de estudo. De modo a alcançarmos uma perspectiva mais abrangente, complemento a sua abordagem com a de outros estudiosos do tema.

Segundo Tilly (2010), um movimento social se constitui da síntese de três elementos, os quais devem interagir entre si: campanha, repertório de ação coletiva e demonstrações públicas de valor, unidade, números e comprometimento (Vunc) referentes à causa. Por *campanha* entende-se “o esforço público sustentado de elaboração de reivindicações coletivas direcionadas a determinadas autoridades” (Tilly, 2010: 136); e *sustentado* porque não se trata de um evento único – são *esforços persistentes*, como define Jasper (2016). Já o *repertório de ação coletiva*, diz respeito ao emprego de combinações de formas específicas de ação política, de uma *rotina* de ações – integradas ao todo ou em partes às campanhas sustentadas. Deixemos para comentar *demonstrações de Vunc* mais adiante, junto à análise do movimento de mães.

Ao observar as mães contra a violência policial, identificamos a existência interativa desses três elementos em sua ação coletiva. Conforme relataram as participantes entrevistadas, suas ações estão longe de constituir um evento único, é um trabalho contínuo que já leva anos (para algumas, mais de uma década), configurando uma campanha sustentada de reivindicações coletivas. As ativistas tentam organizar encontros nacionais anuais com mães de diferentes regiões, mas, independentemente disso, ao menos no Rio de Janeiro e na Baixada Santista, as manifestações e reuniões com os grupos locais são constantes – por vezes, contando com a participação de ativistas de outras cidades – e sempre compartilhadas com toda a rede.

Dentre as ações que consegui acompanhar durante a realização da pesquisa, houve a Semana do Julho Negro¹³, quando ativistas de São Paulo estiveram na cidade. É necessário notar, contudo, que a realidade material dessas mulheres se impõe, tornando difícil encontros presenciais entre residentes de localidades diferentes. Não obstante, foram frequentes os relatos de conversas on-line entre as mães entrevistadas, moradoras da região Sudeste, com mães do Nordeste e do Centro-Oeste.

13. O Julho Negro consiste em um conjunto de ações de debate e protesto realizadas no Rio de Janeiro, no período de uma semana, cujo intuito é chamar atenção para questões como o genocídio do povo negro, o racismo e a violência policial. Protagonizado pelos movimentos de mães e de familiares de vítimas do Estado brasileiro, Julho Negro conta com o apoio e a adesão de diversos grupos que atuam em prol dos direitos humanos e contra a violência estatal. Dentre esses, em 2017 participaram mães e familiares de desaparecidos, de vítimas da violência Estatal da Palestina e do México, representantes do Black Lives Matter e da Associação de Haitianos do Brasil.

Com efeito, a internet cumpre uma função fundamental de facilitação do estabelecimento e da manutenção da rede entre as mães. Giovana conta: *“quando eu estou muito mal, eu vou na internet e desabafo. Aí vem a Angela, as outras mães. ‘Sente meu abraço, não fica assim’, e é isso que vai me dando forças para não desanimar”*. Mais adiante, comentaremos o papel imprescindível do apoio emocional que as mães compartilham.

A campanha do movimento de mães é composta, portanto, por atos frequentes, que incluem atividades de denúncia da violência policial, do genocídio do povo negro e de violações de direitos humanos, além de eventos em homenagem às vítimas, as quais são lembradas nominalmente em todos os atos dos quais as mães participam. Ademais, as mães organizam protestos quando há uma execução policial nas comunidades, ou julgamento de policiais envolvidos em homicídios. Elas costumam comparecer em peso nessas audiências, simultaneamente, protestando contra o Estado e prestando apoio à família da vítima. Heloísa relata como foi no julgamento do executor de seu filho¹⁴, dia que também marcou sua adesão ao movimento: *“eu fui para o fórum, e eu vi aquelas mulheres com os cartazes na mão e pensei ‘ué, isso é para mim?’. Na hora me enturmei com aquelas mães, desabafei... REDE!! Ali que eu me fortaleci, que eu me encontrei, porque até então eu pensava que estava sozinha”*.

14. Entre as 12 entrevistadas, o caso do filho de Heloísa era o único que ainda estava em andamento.

Tilly (2010) enumera três elementos como constituintes de uma campanha: um grupo de demandantes autodesignados, um/uns alvo/s de demanda e um público. Todos os três podem ser verificados no movimento de mães: elas são, evidentemente, o grupo de demandantes e o Estado é, simultaneamente, o algoz denunciado e o alvo de sua demanda – a quem cabe proporcionar reparação em relação aos crimes cometidos e ao combate da violência indevida de seus agentes. Como observado na seção anterior, o Estado é alvo também de reivindicações mais amplas de acesso a direitos básicos que lhes são frequentemente negados, como o tratamento isonômico, o direito de ir e vir e o próprio direito à vida. Já o público das campanhas é a sociedade civil. Com as campanhas, além de pressionar as autoridades, as mães buscam chamar atenção da população para a causa e atrair novos apoiadores. Para tanto, por vezes, as ações organizadas interferem no curso usual da rotina de muitas pessoas – elas ocupam avenidas, ou protestam em frente de órgãos públicos, por exemplo.

Evidentemente os tipos de ação executados pelas mães resultam de escolhas, as quais são pensadas como as formas mais adequadas de se fazer reivindicações direcionadas ao Estado, enquanto chamam atenção da sociedade e da mídia para a causa, como comentado por Tarrow (2009). Fica evidente também que elas apre-

sentam um repertório específico de ações coletivas, o qual se constitui de formas consagradas, mas também particulares de ações de protesto. Saliento, nesse sentido, a capacidade criativa do movimento, característica de um movimento social ressaltada por Tilly (2010), além de Jasper (2016) e Melucci (1989).

No decorrer do próprio engajamento, as mães aprendem quais são as formas de mobilização mais e menos efetivas, assim como as aprimoram e transmitem seus conhecimentos para as novas integrantes. Consoante o relatado pelas participantes e trabalhos como o de Vianna e Farias (2011), esse movimento constitui também um espaço de aprendizagem. Através da participação no mesmo, da comunicação entre ativistas e com outros movimentos sociais, as mães aprendem como se posicionar na arena pública, quem contatar em cada ocasião, a quem reclamar o quê e a quem direcionar cada ação. Nesse processo, elas constituem e aperfeiçoam seu repertório, em constante transformação.

O relato de Bárbara é bastante representativo desse processo de aprendizagem. *“A única coisa que eu aprendi na minha vida foi a criar meus filhos, eu era leiga de tudo. Eu não sabia falar, nunca tinha pego nem um ônibus para subir a serra, que é a uma hora e trinta de Santos”*. Hoje, ela não só já falou da tribuna da Câmara dos Deputados, em Brasília, na Universidade de Oxford como, por meio das Mães de Maio, realiza “cursos de formação”, criando núcleos de mães de vítimas em outras cidades. Como explica *“a geografia é muito grande e a gente não pode estar em todos os lugares”*. Por isso, elas viajam *“dizendo para elas quem a gente é, e como elas devem fazer”*, a intenção – salienta – é colocar *“elas como protagonistas, não nós”*; que elas percarn o medo *“para poder avançar e lutar com as próprias pernas”*: para que seja construída uma rede nacional.

Se, por um lado, como já assinalado, a marcação de raça e classe diferencia a agenda dessas mães da agendas das demais mulheres-mães (em geral, brancas e de classe média) que protestavam contra o desaparecimento de civis nas ditaduras latino-americanas, por exemplo; por outro, uma das especificidades do repertório de movimentos de mães, como esse, é precisamente a marcação da maternidade, que as distinguem de outros movimentos alinhados à defesa dos direitos humanos ou contra a violência policial. A rotina de ação dessas militantes é orientada por um desejo de justiça, mas, preponderantemente, pela dor, a dor materna pela perda de um filho. Como ressaltado em James Jasper (1997) e Manuel Castells (2013), a emoção é um importante motor para a mobilização social e, nesse caso, elas não apenas motivam a formação do movimento como pautam as suas ações e os seus posicionamentos – assunto a que voltaremos na próxima seção.

Outro elemento assinalado por Tilly (2010) como definidor de movimentos sociais, são as demonstrações públicas de valor, unidade, números e comprometimento (Vunc) referentes à causa. Tilly (2010: 138) cita como exemplos de demonstração de valor “comportamento sóbrio; roupas asseadas; presença de clérigos, dignatários e mães com crianças”. No caso em foco, acredito que essa se baseia precisamente na mobilização da condição da maternidade e da dor imposta às ativistas pela atitude violadora do Estado. Ou seja, o valor das demandantes é contraposto à indignidade de seu opositor.

Elaine descreve a dor imposta por seu violador, em contraste com sua dedicação ao filho: *“a gente luta durante 30 anos, cuida do filho durante 30 anos, com o maior carinho. E aí, eles vêm e tiram a vida dele, a minha vida. Tiram a minha história e tudo de mim”*. A vida agora é lutar por justiça: *“a gente vive ainda porque pede muita força para Deus. Tem que viver para continuar na luta. Mas não é mais feliz”*.

Para além da imagem de uma mãe valorosa – e sofredora –, ressalta-se a boa índole do filho perdido, do sujeito íntegro que foi vitimado injustamente. A necessidade de ressaltar as qualidades (trabalhador, pai dedicado, filho exemplar...) da vítima também é central a esse ativismo, pois essas mães se veem obrigadas a enfrentar o discurso, difundido pelo Estado e pela mídia, de que quem é morto pela polícia não é inocente, mas criminoso em confronto (o qual, segundo essa lógica, não seria merecedor de piedade, ou sequer de um julgamento justo). Torna-se preciso convencer nossa sociedade punitivista de que aquela é uma vida a ser defendida, que a sua supressão é inaceitável.

Vale salientar que é prevista a pena de morte no Brasil, apenas em caso de guerra. Sendo assim, independentemente de quem era a vítima e/ou de seus antecedentes, não cabe à polícia decidir quem merece ou não viver, sendo sua competência funcional apenas encaminhar suspeitos às autoridades responsáveis por seu julgamento. Infelizmente, contudo, este não é o entendimento corrente, de modo que, além de lidar com a perda, essas mulheres ainda precisam enfrentar o julgamento moral de seus filhos, como se fossem eles os réus: *“você vê a vítima sendo julgada no lugar de quem está com as mãos sujas de sangue”*, queixa-se Angela. Muitas relataram que, após a morte, seus filhos foram mentirosamente referenciados como “criminosos” e/ou traficantes, como se isso justificasse a execução. Por isso, uma de suas demandas é a retratação do Estado, o reconhecimento de sua culpa e da inocência das vítimas.

Ao recorrer à abordagem das molduras interpretativas da ação coletiva (Miac’s) de Marcelo Hunrath Silva, Fernando Cotanda e Matheus Pereira (2017), é possível afirmar que o movimento de mães expressa uma disputa de enquadramentos interpre-

tativos. Através da ação contestatória, as ativistas defendem um enquadramento da questão das mortes causadas por ação policial nas periferias que é alternativo (e, em certa medida, antagônico) ao defendido por autoridades e setores da mídia. Giovana define o que enfrentam: *“o Estado acaba com a vida da gente e eles (policiais) que são as vítimas, não somos nós. Eles botam a gente como se fôssemos os culpados daquilo ter acontecido”*. Elas sabem que não é assim, e querem tornar pública essa verdade. Conforme William Gamson (1985), desenvolver e aplicar um enquadramento alternativo ao hegemônico é precisamente um requisito da contestação social.

O enquadramento proposto pelo movimento de mães busca promover o reconhecimento social da legitimidade de suas demandas e conquistar apoio para a sua causa. Com isso não procuro sugerir que essa interpretação é mero recurso estratégico, evidentemente, refletem convicções autênticas das mães. É precisamente por acreditarem no valor da vida de seus filhos e de toda a população preta e periférica que elas contestam a ação estatal.

Para retomar os demais aspectos presentes nas demonstrações de Vunc enunciados por Tilly (2010), temos o da unidade. Em relação ao movimento de mães, ressalta-se o uso de camisetas e faixas com fotos e nomes de vítimas, além de bandeiras com palavras de ordem e os nomes dos grupos locais. Assim como a realização de marchas em regiões centrais das cidades em que as mães atuam, ou nas comunidades em que houve vítimas. Nessas marchas, as militantes prestam homenagens às vítimas e contam suas histórias, pedem o fim da violência policial e a desmilitarização da polícia militar e denunciam agentes do Estado (por contravenção ou ineficiência). As demonstrações de números do movimento também se dão, sobretudo, em ações desse tipo, em que as mães e os apoiadores ocupam avenidas e a entrada principal de órgãos públicos. Já as de comprometimento se baseiam na constante evocação da dor das mães. Foi a partir da imposição externa da dor da perda que essas mulheres constituíram esse movimento e é também apesar dessa dor que elas se mantêm engajadas.

Em qualquer rápida conversa com as ativistas são enunciados os diversos obstáculos que precisam enfrentar para participar do movimento. Fernanda, por exemplo, foi uma das que desenvolveu problemas de saúde após a morte do filho; Giovana, evita sair de casa por ter sido ameaçada de morte, o que a obrigou, em consequência, a parar de trabalhar, fazendo com que dependa da ajuda de familiares e amigos; já Angela diz que se mantém engajada apesar do desencorajamento de familiares. Não obstante, todas as entrevistadas ressaltaram que se mantêm firmes na luta por acreditarem em sua causa e pelo comprometimento com as demais, como será comentado logo adiante.

O forte vínculo que as mantém unidas, baseado no reconhecimento e na legitimação mútuos, contrasta com a observação de Eder Sader (1988) de que, no Brasil, frequentemente os movimentos sociais têm de construir suas identidades enquanto sujeitos políticos precisamente porque elas são ignoradas nos cenários públicos instituídos. É o caso dessas mulheres, cuja existência parece ser negligenciada pelo Estado, até que elas passem a confrontá-lo.

Tilly (2010: 149) também enuncia a reivindicação de uma identidade, a afirmação de um “nós”, como força unificada a ser enfrentada como característico de movimentos sociais. Melucci (1988) ressalta ainda o caráter interativo e compartilhado da definição da identidade coletiva de um movimento, a qual não só é produzida por diversos indivíduos como se relaciona às orientações da ação e ao “campo de oportunidades e constrangimentos no qual a ação acontece” (Melucci, 1988: 342). A identidade é pensada em relação aos objetivos do movimento, no nosso exemplo, a identidade de mães ultrajadas visa conquistar atenção, transformações, reconhecimento e apoiadores para a causa.

Para Tarrow (2009: 41), “entendimentos e identidades compartilhadas”, estimulariam o desenvolvimento de relações de cooperação e confiança entre os participantes de um movimento, sendo responsáveis pela adesão e manutenção da ação coletiva. Angela afirma que sente como se tivesse uma segunda família, que é a “*família da luta*”, “*quando eu estou com essas mães eu me sinto muito cuidada*”. E Fernanda, no mesmo sentido: “*agora se tornou tudo uma família só, as Mães de Manguinhos com as Mães de Maio, as outras mães de outras favelas. Uma dando apoio à outra, dando suporte à outra para a gente poder seguir em frente*”.

Além do acolhimento que elas recebem e proporcionam umas às outras, a experiência dolorosa compartilhada forja uma identificação única entre elas, um tipo de entendimento que não está disponível a quem não dispõe da mesma vivência traumática. Dessa, forja-se a identidade do grupo, o companheirismo e a confiança que as mantém firmes, unidas e em movimento¹⁵. Como explica Júlia: “*a família que a gente adquire por conta da dor, por conta da semelhança da violência do Estado, essa a gente se identifica, porque a dor dela é a mesma*”. Assim, “*são pessoas com quem você não tem nenhum vínculo anterior, mas eu ter uma empatia, chorar pela dor dela, eu estar junto com ela no momento de buscar justiça, acaba sendo mais importante, muitas vezes, do que o amor que eu tenho pela minha própria família*”.

O último tipo de reivindicação dos movimentos sociais ressaltado por Tilly (2010: 149) é o de posição, a afirmação de laços e similaridades com outros atores políticos. Um aspecto preponderante para o movimento de mães contra a violência

15. Durante as entrevistas, embora tenham sido frequentes os relatos das dificuldades enfrentadas pelas ativistas, a participação na rede de mães sempre foi referida por todas como fonte de força e de sustentação mútua. Talvez por isso, somado ao fato de eu ser alguém de fora, sem qualquer contato com elas anterior à pesquisa, não chegou a mim qualquer relato sobre contradições e disputas internas ao movimento. O que não significa, claro, que elas não existam, como em qualquer outra ação coletiva.

policiais são, precisamente, as redes formadas com outros movimentos e organizações. Elas estão em constante comunicação e desenvolvendo ações conjuntas com movimentos em defesa dos direitos humanos, das populações periféricas e faveladas, contra o genocídio da população negra e pela reforma das polícias, entre outros; movimentos por todo Brasil, mas também em outros países, como o Black Lives Matter (BLM)¹⁶, nos Estados Unidos.

Elas contam, ainda, com o apoio de organizações como a Anistia Internacional e a Justiça Global, as quais contribuem pontualmente com o custeio de transportes e material e promovem cursos de formação para as ativistas. O movimento também é apoiado por membros da sociedade civil não organizada, além de universidades e associações de pesquisa¹⁷, veículos da mídia alternativa, a exemplo da *Ponte Jornalismo*. Por outro lado, a maioria das mães entrevistadas rejeita qualquer tipo de institucionalidade e de envolvimento com a política eleitoral¹⁸. É importante, para elas, permanecerem independentes, razão pela qual, apesar das dificuldades, sustentam-se com recursos próprios – recebendo apenas contribuições pontuais.

As emoções como força motriz

Nas últimas décadas, diferentes autores vêm ressaltando a relevância de investigar as emoções como motivadoras da formação de um movimento social e do engajamento de ativistas no mesmo. Como aponta Jasper (2014), destacado autor nesta perspectiva, as emoções ajudam a explicar porque os indivíduos aderem ou abandonam um protesto e porque movimentos surgem, mas também questões menos evidentes, a exemplo da forma como decisões estratégicas são tomadas, como oponentes e autoridades reagem, os impactos dos movimentos, entre outros.

Entretanto, pesquisadores que assumem essa abordagem observam como esse ainda é um aspecto pouco explorado nos trabalhos hegemônicos, em detrimento daqueles considerados mais racionais. Além da minimização do papel das emoções por parte dos estudiosos, conforme Goodwin, Jasper e Poletta (2001), há uma relutância em admitir a importância das mesmas, muitas vezes, por parte dos próprios ativistas de movimentos sociais. Segundo argumentam, esse é mais um resultado do pensamento dicotômico ocidental, que realça o valor da racionalidade em detrimento da emoção.

Alguns movimentos, todavia, compreendem a relevância das emoções, tanto para recrutar novos integrantes, quanto para exercer pressão sobre os alvos de suas demandas ou chamar atenção do público sobre suas ações coletivas. É evidente o papel fundamental das emoções no movimento de mães, não apenas na motivação

16. Movimento com origem na comunidade afro-americana estadunidense, cujo objetivo é “construir poder local e intervir na violência infligida às comunidades negras pelo Estado e pelos vigilantes”, segundo descrição retirada de seu site oficial: <<https://blacklivesmatter.com>>. De acordo com a citada fonte, o BLM se pretende uma “rede global”, de modo similar à rede de mães contra a violência policial no Brasil.

17. São citadas pelas entrevistadas a Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), a Universidade de Harvard, e a Latin American Studies Association (Lasa).

18. Entre as doze entrevistadas, onze expressaram rechaço e desconfiança em relação à política institucional. Apenas Júlia – que trabalhava como assessora na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro – destacou a necessidade de envolver-se ativamente com a política a fim de proporcionar mudanças substanciais. Em 2020, ela se candidatou à vereadora do Rio de Janeiro; apesar de não ter sido eleita, atualmente é suplente na Câmara dos Vereadores.

para sua formação, mas também em sua atuação e continuidade. Trata-se de um movimento formado por mulheres a quem foi imposta uma dor dilacerante, a interrupção violenta da maternidade, e que se tornaram militantes a partir do amor ao filho e da indignação que se seguiu à sua perda.

São mulheres para quem sempre foram negados acesso a direitos básicos e oportunidades, mas que, de alguma maneira, aprenderam a viver com essa negação, a se conformar com o cotidiano de negligência estatal. De um modo geral, elas não eram pessoas engajadas em lutas sociais anteriormente, mesmo vivendo a injusta realidade a que estão submetidas as populações pobres e periféricas. É, então, a partir de uma negação inaceitável – a negação do direito à vida dos filhos e de seu direito à maternidade – que elas transformam a sua raiva, dor e o ultraje em ação, dando início ao movimento social. O choque da perda do filho se transforma em raiva ativa, em identificação de um culpado (o Estado) e, então, em bases morais, em indignação (Jasper, 2014: 212).

Jeff Goodwin, James Jasper e Francesca Poletta (2001: 16) definem como “choques morais” eventos inesperados ou informações que geram uma sensação de indignação em uma pessoa que a torna inclinada à ação política. Segundo os autores, esses choques individuais representam, frequentemente, o primeiro passo para uma pessoa aderir a um movimento social. A partir do choque, percebe-se que o mundo não é como se pensava, o que exige uma reavaliação da realidade vivida (Jasper, 2014).

Além do potencial motivacional da raiva para a mobilização coletiva, Jasper alega que ela mesma permite o direcionamento da culpa para um problema social e cria simpatia entre participantes de um movimento. No caso do movimento em questão, há a identificação do Estado como infrator, como antagonista das militantes, as quais demandam a correção de sua postura, e há a criação de laços de solidariedade entre as mães de vítimas.

Ao observar o aspecto motivacional das emoções para os movimentos sociais e retomando a discussão sobre enquadramentos interpretativos levantada anteriormente, temos o conceito de “enquadramento motivacional” de Robert Benford e David Snow (2000). No caso em estudo, não é apenas a raiva que age e impulsiona mulheres que nunca se envolveram politicamente a se engajarem contra o Estado, mas a interpretação compartilhada de que seus filhos e elas mesmas foram vítimas de uma grande injustiça. O enquadramento comum que as motiva é o de que mortes como as de seus filhos são inaceitáveis, que o Estado não pode atuar dessa forma para com os seus cidadãos. Torna-se necessário, portanto, participar de um movimento capaz de exercer pressão para que não apenas casos específicos de

violência policial sejam solucionados, mas ainda que haja a efetivação de direitos básicos para a população da qual elas fazem parte.

Além do fator motivacional, Goodwin, Jasper e Poletta (2001) ressaltam o papel das emoções no fortalecimento da identidade coletiva. Conforme apontam, um aspecto dessa identidade é o dos traços identitários propriamente ditos (como a sexualidade, a raça, ou, no caso, a condição da maternidade). Em conformidade com o que foi sustentado até aqui, Bernd Simon e Bert Klandermans (2001, apud Jasper, 2014), atestam que identidades se tornam políticas quando um inimigo externo pode ser culpabilizado por adversidades a que um grupo é submetido e a luta ocupa a arena pública. O outro lado da identidade coletiva, já apontado, é o da identidade como senso de solidariedade entre os membros de um grupo, a qual, por sua vez, é baseada em sentimentos como confiança, afeto e lealdade (Goodwin, Jasper e Poletta, 2001: 8).

Já observamos como a solidariedade de grupo ocupa um espaço central no movimento de mães. Todas as participantes são unânimes em enfatizar a forte ligação de amizade – aproximada a de um vínculo familiar – que estabeleceram umas com as outras. De modo que o “estar juntas” adquire sentido para além dos objetivos concretos do movimento, e passa a ser, em alguma medida, também um fim em si. Assim, a solidariedade explica o engajamento na ação coletiva, mas também a sua permanência. Como relata Isabela: *“eu participo do movimento porque eu quero que a justiça seja feita e eu acredito que através do movimento isso pode acontecer. Mas também é uma forma de ficar bem comigo mesma. A gente adquire muita força uma com a outra, vendo outras na mesma situação”*.

Emoções que os ativistas de um movimento nutrem entre si são definidas por Jasper (1998) como recíprocas, mas elas não são as únicas identificadas pelo autor. Existe outro conjunto de emoções que são aquelas *compartilhadas* pelos membros de um grupo em respeito a objetos fora do grupo. Segundo Jasper, elas têm como consequência reforçar as emoções recíprocas, fortalecendo o sentimento de identificação e empatia mútua entre os membros de um grupo. Pensando nas mães, podemos destacar como emoções compartilhadas a indignação em relação ao Estado, o sentimento de que apenas as companheiras se compreendem verdadeiramente e a raiva direcionada a parte da sociedade, que julga essas mulheres e seus filhos como criminosos, pelo simples fato de serem pobres, negros e moradores de periferia. *“O Estado mata e o preconceito absolve”*, resume Denise.

A formação da identidade coletiva deste grupo é também uma forma de contradizer a imagem social e midiaticamente difundida dos casos de letalidade da ação

policial. Como apontado anteriormente, é preciso disputar o enquadramento interpretativo dessas mortes: elucidar quem é efetivamente a vítima e o culpado desses crimes. Motivo pelo qual a retratação do Estado é tão importante. *“Quando eles morrem, eles são tratados como bandidos – mesmo que fosse, não tem que matar, tem que prender”*; o que as mães mais querem, por isso, é que o Estado reconheça que *“o policial que matou não tinha que ter feito isso”*, explica Denise.

É também através das emoções que manifestantes criam e sustentam um senso de obrigação moral e justiça de sua causa (Jasper, 2014). Por meio da mobilização dos afetos extremos despertados pela perda, as ativistas contra a violência policial reforçam a natureza moral e de obrigação de sua luta, caracterizando-a como luta por justiça. É ainda uma causa da qual elas não podem fugir, na medida em que o ativismo é interpretado como forma de continuar cuidando dos filhos, cumprindo suas responsabilidades maternas, traço característico do ativismo de mães (Ruddick, 1989), especialmente na América Latina (Taylor, 2001).

Após anos de engajamento, as ativistas já sabem quais sentimentos e tipos de expressão são apropriados para cada cenário ou interlocutor, aspecto ressaltado por Goodwin, Jasper e Poletta (2001). Além de saber também que, às vezes, emoções não são tão bem-vindas quanto argumentos “racionais”. Ao acompanhá-las em diferentes ocasiões, percebo como elas assumem posturas e discursos distintos dependendo do público. Em alguns momentos é preciso demonstrar força, enquanto em outros é possível ser mais frágil; há lugares em que se pode falar em termos de dor e outros em que deve sobressair a violação de direitos.

Um fator distintivo da forma como o movimento de mães trabalha a questão das emoções é o seu recorte de gênero. Afinal, é um estereótipo social a propensão a que as mulheres se expressem de forma mais emotiva, que sejam movidas por seus sentimentos e pautem suas ações a partir deles. Nesse sentido, há, em geral, maior aceitação a uma mulher que ressalta publicamente os seus sentimentos, em comparação a um homem. Por outro lado, a arena pública é tradicionalmente ocupada por homens e, em decorrência, um âmbito em que prevalece uma suposta racionalidade. Nesse sentido, ao se organizarem politicamente e ao ocuparem o espaço público, essas ativistas também confrontam expectativas sociais. Não apenas por ousarem mobilizar as emoções politicamente, rompendo com a pretensão dominante de racionalidade, mas também pelo próprio fato de serem mulheres e mães, trazendo ao público identidades tradicionalmente associadas à casa.

Por isso, Sara Ruddick (1989: 229) assinala que mobilizações coletivas de mães “atendem às expectativas tradicionais da feminilidade e, ao mesmo tempo, as vio-

lam”. Ainda que elas se posicionem como mães, a partir do protesto politizado essas mulheres abandonam o seu papel tradicional esperado. “Elas falam em uma ‘linguagem feminina’ de lealdade, amor e ultraje; mas elas falam com uma raiva pública em um lugar público de uma forma que elas nunca foram destinadas a fazer” (Ruddick, 1989: 229). Bárbara traz definição precisa nesse sentido: “*a gente não luta pela paz, a gente luta por justiça para conseguir a paz*”.

Ou seja, o uso estratégico da condição da maternidade e das emoções atreladas a ela não significa que a ação política dessas mulheres não é de muitas formas totalmente disruptiva de papéis tradicionais de gênero. Em verdade, embora, como ressaltam, a maternidade seja um aspecto determinante de suas identidades, elas nunca foram da mesma cor ou classe do ideal de mulher-mãe descrito pelos estereótipos sociais. Toda a experiência de vida de uma mulher negra e pobre é, em si, uma resistência aos papéis convencionais de gênero.

Considerações finais

Testemunhamos um aumento na letalidade da ação policial nos últimos anos e, simultaneamente, também um crescimento no número de mulheres que se engajam politicamente contra as violações provocadas pelo Estado. Assim, é razoável prever que, não havendo uma mudança em termos de segurança pública nas grandes cidades brasileiras – e a expectativa atual é que a violência institucional só aumente –, a tendência é que o movimento de mães de vítimas de violência policial se expanda e se solidifique enquanto ação coletiva. Afinal, a cada nova vítima temos também uma nova mãe ultrajada, uma ativista em potencial.

Sustento a possibilidade de o movimento não aumentar apenas em termos numéricos, mas, cada vez mais, avançar em sua capacidade de mobilização e pressão. É fato que o movimento de mães dispõe de aspectos fundamentais para chamar atenção do alvo de suas demandas, o Estado, e da sociedade civil. Todavia, ele depende do constante aprimoramento e de consistência para se consolidar como ator político expressivo na arena pública, a exemplo de outros movimentos sociais.

Um desafio comum a movimentos sociais é conseguir construir e manter a unidade. Por ser constituído não apenas por ativistas “isoladas”, mas, em grande peso, por grupos locais, com suas particularidades, evidentemente, pode haver dissonâncias e disputas internas ao movimento de mães. Entretanto, chama atenção a cooperação entre todas em torno da luta comum. A solidariedade de grupo, baseada nas relações de acolhimento e confiança que as mães estabelecem umas com as outras, é seguramente um fator central – e promissor.

Por fim, saliento a importância de que mais análises de movimentos sociais incluam o aspecto emocional, tanto como elemento motivador para a mobilização coletiva, quanto como suporte da mesma. Sem uma perspectiva atenta a este aspecto, seria impossível captar um movimento como o de mães contra a violência policial em sua profundidade.

Referências

ABERS, Rebecca Neaera; BÜLOW, Marisa von. Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade? *Sociologias* (impresso), v. 13, p. 52-84, 2011.

ALVAREZ, Sonia E. *The politics of gender in Latin America: comparative perspectives on women in the Brazilian transition to democracy*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1990.

ARAÚJO, Fábio A. *Do luto à luta: a experiência das mães de Acari*. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

BENFORD, Robert. D.; SNOW, David A. Framing processes and social movements: an overview and assessment. *Annual Review of Sociology*, v. 26, n. 1, p.611-639, 2000.

CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020*. Ano 14. 2020. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/10/anuario-14-2020-v1-final.pdf>>.

GAMSON, William. Goffman's legacy to political sociology. *Theory and Society*, v. 14, n. 5, p.605-622, 1985.

GOODWIN, Jeff; JASPER, James M.; POLLETTA, Francesca (Eds.). *Passionate politics. Emotions and social movements*. Chicago, IL: University of Chicago Press, 2001.

INTERNATIONAL HUMAN RIGHTS CLINIC; JUSTIÇA GLOBAL. São Paulo sob ataque: corrupção, crime organizado e violência institucional em maio de 2006, 2011. Disponível em: <<http://hrp.law.harvard.edu/wp-content/uploads/2011/05/full-with-cover.pdf>>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios* (Pnad), 2015. Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

JASPER, James. *Protesto: uma introdução aos movimentos sociais*. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

_____. Constructing indignation: anger dynamics in protest movements. *Emotion Review*, v. 6, n. 3, p. 208-213, 2014.

_____. *The art of moral protest. Culture, biography, and creativity in social movements*. Chicago, IL: University of Chicago Press, 1997.

LABORATÓRIO DE ANÁLISE DA VIOLÊNCIA (LAV-UERJ). Análise dos impactos dos ataques do PCC em São Paulo em maio de 2006, 2008. Disponível em: <http://www.observatoriodeseguranca.org/files/AtaquesPCC_lgCano.pdf>.

MELUCCI, Alberto. Getting involved: identity and mobilization in social movements. *International Social Movements Research*, v. 1, 1988.

_____. Um objetivo para os movimentos sociais? *Lua Nova*, n. 17, Jun. 1989.

QUINTELA, Débora Françolin. *Maternidade e ativismo político: a luta de mães por democracia e justiça*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

REICHMANN, Rebecca L. (Ed.). *Race in contemporary Brazil: from indifference to inequality*. Filadelfia, PA: Penn State University Press, 2010.

ROCHA, Luciane de Oliveira. *Outraged mothering: black women, racial violence, and the power of emotion in Rio de Janeiro's African diaspora*. Tese (Doutorado) – The University of Texas at Austin, Austin, 2014.

RUDDICK, Sara. *Maternal thinking: toward a politics of peace*. Boston, MA: Beacon Press, 1989.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo: 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SILVA, Marcelo Kunrath; COTANDA, Fernando Coutinho; PEREIRA, Matheus Mazzilli. Interpretação e ação coletiva: o enquadramento interpretativo no estudo de movimentos sociais. *Revista de Sociologia e Política*, v. 25, p. 143-164, 2017.

SORJ, Bila. Políticas sociais, participação comunitária e a desprofissionalização do *care*. *Cadernos Pagu*, n. 46, p. 107-128, Campinas, Abr. 2016.

TARROW, Sidney. *O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político: movimentos sociais e confronto político*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2009.

TAYLOR, Diana. Making a spectacle: the mothers of the Plaza de Mayo. *Journal of the Association for Research on Mothering*, v. 3, n. 2, 2001.

TILLY, Charles. Movimentos sociais como política. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 3, p. 133-160, Brasília, Jan.-Jul. 2010.

_____. Contentious repertoires in Great Britain. In: MARK, T. (ed.). *Repertoires and cycles of collective action*. Durham: Duke University Press, 1995.

VIANNA, Adriana; FARIAS, Juliana. A guerra das mães: dor e política em situações de violência institucional. *Cadernos Pagu*, n. 37, p. 79-116, Campinas, Dec. 2011.



Os impactos da pandemia de Covid-19 para as mulheres imigrantes no Brasil: mobilidade e mercado de trabalho

Recebido: 31.12.20
Aprovado: 07.06.21

Tania Mara Passarelli Tonhati (<https://orcid.org/0000-0002-1841-977X>),
Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília (UnB),
Brasília, Distrito Federal, Brasil^I.

Marília de Macêdo (<https://orcid.org/0000-0002-0793-3650>),
Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra),
Brasília, Distrito Federal, Brasil^{II}.

I. Tania Mara Passarelli Tonhati é professora adjunta do Departamento de Sociologia do Instituto de Ciências Sociais da UnB. <tania.tonhati@unb.br>.

II. Marília de Macêdo é doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas da UnB. <marilia.macedo@aluno.unb.br>.

Resumo: O presente artigo tem como objetivo apresentar os impactos da pandemia de Covid-19 nos fluxos migratórios de mulheres imigrantes para e no Brasil. Para isso, analisamos de forma comparativa, o período de janeiro a setembro de 2019 e 2020, tendo como alicerce as informações contidas nas bases de dados da Polícia Federal, sobre a chegada das imigrantes pelos postos de fronteiras (STI) e o registro migratório (SisMigra). Ademais, analisamos a inserção e a movimentação das trabalhadoras imigrantes no mercado de trabalho formal no Brasil, a partir da base de dados harmonizada Relação Anual de Informações Sociais (Rais), Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) e Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério da Economia, para o mesmo período. Os dados revelaram que, até o presente momento, a pandemia de Covid-19, tem contribuído para manter e acirrar os eixos de desigualdades (gênero, classe, grupo-étnico-racial e origem), que impactam o acesso das mulheres imigrantes a recursos.

Palavras-Chaves: Pandemia de Covid-19. Mulheres imigrantes. Brasil.

The impacts of the Covid-19 pandemic on immigrant women in Brazil: mobility and the labour market

Abstract: This article presents the impacts of the Covid-19 pandemic on female migratory flows to Brazil. The methodological approach was a comparative study, considering the period from January to September 2019 and 2020, and based on the information contained in the Federal Police databases, on the arrival of immigrants through border checkpoint (STI) and the migratory registration (SisMigra). In addition, we analyzed the insertion of migrant women in the formal labour market in Brazil, using the harmonized databases of Annual Social Information List (Rais), Work and Social Security Card (CTPS) and General Register of Employees and Unemployed (Caged), from the Ministry of Economy, for the period previously mentioned. The study has revealed that, so far, the Covid-19 pandemic has contributed to maintain and intensify the axes of inequality (gender, class, ethnic-racial group and origin), which impact immigrant women's access to resources.

Keywords: Covid-19 pandemic. Immigrant women. Brazil.

Introdução

A pandemia de Covid-19 afetou de forma inédita, sistêmica e multidimensional quase todos os países do planeta, provocando impactos sem precedentes no campo da saúde, da economia, das relações sociais, do turismo, da cultura, das fronteiras, dentre outros setores. As migrações internacionais, entendidas por Abdelmalek Sayad (2001) como “fato social total”¹, constitui um dos fenômenos sociais que foi fortemente impactado pela pandemia e é tema sempre prioritário nas agendas dos governos nacionais, fóruns internacionais e nos discursos políticos, midiáticos e acadêmicos. As/os imigrantes, refugiadas/os e solicitantes de refúgio também foram afetadas/os pela pandemia de Covid-19. O vírus se globalizou, desconhecendo fronteiras e políticas restritivas de mobilidade, o que levou muitas/os migrantes a ficarem imobilizadas/os, postergarem seus projetos migratórios ou, ainda, ficarem vários dias e meses em trânsito. Essa situação tem sido particularmente dramática para as mulheres migrantes e refugiadas, que se tornam ainda mais vulneráveis, uma vez que estar em trânsito é um percurso incerto; há diversos relatos de atos de violência contra as mulheres nessa situação (Foley & Piper, 2020; Andrade et. al. 2020).

1. Sayad (2001) utiliza o conceito de “fato social total” de Marcel Mauss (1986) – “Ensaio sobre a dádiva” – para pensar as migrações contemporâneas.

No campo dos estudos migratórios, nos últimos anos, o fenômeno da feminização das migrações tem ganhado cada vez mais projeção. Esse termo ganhou grande relevância a partir da obra clássica de Stephen Castles, Hein De Haas e Mark J. Miller (1998), que indicava um aumento numérico substancial na migração feminina na contemporaneidade. Contudo, estudos feministas relatam que a dimensão da migração feminina já representava 47% do total de imigrantes internacionais em 1960, com incremento de apenas dois pontos percentuais até o ano 2000, chegando aos 49% (Zlotnik, 2003). Desde o clássico trabalho de Mirjana Morokvasic (1984), diversos estudos constataram que as mulheres sempre integraram os processos migratórios e, muitas vezes, em números expressivos. No entanto, as suas vivências não eram pontos de debate, devido aos recortes de análise do campo migratório. Citamos aqui, por exemplo, a teoria *push-pull*, a neoclássica e a estrutural-histórica. Para mais exemplos ver Douglas Massey e equipe (1993), que tendiam a explicar as migrações relacionadas diretamente à variável da busca por trabalhos com melhores remunerações (ex: *guest workers*, imigrante econômico). Também, pela lógica idealizada da família nuclear, na qual o homem tende a ser o *breadwinner* (provedor), e a mulher migraria apenas visando à reunificação familiar. Esses vieses desconsideram o trabalho, remunerado ou não, das imigrantes, invisibilizando o protagonismo das mulheres nos processos migratórios.

Atualmente, de acordo com os dados das Nações Unidas (UN, 2019), as mulheres correspondem à, aproximadamente, metade dos 272 milhões (47,9%) de pessoas

que vivem e trabalham fora de seus países de origem e nascimento. O peso das mulheres imigrantes ultrapassa o dos homens, nos países desenvolvidos. Os dados da Nações Unidas (UN, 2019) demonstram, ademais, que regiões com uma longa tradição de imigração registraram as maiores parcelas de mulheres imigrantes. Em 2019, o percentual de mulheres entre todos os imigrantes internacionais foi maior na América do Norte (51,8%) e na Europa (51,4%). Diferentemente, em outras partes do globo, mulheres e homens compõem uma parcela quase equivalentes do total de imigrantes internacionais, conforme pode-se constatar na Oceania (50,4%), na América Latina e no Caribe (49,9%), na Ásia Central e Sul (49,4%), e Leste e Sudeste (49,3%).

Pesquisas embasadas por debates teóricos, metodológicos e empíricos dão suporte aos estudos concernente à migração feminina. Segundo Tânia Tonhati (2018), os avanços teóricos sobre as experiências das mulheres migrantes desenvolveram-se paralelamente ao crescimento e aos desdobramentos dos estudos feministas, e em consonância aos estudos sobre as migrações internacionais. Para a autora, as construções teóricas sobre esse tema, que correlacionaram as teorias feministas às migrações internacionais, proporcionaram que o protagonismo feminino com relação à migração saísse da invisibilidade. Entretanto, a literatura sobre o tema se concentra em construções teóricas, empíricas e metodológicas baseadas nas experiências das migrações Sul-Norte e são produzidas por pesquisadoras/es preocupadas/os com as migrações para e no Norte Global (ver, por exemplo, Boyd & Grieco, 2003; Hondagneu-Sotelo, 2003; Padilla, 2007; Assis, 2007).

A prevalência desses estudos fez com que o paradigma predominante, para explicar as migrações femininas, as relacione, diretamente, à demanda e inserção laboral em atividades de reprodução dos papéis de gênero, dentro da perspectiva do cuidado: empregadas domésticas, babás, enfermeiras, cuidadoras de idosos (Ehrenreich & Hochschild, 2002; Parreñas, 2001; 2002; 2009). Com relação ao contexto da migração de mulheres no Brasil, esse paradigma explicativo deve ser (re) analisado e (re)pensado, visto que os novos fluxos de imigrantes mulheres para o Brasil, a partir de 2010, apresentam suas peculiaridades. No Brasil, o número de mulheres imigrantes (incluindo solicitantes de refúgio e refugiadas) ainda é menor que o de homens. Todavia, nos últimos cinco anos, os dados demonstram que esse número vem crescendo. De acordo com Tânia Tonhati e Marília Macêdo (2020: 28), o Brasil, de 2010 a 2019, recebeu novos fluxos migratórios, os quais contrariam as tendências das migrações Sul-Norte e se caracterizam por serem mais masculinizados. Esse fato fez com que as experiências migratórias femininas ficassem, mais uma vez, invisibilizadas, posto que, em números absolutos, as mulheres imigrantes contabilizavam, em média, um terço das entradas no país, bem como eram menos

presentes no mercado de trabalho. Em contrapartida, as autoras destacaram que, a partir da segunda metade da última década, até a chegada da pandemia de Covid-19, ocorreu um aumento no número de mulheres imigrantes chegando ao país e se inserindo no mercado de trabalho formal.

Dados analisados pelas autoras sobre a imigração feminina para o Brasil demonstraram que a, partir da segunda metade da década, prevaleceu a entrada das imigrantes sul-americanas e caribenhas no país, com destaque para as venezuelanas e para as haitianas, em sua maioria jovens e solteiras. Ademais, salientam que os dois principais nichos laborais das mulheres imigrantes no país são de ocupações voltadas para as áreas de serviços, particularmente na área de limpeza em espaços públicos ou empresas. Além disso, a pesquisa aponta desigualdade entre os rendimentos de homens e mulheres imigrantes e assinala as diferenças salariais entre as nacionalidades. Majoritariamente, as mulheres imigrantes possuem uma renda média de dois salários-mínimos.

A partir do estudo mencionado, outras questões relevantes surgiram, dentre elas: quais os impactos da pandemia de Covid-19 na mobilidade das mulheres imigrantes para o Brasil, incluindo as solicitantes de refúgio e refugiadas, e na sua inserção e permanência no mercado de trabalho formal?

O objetivo deste artigo é, portanto, refletir sobre esse questionamento, com vistas a traçar de que maneira e em qual extensão a pandemia de Covid-19 impactou na chegada e nos registros das mulheres imigrantes, assim como em sua inserção no mercado de trabalho formal.

Para atingirmos o objetivo proposto, analisamos, de forma comparativa, o período de janeiro a setembro de 2019 e 2020, tendo como alicerce as informações contidas nas bases de dados da Polícia Federal, sobre a chegada das imigrantes pelos postos de fronteiras (STI – Sistema de Tráfego Internacional) e o registro migratório (SisMigra – Sistema de Registro Nacional Migratório). Ademais, analisamos a inserção e a movimentação das trabalhadoras imigrantes, solicitantes de refúgio e refugiadas no mercado de trabalho formal no Brasil, a partir da base de dados harmonizada da Relação Anual de Informação Social (Rais), da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério da Economia, para o mesmo período. Os dados foram tratados estatisticamente pelo Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra). Esses mesmos dados foram trabalhados de forma agregada para os diferentes *status* migratórios – imigrantes, solicitantes de refúgio e refugiadas. Reconhecemos que essas diferentes categorias têm peculiaridades nas formas de deslocamento

e inserção na sociedade de destino. No entanto, por uma questão metodológica e de apresentação do texto, os dados foram trabalhados de forma agregada. Consequentemente, neste artigo, o termo imigrante engloba também solicitantes de refúgio e refugiadas.

É importante ressaltar que os registros foram produzidos a partir do cruzamento das bases de dados do Rais, CTPS e Caged até 2019 e do e-Social, em 2020. Para mais detalhes sobre o tratamento estatístico dos dados, veja o capítulo “Notas metodológicas” do *Relatório Anual do OBMigra* (Quintino et al., 2020: 247-276).

Análise dos fluxos migratórios de mulheres imigrantes durante a pandemia de Covid-19

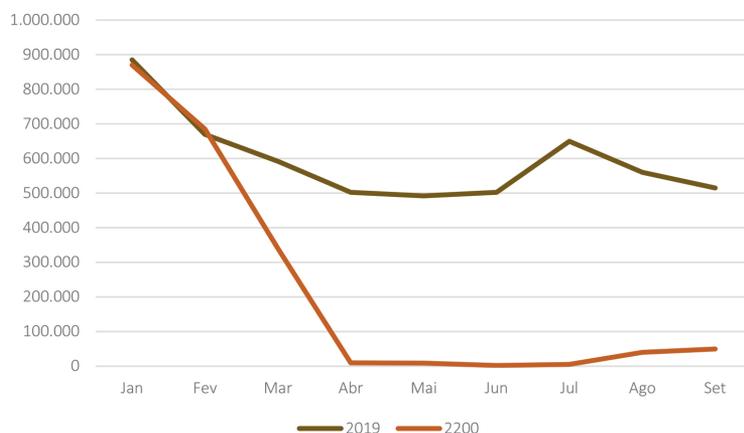
O avanço transfronteiriço do vírus da Covid-19 impôs a todas as pessoas uma imobilidade global e o distanciamento social. Para as mulheres imigrantes, o impacto tem sido imenso, interrompendo ou dificultando ainda mais os seus projetos migratórios. Segundo UN Women (2020), as mulheres se encontram em situação de maior vulnerabilidade com o fechamento das fronteiras e medidas restritivas de controle de viagens. Para Danielle Annoni (2020) e Paola Bergallo e equipe (2021), a pandemia de Covid-19 fez com que as mulheres se tornassem mais suscetíveis ao desemprego, à informalidade, à violência doméstica, muitas vezes convivendo em casa com os seus agressores, bem como se encerraram ainda mais no trabalho de cuidado não remunerado, e, quando em trânsito, se tornaram mais vulneráveis às ações e aos abusos dos atravessadores.

Para este artigo, procuramos apresentar os dados do STI e SisMigra, de janeiro a setembro de 2020, que nos permitem observar a movimentação (chegada e saída) e os registros junto a Polícia Federal de mulheres imigrantes. Assim, procuramos dimensionar, de forma numérica, como a mobilidade das imigrantes foi afetada pelas medidas restritivas implementadas, em consequência da pandemia de Covid-19. A análise foi feita por meio da comparação com o mesmo período de 2019.

As primeiras orientações da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) foram editadas no mês de abril de 2020². A Portaria Interministerial 201, de 24 de abril, por exemplo, fechou as fronteiras aquaviárias; na sequência, a Portaria Interministerial, de 28 de abril, fechou as fronteiras aéreas; finalmente, a Portaria Interministerial 204, de 29 de abril, fechou as fronteiras terrestres. Esse cenário enrijeceu-se no mês de maio, com a edição de mais duas portarias: a do dia 22 de maio, Portaria 255, que estendia por mais 30 dias as restrições e, em 20 de junho, Portaria 319, acrescentava outro período de 15 dias às restrições.

2. As portarias não incluíram naturalizados, imigrantes residentes, não nacionais em missão oficial ou que fossem cônjuges, companheiros, filhos, pais ou curadores de brasileiro, ou cujo ingresso fosse autorizado especificamente pelo governo brasileiro em vista do interesse público ou por questões humanitárias.

GRÁFICO 1
 ENTRADA DE MULHERES IMIGRANTES NO TERRITÓRIO BRASILEIRO
 NOS PONTOS DE FRONTEIRA, POR MÊS, BRASIL, 2019-2020 (JAN. A SET.)



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do OBMigra – Polícia Federal, Sistema Tráfego Internacional (STI), 2020.

No mês de abril de 2020 houve uma queda vertiginosa na movimentação de mulheres imigrantes nas fronteiras nacionais. Quando comparamos as movimentações de abril de 2019 com as de abril de 2020, os números revelam uma queda de 3.031% nas movimentações de mulheres na fronteira no país. Ao compararmos com os meses anteriores do ano de 2020, a queda é ainda maior. Em relação a janeiro, houve uma redução de -5.086%; em comparação a fevereiro, a diminuição foi de -4.036% e, em março, de -2.133%. Portanto, o mês de abril, definitivamente, marca o início do impacto da pandemia de Covid-19 na mobilidade migratória das mulheres nas fronteiras brasileiras.

A redução continua no mês de maio, mas mantém os números próximos ao mês de abril; por outro lado, nos meses de junho e julho, as movimentações retratam queda expressiva. Os meses de agosto e setembro de 2020 apresentam uma alta nas movimentações das fronteiras, contudo esse crescimento ainda está bem abaixo das movimentações do ano de 2019. Em relação a julho e agosto, houve um crescimento de 424%, e setembro de 477%. Não obstante, as movimentações de agosto e setembro de 2020 são -1.631% e -1.356%, respectivamente, menores em comparação a 2019. No Gráfico 1 é possível visualizar o declínio nas entradas das imigrantes mulheres no país.

As consequências do fechamento temporário das fronteiras nacionais no mês de abril puderam ser observadas também na base de dados do Sistema de Registro

Nacional Migratório (SisMigra) da Polícia Federal. De janeiro a setembro de 2020 foram registrados no Brasil um total de 67.979 imigrantes. Deste total, 43% foram mulheres: venezuelanas, responsáveis por 51% dos registros, seguidas pelas haitianas, com 25% do fluxo. Apesar da queda nos números dos registros em -51%, em relação ao mesmo período em 2019 (132.442), observaram-se as mesmas proporções entre os registros de homens (56%) e mulheres (44%), similarmente entre as mulheres venezuelanas (51%) e haitianas (23%).

Os dados da Tabela 1 demonstram como a pandemia de Covid-19 tem afetado de forma significativa a chegada de mulheres imigrantes no país. Em outras palavras, podemos afirmar que, o fluxo migratório feminino, com tendência a crescimento no Brasil desde a segunda metade da presente década, sofreu forte declínio devido à pandemia. Se esse fluxo retornará aos índices dos anos anteriores ou se será permanente, ainda é uma pergunta aberta. Todavia, é possível alegar que o fechamento das fronteiras e a redução da entrada de mulheres imigrantes no país, principalmente das venezuelanas, conforme comprovado por números e reafirmado por pesquisas, provocam consequências profundas para a mobilidade feminina. Dentre as consequências, os estudos destacam que as imigrantes passaram a fazer uma travessia por caminhos menos conhecidos e menos seguros (Annoni, 2020; Foley & Piper, 2020; UN Women, 2020). As vias pelas quais as migrantes em trânsito são impelidas a seguir amplificam suas situações de vulnerabilidade: são mais expostas à violência sexual, à exploração econômica por parte dos atravessadores, além de encontrarem adversidades para acessar serviços médicos, alimentação e abrigo (Wilges & Soares, 2020). Essas autoras afirmam ainda que o fecha-

TABELA 1
NÚMERO DE REGISTROS DE IMIGRANTES, POR MÊS DE REGISTRO E SEXO, SEGUNDO PRINCIPAIS PAÍSES (JAN. A SET. 2020)

Principais países	Jan. 2020		Fev. 2020		Mar. 2020		Abr. 2020		Maio 2020		Jun. 2020		Jul. 2020		Ago. 2020		Set. 2020	
	homem	mulher																
Total	10.278	7.463	9.573	7.179	7.292	5.577	207	134	221	153	1.330	994	2.356	1.672	3.394	2.661	4.347	3.148
Venezuela	5.069	4.654	4.337	3.998	3.026	2.831	40	42	79	79	332	299	507	433	1.088	1.046	1.462	1.318
Haiti	1.429	1.144	1.746	1.334	1.817	1.336	14	21	36	25	495	397	949	801	1.418	1.072	1.601	1.112
Uruguai	186	133	130	94	149	88	63	33	31	15	10	10	43	29	68	41	50	49
Colômbia	336	176	403	232	338	195	0	8	10	9	51	31	106	65	167	91	188	96
Argentina	231	217	258	2204	188	156	10	2	10	6	25	24	47	38	44	33	53	54
França	63	49	78	71	75	57	2	0	6	1	8	2	27	11	19	4	24	19
Peru	114	69	147	97	97	77	7	3	4	0	60	37	35	26	43	28	31	28
Bolívia	220	221	175	189	125	110	0	0	1	2	18	23	50	39	57	72	106	103
Paraguai	89	76	109	109	83	82	0	2	1	2	7	12	11	15	23	24	42	36
Cuba	57	43	32	32	38	33	1	1	1	0	11	8	20	14	26	12	62	48
China	147	91	55	55	68	40	6	0	0	0	17	9	44	25	37	25	66	44
Outros países	2.337	590	764	764	1.288	552	55	22	42	14	296	142	517	176	404	213	662	241

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do OBMIgra – Polícia Federal, Sistema Tráfego Internacional (STI), 2020.

mento das fronteiras para as venezuelanas teve efeitos psicológicos significativos, sobretudo entre as que deixaram seus filhos na Venezuela e esperavam reencontrá-los em breve; reencontro agora incerto e imprevisível.

Essa seção, portanto, demonstrou, por meio da análise das movimentações nas fronteiras e dos registros, a redução na mobilidade das mulheres imigrantes, causada pela pandemia. Na próxima seção avançaremos na análise de dados sobre os impactos da pandemia para a inserção laboral das mulheres imigrantes no país.

Análise das movimentações das mulheres imigrantes no mercado de trabalho formal

Para além dos impactos nos fluxos migratórios, de chegada e de saída das mulheres imigrantes, a pandemia vem afetando a inserção laboral das imigrantes e até mesmo a permanência daquelas que já estavam inseridas. Como analisado por Tonhati e Macêdo (2020), entre os anos de 2010 e 2019 houve um crescimento exponencial na emissão de carteiras de trabalho para mulheres imigrantes. As autoras demonstraram que, em 2011, por exemplo, foram emitidas apenas 3.722 carteiras, contra 39.813 em 2019, ou seja, um aumento de 970%. Por conseguinte, esse aumento na emissão de carteira de trabalho nos permite inferir que a busca por trabalho tem sido um dos principais objetivos das mulheres imigrantes no país.

Em termos de participação efetiva no mercado de trabalho formal, as autoras expuseram uma crescente inserção laboral de mulheres imigrantes entre 2010 e 2019. No entanto, esse aumento foi apenas em termos absolutos, pois, em termos relativos, o mercado formal de trabalho não absorveu por completo essa mão de obra.

Em 2019, foram emitidas 39.813 carteiras de trabalho para mulheres imigrantes no Brasil, no entanto, apenas 28.096 foram admitidas em algum tipo de emprego formal no mesmo ano. O que significa que 11.717 das mulheres que tiraram carteira de trabalho no ano de 2019 não exerceram nenhuma atividade no mercado de trabalho formal. De fato, o número de mulheres à procura de emprego no ano de 2019 pode ser ainda muito maior, já que as admissões feitas em 2019 não ocorreram apenas entre as mulheres que tiveram a CTPS emitida naquele ano (Tonhati & Macêdo, 2020: 122).

Esses dados são relevantes para demonstrar que o cenário de inserção laboral para as mulheres imigrantes, de 2010 a 2019, tendia ao crescimento e com números de admissões sendo ampliados. Esses números foram fortemente afetados pela pandemia de Covid-19, e a tendência observada sofreu alteração, interrompendo a sua linha crescente.

O número de imigrantes e de refugiados admitidos em 2019 (de janeiro a setembro) foi de 70.516, considerando homens (50.013) e mulheres (20.503). Nota-se que as mulheres imigrantes corresponderam a 29% do total de imigrantes admitidos no mercado de trabalho formal brasileiro. O saldo entre admissões e demissões nesse período foi de 15.017, o que significa que houve um saldo positivo de inserção laboral, com a criação de postos de trabalho que foram ocupados por imigrantes. O saldo positivo para mulheres foi de 4.674.

Em contrapartida, quando analisamos os dados desse mesmo período (de janeiro a setembro), notamos claramente o impacto da pandemia na inserção laboral dos imigrantes, em geral, e, particularmente, para as mulheres imigrantes. No total, os admitidos em 2020 (Jan. a Set.) foram 57.547, representando uma queda de -18%, em relação ao mesmo período de 2019 (70.516). Entre os homens, a redução foi de -14% e para as mulheres, de -28%. O saldo entre admissões e demissões nesse período ficou em 14.865, o que significou uma queda de -1% em relação ao mesmo período de 2019. Entre os homens, o saldo foi de 11.360 (2020) e 10.343 (2019), apresentando um aumento de 10% e, já para as mulheres, o saldo foi de 3.505 (2020) e 4.674 (2019), diminuindo em -25% a presença das imigrantes no mercado de trabalho brasileiro formal em relação a 2019, conforme a Tabela 2 demonstra. As mulheres imigrantes, portanto, perderam mais postos de trabalho que os homens imigrantes, o que comprova que a inserção laboral das mulheres foi mais afetada pela pandemia.

No intuito de realizar uma análise mais profunda de quando a pandemia de Covid-19 começa a afetar as admissões e as demissões das imigrantes no mercado de trabalho formal no país, buscamos desintegrar os dados aqui analisados, mês a mês de 2020.

TABELA 2
MOVIMENTAÇÃO DE TRABALHADORAS IMIGRANTES NO MERCADO DE TRABALHO FORMAL, POR TIPO DE MOVIMENTAÇÃO E ANO, SEGUNDO O MÊS (JAN. A SET. 2019-2020)

Mês de movimentação	Admitidas	Demitidas	Admitidas	Demitidas	Saldo		
	Jan. a Set. 2019		Jan. a Set. 2020		Jan. a Set. 2019	Jan. a Set. 2020	Varição (%)
Total	20.253	15.829	14.700	11.195	4.674	30.505	-25%
Janeiro	2.051	1.686	2.226	1.297	365	929	155%
Fevereiro	2.542	1.792	2.270	1.346	750	924	23%
Março	2.093	1.946	2.065	1.941	147	124	-16%
Abril	2.247	1.703	869	1.756	544	-896	-265%
Maió	2.025	1.923	1.017	1.032	102	-15	-115%
Junho	2.129	1.788	1.055	949	341	106	-69%
Julho	2.406	1.736	1.477	889	670	588	-12%
Agosto	2.537	1.639	1.730	924	898	806	-10%
Setembro	2.473	1.616	2.000	1.061	857	939	10%

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do OBMigra, Ministério da Economia, base harmonizada Rais-CTPS-Caged, 2020.

Observamos que, nos meses de janeiro e fevereiro de 2020, a inserção laboral das/os imigrantes teve um saldo positivo e crescente, o que era uma tendência no ano de 2019. O impacto da pandemia, portanto, se inicia no mês de março, e tem sua maior expressão nos meses subsequentes – abril, maio e junho. Tal período coincide com as medidas de isolamento social mais rígidas em diversos estados do país.

O número de admissões nesses meses foi reduzido drasticamente. No mês de fevereiro de 2020, o saldo de contratações foi de 2.377, para homens e 924, para mulheres, esse número caiu brutalmente em março para 775 (homens) e 124 (mulheres), uma redução de -67% e -87% respectivamente. No entanto, nada se compara ao mês de abril, quando o saldo ficou negativo, retrato de mais demissões que admissões. A queda entre fevereiro de 2020, período ainda sem pandemia no país, e abril é de -193%, para homens e -197%, para mulheres, dados que indicam que os imigrantes, tanto homens quanto mulheres, perderam seus empregos durante esse período e enfrentam situação de maior vulnerabilidade. No mês de maio, o saldo continua negativo, mas com uma margem percentual de perda de empregos menor que a de abril. Em maio, o saldo ficou em -30 (-15 homens e -15 para mulheres), repetindo a tendência de mais demissões que admissões.

No mês de junho, há uma retomada das contratações de imigrantes e, assim, o mercado de trabalho formal volta a apresentar um saldo positivo para criação de postos de trabalho ocupados por imigrantes. No entanto, notamos que essa recuperação está ainda abaixo da tendência que vinha ocorrendo nos dois primeiros meses do ano e, ainda inferior, se comparado com junho de 2019 (-8%, homens e -69%, mulheres). Nesse cenário, novamente é possível observar como as mulheres imigrantes foram mais afetadas pela pandemia, visto que a retomada das admissões para elas não seguiu a mesma tendência que para os homens.

Os meses de agosto e setembro continuam com saldo positivo de contratações. Tal fato coincide com a reabertura de setores econômicos em diversos estados e cidades e demonstra que os imigrantes voltaram a ser contratados. Esse é um ponto de importante reflexão, pois, se, por um lado, voltaram a ser admitidos no mercado de trabalho formal, reduzindo a vulnerabilidade econômica dos imigrantes, por outro, constata-se que estão mais expostos à contaminação pela Covid-19.

Vimos, até agora, como a pandemia de Covid-19 afetou a inserção e a manutenção dos empregos das/os imigrantes de forma geral, principalmente, nos meses de abril, maio e junho de 2020, período de muitas demissões. A partir de agosto e setembro, os dados demonstram que os índices de contratações e demissões voltaram a ter um padrão semelhante ao de 2019. Para além dos dados gerais,

TABELA 3
MOVIMENTAÇÃO DE TRABALHADORAS/ES IMIGRANTES
NO MERCADO DE TRABALHO FORMAL, POR MÊS E SEXO (JAN. A SET. 2020)

Mês	Jan.-Set. 2020								
	Total			Homens			Mulheres		
	Admitidos	Demitidos	Saldo	Admitidos	Demitidos	Saldo	Admitidos	Demitidos	Saldo
Total	57.547	42.682	14.865	42.847	31.487	11.360	14.700	11.195	3.505
Janeiro	8.299	4.849	3.450	6.073	3.552	2.521	2.226	1.297	929
Fevereiro	8.457	5.156	3.301	6.187	3.810	2.377	2.270	1.346	924
Março	7.770	6.871	899	5.705	4.930	775	2.065	1.941	124
Abril	3.248	6.364	-3.116	2.388	4.608	-2.220	860	1.756	-896
Maió	3.967	3.997	-30	2.950	2.965	-15	1.017	1.032	-15
Junho	4.725	3.739	986	3.670	2.790	880	1.055	949	106
Julho	6.013	3.522	2.941	4.536	2.633	1.903	1.477	889	588
Agosto	7.176	3.808	3.368	5.446	2.884	2.562	1.730	924	806
Setembro	7.892	4.376	3.516	5.892	3.315	2.577	2.000	1.061	939

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do OBMigra, Ministério da Economia, base harmonizada Rais-CTPS-Caged, 2020.

também procuramos neste artigo usar uma lupa de aproximação com o intuito de verificarmos quais as nacionalidades mais atingidas, de refletirmos sobre as características das mulheres imigrantes no mercado de trabalho formal no país em 2020 e apresentarmos os seus principais nichos laborais e de renda.

Análises dos impactos da pandemia de Covid-19 para mulheres imigrantes, por nacionalidade e Unidades da Federação

Em 2019, no período estudado as/os haitianas/os representaram a nacionalidade com o maior número de admissões (23.995), sendo 18.358 para os homens e 5.637 para as mulheres. Não obstante, no saldo de contratações, os haitianos ficaram -30% abaixo dos venezuelanos, já que os haitianos foram mais demitidos. O saldo para os haitianos foi de 5.782 (4.197 homens e 1.585 mulheres). Os venezuelanos foram menos admitidos, 14.131, mas tiveram um saldo mais positivo 8.278 (homens 6.033 e mulheres 2.245), demonstrando que eles sofreram com menos demissões. No ano de 2020, os haitianos continuaram sendo os mais admitidos (24.788) e os venezuelanos se posicionaram em segundo lugar (18.818). Ambas as nacionalidades apresentaram um saldo positivo de contratações, haitianos totalizando 8.286 (6.540 homens e 1.746 mulheres) e venezuelanos totalizando 8.258 (5.916 homens e 2.342 mulheres).

No mês de abril de 2020, período de maiores demissões, todas as nacionalidades foram afetadas. As haitianas e os haitianos foram os que mais sofreram com as de-

missões no mês de abril, no total foram -1.359 (-1.009 homens e -350 mulheres), subsequentemente, os venezuelanos, com um saldo de -127% menor (-256 saldo) em relação ao mesmo período em 2019. No entanto, essas duas nacionalidades, tanto para mulheres quanto para homens, conseguiram voltar aos patamares de admissão e obtiveram saldos positivos no período analisado. A saber, os haitianos superaram o saldo de 2019 desse período em 43%, ou seja, mais postos de trabalho foram criados para as haitianas e os haitianos em 2020 (8.286 – homens 5.336 e mulheres 1.746), comparado a 2019 (5.782 – homens 4.161 e mulheres 1.585).

Entre os venezuelanos, o saldo de 2019 (8.278 – homens 6.033 e mulheres 2.245) e 2020 (8.258 – homens 5.916 e mulheres 2.342) foram semelhantes tanto para homens como para mulheres. É relevante observar que, em 2019, apesar de as/os haitianas/os serem mais admitidas/os que as/os venezuelanas/os, também sofreram com mais demissões, apresentando saldo inferior ao das/dos venezuelanas/os. Em 2020, o saldo para as/os haitianas/os foi maior em apenas 0,3%.

No que tange às mulheres, especificamente, podemos notar uma importante diferença entre as haitianas e venezuelanas. Em 2019, por exemplo, foram 5.637 admissões para haitianas e 4.052 demissões; por sua vez, entre as venezuelanas, foram 3.943 admissões e 1.698 demissões. As venezuelanas, naquele ano, apesar de terem sido menos admitidas no mercado de trabalho formal, também foram menos demitidas, o que demonstrou uma menor rotatividade de emprego e de demissões entre as venezuelanas em relação às haitianas. Em 2020, os índices de contratações entre as venezuelanas e haitianas ficaram muito próximos (5.360 e 5.336 respectivamente), entretanto, notamos que as venezuelanas passaram as haitianas em termos de contratação e continuaram apresentando um saldo mais positivo (2.342) em termos de criação de postos de trabalho, em comparação às haitianas (1.746).

Ao observar outras oito principais nacionalidades inseridas no mercado de trabalho formal do país, constatamos que a pandemia de Covid-19 causou queda na

TABELA 4
MOVIMENTAÇÃO DE TRABALHADORAS/ES IMIGRANTES NO MERCADO DE TRABALHO FORMAL,
POR MÊS E SEXO, SEGUNDO HAITI E VENEZUELA (JAN. A SET. 2019-2020)

País	Jan.-Set. 2019						Jan.-Set. 2020					
	Homens			Mulheres			Homens			Mulheres		
	Admitidos	Demitidos	Saldo	Admitidos	Demitidos	Saldo	Admitidos	Demitidos	Saldo	Admitidos	Demitidos	Saldo
Total	50.013	39.370	10.343	20.503	15.829	4.674	42.847	31.487	11.360	14.700	11.195	3.505
Haiti	18.358	14.171	4.197	5.637	4.052	1.585	19.452	12.912	6.540	5.336	3.590	1.746
Venezuela	10.188	4.156	6.033	3.943	1.698	2.245	13.458	7.542	5.916	5.360	3.018	2.342
Outros	50.013	39.670	10.343	20.503	15.829	4.674	42.847	31.487	11.360	14.700	11.185	3.505

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do OBMigra, Ministério da Economia, base harmonizada Rais-CTPS-Caged, 2020.

TABELA 5
MOVIMENTAÇÃO DOS TRABALHADORAS/ES IMIGRANTES NO MERCADO DE TRABALHO FORMAL,
POR MÊS E SEXO, SEGUNDO OS PRINCIPAIS PAÍSES, EXCETO HAITI E VENEZUELA (JAN. A SET. 2019-2020)

Principais países	Jan.-Set. 2019						Jan.-Set. 2020					
	Homens			Mulheres			Homens			Mulheres		
	Admitidos	Demitidos	Saldo	Admitidos	Demitidos	Saldo	Admitidos	Demitidos	Saldo	Admitidos	Demitidos	Saldo
Total	50.013	39.370	10.343	20.503	15.829	4.674	42.847	31.487	11.360	14.700	11.195	3.505
Argentina	1.899	1.775	114	1.223	1.146	77	852	891	-39	439	552	-113
Paraguai	1.565	1.535	30	817	724	93	890	873	17	458	497	-39
Bolívia	1.351	781	570	876	472	404	821	894	-73	381	482	101
Cuba	1.011	1.344	-333	431	577	-146	948	710	238	361	325	36
Uruguai	967	1.003	-36	658	700	-42	495	601	-106	278	337	-59
Peru	1.105	897	208	515	453	62	535	654	-119	250	249	1
Senegal	866	956	-90	303	318	-15	724	762	-38	25	20	5
Portugal	9.905	10.422	-517	4.175	3.911	264	381	601	-220	126	217	-91
Outros	38.451	28.738	9.713	13.755	9.661	4.094	37.201	25.501	11.700	12.382	8.516	3.866

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do OBMigra- Ministério da Economia, base harmonizada Rais-CTPS-Caged, 2020.

empregabilidade e não houve retomada na inserção laboral. A constatação de que os saldos de movimentações do ano de 2019 não retornaram aos patamares antes atingidos engloba mulheres e homens da Argentina, do Paraguai, da Bolívia, de Cuba, do Uruguai, do Peru, do Senegal e de Portugal.

Entre as Unidades da Federação (UFs) que tiveram maior redução no saldo de criação de postos de trabalho para mulheres imigrantes destacou-se a Região Sudeste, que, em 2019, teve um saldo positivo de 1.292; em 2020, apresentou um saldo negativo de -119. Outra região que apresentou saldo negativo foi a Nordeste de -35. As Regiões Norte e Centro-Oeste tiveram redução no saldo das contratações, contudo, mantiveram mais admissões que demissões. A exceção foi a Região Sul, onde houve aumento no saldo em relação a 2019, passando de 2.349, para 3.033.

Os números chamam atenção para o saldo negativo (-208) no estado de São Paulo, estado que, desde 2011, apresentava saldo positivo nas movimentações para mulheres imigrantes no mercado de trabalho formal. Deve-se observar ainda que, no estado de Santa Catarina, os números apontam aumento de postos de trabalho para as mulheres imigrantes, durante a pandemia (1.719). Essas variações podem ser mais compreendidas quando atentamos para os nichos laborais que foram mais afetados e os que engendraram crescimento nas contratações de 2020. Esses dados serão analisados na próxima subseção.

TABELA 6
MOVIMENTAÇÃO DAS TRABALHADORAS IMIGRANTES
NO MERCADO DE TRABALHO FORMAL, POR MÊS,
SEGUNDO GRANDES REGIÕES E UFS (JAN. A SET. 2020)

Brasil, Regiões e UFs	Jan.-Set. 2020		
	Admitidos	Demitidos	Saldo
Brasil	14.700	11.195	3.505
Norte	807	625	182
Rondônia	71	65	6
Acre	10	7	3
Amazonas	367	262	105
Roraima	329	264	105
Pará	24	21	3
Amapá	2	1	1
Tocantins	4	5	-1
Nordeste	260	295	-33
Maranhão	9	4	5
Piauí	2	3	-1
Ceará	43	62	-19
Rio Grande do Norte	16	20	-4
Paraíba	11	17	-6
Pernambuco	-31	43	-12
Alagoas	12	9	3
Sergipe	6	9	-3
Bahia	139	128	2
Sudeste	4.361	4.480	-119
Minas Geais	609	434	175
Espírito Santo	21	32	-11
Rio de Janeiro	168	243	-75
São Paulo	3.563	3.771	-208
Sul	7.872	4.839	3.033
Paraná	1.988	1.319	669
Santa Catarina	3.762	2.043	1.719
Rio Grande do Sul	2.122	1.477	645
Centro-Oeste	1.371	952	419
Mato Grosso do Sul	611	325	286
Mato Grosso	353	279	74
Goiás	241	171	70
Distrito Federal	166	177	-11

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do OBMigra, Ministério da Economia, base harmonizada Rais-CTPS-Caged, 2020.

Análises dos impactos da pandemia de Covid-19 para mulheres imigrantes, por nichos laborais e renda

Ao desagregar os dados por nichos laborais, no intuito de analisar qual grupo de mulheres imigrantes tem sido mais afetado pela pandemia de Covid-19, notamos que as admissões diminuíram para todos os grupos ocupacionais, entretanto, claramente, os setores que estavam vinculados a serviços foram os que menos contrataram. Em 2019, o saldo das cinco principais ocupações que as imigrantes mulheres exerciam no mercado de trabalho formal foi: alimentadora de linha de produção (666), magarefe (523), faxineira (488), auxiliar nos serviços de alimentação (296) e auxiliar de escritório (170). Em 2020, a ocupação de vendedora de comércio varejista foi a que sofreu o maior decréscimo, passando a ocupar o quinto lugar entre as ocupações. A primeira ocupação tornou-se alimentadoras de linha de produção (1.109), em segundo lugar magarefe (1.266), em terceiro faxineira (272) e, na sequência, operadora de caixa (165).

Os dados demonstram que os setores de serviços como um todo tiveram saldo negativo, ou seja, houve mais demissões que contratações em ocupações como: auxiliar nos serviços de alimentação em restaurantes, lanchonetes e hotéis (-120),

vendedora de comércio varejista (-63), cozinheira (-55) e atendente de lanchonete (-35). Em contraposição, as linhas de produção em setores alimentícios e abate de animais (aves e suínos) se tornaram nichos laborais relevantes para a empregabilidade das imigrantes mulheres, com um saldo positivo de contratações, surpreendentemente apresentando aumento em relação ao ano de 2019: as profissões de alimentadora de linha de produção e magarefe tiveram aumento no saldo das movimentações de 67% e 142%, respectivamente.

Nesse ponto devemos ressaltar o impacto da pandemia de Covid-19 e os paradoxos que sofrem as imigrantes. A pandemia, aliada a outros fatores como a desvalorização do real, fizeram com que atividades laborais relacionadas ao abate de suínos e aves aumentassem a procura por mão de obra, o que levou ao aumento da empregabilidade de imigrantes mulheres nesse setor. Como consequência, também as tornou mais expostas à contaminação pelo novo coronavírus, considerando que as condições laborais nesses espaços são insalubres, o trabalho é realizado em espaço fechado e as trabalhadoras ficam próximas umas das outras na linha de produção.

Reportagens como as de Camilla Veras Mota (BBC), de 2 de julho de 2020, ressaltaram como o ambiente frio e úmido dos frigoríficos e o barulho das máquinas leva as/os trabalhadoras/es a falarem alto, o que favorece a disseminação do novo coronavírus nesses ambientes. A reportagem traz o ocorrido na cidade de Xaxim, em Santa Catarina, onde o aumento do número de casos ocorreu devido às transmissões nos frigoríficos. Dentre os contaminadas/os, as/os imigrantes apareceram como s/os mais vulneráveis, pois, muitas vezes compartilham habitações que são, em alguns casos, alojamentos da própria empresa, em outros, casas alugadas nas quais convivem vários imigrantes e, até mesmo, famílias. Desse modo, a transmissão do vírus se torna mais rápida, devido à impossibilidade de se aplicar qualquer tipo de isolamento social. A reportagem relata, ainda, o óbito de um imigrante haitiano.

Notamos, portanto, que o aumento da empregabilidade de mulheres imigrantes durante o período de pandemia, em locais como frigorífico, resultou na exposição das trabalhadoras ao vírus e na possibilidade de contraírem a doença. Diante dessa constatação, é possível afirmar que o crescimento da inserção laboral de mulheres imigrantes no trabalho de abate de aves e suínos levou a um significativo impacto na pandemia. As consequências desse trabalho para a saúde das mulheres imigrantes, em termos físicos, sociais e psicológicos, devem ser aprofundadas em estudos qualitativos. Entretanto, é possível, por meio dos dados aqui apresentados, afirmar que a migração feminina no Brasil adentra nichos laborais que não são investigados pela literatura hegemônica sobre o tema, como ressaltado na introdução deste artigo. Buscar entender as razões da empregabilidade de mulheres imigrantes nesses

TABELA 7
MOVIMENTAÇÃO DAS TRABALHADORAS IMIGRANTES NO MERCADO DE TRABALHO FORMAL,
POR MÊS, SEGUNDO PRINCIPAIS OCUPAÇÕES (JAN. A SET. 2019-2020)

Principais atividades econômicas	Jan.-Set. 2019			Jan.-Set. 2020		
	Demitidos	Demitidos	Saldo	Demitidos	Demitidos	Saldo
Total	20.503	15.829	4.674	14.700	11.195	3.505
Restaurante e similares	1.671	1.403	268	783	1.096	-313
Abate de aves	976	443	533	1.852	444	1.408
Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares	727	597	130	342	427	-85
Hotéis	617	627	-10	243	511	-268
Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios	566	553	13	237	332	-95
Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios, supermercados	614	493	121	653	382	271
Confecção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas e as confeccionadas sob medida	579	466	113	280	319	-39
Frigorífico, abate de suínos	693	265	428	1.188	285	903
Limpeza em prédios e em domicílios	491	464	27	342	276	66
Ensino de idiomas	360	306	54			
Locação de mão de obra temporária				433	398	35
Outros	13.209	10.212	2.997	8.347	6.725	1.622

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do OBMigra, Ministério da Economia, base harmonizada Rais-CTPS-Caged, 2020.

espaços, as suas condições laborais, as particularidades que envolvem o trabalho (horas trabalhadas, remuneração, descanso/férias, maternidade, entre outros) são aspectos relevantes para melhor compreender as migrações femininas.

Por fim, também analisamos se houve alterações no rendimento médio das imigrantes admitidas no mercado de trabalho formal, devido a pandemia de Covid-19. Dados apresentados por Tonhati e Macêdo (2020) demonstraram que os eixos sociais de desigualdade como gênero, classe, raça e países de origem estão inter-relacionados com as diferenças de rendimentos das imigrantes. Ao analisar a série histórica de 2010 a 2019, as autoras encontraram diversos elementos que marcaram a diferença de rendimentos entre homens e mulheres e destacaram que os homens imigrantes ganhavam praticamente o dobro das mulheres imigrantes, em 2011, e essa diferença só veio a diminuir a partir de 2013, devido à chegada dos imigrantes haitianos e, posteriormente, venezuelanos. As mulheres imigrantes tiveram uma média de rendimentos menor que os homens imigrantes em todos os anos, de 2011 a 2019. Destaca-se que essa aproximação nos rendimentos não se deu por um movimento em busca de direitos por rendimentos igualitários, mas por uma maior inserção laboral dos imigrantes em ocupações de baixa remuneração.

Os dados de 2019, analisados por Tonhati e Macêdo (2020), demonstraram ainda que há grandes diferenças entre as nacionalidades. Os homens imigrantes, com os maiores rendimentos em 2019, provinham dos países do Norte Global. O mesmo ocorreu entre as mulheres. Entretanto, foi observado pelas autoras que,

[...] mesmo entre os maiores rendimentos e sendo provenientes das regiões mais ricas, há uma grande diferença entre os rendimentos de homens e mulheres imigrantes. Somando os rendimentos das dez primeiras nacionalidades de homens imigrantes foi possível constatar que esses ganham 50% a mais que a soma das dez primeiras nacionalidades de mulheres imigrantes com maiores rendimentos, demonstrando que há desigualdade de gênero na inserção laboral mesmo entre os imigrantes provenientes de países ricos (Tonhati & Macêdo, 2020: 134).

Foi ainda constatada desigualdade de rendimentos entre as mulheres do Norte Global e as do Sul Global; a maioria de mulheres dos países ricos do Norte Global tendem a ganhar 80% mais que as imigrantes mulheres dos países pobres do Sul Global. A pandemia de Covid-19 pouco alterou os rendimentos médios entre as mulheres imigrantes no momento de sua admissão. Assim como em 2019, no ano de 2020 as fortes desigualdades salariais mantiveram-se, influenciadas pelas variáveis de sexo e país de origem.

Os homens imigrantes, provenientes dos países ricos do Norte Global continuam ganhando em média 47,5% a mais que as mulheres com os maiores rendimentos, que também, majoritariamente, são provenientes de países ricos. A diferença salarial entre homens e mulheres imigrantes originárias dos países pobres do Sul Global é bem menor, apenas 0,23%. Por sua vez, a diferença salarial entre as mulheres, que embolsam os dez maiores rendimentos, do Norte Global, e as dos dez menores rendimentos, oriundas do Sul Global, é de 79%.

A pandemia de Covid-19 pouco alterou o quadro de desigualdade já constatado em 2019. A análise contínua e comparativa dos dados (2011 a 2020) permitiu-nos observar que as haitianas, as venezuelanas, as paraguaias, as bolivianas, as cubanas, as ganenses, as senegalesas, as bengalis, as dominicanas e as angolanas continuaram entre as dez principais nacionalidades com maior empregabilidade no mercado de trabalho formal no país, mas também com os menores rendimentos salariais. Assim, podemos inferir que a maioria das mulheres imigrantes no Brasil está sendo inserida em nichos laborais de baixa remuneração. Aqui, gostaríamos de enfatizar que acreditamos que a variável raça/cor influencia da mesma forma a inserção laboral e os rendimentos dessas mulheres. No entanto, os dados disponíveis nas bases analisadas não nos permitem ratificar essa correlação.

Para comprovar essa correlação, é preciso estudos mais específicos e aprofundados nessa direção, como, por exemplo, o estudo realizado por Jeane Souza e equipe (2020, p. 6), que, a partir de dados qualitativos, demonstra que as vulne-

TABELA 8
 RENDIMENTO MÉDIO DE ADMISSÃO DAS
 TRABALHADORAS IMIGRANTES NO
 MERCADO DE TRABALHO FORMAL,
 SEGUNDO NACIONALIDADE (JAN. A SET. 2020)*

Países com rendimento médio mais baixo	
País	Jan. a Set. 2020
	Rendimento médio
Total	1.767
Gana	1.300
Haiti	1.306
Bangladesh	1.312
Venezuela	1.354
República Dominicana	1.404
Senegal	1.406
República Democrática do Congo	1.444
Cuba	1.444
Angola	1.520
Paraguai	1.541
Outros	3.519
Países com rendimento médio mais elevado	
País	Jan. a Set. 2020
	Rendimento médio
Total	1.767
França	8.551
México	8.203
Reino Unido	7.728
Estados Unidos	7.663
Espanha	7.340
Alemanha	6.287
Rússia	5.730
Itália	5.117
África do Sul	5.115
Coreia do Sul	5.008
Outros	1.592

* Os rendimentos médios apresentados foram deflacionados, pelo índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) com relação a setembro de 2020. Em termos da seleção dos países apresentados na Tabela 8, foram considerados os países com ao menos 10 admissões no período aqui estudado. Ademais, para a consolidação dos dados, foram desconsiderados os registros intermitentes e os registros com salário declarado abaixo de 0,3 salário mínimo e acima de 150 salários mínimos.

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do OBMigra, Ministério da Economia, base harmonizada Rais-CTPS-Caged, 2020.

rabilidades vivenciadas pelas mulheres imigrantes negras haitianas, no contexto da pandemia de Covid-19, tendem a aumentar. As autoras ressaltam que as imigrantes haitianas são geralmente pobres, estão em subempregos com desvantagens competitivas, “em virtude do racismo, da adaptação cultural, linguística e de acesso a informações, com escasso conhecimento de seus direitos no território brasileiro”.

Ao analisarmos, portanto, os dados disponíveis sobre a inserção laboral das mulheres imigrantes no ano de 2020, ficou claro que a pandemia de Covid-19 reduziu a incorporação dessas mulheres no mercado de trabalho formal no país. Em suma, as admissões diminuíram em relação a 2019 e houve mais demissões em nichos laborais vinculados às áreas de serviços, com destaque para a redução desses postos de trabalho no estado de São Paulo, e um aumento nas admissões em setores vinculados aos frigoríficos, principalmente, no estado de Santa Catarina. Consequentemente, a falta de trabalho (redução das admissões e aumento das demissões) pode ser listada como sendo um dos principais impactos da pandemia de Covid-19 para as mulheres imigrantes, que até antes de 2020, vinham galgando cada vez mais postos de trabalho.

Outras pesquisas também ressaltam o desemprego como sendo uma das

principais preocupações das imigrantes. Jeanne Souza e equipe (2020: 10), por exemplo, relata que, para as haitianas, a falta de emprego somada ao “preconceito, à fome, à falta de creche para os filhos e aos escassos recursos econômicos” estão

entre os principais desafios enfrentados durante a pandemia de Covid-19. As autoras Leticia Wilges e Sandra Soares (2020), da mesma forma, demonstraram que, entre as venezuelanas, o desemprego foi o principal desafio e a maior preocupação durante a pandemia. Diante da necessidade de procurar emprego para o provimento de suas famílias e, ainda, de enviar remessas financeiras para auxiliar os familiares nos países de origem, podemos afirmar que as imigrantes ficam extremamente expostas à contaminação pelo vírus e, ainda, aos desdobramentos psicológicos do paradoxo da necessidade do isolamento social e do trabalho. O estudo de Souza e equipe (2020) relata que a pandemia tem provocado um aumento nas situações de estresse, frustração e ansiedade entre mulheres imigrantes.

Considerações finais

Como destacamos na introdução deste artigo, os debates teóricos em relação às migrações internacionais contemporâneas de mulheres, que se concentraram em analisar as migrações Sul-Norte, apontam para uma feminização das migrações. O aumento no número de mulheres imigrantes no Brasil também foi observado nos últimos cinco anos, e esse aumento decorre de um incremento nas migrações dos países do Sul-Global para o país. No Brasil, as imigrações, a partir de 2010, foram majoritariamente masculinizadas: dentre os postos de trabalho ocupados por imigrantes no país, os homens ocupam a maior parcela. Entretanto, o número de mulheres imigrantes no mercado de trabalho formal vinha aumentando nos últimos cinco anos. Essas mulheres imigrantes têm o perfil de serem jovens, com nível de instrução de ensino médio completo, provenientes dos países do Sul Global (haitianas, venezuelanas, cubanas e paraguaias), que estão em busca de emprego.

Portanto, é preciso destacar que, em termos dos debates acadêmicos (teóricos e empíricos) sobre as migrações internacionais no Brasil, até a primeira metade dessa década, a grande novidade foi a chegada de novos fluxos migratórios do Sul Global, que superaram os fluxos tradicionais, como, por exemplo, os portugueses (Cavalcanti et al., 2016); a partir da segunda metade da década (2015), figura-se como novidade o aumento no número de mulheres imigrantes chegando ao país, com grande destaque para as venezuelanas e as haitianas, que passaram a compor o mercado de trabalho formal. Nesse sentido, os dados sobre as imigrantes mulheres no Brasil têm revelado que elas ocupam diversos nichos laborais (por exemplo: frigoríficos), que extrapolam os protocolos de cuidado e reprodução. Esse dado possibilita a ampliação e contribui para o debate sobre as migrações femininas, bem como chama atenção para um olhar que desnuda as dificuldades e as desigualdades enfrentadas nesses espaços.

No entanto, o ano de 2020, devido à pandemia de Covid-19, marca uma ruptura nessa tendência de crescimento do fluxo de mulheres imigrantes para o Brasil e os eventos relacionados à pandemia também dificultaram a inserção e a manutenção das imigrantes em empregos formais. Os dados do STI e do SisMigra, aqui apresentados, possibilitaram-nos ter um panorama analítico para responder sobre os impactos da pandemia na mobilidade das mulheres imigrantes. Em síntese, houve queda na entrada de mulheres imigrantes em todos os meses de 2020, em comparação a 2019. O mês de abril marcou o início do impacto da pandemia na mobilidade migratória das mulheres nas fronteiras brasileiras, com uma redução drástica em comparação aos meses anteriores. Posteriormente, com queda brusca em abril e maio, as chegadas mantiveram uma tendência de baixa, mas sem reduções abruptas.

Já em relação aos impactos da pandemia de Covid-19 na inserção e permanência das mulheres imigrantes no mercado de trabalho formal brasileiro, os dados analisados demonstraram que se de 2010 a 2019 o mercado de trabalho no país vinha admitindo mais imigrantes mulheres, com a persistência da pandemia, essa tendência sofreu alteração e interrompeu a sua linha de crescimento. As mulheres imigrantes perderam mais postos de trabalho que os homens imigrantes. Houve uma diminuição em -25% na presença de imigrantes mulheres no mercado de trabalho brasileiro formal em 2020, em comparação a 2019. As haitianas e as venezuelanas foram as que mais sofreram com as demissões no mês de abril, que foi marcado por fortes medidas de isolamento social e fechamento de setores de serviços. Houve também impactos nos nichos laborais ocupados pelas imigrantes mulheres. Em 2020, a ocupação de vendedora de comércio varejista foi a que sofreu o maior decréscimo. Alimentadora de linha de produção destacou-se como a primeira ocupação; em segundo lugar, despontou-se magarefe e, em terceiro, bem abaixo das duas anteriores, faxineira. No ano de 2020 as fortes desigualdades salariais perpetuaram-se, dirigidas pelas variáveis de sexo e país de origem.

Desse modo, é possível concluir que as mulheres imigrantes no Brasil, em 2020, sofreram mais com os impactos da pandemia de Covid-19, quando comparadas aos homens imigrantes, em termos de mobilidade nas fronteiras e inserção laboral. A mobilidade das mulheres imigrantes nas fronteiras foi fortemente reduzida, o que gera uma maior exposição às situações de vulnerabilidade como: exploração econômica por atravessadores, violência sexual, entraves para acessar serviços de saúde, alimentação e abrigo. Ademais, vimos que as mulheres imigrantes sofreram com o desemprego, principalmente as venezuelanas, que trabalhavam em sua maioria em setores de comércio e restaurantes. No que se refere às haitianas, constatamos que não foram tão afetadas com o desemprego, porém, realizavam, em sua maioria, atividades que as deixavam muito suscetíveis à contaminação pela Covid-19. A falta

de emprego e a exposição à possível contaminação pelo vírus são, portanto, os principais impactos da pandemia de Covid-19 para as mulheres imigrantes.

Por fim, os dados analisados nos permitiram a construção de um panorama sobre alguns desdobramentos da pandemia de Covid-19 sobre as mulheres imigrantes no país. Contudo, muitas indagações ainda esperam por análise, principalmente devido ao fato de a pandemia ainda estar em curso e não sabermos quando e como terminará. Este artigo, portanto, contribui para avançarmos no debate sobre as migrações femininas no Brasil na adversidade trazida pelo novo coronavírus.

Referências

ANDRADE, Cristiane Batista; BITENCOURT, Maria Silva; SANTOS, Daniela Lacerda; VEDOVATO, Tatiana Giovanelli. Venezuelanas no Brasil: trabalho e gênero no contexto da Covid-19. In: BAENINGER, Rosana; VEDORATO, Luís Renato; NANDY, Sailen (Coords.). VON ZUBEN, Catarina; MAGALHÃES, Luis Felipe; PARISE, Paolo; DEMÉTRIO, Natália; DOMENICONI, Joice (Orgs.). *Migrações internacionais e a pandemia de Covid-19*, p. 426-435. Campinas: Núcleo de estudos de população “Elza Berquó” (Nepo/Unicamp), 2020.

ANNONI, Danielle. Mulheres migrantes e pandemia: vulnerabilidades sobrepostas diante da securitização internacional de fronteiras. In: BAENINGER, Rosana; VEDORATO, Luís Renato; NANDY, Sailen (Coords.). VON ZUBEN, Catarina; MAGALHÃES, Luis Felipe; PARISE, Paolo; DEMÉTRIO, Natália; DOMENICONI, Joice (Orgs.). *Migrações internacionais e a pandemia de Covid-19*, p. 323-336. Campinas: Núcleo de estudos de população “Elza Berquó” (Nepo/Unicamp), 2020.

ASSIS, Gláucia. Mulheres migrantes no passado e no presente: gênero, redes sociais e migração internacional. *Revista Estudos Feministas*, v. 15, n. 3, p. 30-47, 2007.

BAENINGER, Rosana; VEDORATO, Luis Renato; NANDY, Sailen (Coords.). VON ZUBEN, Catarina; MAGALHÃES, Luis Felipe; PARISE, Paolo; DEMÉTRIO, Natália; DOMENICONI, Joice (Orgs.). *Migrações internacionais e a pandemia de Covid-19*. Campinas: Núcleo de estudos de população “Elza Berquó” (Nepo/Unicamp), 2020.

BERGALLO, Paola; MANGINI, Marcelo; MAGNELLI, Mariela; BERCOVICH, Sabina. The impacts of Covid-19 on women’s economic autonomy in Latin America and the Caribbean. *UNDP LAC C19 PDS*, n. 25. Disponível em: <www.latinamerica.undp.org>. Acesso em: 10 Maio 2021.

BOYD, Monica; GRIECO, Elizabeth. *Women and migration: incorporating gender into international migration theory. Migration information source*, 2003. Disponível em: <<http://www.migrationinformation.org/Feature/display.cfm?id=106>>. Acesso em: 21 Maio 2020.

CASTLES, Stephen; DE HAAS, Hein; MILLER, Mark J. *The age of migration: international population movements in the modern world*. London: Palgrave macmillan, 1998.

CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Antônio Tadeu; ARAUJO, Dina, *A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro. Relatório Anual 2016*. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho/Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. Brasília, OBMigra, 2016.

EHRENREICH, Barbara; HOCHSCHILD, Arlie. Introduction. In: EHRENREICH, B.; HOCHSCHILD, A. R. (Eds.). *Global woman: nannies, maids and sex workers in the new economy*, p. 1-13. New York: Metropolitan, 2002.

FOLEY, Laura; PIPER, Nicola. Covid-19 and women migrant workers: impacts and implications. In: *IOM, UN migration, Covid-19 and the transformation of migration and mobility globally*, 2020. Disponível em: <<https://publications.iom.int/books/covid-19-and-women-migrant-workers-impacts-and-implications>>. Acesso em: 15 Set. 2020.

HONDAGNEU-SOTELO, Pierrette. Gender and immigration: a retrospective and introduction. In: HONDAGNEU-SOTELO, P. (Ed.). *Gender and US immigration: contemporary trends*, p. 3-19. Berkeley, CA: University of California Press, 2003.

MASSEY, Douglas; ARANGO, Joaquín; GRAEME, Hugo; KOUAOUA, Ali; PELLEGRINO, Adela; TAYLOR, Edward. Theories of international migration: a review and appraisal. *Population and Development Review*, v. 19, n. 3, p. 431-66, 1993.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. In: _____. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

MOROKVAŠIĆ, Mirjana. Birds of passage are also women. *International Migration Review*, v. 18, n. 4, p. 886-907, 1984.

MOTA, Camilla Veras. Covid-19 se alastra em frigoríficos e põe brasileiros e imigrantes em risco. *BBC News Brasil*, 22 Jul. 2020. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53477319>>. Acesso em: 27 Dez. 2020.

PADILLA, Beatriz. A imigrante brasileira em Portugal: considerando o gênero na análise. In: MALHEIROS, J. (Ed.). *Imigração brasileira em Portugal*, p. 113-135. Lisboa: Observatório da imigração; Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (Acidi), 2007.

PARREÑAS, Rhacel. Inserting feminism in transnational migration studies. *Migrationonline.cz*, 2009. Disponível em: <<http://www.migrationonline.cz/en/inserting-feminism-in-transnational-migration-studies>>. Acesso em: 24 Jan. 2020.

_____. The care crisis in the Philippines: children and transnational families in the new global economy. In: EHRENREICH, B.; HOCHSCHILD, A. R. (Eds.). *Global woman: nannies, maids and sex workers in the new economy*, p. 39-54. New York: Metropolitan, 2002.

_____. *Servants of globalization: women, migration and domestic work*. Stanford, CA: Stanford University Press, 2001.

QUINTINO, Felipe; DICK, Paulo César; FURTADO, Ailton José; COSTA, Luiz Fernando. Notas Metodológicas. In: CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Tadeu; MACÊDO, Marília. *Imigração e refúgio no Brasil. Relatório Anual 2020*, p. 247- 276. Série “Migrações”. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília: OBMigra, 2020.

SAYAD, Abdelmalek . *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: Editora USP, 2001.

SOUZA, Jeane; HEIDEMANN, Ivonete; PITILIN, Erica, BITENCOUR, Julia; VENDRUSCOLO, Carine; BRUM, Crhis. Determinantes sociais da saúde de mulheres imigrantes haitianas: repercussões no enfrentamento da Covid-19. *Revista Eletrônica Enfermagem*. v. 22, p. 1-8, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.5216/ree.v22.64362>>. Acesso em: 9 Maio 2021.

TONHATI, Tânia. *The transnational family: migration, family and rituals among Brazilian migrant women in the UK*. Doctoral thesis, Goldsmiths, University of London, 2018. Disponível em: <<http://research.gold.ac.uk/id/eprint/23046/>>.

TONHATI, Tânia; MACÊDO, Marília. Imigração de mulheres no Brasil: movimentações, registros e inserção no mercado de trabalho formal (2010-2019). In: CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Tadeu; MACÊDO, Marília. *Imigração e refúgio no Brasil Relatório Anual 2020*, p. 111- 141. Série “Migrações”. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília: OBMigra, 2020.

UNITED NATIONS WOMEN. *Policy brief: the impact of Covid-19 on women*, 9 Abr. 2020. Disponível em: <<https://www.unwomen.org/en/digital-library/publications/2020/04/policy-brief-the-impact-of-covid-19-on-women>>. Acesso em: 10 Ago. 2020.

UNITED NATIONS DEPARTMENT OF ECONOMIC AND SOCIAL AFFAIRS, POPULATION DIVISION. *International migration 2019: Report (ST/ESA/SER.A/438)*, 2019.

WILGES, Leticia; SOARES, Sandra. Mulheres imigrantes venezuelanas no contexto da pandemia da Covid-19 na política de assistência social do município de Venâncio Aires, Rio Grande do Sul. *Anais*. Porto Alegre: Editora Pucrsbr, 2020. Disponível em: <<https://editora.pucrs.br/edipucrs/acessolivre/anais/serpinf-senpinf/assets/edicoes/2020/arquivos/125.pdf>>. Acesso em: 9 Maio 2021.

ZLOTNIK, H. *The global dimensions of female migration*. Migration Policy Institute, 2003. Disponível em: <<https://www.migrationpolicy.org/article/global-dimensions-female-migration>>. Acesso em: 22 Dez. 2020.



Los docentes universitarios frente al cambio a la educación virtual impuesta por el coronavirus

Recibido: 15.10.20
Aprovado: 09.08.21

Santiago Tejedor (<http://orcid.org/0000-0002-5539-9800>),
Universidad Autònoma de Barcelona, Barcelona, Espanha^I.

Laura Cervi (<https://orcid.org/0000-0002-0376-0609>),
Universidad Autònoma de Barcelona, Barcelona, Espanha^{II}.

Fernanda Tusa (<https://orcid.org/0000-0002-1570-9579>),
Universidad Técnica de Machala, Machala, Equador^{III}.

Alberto Parola (<https://orcid.org/0000-0003-0639-7777>),
Universidad de Turín, Torino, Itália^{IV}.

I. Santiago Tejedor es profesor agregado y director del Departamento de Periodismo y Ciencias de la Comunicación, Universidad Autònoma de Barcelona, Barcelona, Espanha. <Santiago.Tejedor@uab.cat>.

II. Laura Cervi es profesora asociada del Departamento de Periodismo y Ciencias de la Comunicación, Universidad Autònoma de Barcelona, Barcelona, Espanha. <Laura.Cervi@uab.cat>.

III. Fernanda Tusa es profesora en la Universidad Técnica de Machala, Machala, El Oro, Equador. <ftusa@utmachala.edu.ec>.

IV. Alberto Parola es profesor asociado de pedagogía experimental del Departamento de Filosofía y Ciencias de la Educación, Universidad de Turín, Torino, Itália. <alberto.parola@unito.it>.

Resumen

Esta investigación realizó un estudio comparativo entre tres países muy impactados por el coronavirus a partir del análisis de las reflexiones de docentes sobre la enseñanza virtual universitaria durante la etapa de confinamiento. El estudio, de carácter descriptivo, exploratorio y explicativo, aplicó 196 encuestas, entre marzo y abril de 2020, a docentes de periodismo, comunicación y educación de la Universidad Autónoma de Barcelona (España), Universidad de Torino (Italia) y Universidad Técnica de Machala (Ecuador). Como resultado, los docentes, de forma mayoritaria, valoran negativamente el paso a la virtualidad, pues este se asocia, de forma recurrente, con un incremento del trabajo. Además, demandan competencias digitales básicas en los jóvenes universitarios y capacitaciones, de parte de sus instituciones, en el componente tecnológico y pedagógico-digital. A modo de conclusión, los docentes encuestados reconocen que es necesaria la promoción del pensamiento crítico y reflexivo vinculado a la gestión estratégica de las TIC.

Palabras clave: Educación superior. Docente universitario. Tele-enseñanza. Aprendizaje virtual. Crisis sanitaria.

University teachers face the change to virtual education imposed by the coronavirus

Abstract: This research conducted a comparative study between three countries highly impacted by the coronavirus based on the analysis of teachers' reflections on virtual university education during the confinement stage. The study, of a descriptive, exploratory and explanatory nature, applied 196 surveys, between March and April 2020, to professors of Journalism, Communication

and Education of the Autonomous University of Barcelona (Spain), University of Torino (Italy) and Technical University of Machala (Ecuador). As a result, teachers, in a majority, negatively value the move to virtuality, since this is associated, on a recurring basis, with an increase in work. In addition, they demand basic digital skills in young university students and training, on the part of their institutions, in the technological and pedagogical-digital component. By way of conclusion, the teachers surveyed recognize that it is necessary to promote critical and reflective thinking linked to the strategic management of ICT.

Keywords: Higher education; University teaching. Tele-teaching. Virtual learning. Health crisis.

Introducción

Aunque es una crisis sanitaria, la universidad pública también ha padecido las consecuencias de la pandemia mundial de la Covid-19. En este sentido, ha tenido que afrontar un cambio repentino, moviéndose de la presencialidad a la no presencialidad. Esta educación, mediada por tecnología, ha solicitado de un esfuerzo de aprendizaje expreso para muchos docentes (Cáceres-Muñoz, Jiménez Hernández & Martín-Sánchez, 2020). Como resultado, los contextos mediados por un acceso a la educación a distancia, a través de tecnologías digitales, han sido desiguales; en particular, para los grupos sociales de mayor vulnerabilidad (Cervantes Holguín & Gutiérrez Sandoval, 2020).

En este escenario, las administraciones educativas deben velar porque todo alumnado tenga acceso a la misma y en las mismas condiciones (Bekerman & Rondanini, 2020), ya que se ha puesto énfasis en la transformación de la cultura educativa por una cultura educativa digital en la que ni todos ni todas cuentan con las mismas posibilidades (Beltrán et al., 2020). En efecto, esta presencialidad remota ha dejado de considerar las particularidades y las condiciones de accesibilidad para garantizar la inclusión, la equidad y la calidad en la formación universitaria (Fontana-Hernández 37 al., 2020). La suspensión de las actividades docentes presenciales para dar paso a la virtualización ha supuesto que el profesorado tenga una elevada presión, tanto en su trabajo como en la adaptación al nuevo escenario. Además, la transición a esta docencia online ha sido abrupta, desconociendo los largos procesos de formación, de rediseño de asignaturas y de infraestructuras que soporten la demanda de la tele-enseñanza (González-Calvo et al., 2020). De hecho, en varios países latinoamericanos, la Covid-19 influyó negativamente en el proceso de enseñanza-aprendizaje, debido a que no se invirtió durante muchos años en la adecuación de los campus virtuales, los sitios web institucionales, las revistas científicas digitales y en la capacitación de los docentes y alumnos en el manejo de las TICs, teniendo que improvisar soluciones tecnológicas (Ríos Campos, 2020).

Este tránsito hacia un nuevo paradigma de enseñanza-aprendizaje ha visibilizado las desigualdades en el desarrollo educativo bajo las actuales condiciones de crisis pandémica, siendo la cooperación con instituciones, empresas y ONG la respuesta para apoyar a las instituciones educativas que carecen de capacidades, recursos y medios para llevar con éxito la educación a distancia (Quevedo Ramírez, 2020). Y es que la educación mediada por tecnologías en tiempos de la Covid-19 no solo debe centrarse en los estudios académicos, sino en el cuidar al estudiante, quien enfrenta la fragilidad de la vida y la pérdida de sus seres queridos en el contexto de esta crisis pandémica (Monasterio & Briceño, 2020).

Ante esta situación de excepcionalidad educativa, el docente debe ser soporte, promotor de la resiliencia, guía en lo académico, animador, asesor emocional y garante de la organización y coherencia institucionales (Villafuerte et al., 2020). Al respecto, los embates de la Covid-19 han redefinido nuevas líneas de acción educativa donde el proceder de los docentes ha privilegiado la enseñanza de aquellos conocimientos que representan un aporte valioso para la vida cotidiana, sin dejar de lado la comprensión empática con el estudiante (Morales, 2020). Para Herrera, Tusa y Maza (2019), no se trata de que el alumno se adapte y se integre, sino que la universidad apueste por él y haga todo lo necesario para conseguir que tenga una educación de calidad.

La Covid-19 invita a una revisión pedagógica y a la reestructuración de la oferta formativa en la educación superior. Es más, muchas instituciones han emprendido el camino hacia una renovación de contenidos que favorezca tanto la calidad como la equidad (Pedró, 2020).

La pandemia se presenta entonces como una oportunidad de reflexionar acerca del rol del docente como persona, como ciudadano y como profesional (Millán et al., 2020). La crisis pandémica, trasladada al campo educativo, muestra que la educación de calidad es más necesaria que nunca para la promoción de una nueva generación de graduados que haga frente a los múltiples desafíos del siglo XXI (Feyen, 2020). En el escenario de la nueva normalidad surge esta investigación con el objetivo de analizar el criterio de los docentes sobre la enseñanza virtual universitaria en el marco de un confinamiento global.

Marco teórico

La institución educativa enfrenta grandes desafíos ante el quiebre de paradigmas socioculturales, económicos y políticos, producto de la crisis sanitaria que ha impuesto el Covid-19 (Jerónimo Montes, Andrade Cortés & Robles Melgarejo, 2011).

Como consecuencia inmediata, la humanidad está transformando, en un tiempo récord, sus referentes conceptuales, contextuales e históricos. En la sociedad tecnológica en la que nos desenvolvemos solo van a crecer los individuos que tengan competencias para poder producir, difundir y consumir la información de forma rápida, eficaz y eficiente (Arias, Torres & Yáñez, 2014). Por ello, es imprescindible tener las habilidades necesarias para usar los recursos de búsqueda, producción y difusión de la información y saber comunicarla a través de los entornos digitales (Peña Hita, Rueda López & Pegalajar Palomino, 2018). El interés social por la utilización de estas herramientas debe ser aprovechado dentro del ámbito educativo (Gallardo, Marqués & Bullén, 2015).

Actualmente, estamos ante un cambio de paradigma educativo, pasándose de centrar la atención en la enseñanza a centrarse, ahora, en el aprendizaje (Tejada, Navío & Ruíz Bueno, 2007), lo cual repercute en la concepción tradicional de la docencia y de las funciones del profesorado (Martínez Rojo & González Fernández, 2009).

En este escenario, las Tecnologías de la Información y la Comunicación cobran más relevancia que nunca, pues se presentan como un elemento clave para responder a la consolidación de la Sociedad del Aprendizaje, lo cual ha obligado a distintas universidades, con tradición de estudios presenciales, a migrar a la modalidad *e-learning*, incorporando las innovaciones tecnológicas a la “nueva normalidad” universitaria, lo que ha situado a los profesores universitarios frente a un reto educativo nuevo (Areitio & Areitio, 2002).

Los protagonistas de la enseñanza-aprendizaje en el espacio de educación superior han tenido que adaptarse a plataformas de teleformación, incorporando recursos diseñados pedagógicamente bajo el enfoque de “aprender haciendo”, que permiten al estudiante tener la sensación de ser parte del entorno físico e involucrarse en sus propios procesos de aprendizaje, lo que tiene un impacto positivo en la motivación del discente (Warbunton, 2009) y estimula su compromiso de aprendizaje (Jenkins, 2005) al cambiar la contemplación pasiva por una participación activa. No obstante, el estudio desarrollado por Steven Abarca (2013) alude a las deficiencias en la formación del profesorado universitario como factor que genera resistencia al cambio y a su introducción en el proceso de enseñanza-aprendizaje.

La utilización de las tecnologías y los soportes telemáticos, diseñados para conectar virtualmente al alumno y al profesor, optimizan el proceso de aprendizaje puesto potencian la adquisición y transmisión de conocimientos (Murás, 2008) en los distintos ámbitos profesionales (Monterroso Casado & Escutia Romero, 2011), constituyéndose en vehículos de apoyo a la docencia que promueven la práctica del aprendizaje co-

laborativo y cooperativo, operan a nivel cognitivo en la edificación de nuevos saberes y agilizan la retención de conocimientos (López Alonso & Seré, 2004), destacándose sus componentes de interactividad y de dinamismo (Badía, 2006).

El uso formativo de las TICs permite no solo la adquisición de las pericias propias de la disciplina, sino también el desarrollo del pensamiento crítico y la reflexión pausada, el hábito para las rutinas de trabajo en equipo, así como la búsqueda de datos complementarios o alternativos a los ofrecidos por el docente, lo que amplifica tanto las fuentes del conocimiento como la capacidad de transferencia de ese conocimiento (Lee y Tsai, 2004).

En los entornos virtuales el estudiante aprende activamente para construir su propio conocimiento a través de la experimentación (Salmon, 2009) y el aprendizaje inmersivo, lo que propicia el desarrollo de habilidades especializadas, la generación de nuevas ideas y el aprender de los errores (Foreman, 2004), lo cual estimula el pensamiento divergente, crítico y reflexivo (Dickey, 2003). De hecho, ampliamente se reconoce que el mundo virtual promueve muchos tipos de apoyo a las tareas colaborativas (Dalgarno & Lee, 2010), con oportunidades de mediación pedagógica en tiempo real (De Freltas et al., 2010) que ayudan al educando a encontrar sentido a su realidad próxima mientras exploran, resuelven problemas, construyen significados y colaboran con sus pares (Wang & Hsu, 2009).

La enseñanza digital, a través de plataformas y *e-learning* ha sido reconocida en la última década como un método adecuado y un buen recurso para abordar los problemas a los que se enfrenta el mundo globalizado en materia de formación continua y desarrollo de habilidades tecnológicas y sociales (Moreira, Reis Monteiro & Machado, 2017; Sangrà, Vlachopoulos & Cabrera, 2012; Herrington, Reeves & Oliver, 2010). La virtualización de la educación se presenta entonces como un fenómeno emergente en el que se actualizan métodos educativos de carácter históricos gracias a las amplias posibilidades que brindan las TICs (Chang, 2016), pero que además responde a una megatendencia económica y cultural transversal a todos los ámbitos de la actividad humana (Mateos, García, & González, 2015).

Al respecto, el informe Sistema de Información de Tendencias Educativas en América Latina (Siteal, 2014) afirma que, en la actualidad, las instituciones educativas deben moverse hacia la nueva subjetividad de los educandos, en un escenario donde la *tecno-cultura* condiciona las políticas y tendencias educativas. Y es que los centros educativos que afrontan la educación de la Generación Z (Fernández-Cruz & Fernández-Díaz, 2016) están haciéndose cargo de un objetivo importante para la incorporación de sus alumnos dentro de la sociedad digital en la que vivimos.

Para Francisco Fernández Cruz, María José Fernández Díaz e Jesús Rodríguez Mantilla (2018), la incorporación de los recursos tecnológicos ha facilitado el acceso a fuentes constructivas de información para los nativos digitales y ha replanteado las metodologías educativas de manera significativa e innovadora, siendo los grandes beneficiarios los jóvenes de la era digital (Area, 2010), cuya preparación tecno-pedagógica redundaría en la mejora de los aprendizajes y de la calidad educativa (Espuny, Gisbert & Coiduras, 2010; Aguaded & Tiraldo, 2010; Valverde, Garrido & Sosa, 2010; Area, Hernández & Sosa, 2016).

Sobre este aspecto, Angélica Monteiro, José Moreira e Carlina Leite (2016) identificaron las siguientes ventajas del *e-learning* en la educación superior: su potencial para proporcionar materiales de apoyo diferentes; las posibilidades de interacción; la respuesta a los retos planteados por un mundo globalizado y la reducción de los costes de desplazamiento y el impacto medioambiental. Desde esta visión, la educación superior forma parte de sistemas culturales más amplios en los que las TICs no solo constituyen herramientas para aprender, sino que actúan como configuradoras de prácticas socioculturales inéditas. En esta línea, Margarita Victoria (2012) argumenta que en la tele-formación confluye la dimensión política, pedagógica y virtual, logrando que la pedagogía de la virtualidad genere una nueva gobernabilidad educativa en el ciberespacio. Esta noción es apoyada por Claudio Rama (2012) quien relaciona los estudios de la tele-enseñanza con los cambios económico-sociales de la tecnología y explica la virtualización de los aprendizajes desde la lógica del contexto laboral y de los modos de producción de conocimiento.

En este punto cabe mencionar que el acceso de los estudiantes universitarios a la información disponible en Internet requiere del entrenamiento para el desarrollo de competencias (Villanueva & Casas, 2010). En este punto, los estudios realizados por Lori Holcomb y Candy Beal (2010) y Herwig Rollet y otros (2011) detectan notables carencias en la competencia digital del estudiante para el manejo de herramientas de la Web 2.0. Al respecto, Diana Gavilán, Gema Martínez-Navarro y Susana Fernández-Lores (2017) subrayan que tres de cada diez universitarios aprecian la posibilidad de mejora que les otorgan las redes sociales y los entornos virtuales académicos. Mientras que para Julio Cabero y Verónica Marín (2014) los estudiantes sí muestran interés formativo en el manejo de las herramientas de la web 2.0 en su proceso de enseñanza-aprendizaje.

Por su parte, Miguel Túñez y José Sixto (2012), Jin Mao (2014) y González y Muñoz (2016) refieren que los estudiantes consideran a las redes sociales y a los entornos virtuales educativos como recursos valiosos, recomendando su inclusión en la metodología docente en el ámbito universitario, destacando sus beneficios para resolver

dudas, obtener información sobre las clases, realizar trabajos grupales y compartir información, permitiendo que el discente pueda convertirse en el constructor de sus propios conocimientos (Espuny et al., 2011; Pérez, 2013). Theresa Clarke y Leigh Nelson (2012), Fabiola Barajas y Cristina Álvarez (2013) y César Bernal y Félix Angulo (2013) afirman que las TIC mejoran el aprendizaje colaborativo y el desempeño de los estudiantes en el aula. De forma complementaria, Rodrigo Martínez, Francisco Corzana y Judith Millán (2013) puntualizan en cómo estos recursos facilitan el proceso de investigación e innovación docente y la generación de conocimiento compartido, a la vez que permite la aplicación de metodologías activas de enseñanza-aprendizaje.

Educación superior en España, Italia y Ecuador

La Universidad Autónoma de Barcelona (UAB), está considerada como una de las mejores universidades europeas (en investigación y docencia), según la mayoría de directorios académicos universitarios europeos. El 26 de noviembre de 2009, obtuvo el reconocimiento de Campus de Excelencia Internacional. Cuenta con 37.166 alumnos y 3.262 profesores. La UAB ofrece 77 titulaciones de grado, 328 programas de postgrado y 90 programas de doctorado. El estudio ha contado con la participación de los estudiantes del grado de Periodismo.

Por su parte, la Universidad de Torino (Italia) es una universidad pública, fundada en 1404 y se encuentra entre las más antiguas de Europa. El estudio ha contado con la participación de los estudiantes del grado de Educación de esta institución con larga tradición histórica y que guarda una reputación académica significativa en la opinión pública de ese país.

Finalmente, la Universidad Técnica de Machala (Ecuador) es una Institución de educación superior, de carácter público, ubicada en la provincia de El Oro, al sur del país. Pese a encontrarse en una zona de vulnerabilidad fronteriza, ha conseguido acreditarse en categoría B como universidad de excelencia. Cuenta con cinco facultades y cerca de 13.000 estudiantes están inscritos en su oferta académica, tanto de pregrado como de posgrado. El estudio contó con la participación de los estudiantes de Comunicación de esta casa de estudios.

En las tres universidades analizadas desde hace algunos años se ha dado una transición progresiva hacia la digitalización de la educación superior, siendo algunas universidades privadas referentes en la modalidad virtual. Sin embargo, la crisis sanitaria de la Covid-19 impactó de manera drástica en el modo tradicional de enseñanza-aprendizaje.

En las tres casas de estudio se procedió por varios meses a cursos de capacitación, formación e inducción en TICs para que la planta docente tenga las habilidades y competencias digitales e informacionales previo al inicio de un nuevo período lectivo. Al respecto, se focalizó el tema de las metodologías activas a fin de evitar la deserción del estudiantado y motivar al alumno en las sesiones síncronas de trabajo.

En cuanto a la cuestión generacional y las prácticas culturales relacionadas con el uso de estas tecnologías las tres instituciones analizadas han venido auspiciando concursos de Méritos y Oposición desde el 2010, siendo su cuerpo docente personal joven, menores de 40 años en promedio, quienes han asumido la tele-enseñanza como una familiarización de sus prácticas educativas. Cabe mencionar, que las tres universidades han adquirido licencias Zoom Pro para las clases síncronas y mejoraron las plataformas educativas institucionales como el Sistema Informático y el Entorno Virtual de Enseñanza-Aprendizaje, las cuales permitieron optimizar los procesos de tutorías, evaluación y acompañamiento del discente en su horario asíncrono.

En el caso de Ecuador, España e Italia, el número de infectados pasó a ser una cifra desconocida por la opinión pública puesto que los datos reales no se revelaron por un mal manejo de la pandemia por parte de las autoridades de salud que terminó en un cambio de ministros de esta cartera de estado en menos de un año de pandemia. Actualmente, los gobiernos de estos tres países han acelerado el proceso de vacunación, incluso se asumió la modalidad híbrida de enseñanza y el alumnado de diversas instituciones educativas, de secundaria y bachillerato, retornaron progresivamente a clases presenciales, previa autorización del Ministerio de Educación. En el caso de las universidades analizadas, se inició una campaña masiva de inoculación de su comunidad universitaria, mediante convenio con el Ministerio de Salud, con el objetivo de asegurar el pronto retorno a las actividades presenciales.

Tics, desigualdades y acceso a Internet

Finalmente, al hablar desde una perspectiva sociológica en torno al debate entre ciencia, política y tecnología no se puede dejar de lado el tema de las desigualdades, donde el acceso a las Tecnologías de la Información y la Comunicación, así como el acceso a Internet es un derecho y exigencia de las regiones de todo el mundo. El núcleo de la literatura sobre inclusión digital está de acuerdo con la noción de que un uso mejorado junto a la aceptación y el compromiso con las TIC conduce a una serie de resultados positivos para el individuo y la sociedad (Livingstone & Helsper, 2013).

Sin embargo, dos perspectivas teóricas opuestas proponen diferentes escenarios sobre cómo funciona este mecanismo (Van Laar, et al., 2017). El modelo de normalización de difusión tecnológica espera que la expansión tecnológica siga un camino de normalización y termine con la omnipresencia de las TIC en todos los países y segmentos de la sociedad. La idea económica subyacente apunta que los recursos se abaratan a lo largo del tiempo, y por lo tanto las brechas entre las categorías sociales disminuyen, justamente normalizando la brecha digital en acceso y uso.

En contraste, la hipótesis de la estratificación propone que los grupos sociales y los países con ventajas preexistentes derivadas de estratificaciones socioeconómicas más antiguas mantendrán su ventaja en la economía digital (Van Dijk, 2005). La hipótesis sugiere que el proceso de uso de Internet replica las desigualdades sociales existentes porque las redes digitalizadas replican las estructuras educación superior (De Sousa & Cervi, 2017; DiMaggio & Garip, 2012).

Internet es principalmente una lupa de la estratificación existente, así, cuando la desigualdad en la sociedad aumenta, el ciberespacio tiende a reforzar esta tendencia, por lo tanto existiría el riesgo de una distribución polarizada en la que un número creciente de personas utiliza Internet para propósitos cada vez más variados en dispositivos de alta calidad, mientras que un número creciente de usuarios experimenta este proceso de manera más lenta, por ejemplo, usando dispositivos de menor calidad (Gasser, Maclay & Palrey, 2010). Además, cuanto menor son las habilidades y las capacidades de un internauta, menos valor tiene la experiencia de uso de internet (Helsper, 2012).

De acuerdo con la hipótesis de la estratificación, la investigación sobre grupos desfavorecidos ha establecido que la raza (Correa & Sun Ho, 2011) y la etnicidad (Mesch & Talmud, 2011), el género (Hargittai & Shaw, 2015; Ono & Zavodny, 2008) y el estatus socioeconómico (Schradie, 2012; Witte & Mannon, 2010) pueden ser determinantes tanto en el uso como en las competencias digitales (Stern, Adams & Elsasser, 2009).

La centralidad de las habilidades digitales en la desigualdad social y digital ya ha sido firmemente verificada (Bell, Bishop & Przybylski, 2015; Van Dijk & Van Deursen, 2014; Van Deursen & Van Dijk, 2011). Al respecto, se analizan las habilidades digitales desde dos puntos de vista complementarios: las habilidades básicas requeridas para operar sistemas digitales y también las habilidades necesarias para entender y usar el contenido en línea de Internet (Pérez-Tornero et al., 2018).

En la coyuntura actual Internet ha introducido una gran cantidad de oportunidades, pero al mismo tiempo una serie de peligros y amenazas que afectan especialmente

a los públicos más jóvenes y vulnerables (Pérez-Tornero & Tejedor, 2016). Dentro de este marco, proporcionar a los jóvenes (especialmente, a aquellos en riesgo de exclusión social) las competencias y las habilidades para navegar con seguridad en el ciberespacio es un hito prioritario para cualquier sociedad, puesto que el uso de Internet es cada vez más importante para los niños y los jóvenes de todo el mundo.

Metodología

Esta investigación, de carácter descriptivo, exploratorio y explicativo, realiza un estudio comparativo entre docentes de Iberoamérica sobre la docencia virtual impuesta durante la crisis del coronavirus. La propuesta metodológica se diseñó a partir de una perspectiva exploratoria (Vilches, 2011) y aplicó una encuesta que se ha direccionado a 196 docentes de 50 universidades de Iberoamérica. En total, el estudio ha recogido 6.468 evidencias de profesores (un 61,2% hombres y 38,8% mujeres. La formación de los docentes consultados ha sido de: un 23% de doctores, un 50,5% con título de máster, un 13% licenciados y un 13,5% con otro tipo de estudios.

La muestra invitada, concebida como el conjunto de elementos de la población a los que se pide que participen en la investigación (Del Rincón et al., 1995), corresponde a estudiantes y docentes, estableciéndose una muestra aleatoria simple. Tal y como apuntan Pilar Colás, Teresa González y Juan De Pablos (2013), el estudio consideró la encuesta *on-line* como mecanismo metodológico óptimo para recoger información. El porcentaje analizado se considera significativo dentro del universo y, en este sentido, la muestra permite inferir resultados precisos. La investigación se ha basado en un muestreo discrecional o muestreo intencional en la selección de las tres universidades participantes. En este tipo de toma de muestras, los sujetos sometidos a análisis y estudio son elegidos por el investigador para formar parte de la muestra con un objetivo específico (Vilches, 2011) al ser considerados como adecuados o idóneos para la investigación. Se han escogido universidades de escenarios socio-geográficos que han recibido un fuerte impacto del virus Covid-19, generando una cifra de afectados y fallecidos muy elevada dentro de su entorno territorial.

El estudio adoptó una metodología de trabajo híbrida a partir de una encuesta matriz integrada por cuestiones de tipo cuantitativo y preguntas abiertas para posibilitar igualmente un trabajo de índole cualitativa. La encuesta se ha diseñado con preguntas cerradas de escalas nominales excluyentes y se ha basado en un muestreo aleatorio simple sin reposición. El análisis estadístico empleado sobre la encuesta ha sido el análisis descriptivo basado en frecuencias y porcentajes. Las respuestas

totales de cada país, diferentes en cada caso, se han equiparado en porcentajes con una intención comparativa que ha permitido un cruce final entre los tres países seleccionados. Además, la propuesta metodológica incluye preguntas cerradas dicotómicas para los temas más definidos sobre el uso, la valoración de las plataformas y el impacto de las redes sociales en desempeño cotidiano y profesional. Además, se ha considerado pertinente incorporar preguntas categorizadas (ofreciendo al encuestado una serie de listados de posibles actividades a desarrollar en una red social o diferentes nombres de plataformas dialógicas *on-line*) y, de este modo, se han combinado preguntas de identificación, de intención, de información y de opinión. Las principales variables de los cuestionarios fueron:

- i.* Balance de la docencia virtual durante la etapa de confinamiento;
- ii.* Valoración de las actividades y los contenidos facilitados;
- iii.* Reflexiones sobre las plataformas tecnológicas y los recursos empleados; y
- iv.* Análisis de la respuesta del alumnado.

El cuestionario fue validado por un panel de expertos (n=6) en materia de comunicación y educación antes de ser implementado. Posteriormente se realizó una versión electrónica de la encuesta que fue enviada a tres facultades de comunicación, una por cada país. Tanto los usuarios como los formadores participantes fueron informados del estudio y su consentimiento fue solicitado para participar en el mismo. Con las encuestas se trazó un análisis motivacional exploratorio a partir de diferentes campos de trabajo: Por un lado, datos sobre edad, país y género; balance del periodo de docencia virtual durante el confinamiento y valoración de los contenidos, dinámicas de trabajo, habilidades del equipo docente e información recibida desde la universidad. Por otro, el conocimiento de las características de la docencia virtual, el dominio de las plataformas y las pautas de creación de contenidos para el ciberespacio. La recogida de datos se realizó mediante preguntas cerradas de escalas nominales excluyentes (en su mayoría a partir del uso de la escala Likert con un grado de respuesta, donde el 1 significa totalmente en desacuerdo y el 4 totalmente de acuerdo) y además diferentes preguntas abiertas. Se incluyeron preguntas cerradas dicotómicas para los temas más definidos sobre el tipo uso de internet y el conocimiento de aspectos vinculados con la navegación segura. Además, se consideró pertinente incorporar preguntas categorizadas (ofreciendo al encuestado una serie de listados de posibles opciones) y, de este modo, se combinaron preguntas de identificación, de intención, de información y de opinión. Las respuestas abiertas, que posibilitaron la escritura libre, permitieron conocer el grado de dominio de

ciertos temas, así como la capacidad de explicación de los mismos por parte de los usuarios y de los formadores.

El análisis estadístico empleado en las encuestas fue descriptivo, basado en frecuencias y porcentajes, cuyas respuestas se equipararon en porcentajes con una intención comparativa. La consistencia interna del test presentó una alta fiabilidad con un Alpha de Cronbach de 0,943, confirmando medir el constructo de los múltiples factores intercorrelacionados. Según Darren George y Paul Mallery (2003), cuando el coeficiente de Alpha es $> ,90$, podremos decir que la fiabilidad del instrumento es excelente y si es $> ,80$ diremos que es bueno. El cuestionario se envió a través de la aplicación de Google Form. La segunda técnica de investigación fue el análisis de contenido (Holsti, 1969; Berelson, 1971; Krippendorff, 1990) el cual permitió la interrelación de las respuestas de los usuarios con un grupo de variables de interés identificadas. Las categorías de análisis fueron diseñadas a partir de los planteamientos de Zeki Bulut y Onur Doğan (2017) y aplicados previamente en los trabajos de Santiago Tejedor, Ricardo Bugs y Santiago Giraldo-Luque (2018).

Resultados

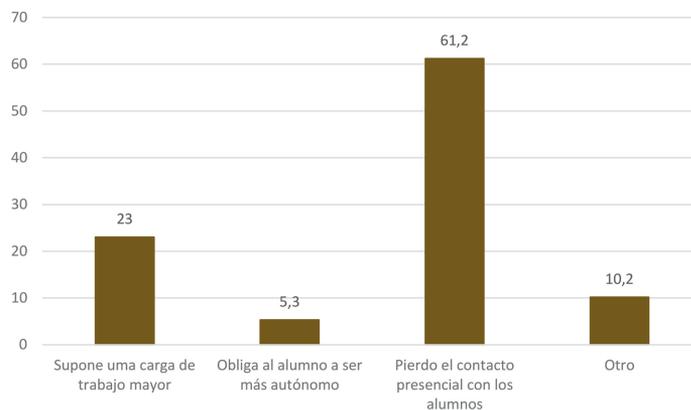
La valoración sobre el cambio de la docencia presencial a la virtual ofrece resultados muy parejos entre los profesores que opinan que les ha beneficiado (37,8%) y aquellos que argumentan que les ha perjudicado (35,7%); mientras que un 26,5% valora dicho cambio como una modificación indiferente. Entre los que consideran que les ha perjudicado, un 38,7% señala que el principal problema ha sido el incremento del trabajo; mientras que un 32,3% considera que este nuevo escenario es menos estimulante. Un 24,7% cree que los alumnos aprenden menos en esta modalidad y un 4,3% señala que la calidad de la docencia empeora al pasar a la virtualidad.

Respecto a los elementos positivos, para un 40,3% la posibilidad de gestionar el tiempo es el principal aporte positivo. Seguidamente, un 23,5% valora la flexibilidad y un 15,8% hace referencia a la autonomía. Por su parte, la mayor cantidad de tareas es el elemento que juzgan como principal elemento negativo en un 39,3 de los casos. El 16,3% cree que este tipo de docencia es más exigente y un 3,1% considera que es más aburrida que la presencial. Para un 13,8% no existe ningún elemento negativo y un 27,5% alude a otros factores contextuales.

Con relación al alumnado, el 75% de los docentes opina que estos poseen las habilidades necesarias para afrontar una docencia virtual. El 25% que opina lo contrario lo atribuye a la falta de adaptación al nuevo escenario (45,3%) y la falta de dominio

técnico (24,5%), principalmente. En esta misma línea, los docentes consideran (en un 91,8%) de los casos que poseen las habilidades necesarias para afrontar la docencia virtual. El reducido grupo que ha respondido que no se siente capacitado (un 8,2%) lo atribuye a la falta de dominio de los aspectos técnicos (un 52,9%), la dificultad para organizar su tiempo (un 23,5%) y a otros aspectos (un 23,6%). Tras esta etapa y como balance, el 61,2% de los docentes consideran que el peor elemento de la docencia virtual es la pérdida de contacto con el alumnado (ver Figura 1). Por otro lado, para un 23% el principal elemento negativo es el incremento de la carga de trabajo; mientras que un 5,6% alude a la necesidad de que el estudiante sea más autónomo.

FIGURA 1
VALORACIÓN DE LOS DOCENTES:
PEOR ELEMENTO DE LA DOCENCIA VIRTUAL



Fuente: elaboración propia.

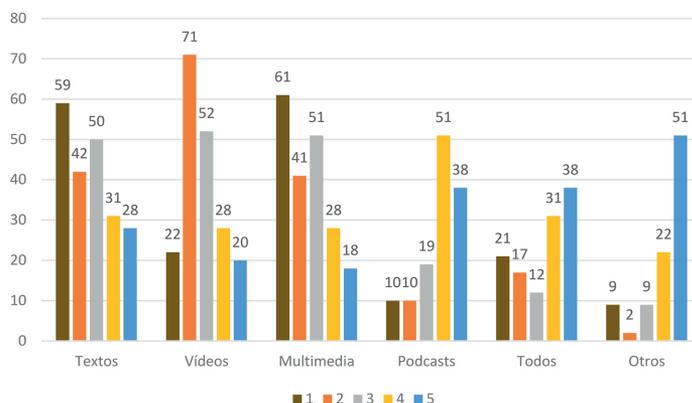
Con relación a las tutorías, el 61.2% de los docentes prefiere las presenciales frente a un 38,8% que prefiere las virtuales. A ello se une que un 38,8% asegura haber mantenido más tutorías con sus alumnos antes de la cuarentena; mientras que un 24,5% asegura que el periodo de confinamiento ha incrementado este tipo de encuentros y un 36,7% indica que la cantidad de tutorías ha sido la misma en ambas etapas. Las tutorías mantenidas durante el periodo de confinamiento han sido para el 38,3% de la misma duración que las que desarrollaron en la etapa previa: Para un 31,6% han sido más cortas que antes de la cuarentena y para un 30,1% más largas

Respecto a las clases o encuentros sincrónicos, que se establecen en un mismo horario para el conjunto de la clase, han sido valorados como positivos por un 89,3% frente a los 10,7% del profesorado que los tilda de negativos. El profesorado que los identifica como positivos señala mayoritariamente que su fortaleza es la similitud

con el funcionamiento de una clase presencial y, en menor medida, porque ayuda a docentes y alumnos a organizar su tiempo. Por su parte, los profesores que los consideran negativos señalan que no se adaptan a la filosofía del trabajo virtual y que obligan al docente a estar pendiente en una hora o momento del día.

Sobre los materiales empleados, el 85,2% considera que los empleados han sido adecuados. El 14,8% que opina lo contrario alude básicamente a dos motivos por este orden: no se adaptan a la educación virtual y eran los mismo que la etapa presencial. Respecto a la tipología de contenidos que los docentes más han utilizado durante esta etapa de confinamiento, destaca (ver Figura 2) la importancia que el profesorado ha dado a los contenidos multimedia, en primer lugar; y los audiovisuales y los materiales de tipo textual en segunda y tercera posición. Por su parte, el protagonismo de los recursos sonoros o *podcasts* resulta muy escaso a pesar del auge que han adquirido en los últimos años.

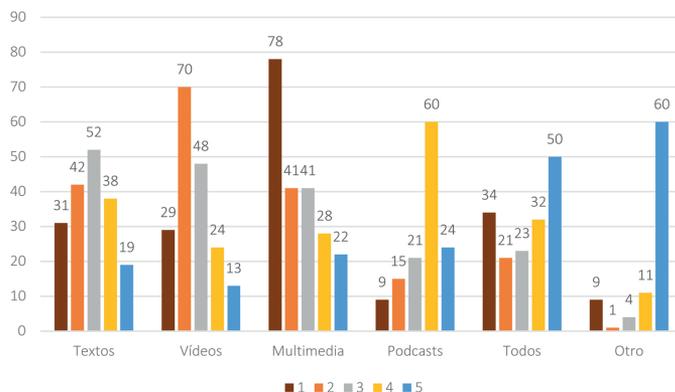
FIGURA 2
TIPOLOGÍA DE CONTENIDOS MÁS UTILIZADOS EN LA FASE DE CONFINAMIENTO
(ORDENADOS DEL 1 AL 5, SIENDO 1 EL MÁS PREDOMINANTE)



Fuente: elaboración propia.

A partir de los datos anteriores, relativos a los materiales que más habían utilizado los docentes, se preguntó al profesorado por los materiales que consideraban que deberían haber predominado (ver Figura 3). De este modo, se trató de comparar el escenario aplicado con el escenario idóneo. En este sentido, los docentes señalaron que los contenidos multimedia y los audiovisuales son los que deberían predominar en este tipo de escenarios formativos. Por su parte, el profesorado confiere igualmente una importancia destacada al material textual. El podcast, no obstante, ocupa un lugar de importancia nimia, al tiempo que resulta llamativo que la apuesta

FIGURA 3
 CONTENIDOS QUE DEBERÍAN PREDOMINAR EN ETAPAS DE FORMACIÓN VIRTUAL
 (ORDENADOS DEL 1 AL 5, SIENDO 1 EL QUE SE HA CONSIDERADO MÁS ADECUADO)

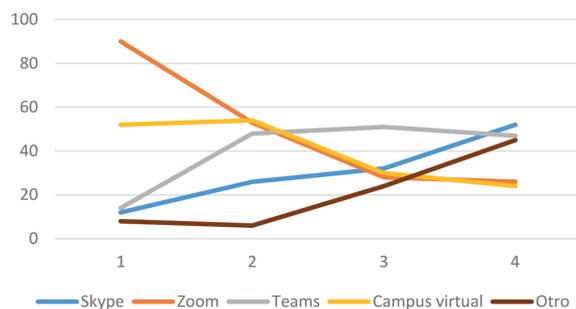


Fuente elaboración propia.

por una oferta de materiales que incluya la totalidad de materiales apenas ha sido respaldada por el profesorado.

Las plataformas han tenido una importancia protagónica durante la etapa de confinamiento tanto a nivel educativo como profesional y, en general, en diferentes facetas de nuestra cotidianidad. El profesorado, al ser consultado por ellas, se ha decantado básicamente por dos (ver figura 4). Por un lado, Zoom se erige como la plataforma mejor valorada por los docentes, seguida del campus virtual propio de cada universidad que ocupa la segunda posición. Teams y Skype se situarían en el siguiente estadio o nivel de importancia.

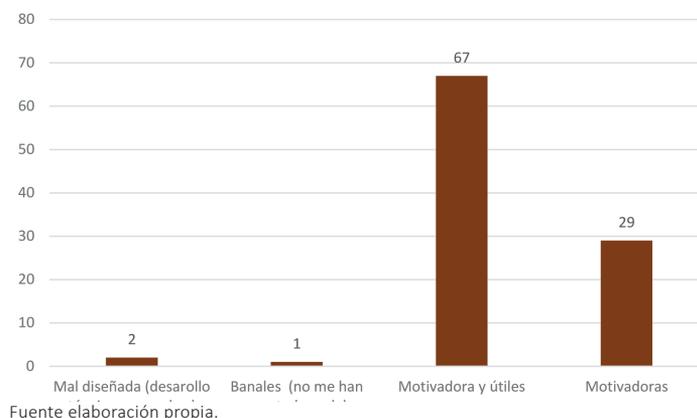
FIGURA 4
 VALORACIÓN DE LAS PLATAFORMAS PARA LA DOCENCIA VIRTUAL
 (ORDENADAS DEL 1 AL 4, SIENDO 1 LA MÁS ADECUADA).



Fuente elaboración propia.

Solo un 43,9% de los docentes reconoce haber aplicado estrategias de gamificación en el rediseño de sus clases a la nueva etapa. De ellos, la mayoría considera que esta innovación ha conferido a las clases más utilidad y motivación (ver Figura 5).

FIGURA 5
VALORACIÓN DE LAS INICIATIVAS DE GAMIFICACIÓN
APLICADAS DURANTE EL CONFINAMIENTO



Sobre los exámenes, el 74% de los docentes considera que no debería eliminarse a pesar de las características de esta etapa. De ellos, el 77,8% considera que se debería apostar por pruebas individuales; mientras que un 22,2% prefiere las grupales. Sobre el tipo de pruebas, la más valorados son los exámenes de desarrollo (88 puntos del total), las de tipo test (77 puntos) y las de preguntas cortas (57 puntos). Resulta llamativo que un 53,6% considera que todos los exámenes, debido a las particularidades del contexto, deberían ser con apuntes o materiales de apoyo, frente a un 46,4% que opina lo contrario.

El 77,6% del profesorado considera que el paso a la formación virtual ha significado un incremento de su carga de trabajo como docentes y de ellos un 76,6% considera que dicho incremento está justificado. El 60,7% de los docentes considera que sí ha existido una coordinación entre los profesores para afrontar esta particular etapa marcada por el impacto del coronavirus, frente a un 39,3% que considera que dicha coordinación no ha existido. En esta línea, el 66,3% no ha sentido que le haya faltado un mayor apoyo emocional por parte de la universidad en esta etapa. No obstante, resulta importante destacar que un 33,7% sí ha sentido dicha ausencia. A lo anterior se suma que el 76,5% reconoce haberse sentido bien informado de

las diferentes situaciones, decisiones y novedades informativas ligadas a la pandemia por parte de sus universidades. A pesar de ello, un 36,7% confiesa haber creído recibir, en algún momento del confinamiento, informaciones o instrucciones de carácter contradictorio, frente a un 63,3% que opina lo contrario. Finalmente, la mayoría de los docentes considera que, si hubiera que calificar a sus universidades, estas han logrado aprobar, aunque las calificaciones varían: para un 37,2% sería de aprobado; para un 34,7%, de notable; y para un 18,9% de excelente. Únicamente, un 9,2% suspende a sus respectivas universidades.

Discusión

Los resultados de esta investigación concuerdan con los estudios de Punya Mishra y Matthew Koehler (2006) y Koehler y Mishra (2008) para quienes el docente, en el escenario de la teleformación, debe mostrar competencias alrededor de tres grandes componentes: disciplinar, pedagógico y tecnológico, cuyas dimensiones son:

- i.* conocimiento sobre el contenido de la materia;
- ii.* conocimiento de los procesos y las prácticas del método de enseñanza;
- iii.* conocimiento pedagógico de contenido; conocimiento de las TIC estándar que se utilizan en la enseñanza;
- iv.* conocimiento de la utilización de las TIC en los procesos de enseñanza; y
- v.* conocimiento tecnológico, pedagógico y de contenido.

De igual manera, la percepción del profesorado de Italia, España y Ecuador rescata la teoría ofrecida por Paul Kirschner y Niki Davis (2003), quienes formularon seis grandes bloques para las acciones formativas que se desarrollen en TIC, las cuales son:

- i.* competencia para el uso personal de las TIC;
- ii.* competencia para hacer uso de las TIC como herramientas de la mente;
- iii.* dominio de una serie de paradigmas educativos que hacen uso de las TIC;
- iv.* competencia para hacer uso de las TIC como una herramienta para la enseñanza;

v. competencia en una amplia gama de paradigmas de evaluación que hacen uso de las TIC;

vi. comprensión de la dimensión política de la utilización de las TIC para la enseñanza y el aprendizaje, propuestas que han sido acogidas incluso por entidades internacionales como el Departamento de Educación de Australia (Pearson, 2003).

Los docentes encuestados reconocen que es necesario la promoción del pensamiento crítico y reflexivo vinculado a la gestión estratégica de las TIC (Bonilla del Río & Aguaded, 2018), con el fin de fomentar prácticas que superen el ejercicio de las habilidades instrumentales y busquen un uso efectivo de los recursos tecnológicos (Arrieta & Montes, 2011). La implementación de las TIC en los programas de educación superior depende de docentes digitalmente competentes (Agreda, Hinojo & Sola, 2016; Gisbert et al., 2011; Rangel, 2015; Valdivieso & Gonzáles, 2016), una valoración presente en este estudio.

Investigaciones previas demuestran que los profesores expresan actitudes positivas frente a la utilización e incorporación de las TIC en los procesos formativos (Jimo-yiannis y Komis, 2007; Banas, 2010; Álvarez et al., 2011), siendo estas empleadas en mayor medida en actividades de investigación que en docencia (Maroto, 2007; Mcvee et al., 2008), un dato que sale a relucir en las encuestas. Para que se dé una experiencia educativa satisfactoria en el ciberespacio, los estudiantes deben poseer competencias básicas que les permitan trabajar con los entornos educativos basados en la tecnología inmersiva, un dato al que apuntan los docentes encuestados y que es recomendación de autores como Centeno Moreno y Cubo Delgado (2013).

Los hallazgos de esta investigación tienen como fundamento la perspectiva de María del Carmen Llorente, (2008) y Romero y otros (2012), puesto que los docentes encuestados, particularmente ecuatorianos, consideran que las capacitaciones institucionales tienen que superar el carácter instrumental de las TIC e incluirse dimensiones complementarias basadas en: semiológica-estética, currículo, pragmática, psicología educativa, diseño gráfico, evaluación, organización del tiempo, así como habilidades investigadoras. Además, estos autores recomiendan dar valor a la práctica, a los contextos naturales de enseñanza y a la coproducción de materiales entre profesores y expertos.

También se contempla el estudio de problemas reales en casa a partir del trabajo remoto, el trabajo precario en contextos de pandemia, las competencias socioemocionales del docente y su salud mental en tiempos de Covid-19 (Bernardo, Maia

& BRIDI, 2020; JESUS, 2020; MONTEIRO & SOUZA, 2020; BARROS ET AL, 2021; GUIMARÃES & Maués, 2021; Kappes et al., 2021; Lapa, 2021; Neves, de Assis & do Nascimento, 2021).

Conclusiones

Esta investigación ha permitido analizar los puntos de vista del profesorado de tres países donde el impacto de la Covid-19 ha sido alarmante. En el caso de los docentes de pregrado de las áreas de Comunicación, Periodismo y Educación de la Universidad de Torino (Italia), Universidad Autónoma de Barcelona (España) y Universidad Técnica de Machala (Ecuador) se observa una valoración negativa sobre el paso a la virtualidad de la educación superior. Además, se denota una cierta indiferencia frente a este cambio.

De acuerdo a los resultados de la investigación, la virtualidad se asocia, de forma recurrente, con un incremento de la carga de trabajo, aspecto que denota la necesidad de revisar los procesos formativos y establecer indicadores y parámetros eficaces en este ámbito, con el objetivo de no saturar al alumnado de actividades extracurriculares que pueden ocasionar la deserción del mismo. Desde la percepción del profesorado, se valora la capacidad técnica de sus estudiantes, pero consideran que los alumnos necesitan seguir reforzando competencias relativas al uso crítico y reflexivo de las tecnologías. Más allá de habilidades instrumentales, se demanda la construcción de una ciudadanía digital activa y empoderada.

Finalmente, la pandemia del coronavirus ha contribuido a avivar el peso de las diferencias contextuales, que abarcan desde problemas de conectividad a la calidad de las prestaciones tecnológicas de los discentes de Ecuador, España e Italia, advirtiendo diferentes escenarios de desigualdad educativa que podrían generar futuras crisis sociales en los tres países analizados. Al término del estudio, la pérdida de la presencialidad se erige como el principal elemento negativo tanto para alumnos como para profesores, aspecto decisivo en el diseño de futuras estrategias educativas virtuales en épocas de confinamiento.

Referencias

ABARCA, Steven. Las redes sociales como instrumento de mediación pedagógica: alcances y limitaciones. *Revista Actualidades Investigativas en Educación*, v. 13, n. 2, 2013.

- AGREDA, Miriam; HINOJO, María; SOLA, José María. Diseño y validación de un instrumento para evaluar la competencia digital de los docentes en la educación superior española. *Pixel-Bit Pixel-Bit Revista de Medios y Educación*, n. 49, p. 39-56, 2016.
- AGUADED, Ignacio; TIRADO, Ramón. Ordenadores en los pupitres: informática y telemática en el proceso de enseñanza-aprendizaje en los centros TIC de Andalucía. *Pixel-Bit Pixel-Bit Revista de Medios y Educación*, n. 36 , p. 5-28, 2010.
- ÁLVAREZ, Susana; CUELLAR, Carmen; LÓPEZ, Belén; ADRADA, Cristina; BUENO, Antonio; COMAS, Isabel; GÓMEZ, Susana. Actitudes de los profesores ante la información de las TIC en la práctica docente. Estudio de un grupo de la Universidad de Valladolid. *EduTec*, n. 35, 2011.
- AREA, Manuel. El proceso de integración y uso pedagógico de las TIC en los centros educativos. Un estudio de casos. *Revista de Educación*, n. 352, p. 77-97, 2010.
- AREA, Manuel; HERNÁNDEZ, Víctor; SOSA, Juan José. Modelos de integración didáctica de las TIC en el aula. *Comunicar*, n. 47, p. 79-87, 2016.
- AREITIO, Gloria; AREITIO, Ana. Nuevas formas de trabajo para el docente frente a los nuevos modelos de enseñanza universitaria. *Scripta Nova*, v. VI, n. 119 , p. 138, 2002.
- ARIAS, Mario; TORRES, Teresa; YÁLEZ, Juan Carlos. El desarrollo de competencias digitales en la educación superior. *Historia y Comunicación Social*, n. 19, p. 355-366, 2014.
- ARRIETA, Adolfo; MONTES, Donicer. Alfabetización digital: uso de las TIC más allá de una formación instrumental y una buena infraestructura. *Revista Colombiana de Ciencia Animal*, v. 3, n. 1 , p. 180-197, 2011.
- BADÍA, Antoni. Ayudar a aprender con tecnología en la educación superior. *RUSC. Universities and Knowledge Society Journal*, v. 3, n. 2, p. 5-19, 2006.
- BANAS, Jennifer. Teachers attitudes toward technology. Considerations. *Community & Junior College Libraries*, v. 16, n. 2, p. 114-127, 2010.
- BARAJAS, Fabiola; ÁLVAREZ, Cristina. Uso de Facebook como herramienta de enseñanza del área de naturales en el grado undécimo de educación media vocacional. *Pixel-Bit Revista de Medios y Educación*, n. 42, p. 143-156, 2013.
- BARROS, Claudia; DA SILVA, Adriana; D'ESQUIVEL, Franciny; SILVA, Risia; COSTA, Berta. Precarização do trabalho docente: reflexões em tempos de pandemia e pós pandemia. *Ensino em Perspectivas*, v. 2, n. 2, p. 1-23, 2021.

BEKERMAN, Uriel; RONDANINI, Alejandro. El acceso a internet como garantía del derecho a la educación. *Diario DPI Suplemento Salud*, n. 58, p. 1-7, 2020.

BELL, Vaughan; BISHOP, Dorothy; PRZYBYLSKI, Andrew. The debate over digital technology and young people. *British Medical Journal*, n. 351, 2015.

BELTRÁN, José; VENEGAS, Mar; VILLAR-AGUILÉS, Alicia; ANDRÉS-CABELLO, Sergio; JAREÑO-RUIZ, Diana; DE GRACIA-SORIANO, Pablo. Educar en época de confinamiento: La tarea de renovar un mundo común. *Revista de Sociología de la Educación*, v. 13, n. 2, p. 92-104, 2020.

BERELSON, Bernard. *Content analysis in communication research*. New York: Harper, 1971.

BERNAL, César; ANGULO, Félix. Interacciones de los jóvenes andaluces en las redes sociales. *Comunicar*, v. 40, p. 25-30, 2013.

BERNARDO, K.; MAIA, F. L.; BRIDI, Maria Aparecida. As configurações do trabalho remoto da categoria docente no contexto da pandemia Covid-19. *Revista Novos Rumos Sociológicos*, v. 8, p. 8-39, 2020.

BONILLA-DEL-RÍO, Mónica; AGUADED, Ignacio. La escuela en la era digital: smartphones, apps y programación en Educación Primaria y su repercusión en la competencia mediática del alumnado. *Píxel-Bit Pixel-Bit Revista de Medios y Educación*, v. 53, p. 151-163, 2018.

BULUT, Zeki; DOĞAN, Onur. The ABCD typology: Profile and motivations of Turkish social network sites users. *Computers in Human Behavior*, v. 67, p. 73-83, 2017.

CABERO, Julio; MARÍN, Verónica. Posibilidades educativas de las redes sociales y el trabajo en grupo. Percepciones de los alumnos universitarios. *Comunicar*. v. 42, p. 165-172, 2014.

CÁCERES-MUÑOZ, Jorge; JIMÉNEZ HERNÁNDEZ, Antonio; MARTÍN-SÁNCHEZ, Miguel. Cierre de escuelas y desigualdad socioeducativa en tiempos del Covid-19. Una investigación exploratoria en clave internacional". *Revista Internacional de Educación para la Justicia Social*, v. 9, n. 3, p. 199-221, 2020.

CENTENO MORENO, Guadalupe; CUBO DELGADO, Sixto. Evaluación de la competencia digital y las actitudes hacia las TIC del alumnado universitario. *Revista de Investigación Educativa*, v. 31, n. 2, p. 517-536, 2013.

CERVANTES HOLGUÍN, Evangelina; GUTIÉRREZ SANDOVAL, Pavel. Resistir la Covid-19. Intersecciones en la Educación de Ciudad Juárez, México. *Revista Internacional de Educación para la Justicia Social*, v. 9, n. 3, p. 7-23, 2020.

CHANG, María Elena. La virtualización de la educación superior en América Latina: entre tendencias y paradigmas. *RED, Revista de Educación a Distancia*, v. 48, n. 1, p. 1-32, 2016.

CLARKE, Theresa; NELSON, Leigh. Classroom community, pedagogical effectiveness and learning outcomes associated with Twitter use in undergraduate marketing courses. *Journal for Advancement of Marketing Education*, v. 20, n. 2, p. 29-38, 2012.

COLÁS, Pilar; GONZÁLEZ, Teresa; DE PABLOS, Juan. Juventud y redes sociales: motivaciones y usos preferentes. *Comunicar*, v. 40, p. 15-23, 2013.

CORREA, Teresa; SUN HO, Jeong. Race and online content creation. *Information. Communication & Society*, n. 14, p. 638-659, 2011.

DALGARNO, Barney; LEE, Mark. What are the learning affordances of 3-D virtual environments? *British Journal of Educational Technology*, v. 41, n. 1, p. 10-32, 2010.

DE FREITAS, Sara; REBOLLEDO-MÉNDEZ, Genaro; LIAROKAPIS, Fotis; MAGOULAS, George; POULOVASSILIS, Alexandra. Learning as immersive experiences: using the four-dimensional framework for designing and evaluating immersive learning experiences in a virtual world. *British Journal of Educational Technology*, v. 41, n. 1, p. 69-85, 2010.

DEL RINCÓN, Delio; ARNAL, Justo; LATORRE, Antonio; SANS, Antoni. *Técnicas de investigación en ciencias sociales*. Madrid: Dykinson, 1995.

DE SOUSA, Ana Lúcia; CERVI, Laura. Video activism in the Brazilian protests: genres, narratives and political participation. *Northern Lights*, n. 15, p. 69-88, 2017.

DICKEY, Michele. Teaching in 3D: pedagogical affordances and constraints of 3d virtual worlds for synchronous distance learning. *Distance Education*, v. 24, n. 1, 2003.

DIMAGGIO, Paul; GARIP, Filiz. Network effects and social inequality. *Annual Review of Sociology*, n. 38, p. 93-118, 2012.

ESPUNY, Cinta; GISBERT, Merce; COIDURAS, Jordi. La dinamización de las TIC en las Escuelas. *Edutec*, n. 32, 2010.

ESPUNY, Cinta; GONZÁLEZ, Juan; LLEIXÁ, M.; GISBERT, Merce. Actitudes y expectativas del uso educativo de las redes sociales en los alumnos universitarios. *RUSC. Revista Universidad y Sociedad del Conocimiento*, v. 8, n. 1, p. 171-185, 2011.

FERNÁNDEZ-CRUZ, Francisco; FERNÁNDEZ DÍAZ, María José. Los docentes de la Generación Z y sus competencias digitales. *Comunicar*, v. 46, p. 97-105, 2016.

FERNÁNDEZ CRUZ, Francisco; FERNÁNDEZ DÍAZ, María José; RODRÍGUEZ MANTILLA, Jesús. El proceso de integración y uso pedagógico de las TIC en los centros educativos madrileños. *Educación XX1*, v. 21, n. 2, p. 395-416, 2018.

FEYEN, Jan. ¿Logrará la Covid-19 acelerar la transición del aprendizaje pasivo a la educación activa? *Maskana*, v. 11, n. 1, p. 1-4, 2020.

FONTANA-HERNÁNDEZ, Angélica; HERRERA-SIBAJA, Shantal; LEIVA-DURÁN, Brenda; MONTERO-CASCANTE, Jennifer. El Proyecto una educación de calidad en el contexto de la Covid 19. *Revista Electrónica Educare*, v. 24, p. 1-3, 2020.

FOREMAN, Joel. Game-based learning: how to delight and instruct in the 21st Century. *Educause Review*, v. 39, n. 5, p. 50-56, 2004.

GALLARDO, Eliana; MARQUÉS, Luis; BULLÉN, Mark. El estudiante en la educación superior: usos académicos y sociales de la tecnología digital. *RUSC. Universities and Knowledge Society Journal*, v. 12, n. 1, p. 25-37, 2015.

GASSER, Urs; MACLAY, Colin; PALFREY, John. *Working towards a deeper understanding of digital safety for children and young people in developing nations*. Cambridge, UK: Berkman Center for Internet & Society, 2010.

GAVILÁN, Diana; MARTÍNEZ-NAVARRO, Gema; FERNÁNDEZ-LORES, Susana. Universitarios y redes sociales informativas: escépticos totales, moderados duales y pro-digitales. *Comunicar*, v. 53, p. 61-70, 2017.

GEORGE, Darren; MALLERY, Paul. *SPSS for Windows step by step: A simple guide and reference. 11.0 update*. Boston, MA: Allyn & Bacon, 2003.

GISBERT, Mercè; ESPUNY, Cinta; GONZÁLEZ, Juan. INCOTIC. Una herramienta para la @utoevaluación diagnóstica de la competencia digital en la universidad. *Profesorado*, v. 15, n. 1, p. 75-90, 2011.

GONZÁLEZ-CALVO; Gustavo, BARBA-MARTÍN; Raúl, BORES-GARCÍA, Daniel; GALLEGU-LEMA, Vanesa. Aprendiendo a ser docente sin estar en las aulas. La Covid-19 como amenaza al desarrollo profesional del futuro profesorado. *RIMCIS Revista Internacional y Multidisciplinar en Ciencias Sociales*, v. 2, n. 9, p. 152-177, 2020.

GONZÁLEZ, Cecilia; MUÑOZ, Lilia. Redes sociales su impacto en la educación superior: caso de estudio Universidad Tecnológica de Panamá. *Campus Virtuales*, v. 5, n. 1, p. 84-90, 2016.

GONZÁLEZ, Juan; LLEIXÁ, Mar; ESPUNY, Cinta. Las redes sociales y la educación superior: las actitudes de los estudiantes universitarios hacia el uso educativo de las redes sociales, de nuevo a examen. *Education in the Knowledge Society*, v. 17, n. 2, p. 21-38, 2016.

GUIMARÃES, André Rodrigues; CABRAL, Olgaíses. Ensino remoto na educação superior pública. *RTPS-Revista Trabalho, Política e Sociedade*, v. 6, n. 10, p. 155-174, 2021.

GUIMARÃES, André; MAUÉS, Olgaíses. Ensino remoto na educação superior pública. *RTPS – Revista Trabalho, Política e Sociedade*, v. 6, n. 10, p. 155-174, 2021.

HARGITTAI, Eszter; SHAW, Aaron. Mind the skills gap: the role of Internet know-how and gender in differentiated contributions to Wikipedia. *Information, Communication & Society*, v. 18, n. 4, p. 424-442, 2015.

HELSPER, Ellen. A corresponding fields model for the links between social and digital exclusion. *Communication Theory*, v. 22, n. 4, p. 403-426, 2012.

HERRERA, Laura; TUSA, Fernanda; MAZA-CÓRDOVA, Jorge. La universidad ecuatoriana como entorno inclusivo. El derecho a una educación integral. *Revista Espacios*, v. 40, n. 8, 2019.

HERRINGTON, Jan; REEVES, Thomas; OLIVER, Ron. *A guide to authentic e-learning*. New York: Routledge, 2010.

HOLCOMB, Lori; BEAL, Candy. Capitalizing on Seb 2.0 in the social studies context. *TechTrends*, v. 54, n. 4, p. 28-32, 2010.

HOLSTI, Ole. *Content analysis for the social sciences and the humanities*. Boston, MA: Addison-Wesley, 1969.

JENKINS, Henry. Getting into the game. *Educational Leadership*, v. 62, n. 7, 2005.

JERÓNIMO MONTES, José; ANDRADE CORTÉS, Lidia; ROBLES MELGAREJO, Ascensión. El diseño educativo en los mundos virtuales. *Revista ICONO14*, v. 9, n. 2, p. 21-38, 2011.

JESUS, Claudia Santos de. Políticas de educação e o trabalho docente no contexto da pandemia por covid-19 no Brasil. *Anais da 23ª Semana de Mobilização Científica – Semoc*, p. 1-13, 2020.

JIMOYIANNIS, Athanassios; KOMIS, Vassilis. Examining teachers' beliefs about ICT in education. implications of a teacher preparation programme. *Teacher Development*, v. 11, n. 2, p. 149-173, 2007.

KAPPES, Solange; MAIRA SCHABAT, Francis; KNEBEL ZOLETTI, Gisele; JORDAN COMUNELLO, Matheus; ASSUNTA BUSATO, Maria; ROMAN JUNIOR, Walter Antonio. Saúde mental de docentes no cenário da pandemia da Covid-19. *Congresso Internacional em Saúde*, n. 8. 2021.

KIRSCHNER, Paul; DAVIS, Niki. Pedagogic benchmarks for information and communications technology in teacher education. *Technology, Pedagogy and Education*, v. 12, n. 1, p. 125-147, 2003.

KRIPPENDORFF, Klaus. *Metodología del análisis de contenido*. Barcelona: Paidós, 1990.

KOEHLER, Matthew; MISHRA, Punya. Introducing technological pedagogical knowledge. In: *The Handbook of technological pedagogical content knowledge for educators*. London, UK: Taylor & Francis Group, 2008.

LAPA, Luiz. Os docentes e as relações entre trabalho remoto e competências socioemocionais na pandemia de Covid-19. *Olhares & Trilhas*, v. 23, n. 2, p. 631-643, 2021.

LEE, Chien; TSAI, F-Y. Internet project-based learning environment: the effects on thinking styles on learning transfer. *Journal of Computer Assisted Learning*, n. 20, p. 31-39, 2004.

LIVINGSTONE, Sonia; HELSPER, Ellen. Children, internet and risk in comparative perspective. *Journal of Children and Media*, v. 7, n. 1, p. 1-8, 2013.

LLORENTE, María del Carmen. Aspectos fundamentales de la formación del profesorado en TIC. *Pixel-Bit Pixel-Bit Revista de Medios y Educación*, n. 31, p. 121-130, 2008.

LÓPEZ ALONSO, Covadonga; SERÉ, Arlette. Entornos formativos en el ciberespacio: las plataformas educativas. *Revista Español Actual*, n. 82, p. 9-20, 2004.

MAO, Jin. Social media for learning: a mixed methods study on high school students' technology affordances and perspectives. *Computers in Human Behavior*, v. 33, p. 212-223, 2014.

MARTÍNEZ, Rodrigo; CORZANA, Francisco; MILLÁN, Judith. Experimentando con las redes sociales en la enseñanza universitaria en ciencias. *Revista Eureka sobre Enseñanza y Divulgación de las Ciencias*, v. 10, n. 3, p. 394-405, 2013.

MARTÍNEZ ROJO, Estrella; GONZÁLEZ FERNÁNDEZ, Ana María. Renovación, innovación y TIC en el EEES. *Revista Icono14*, n. 144, p. 50-63, 2009.

MAROTO, Andrés. El uso de las nuevas tecnologías en el profesorado universitario. *Pixel-Bit: Revista de Medios y Educación*, n. 39, p. 211-223, 2007.

MARTÍNEZ-CARO, Eva. E-Learning: un análisis desde el punto de vista del alumno. *Revista Iberoamericana de Educación a Distancia*, v. 11, n. 2, p. 151-168, 2008.

MATEOS, Laura; GARCÍA, María Félix; GONZÁLEZ, María Inés. Megatendencias: aproximaciones al campo de la educación. In: NUÑES, Chan; ELENA, María. *Educación y cultura en ambientes virtuales*. Guadalajara, MX: UDGvirtual, 2015.

MCVEE, Mary; BAILEY, Nancy; SHANAHAN, Lynn. Teachers and teacher educators learning from new literacies and new technologies. *Teaching Education*, v. 19, n. 3, p. 197-210, 2008.

MESCH, Gustavo; TALMUD, Ilan. Ethnic differences in internet access. Information. *Communication & Society*, v. 14, n. 4, p. 445-471, 2011.

MILLÁN, Teresa; HERESI, Carolina; DÍAZ, Franco; WEISSTAUB, Gerardo; CATALÁN, Nelson. La pandemia Covid-19 como oportunidad de reflexión en educación en ciencias de la salud. *Revista Chilena de Pediatría*, v. 91, n. 4, 2020.

MISHRA, Punya; KOEHLER, Matthew. Technological pedagogical content knowledge. A new framework for teacher knowledge. *Teachers College Record*, v. 108, n. 6, p. 1017-1054, 2006.

MONASTERIO, Dilia; BRICEÑO, Magally. Educación mediada por las tecnologías: un desafío ante la coyuntura del Covid-19. *Observador del Conocimiento*, v. 5, n. 1, p. 136-148, 2020.

MONTEIRO, Angélica; MOREIRA, José; LEITE, Carlinda. O e-learning em estabelecimentos prisionais: possibilidades e limites para a inclusão digital e Justiça social. *Revista Diálogo Educacional*, v. 16, n. 47, p. 77-102, 2016.

MONTEIRO, Bruno; SOUZA, José. Mental health and university teaching working conditions in the Covid-19 pandemic. *Research, Society and Development*, v. 9, n. 9, 2020.

MONTERROSO CASADO, Esther; ESCUTIA ROMERO, Raquel. Educación inmersiva: Enseñanza práctica del derecho en 3D. *Revista ICONO14*, v. 9, n. 2, p. 84-100, 2011.

MORALES, Jesús. Oportunidad o crisis educativa: reflexiones desde la psicología para enfrentar los procesos de enseñanza-aprendizaje en tiempos de Covid-19. *Revista Internacional de Educación para la Justicia Social*, v. 9, n. 3, 2020.

MOREIRA, José; REIS-MONTEIRO, Angélica; MACHADO, Ana. Higher education distance learning and e-learning in prisons in Portugal. *Comunicar*, n. 51, p. 39-49, 2017.

MURÁS, Miguel Ángel. Experiencia de formación en Second Life. *Learning Review*, n. 3, 2008.

NEVES, Vanusa; DE ASSIS, Daniel; DO NASCIMENTO, Raquel. Ensino remoto emergencial durante a pandemia de Covid-19 no Brasil: estado da arte. *Práticas Educativas, Memórias e Oralidades-Rev. Pemo*, v. 3, n. 2, 2021.

ONO, Hiroshi; ZAVODNY, Madeline. Gender and the Internet. *Social Science Quarterly*, v. 84, n. 1, p. 111-121, 2008.

PEARSON, John. Information and communications technologies and teacher education in Australia. *Technology, Pedagogy and Education*, v. 12, n. 1, p. 39-58, 2003.

PEDRÓ, Francesc. Covid-19 y educación superior en América Latina y el Caribe: efectos, impactos y recomendaciones políticas. *Análisis Carolina*, n. 36, 2020.

PEÑA HITTA, María; RUEDA LÓPEZ, Encarnación; PEGALAJAR PALOMINO, María del Carmen. Posibilidades didácticas de las redes sociales en el desarrollo de competencias de educación superior: percepciones del alumnado. *Píxel- Bit: Revista de Medios y Educación*, n. 53, p. 239-252, 2018.

PÉREZ, Álvaro. Redes sociales y educación: una reflexión acerca de su uso didáctico y creativo. *Revista Creatividad y Sociedad*, n. 21, p. 12-23, 2013.

PÉREZ TORNERO, José Manuel; TAYIE, Samy; TEJEDOR, Santiago; PULIDO, Cristina. ¿Cómo afrontar las noticias falseadas mediante la alfabetización periodística? Estado de la cuestión. *Doxa Comunicación*, n. 26, p. 211-235, 2018.

PÉREZ TORNERO, José Manuel; TEJEDOR, Santiago. Ideas para aprender a aprender. Manual de innovación educativa y tecnología. Barcelona: Editorial UOC, 2016.

QUEVEDO-RAMÍREZ, Edgardo. Educación a distancia. Política educativa y escenario tecnosociológico venezolano en tiempos de Covid-19. *Revista Educare*, v. 24, n. 2, p. 308-322, 2020.

RAMA, Claudio. La reforma de la virtualización de la universidad. Guadalajara, MX: UDGvirtual, 2012.

RANGEL, Adriana. Competencias docentes digitales: propuesta de un perfil. *Píxel- Bit: Revista de Medios y Educación*, n. 46, p. 235-248, 2015.

RÍOS CAMPOS, Carlos. Covid-19 y educación superior universitaria pública del Perú. *Revista Clake Education*, v. 1, n. 2, 2020.

ROLLET, Herwig; LUX, Mathias; STROHMAIER, Markus; DÖSINGER, Gisela; TOCHTERMANN, Klaus. The Web 2.0 way of learning with technologies. *International Journal of Learning Technology*, v. 31, n. 1, p. 87-107, 2011.

ROMERO, R. et al. La formación en TIC, enfocada en la enseñanza y el aprendizaje. *Global*, n. 48, p. 48-55, 2012.

SALMÓN, Gilly. The future of second life and learning. *British Journal of Educational Technology*, v. 40, n. 3, p. 526-538, 2009.

SANGRÀ, Albert; VLACHOPOULOS, Dimitrios; CABRERA, Nati. Building an inclusive definition of e-learning: an approach to the conceptual framework. *The International Review of Research in Open and Distance Learning*, v. 13, n. 2, p. 45-159, 2012.

SCHRADIE, Jen. The trend of class, race and ethnicity in social media inequality: who still can't afford to blog? *Information, Communication & Society*, n. 15, p. 555-571, 2012.

SISTEMA DE INFORMACIÓN DE TENDENCIAS EDUCATIVAS EN AMÉRICA LATINA (SITEAL). *Informe sobre tendencias sociales y educativas en América Latina*. Buenos Aires: Unesco, 2014.

STERN, Michael; ADAMS, Alison; ELSASSER, Shaun. Digital inequality and place: The effects of technological diffusion on internet proficiency and usage across rural, suburban, and urban counties. *Sociological Inquiry*, n. 79, p. 391-417, 2009.

TEJADA, José; NAVÍO, Antonio; RUIZ BUENO, Carmen. La didáctica en un entorno virtual interuniversitario: experimentación de ECTS apoyados en TIC. *Pixel-Bit: Revista de Medios y Educación*, n. 30, p. 95-118, 2007.

TEJEDOR, Santiago; BUGS, Ricardo; GIRALDO-LUQUE, Santiago. Los estudiantes de comunicación en las redes sociales: estudio comparativo entre Brasil, Colombia y España. *Transinformação*, v. 30, n. 2, p. 267-276, 2018.

TÚÑEZ, Miguel; SIXTO, José. Las redes sociales como entorno docente: análisis del uso de Facebook en la docencia universitaria. *Pixel-Bit: Revista de Medios y Educación*, v. 41, p. 77-92, 2012.

VALDIVIESO, Tania; GONZÁLES, María. Competencia digital docente: ¿Dónde estamos? El caso de Ecuador. *Pixel-Bit: Revista de Medios y Educación*, n. 49, p. 57-73, 2016.

VALVERDE, Jesús; GARRIDO, María del Carmen; SOSA, María José. Políticas educativas para la integración de las TIC en Extremadura y sus efectos sobre la innovación didáctica y el proceso de enseñanza-aprendizaje: la percepción del profesorado. *Revista de Educación*, n. 352, p. 99-124, 2010.

VAN DIJK, Jan. *The deepening divide: inequality in the information society*. Thousand Oaks, CA: Sage, 2005.

VAN DIJK, Jan; VAN DEURSEN, Alexander. *Digital skills: unlocking the information society*. New York: Palgrave Macmillan, 2014.

VAN DEURSEN, Alexander; VAN DIJK, Jan. Internet Skills and the digital divide. *New Media & Society*, n. 13, p. 893-911, 2011.

VAN LAAR, Ester; VAN DEURSEN, Alexander; VAN DIJK, Jan; DE HAAN, Jos. The relation between 21st-century skills and digital skills: a systematic literature review. *Computers in Human Behavior*, n. 72, p. 577-588, 2017.

VICTORIA, Margarita. Visión de la educación en red más allá de la distancia. En *Veinte visiones sobre la educación a distancia*. Guadalajara, MX: UDGvirtual, 2012.

VILCHES, Lorenzo. *La investigación en comunicación. Métodos y técnicas en la era digital*. Barcelona: Gedisa, 2011.

VILLAFUERTE, Jhonny; BELLO, Johanna; CEVALLOS, Yisela; BERMELLO Jinsop. Rol de los docentes ante la crisis del Covid-19, una mirada desde el enfoque humano. *REF-CAL: Revista Electrónica Formación y Calidad Educativa*, v. 8, n. 1, p. 134-150, 2020.

VILLANUEVA, Gerardo; CASAS, María. E-competencias: nuevas habilidades del estudiante en la era de la educación, la globalidad y la generación del conocimiento. *Signo y pensamiento*, v. 56, p. 124-138, 2010.

WANG, Shiang-Kwei; HSU, Hui-Yin. Using the ADDIE model to design second life activities for online learners. *TechTrends*, v. 53, n. 6, p. 76-81, 2009.

WARBURTON, Steven. Second life in higher education: assessing the potential for and the barriers to deploying virtual worlds in learning and teaching. *British Journal of Educational Technology*, v. 40, n. 3, 2009.

WITTE, James; MANNON, Susan. *The internet and social inequalities*. New York: Routledge, 2010.



O teletrabalho na pandemia da covid-19: uma nova armadilha do capital?

Recebido: 29.12.20
Aprovado: 18.06.21

Bruno Durães (<https://orcid.org/0000-0002-7571-0918>),
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cruz das Almas, Bahia, Brasil^I.

Maria Aparecida da Cruz Bridi (<https://orcid.org/0000-0001-8004-1360>),
Universidade Federal do Paraná, Londrina, Paraná, Brasil^{II}.

Renata Queiroz Dutra (<https://orcid.org/0000-0003-0736-8556>),
Universidade de Brasília, Brasília, Distrito Federal, Brasil^{III}.

I. Bruno Durães é professor de sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais-IFCS/UFRJ (Rio de Janeiro), professor do Programa de Pós-Graduação em Política Social e Territórios da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (Cruz das Almas, BA) e pesquisador do CRH/UFA. <brunoduraes@ifcs.ufrj.br>

II. Maria Aparecida da Cruz Bridi é professora associada do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Londrina, PR. <macbridi@gmail.com>

III. Renata Queiroz Dutra é professora adjunta de direito e processo do trabalho da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF. <renata.dutra@unb.br>

Resumo: Este artigo tem por escopo discutir o fenômeno do teletrabalho, que foi impulsionado em razão do contexto da pandemia do Covid-19 em 2020. Destaca-se a nova narrativa do capital, que, ao tempo que exalta seus benefícios, tende a ocultar os riscos, bem como as possibilidades de reformulação dos ganhos empresariais na exploração do trabalho humano. Para tanto, revisa-se o novo cenário do trabalho, a partir do contexto da denominada “modernização” das relações laborais, considerando os processos de intensificação das jornadas, de apropriação do espaço privado da residência dos trabalhadores, de compatibilização entre trabalho produtivo e reprodutivo, sobretudo por mulheres, de isolamento em relação aos coletivos de trabalho e suas articulações políticas, bem como de sofrimento e adocimento psíquico. A partir de bibliografia pertinente e da análise de dados secundários sobre o teletrabalho na atualidade, é problematizada a regulação incidente sobre esses trabalhadores como elemento conformador do fenômeno.

Palavras-chave: Teletrabalho. Regulação. Precarização. Pandemia.

Teleworking in the covid-19 pandemic: a new capital trap?

Abstract: This article aims to discuss the phenomenon of teleworking, which was driven by the context of the Covid-19 pandemic in 2020. It is noteworthy that the new narrative of capital, which, while extolling its benefits, tends to hide the risks, as well as the possibilities for reformulating business gains in the exploitation of human labor. To this end, the new work scenario is reviewed, based on the context of the so-called “modernization” of labor relations, considering the processes of intensifying working hours, appropriating the private space of workers' homes, making work and reproductive tasks compatible, especially by women, of isolation in relation to work groups and their political articulations, as well as psychological suffering and illness. Based on the pertinent bibliography and the analysis of secondary data on teleworking today, the regulation of these workers is problematized as a shaping element of the phenomenon.

Keywords: Home office. Precariousness. Regulation. Pandemic.

Introdução

As crises no sistema capitalista repercutem de forma imediata e contundente no trabalho, no mercado de trabalho e no direito protetivo do trabalho. Tem sido assim desde os anos 1970, quando se dá uma transição do regime de acumulação fordista, do emprego estável, protegido, para o regime de acumulação flexível, caracterizado pelo emprego instável, inseguro, precário, nos termos de David Harvey (1999). As alterações nos processos de produção e de organização da produção e do trabalho são fartamente demonstradas pelos estudos do trabalho. Em diversos países desenvolvidos a classe trabalhadora experimenta um profundo processo de precarização do trabalho, mediante piora efetiva nas modalidades de contratação do trabalho, que se propaga afetando a qualidade do emprego e alterando os sistemas protetivos. No caso do Brasil, tais processos desencadearam reformas laborais sob o discurso da modernização do trabalho durante os governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), Michel Temer (2016-2018) – com a Lei 13.467 de 2017 – e Jair Bolsonaro (a partir de 2019). O governo Bolsonaro ampliou as reformas neoliberais por meio de medidas como a reforma previdenciária e a extinção do Ministério do Trabalho, transformado em mera secretaria vinculada ao Ministério da Economia (Bridi, 2020a).

O que se assistiu no Brasil, nesse período, foi a franca deterioração dos mercados de trabalho, o aumento do desemprego e a piora da qualidade do emprego, desacompanhados da prometida melhoria dos indicadores econômicos do país. Com esse preâmbulo breve queremos afirmar que a crise do trabalho no Brasil antecede a pandemia da Covid-19, sendo que a crise sanitária “[...] potencializou a fragilidade do mercado de trabalho que vinha em franco processo de deterioração nos últimos quatro anos” (Bridi, 2020b: 142). Essa crise desafia as ciências sociais, no que se refere aos estudos do trabalho a identificar o que, de fato, é novo; quais são as particularidades dessa crise; o que se deve à crise sanitária e o que se deve aos processos políticos, econômicos, sociais e jurídicos que a antecedem.

A literatura que tem se debruçado sobre os reflexos da pandemia no mercado de trabalho demonstra que a Covid-19 impactou a classe trabalhadora dos mais diferentes setores econômicos, públicos e privados, formais e informais. Essa afetação se deu de diversas maneiras, dentre as quais o desemprego, a intensificação de trabalho, a redução dos ganhos e a insegurança aparecem com centralidade. Medida pelo IBGE Pnad Covid-19, entre 20 de setembro e 26 de setembro de 2020 (IBGE, 2020), por exemplo, a taxa de desocupação era de 14,4%. No mesmo período, mais de 15 milhões deixaram de procurar emprego em razão da pandemia ou por falta de trabalho; quase três milhões encontravam-se afastados do trabalho devido ao

distanciamento social (em maio de 2020, momento de início da referida pesquisa, eram 16,589 milhões de pessoas); 900 mil deixaram de receber remuneração. E, desde o início da pandemia, milhões de trabalhadores passaram a trabalhar remotamente. É sobre esse grupo que nos deteremos neste artigo.

Os trabalhadores remotos, de acordo com os dados da pesquisa IBGE Pnad Covid-19, oscilaram entre 8,914 milhões na semana de 31 de maio a 6 de junho de 2020, maior patamar de trabalhadores que passaram a trabalhar em casa registrado no Brasil, e o menor, que correspondeu a 7,806 milhões entre 13 de setembro e 19 de setembro de 2020. Esse fenômeno do trabalho remoto, também referido como *home office* e/ou teletrabalho, no qual milhões tiveram o trabalho transferido para o ambiente doméstico como principal medida para se evitar o contágio da Covid-19, favoreceu a experimentação dessa modalidade de trabalho pelos mais diferentes setores econômicos.

A proposta deste artigo é, portanto, analisar criticamente o fenômeno do teletrabalho, que foi impulsionado em razão do contexto da pandemia do Covid-19, sendo objeto de uma nova narrativa do capital. Essa narrativa, ao tempo que exalta os benefícios do teletrabalho, tende a ocultar os riscos de precarização, nos âmbitos individual e coletivo, bem como as possibilidades de reformulação dos ganhos empresariais na exploração do trabalho humano, numa nova redistribuição de ônus do processo produtivo, que desequilibra ainda mais as já assimétricas relações de trabalho.

A partir de bibliografia pertinente e da análise de dados secundários sobre o teletrabalho na atualidade, o impacto dessa modalidade laborativa sobre os trabalhadores foi problematizado, pondo em cena a desestruturação da regulação da proteção social e laboral. Para cumprir esse percurso, propomo-nos pensar, primeiro, o novo cenário do trabalho, a partir do contexto da denominada “modernização” das relações laborais, considerando como essas inovações são apropriadas por um modelo capitalista predatório, que faz uso da tecnologia para intensificar a exploração e a utiliza, igualmente, para disfarçar juridicamente as relações de trabalho, acentuando processos de precarização e perda de direitos.

Em seguida, para dialogar especificamente com o fenômeno do teletrabalho, indicando o seu uso acentuado a partir do advento da pandemia do Covid-19 e da determinação de isolamento social como estratégia de prevenção coletiva do contágio, propomos uma investigação do teletrabalho a partir do lugar dos trabalhadores nele inseridos, considerando os processos de intensificação das jornadas, de apropriação do espaço privado da residência dos trabalhadores, os desafios de compatibilização

entre trabalho produtivo e reprodutivo, sobretudo por mulheres, o isolamento em relação aos coletivos de trabalho e a suas articulações políticas, bem como o sofrimento e o adoecimento psíquico. Ademais, a fragilidade da regulação protetiva sobre esses trabalhadores será analisada como elemento conformador do fenômeno.

A partir dessas reflexões, retomaremos os sentidos, usos e riscos da tecnologia e daquilo que se denomina de “modernização” no mundo do trabalho, problematizando as alternativas advindas do contexto pandêmico e a possibilidade de sua continuidade no pós-pandemia. Ao final, apresentaremos nossas conclusões.

Pandemia e teletrabalho: desafios conceituais

A pandemia da Covid-19 e o seu enfrentamento levou à necessidade do distanciamento social como única forma de evitar o contágio. Empresas, escolas, universidades e outras instituições que puderam adotar o trabalho remoto passaram a fazê-lo. Nesse contexto, diversas dificuldades foram enfrentadas pelos trabalhadores devido à necessidade de terem de se adaptar ao trabalho emergencial remoto (Bridi, 2020a). Esse trabalho constitui uma modalidade de teletrabalho, mas tem distinções, justamente pelo caráter emergencial e por ter remetido categorias profissionais de diversos setores econômicos e de serviços para o trabalho em domicílio. As peculiaridades que esse trabalho assumiu remetem a buscar precisá-lo na realidade do trabalho, visto que se trata de uma modalidade que antecede a pandemia, resultante do regime de acumulação flexível e de avanços tecnológicos que permitiram que certos trabalhos pudessem ser feitos de forma distante do local do contratante.

O teletrabalho, embora fruto da confluência dos sistemas flexíveis e da revolução informacional do último quartel do século XX, não pode ser entendido separado das formas históricas de trabalho domiciliar (em casa, parcial, *home office*) que o precedem. No entanto, não se confunde com o trabalho em domicílio dos primórdios da industrialização e que retornou com a reestruturação produtiva e a externalização da produção, caso típico do segmento da confecção (Bridi, 2020a). Neste segmento, a exemplo das pequenas fabriquetas de confecções domiciliares, por meio do chamado “trabalho por facção” ou faccionado, como pesquisou Ângela Lima (2009), a confecção de peças em jeans é realizada por partes, até que as peças cheguem prontas à fábrica principal, onde ocorre apenas a inserção da etiqueta. Ou do ramo de produção agrícola de fumo (como no caso do Recôncavo Baiano), em que parte do trabalho que já era feito por agricultores familiares em pequenas produções ou que já vinha sendo produzido sob a forma de parceria pelas mulheres no Recôncavo

vo, que se ocupam de enrolar e tratar parte do fumo em suas casas e depois repassam para as empresas produtoras de charutos.

São, portanto, antigas formas de trabalho realizadas em domicílio, remontando a contextos pré-capitalistas e se apresentando, no capitalismo, tanto em atividades laborais compatíveis com a chamada economia de subsistência, que integram a informalidade, como outras atividades informais – a chamada “nova informalidade” (Krein & Proni, 2010) – realizadas em favor de empresas e atividades econômicas organizadas, porém por meio de fraudes e outras formas de falseamento dos vínculos empregatícios. Essa já é uma face do trabalho realizado em casa antes da pandemia de Covid-19, marcado pela precariedade, pela retirada de direitos e pelo envolvimento do trabalho familiar, com perigoso engajamento do trabalho infantil. Nesse sentido, o Brasil possui um histórico de formas de trabalho domiciliar que se coloca, não no espectro do novo, mas no que há de mais arcaico e contraditório em nossas relações capitalistas. Essas formas de trabalho, contudo, não se confundem com o teletrabalho também realizado no domicílio dos trabalhadores.

O aumento do teletrabalho, no período recente, sobretudo para extratos mais qualificados da força de trabalho, é uma realidade desde o advento da revolução informacional. Resultantes das novas tecnologias da informação e comunicação (TIC), também podemos incluir nesse conjunto outras formas de trabalho já enquadradas naquilo que genericamente se denomina “uberização” (Slee, 2017) ou trabalho por demanda, mediado pelas plataformas digitais. Eis que, para muitos desses aplicativos, tem-se um conjunto de trabalhadores informais que prestam alguns serviços de casa, em seus computadores e/ou celulares, para empresas-aplicativos que os enquadram, irregularmente, como parceiros. Na área de tecnologia da informação, essas relações são recorrentes, assim como também no jornalismo e na tradução, muitas vezes associadas ao fenômeno da pejetização. Nem todas essas atividades, embora sejam realizadas externamente às unidades produtivas empresariais, de forma remota, se enquadram como teletrabalho.

Existem diferenças entre os termos trabalho remoto, em casa/*home office* e/ou teletrabalho, mas nesse texto os conceitos serão tratados como sinônimos, tal como se disseminou no contexto pandêmico em 2020. As referências distintas, entretanto, não pretendem contemplar o trabalho remoto feito na rua via equipamento eletrônico, mas sim o trabalho remoto realizado em casa. Como observa Daniela de Oliveira sobre o conceito de *home office*:

É uma categoria polissêmica que estabelece a diferença entre trabalho doméstico – aquela forma tradicional de trabalho em casa

[...] – do teletrabalho marcado pela introdução das tecnologias informacionais [...] (Oliveira, 2017: 21).

O teletrabalho, do qual tratamos neste texto, embora realizado no espaço doméstico, tem características distintas, tratando-se de atividades próprias do trabalho digital, que envolve o uso de meios eletrônicos, computadores, smartphones, conexão de internet, plataformas digitais e outras. Tanto a literatura nacional como internacional destacam as

[...] imprecisões conceituais, que se devem, em grande parte [...] ao fato de poder ser realizado em diferentes espaços, mediado por diferentes modalidades contratuais e frequência, cujo critério básico adotado é o da realização fora da empresa e mediado pelas tecnologias de informação e comunicação (Bridi, 2020a: 176).

As dificuldades de conceituação do teletrabalho desafiam os estudiosos do trabalho e, também, os órgãos públicos na obtenção de dados oficiais sobre quantos e quem são os trabalhadores remotos, em teletrabalho. Tais dificuldades, tanto no Brasil como em todo o mundo, se devem também à variedade de formas de trabalho. Antes da crise sanitária provocada pela Covid-19, já existiam formas mistas de trabalho, realizadas, em parte, em casa e, em parte, no espaço produtivo/institucional, a exemplo do trabalho docente no Brasil, sobretudo ante a falta de estrutura para trabalho interno (preparação de aulas, correção de provas, pesquisa, produção acadêmica) em parte significativa de escolas e universidades. Esse tipo de combinação também pode ser verificado entre médicos, advogados, contadores, jornalistas como decorrência da invasão do tempo de repouso por demandas de trabalho. É uma tendência de crescimento no mundo, com maior presença em países desenvolvidos e menor presença nos países emergentes e periféricos (Bridi, 2020a). As configurações desse trabalho no contexto da pandemia e nos períodos que a antecederam, de fato desafiam os pesquisadores a analisarem e a compreenderem as implicações desse trabalho também para o período pós-pandemia.

No período do trabalho remoto emergencial, não há relação entre a ampliação do trabalho remoto e a melhoria das condições de vida da classe trabalhadora, como se pode depreender das pesquisas realizadas no contexto da pandemia, como demonstraremos posteriormente. A conversão das formas de trabalho presenciais em remotas, no contexto pandêmico, consistiu em contingência sanitária. Superado esse momento, a manutenção ou reversão das relações de trabalho remoto decorre muito mais de uma avaliação de sua viabilidade para o capital – não só pela redução de custos com a estrutura produtiva e compartilhamento desses custos com

os trabalhadores, mas pelas possibilidades abertas de intensificação da exploração dos trabalhadores – do que para a vida e bem-estar dos trabalhadores.

A compreensão do fenômeno do teletrabalho não pode ser dissociada das trajetórias comuns do trabalho, a respeito das quais já acumulamos repertório crítico e avaliações empíricas. Assim, é importante nos afastarmos de uma narrativa que, ao derramar uma série de expectativas positivas sobre o fenômeno, apontando apenas para possibilidades de futuro, possa recair em uma avaliação irreal ou ilusória. O teletrabalho, nesse contexto da pandemia, tem sido apontado como “privilégio”, dada a devastação do trabalho e do mercado de trabalho (Oliveira & Pochmann, 2020) potencializada pela pandemia. A ideia de privilégio se dá em face ao perfil da parcela da classe trabalhadora que pode transferir seu trabalho para o ambiente doméstico, com possibilidade de manutenção de seus empregos e remunerações. Mas, de fato, as condições desse trabalho, desnudadas empiricamente e por meio de literatura crítica, recolocam os imensos desafios postos aos trabalhadores para impedir o avanço da precarização do trabalho (Druck, 2011).

Embora o contexto empurre parte significativa da classe trabalhadora para essa realidade, a despeito das nossas individualidades e interdependências constitutivas, é certo que não é viável que todas as atividades necessárias à reprodução social sejam realizadas de casa ou à distância (no caso do trabalho feito na rua via celular, tablete ou notebook). Sem dúvida, vive-se hoje um momento que levou a essa situação por uma estratégia coletiva de saúde pública (Covid-19). Porém, as perspectivas de implementação definitiva dessa modalidade, bem como a crença de que isso representaria vantagens para o mundo do trabalho são controversas.

O teletrabalho apresenta-se como fenômeno social em ebulição diante de uma realidade em mutação. Com isso, cabe à ciência social a análise crítica, mas com mediação e aproximações sucessivas, que se proponham a “duvidar do trivial”.

Nessa via, pressupor a generalização do trabalho remoto bem como associá-lo inevitavelmente à modernidade ou a um sentido de “progresso” é correr o risco de cair na narrativa do mercado, que pode ser apenas mais um ardil da ordem do capital.

A pandemia e os rearranjos do capital: rumo ao teletrabalho

Pesquisa publicada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea, 2020) revela que, antes da pandemia, já havia um significativo uso do teletrabalho no Brasil. O país ocupa a 45ª posição em uma lista de 86 países classificados em relação à

proporção de uso do teletrabalho, apresentando 25,65% de teletrabalho. No contexto latino-americano (Ipea, 2020), o país se destaca, sendo o terceiro de doze países que constam do estudo, atrás apenas do Chile (25,74%) e do Uruguai (27,28%). Essa pesquisa aponta uma correlação positiva entre renda *per capita* e proporção de uso do teletrabalho, demonstrando que o desenvolvimento econômico de um país tende a gerar mais oportunidades de trabalho dessa modalidade.

O Ipea também realizou uma projeção das atividades que têm potencial de serem convertidas ao teletrabalho no contexto da pandemia, valendo-se de dados do primeiro trimestre da Pnad Contínua de 2020, e concluiu pela existência de um percentual de pessoas em potencial de teletrabalho de cerca de 22,7%, que corresponde a 20,8 milhões de pessoas (Ipea, 2020). Destacam os pesquisadores que, considerando as diversidades regionais, o Distrito Federal apresenta o maior percentual de potencial de teletrabalho (31,6%), o que corresponde a cerca de 450 mil pessoas, ao passo que o estado do Piauí apresenta o menor percentual em potencial de teletrabalho (15,6%), correspondendo a cerca de 192 mil pessoas, que poderiam potencialmente estar em teletrabalho.

Novamente as condições econômicas apresentam-se como relevantes para o fator do teletrabalho, devendo ser aliadas a esse dado a maior presença do setor público como setor com potencial de teletrabalho, o que qualifica o Distrito Federal, centro administrativo do país, nesse conjunto.

Em pesquisa realizada por Oliveira (2017), em período que antecede a pandemia, a autora, ao se debruçar sobre o teletrabalho de uma categoria específica, a de trabalhadores em tecnologia da informação – portanto, um grupo economicamente favorecido entre os quais o teletrabalho já se disseminava –, observou que essa não era uma realidade isenta de riscos aos trabalhadores. O estudo apontou para o elemento de precarização que envolve o trabalho remoto e a quebra de fronteira entre espaço público e privado. Entre os problemas identificados estavam os riscos físicos à saúde, bem como a falta de apoio de equipamentos ergonômicos, ausência de descanso, com noites sem dormir e excesso de trabalho.

Os trabalhadores entrevistados por Oliveira (2017) relatavam a preferência por uma forma híbrida de trabalho, com o teletrabalho combinado com atividades presenciais, visto que nem sempre era uma opção. A autora sintetizou a condição do *home office* como o “trabalho sem fim”, dado o excesso de trabalho e a ausência de limites entre o tempo de repouso e a jornada como consequência do aparato tecnológico e comunicacional. Daniela de Oliveira se refere às incontáveis

[...] mensagens e chamadas (WhatsApp, telefone, e-mails), recebidas pelos trabalhadores digitais de colegas de equipe e/ou supervisores, são, muitas vezes, percebidas como parte da lógica do trabalho (Oliveira, 2017: 167).

Mesmo fora da jornada regular de trabalho, esses trabalhadores não se desconectavam, seja acessando e-mail, respondendo mensagens ou desenvolvendo algumas outras tarefas. Essas condições tenderam a se generalizar no trabalho remoto durante a pandemia em 2020, chegando, segundo os dados do IBGE Pnad-Covid-19, a quase nove milhões de trabalhadores remotos, que tiveram suas atividades profissionais transferidas para o domicílio.

Para apreender e analisar as condições desse trabalho remoto, uma pesquisa chamada “O trabalho remoto/*home office* no contexto da pandemia Covid-19”, realizada por um grupo de pesquisadores e estudantes da Universidade Federal do Paraná e da Rede de Estudos e Monitoramento Interdisciplinar da Reforma Trabalhista (Remir) entre 5 e 17 de maio de 2020 – portanto, já no contexto pandêmico –, por meio de entrevistas coletadas virtualmente e que contou com 906 respondentes do Brasil, produziu as seguintes conclusões sobre teletrabalho (trabalho remoto):

[...] o trabalho remoto no momento da pandemia do Coronavírus sobrecarregou os trabalhadores no sentido de mais trabalho, em termos de horas e dias trabalhados, gerando um ritmo mais acelerado. [...] Os custos com os quais os trabalhadores têm que arcar quando realizam *home office* e a imbricação entre tempo de trabalho e tempo de não trabalho são outros elementos recorrentemente mencionados pelas pesquisas que enfatizam as desvantagens que o trabalho remoto gera para o trabalhador e, em certa medida, uma perda da qualidade no trabalho de vários profissionais, segundo relato dos mesmos (Bridi, Bohler & Zanoni, 2020: 43-44).

A pesquisa mostra que apenas 8,4% dos respondentes trabalhavam seis dias por semana antes da experiência do teletrabalho, sendo que esses respondentes passaram a representar 18% nessa nova condição, o que representa um aumento de 115,78%. Outro dado alarmante é o de que, antes, 2,32% dos pesquisados trabalhavam sete dias por semana e, após a condução ao teletrabalho, os sujeitos imbuídos dessa condição passaram a representar 17,7%, o que representa um aumento percentual de 666,66% de trabalhadores que prestam serviços todos os dias da semana, sem descanso. Dos/as pesquisados/as, 48,45% passaram a trabalhar mais: no geral, cerca de 25% afirmaram que tiveram aumento de metas de produtividade (Bridi, Bohler & Zanoni, 2020). Estes dados parecem indicar o aumento da explo-

ração do trabalho no contexto do teletrabalho, bem como sua intensificação. Essa pesquisa – que contou com 590 respondentes do setor público e 303 do setor privado e 13 respondentes de organizações sem fins lucrativos (ONGs) –, demonstrou que as condições de trabalho foram profundamente alteradas,

[...] seja pelo fato de os trabalhadores terem que trabalhar a partir de suas casas, em espaços nem sempre adequados, seja pelas condições de trabalho, envolvendo a realização de múltiplas tarefas profissionais e domésticas, de novos aprendizados concomitantes às atividades de trabalho, caso dos docentes, por exemplo, que tiveram de aprender a gravar aulas, testar imagens, sons, postar tarefas, acompanhar, avaliar etc., tudo de forma remota, muitas vezes com apoios apenas de tutoriais. Isso representou, para muitos, jornadas estendidas e não pagas (Bridi, Bohler & Zanoni, 2020: 189).

Entre os aspectos negativos do trabalho remoto, destacam-se o isolamento dos trabalhadores e o empobrecimento da experiência de socialidade promovida pelo trabalho, que repercute sobre a saúde mental dos envolvidos, como também já havia sido apontado por Oliveira (2017) em pesquisa sobre os trabalhadores de tecnologia da informação.

A metade dos entrevistados relatou como aspectos positivos do trabalho remoto a flexibilidade dos horários de trabalho, a economia do tempo de transporte e a disponibilidade de maior proximidade com a família. Contudo, quase 50% (48,45%) disseram que passaram a trabalhar mais (Bridi, Bohler & Zanoni, 2020: 26).

Embora os trabalhadores respondentes da pesquisa sejam, em sua maioria (92%), de elevada escolaridade, saltaram aos olhos as condições precárias no que se refere ao trabalho realizado no domicílio, visto que apenas 30% informaram terem condições de trabalho excelentes por contarem com espaço, mesa e cadeira para o trabalho. Os demais afirmaram serem razoáveis (por terem mesa e cadeira) e péssimas, por não terem espaço próprio de trabalho, mesa e cadeira adequados (totalizando 70%). Somam-se a esses problemas as dificuldades relativas à falta de equipamentos adequados ou modernos apontadas por 25,84%; a dificuldade em atuar com o computador e os aplicativos para 20,03% e o fato de ter que tomar decisões sozinha/o para 19,42%. São dificuldades maiores ou menores, dependendo da ocupação, da categoria profissional. Nesse sentido, novos estudos precisarão aprofundar esses dados e inter-relacionar as respostas positivas e negativas, bem como contemplar extratos sociais populares, com menor escolaridade, e que não sejam majoritários do serviço público.

Portanto, o teletrabalho no contexto da pandemia é experienciado de forma distinta por trabalhadores engajados em trabalhos intelectuais, que já manejavam as tecnologias quando trabalhavam presencialmente, e aqueles trabalhadores, sobretudo do setor de serviços, que passaram a ser conduzidos ao teletrabalho numa adaptação de suas funções em decorrência do contexto de pandemia.

O estudo também revelou que o trabalho remoto impactou desigualmente a classe trabalhadora. As mulheres foram mais afetadas, uma vez que as tarefas domésticas e o cuidado com os filhos permaneceram atribuídos de forma assimétrica às mulheres, impactando ainda mais aquelas com filhos (Bridi, Bohler & Zanoni, 2020). Os dados da pesquisa demonstram, assim, que não se pode perder de vista as distinções de gênero envolvidas na experiência do teletrabalho, tendo em vista que a afetação do cuidado ao gênero feminino implica em atividades produtivas no ambiente doméstico com grande ônus para a conciliação de tarefas, as atenções e as demandas por parte das mulheres, sobretudo em um cenário de suspensão das atividades escolares de crianças e adolescentes. Também a pesquisa empreendida por Bárbara Castro (Cuidar verbo coletivo, 2020) dá conta de registros completamente distintos em relação ao aproveitamento do tempo e à distribuição do trabalho ao longo do dia por homens e mulheres em teletrabalho, mesmo antes da pandemia.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT), no balanço geral sobre a pandemia, a crise econômica e os impactos no trabalho, concebeu o teletrabalho como um recurso importante para a conservação de empregos durante a pandemia, sobretudo diante da projeção no início da crise sanitária de desemprego de 25 milhões de pessoas em razão da Covid-19. Entretanto, recomenda que essa modalidade deva ser exercida em condições seguras, envolvendo o estabelecimento de elementos subjetivos como apoio gerencial, treinamento e suporte técnico adequados (OIT, 2020).

Essa condição segura, entretanto, dificilmente tem sido observada no cenário de “improviso” que a pandemia impõe, associado ao comportamento tendencial das relações de trabalho no capitalismo que caminham para a acentuação da exploração, evidenciada também no teletrabalho, na medida em que os trabalhadores acabam arcando com parte dos custos do trabalho, como revelou a pesquisa sobre o trabalho remoto no contexto da pandemia. Na já referida pesquisa, coordenada por Maria Aparecida Bridi (Bridi, Bohler & Zanoni, 2020), constatou-se que, do total de 906 respondentes, 470 (52%) informaram aumento de gastos pessoais para realizar o trabalho remoto relativos a dispêndios diretos como compra de computadores, acessórios, conexão de rede etc. Os 436 (48%) que afirmaram que não tiveram aumento de gastos pessoais possivelmente não computaram as despesas com energia, conexões de rede, por já terem os equipamentos de informática antes

da pandemia. Alguns desses trabalhadores informaram que o aumento de gasto foi compensando com a redução das despesas com transporte, estacionamento etc. Esse, contudo, é um dos gargalos do teletrabalho (Bridi, Bohler & Zanoni, 2020).

Portanto, seguindo o vetor já em curso no conjunto do que se denominou revolução 4.0 (Schwab, 2016) ou capitalismo de plataforma (Srnicek, 2016), ou mesmo acentuando-o em função do cenário pandêmico, as perspectivas para o teletrabalho desafiam a classe trabalhadora, por meio da ação coletiva e de seus sindicatos e demais organizações em defesa do trabalho a estabelecer os limites dessa modalidade de trabalho.

*O teletrabalho e a nova configuração social:
os riscos do “novo” a partir de velhas estruturas*

Ricardo Antunes (2020) considera que o capital e os seus gestores têm feito de determinadas práticas – como o *home office*, o teletrabalho e o ensino à distância – um verdadeiro laboratório de experimentação. O momento do pós-pandemia da Covid-19 tende a ser atravessado por um significativo crescimento do teletrabalho, tendo em vista as vantagens que esse laboratório demonstrou do ponto de vista empresarial (Antunes, 2020). Nesse sentido, o teletrabalho, que se caracteriza pela maior individualização do trabalho e o maior distanciamento social, tende a implicar em “[...] menos relações solidárias e coletivas no espaço de trabalho (onde floresce a consciência das reais condições de trabalho)” (Antunes, 2020: 19), assim como inclina-se a desafiar os sindicatos em face da eliminação tendencial dos direitos do trabalho. Com o fim da separação entre tempo de trabalho e tempo de vida (ou trabalho e não trabalho) identificados pelas pesquisas empíricas sobre o trabalho remoto, vivenciaremos mais

[...] duplicação e justaposição entre trabalho produtivo e trabalho reprodutivo, com clara incidência da intensificação do trabalho feminino, podendo aumentar ainda mais a desigual divisão sociosexual e racial do trabalho (Antunes, 2020: 19).

Embora vislumbre alguns pontos positivos aos trabalhadores, notadamente relacionados à eliminação dos deslocamentos, à flexibilidade dos horários e ao convívio familiar, Antunes adverte para o fato de ser profundamente desigual a relação entre capital e trabalho, de modo que a relação entre o que se perde e o que se ganha tende a acompanhar tal desigualdade. Assim, a equação entre vantagens e desvantagens do teletrabalho deve ser medida por lentes atentas às desigualdades estruturais dessa relação. Ademais, precisa considerar os experimentos do capital no período pandêmico, sobretudo, no tocante à transferência do ônus da crise à

classe trabalhadora, potencializando mecanismos de exploração do trabalho (Antunes, 2020: 20).

Na esteira dos prós e contra do teletrabalho, é importante observar a dimensão da individualização do trabalho, já identificada por Cinara Rosenfield e Daniela Alves (2011). O capitalismo historicamente precisou do trabalho coletivo, feito por diversos trabalhadores de forma combinada. Agora, embora o capitalismo ainda necessite dessa forma coletiva, ele dela se vale de modo pulverizado digitalmente. Mas como isso repercute na lógica da ação integrada do trabalho feito por equipes? Ao ser instado a criar o espaço do trabalho em sua casa (e, por vezes, por conta própria) e ao produzir de forma isolada, sem conhecimento dos modos de agregação do seu trabalho às demais etapas do processo produtivo, o trabalhador estaria a experimentar um novo nível de alienação? Como se dará essa agregação dos diversos trabalhos realizados para produção do resultado coletivo?

Essas questões devem ser pensadas em conjunto com as já mapeadas preocupações quanto à intensificação do trabalho, às limitações do teletrabalho em relação aos grupos menos qualificados, bem como à intersecção entre condições de gênero e raça, que repercutem em locais de moradia e formas de vivenciar o espaço privado e interferem, diretamente, nas condições para o exercício do teletrabalho.

Jorge Luiz Souto Maior (2003) apontava, no começo do século XXI, que a tecnologia que permite o *home office* revela uma nova contradição, que é a desconstrução dos limites entre esfera do trabalho e esfera do privado (do íntimo, familiar). O teletrabalho tem um potencial avassalador em afetar a subjetividade das pessoas e adentrar os espaços mais recônditos de nossas vidas (que é a esfera do pessoal e familiar). O que vem fantasiado de flexibilidade e conforto na realização do trabalho no espaço doméstico, com suposta satisfação e manejo do tempo livre pelo empregado, significa, na prática, a apropriação do espaço doméstico do trabalhador em prol da organização capitalista, com o desenvolvimento de novos grilhões, com potencial de afetar as condições de trabalho, a vida fora do trabalho (que pode deixar de existir de forma definitiva) e as possibilidades da socialização a partir do trabalho, contribuindo para a dimensão do adoecimento psíquico que já vinha prevalecendo nessa fase do capitalismo.

Assim, a forma como a tecnologia vem sendo utilizada também se apresenta como fonte de sofrimento, alienação e estresse nunca vivenciada: a sociedade da hipertecnologia é também a sociedade dos doentes psíquicos, da ansiedade, da frustração e da depressão. Nesse sentido, o discurso favorável ao teletrabalho, por meio da exaltação das tecnologias, ancora-se não só na ocultação de seus impactos noci-

vos na saúde, lazer, socialização e resistência dos trabalhadores, como também em uma rendição diante do cenário de desemprego, informalidade e grande submissão do trabalho ao capital.

Nessa perspectiva, uma outra ordem de questões vem à tona: quais sofrimentos subjetivos surgirão a partir do trabalho realizado em domicílio, sobretudo diante da perspectiva invasiva das câmeras e microfones que tudo captam no ambiente privado? O avanço do adoecimento mental no cenário da pandemia (OMS, 2020) pode ser atribuído, além das adversidades de saúde coletiva, dos reiterados lutos e do isolamento, também aos excessos decorrentes da exploração do trabalho por meio do teletrabalho?

Para além dos já mencionados incrementos da intensidade do trabalho e para além da superação das fronteiras entre o tempo de trabalho e o tempo de não trabalho, entre o espaço de trabalho e o espaço privado, há que se ter em conta que são dimensões desse processo a facilitação da cobrança e das pressões das chefias por meio das tecnologias digitais, bem como a fragilização das resistências no trabalho. O aumento do nível de exploração e a redução das possibilidades de defesa do indivíduo em face da organização do trabalho (Dejours, 2006), que são proporcionadas pelo isolamento e pela necessidade de lidar com novas dinâmicas de trabalho, podem, em grande medida, invalidar as defesas já desenvolvidas pelos sujeitos, demandando a articulação de novas defesas, que possam ser sustentadas diante do novo modo de ser da organização do trabalho. Essa sobrecarga de demandas e a frustração em relação às práticas anteriores são fatores de sofrimento no trabalho: não poder partilhar com outros trabalhadores de forma imediata e via contato pessoal angústias, sentimentos e perspectivas, assim como ser privado de construir efetivamente laços de afeto e identidade, os quais passam por sentir o outro através da proximidade física (identidade e reconhecimento), são experiências dramáticas. Tais experiências podem se aprofundar em cenários de sofrimento, dando azo ao perecimento da saúde mental e comprometendo o bem-estar no trabalho.

O momento de convivência interpessoal no trabalho é crucial para a ação coletiva e a atuação em defesa de seus direitos, de modo que o isolamento e a imposição de relações virtuais também comprometem as dimensões de resistência e construção dialética no trabalho.

Além da dimensão do isolamento e da fragilização das defesas, Marcelo Veras (UFRB TV, 2020) remonta a uma sensação de culpa que tende a ocorrer com os trabalhadores em teletrabalho nesse momento, em razão das dificuldades de se atingir as metas impostas ou autoimpostas, enfrentando, em razão disso, sofri-

mento/frustração de um desejo não realizado (UFRB TV, 2020), dado esse também corroborado pelos depoimentos dos trabalhadores no âmbito da pesquisa sobre o trabalho remoto no contexto da pandemia já referida, no qual expressavam a angústia decorrente da sensação de não rendimento no trabalho¹. Giovanni Alves (2011), ao identificar o processo de captura da subjetividade ou a sujeição do trabalho ao capital, a qual envolve um conjunto de valores das empresas que passam a ser vivenciados pelo trabalhador através da ideologia da corporação/empresa, oferece chaves de compreensão para a análise dos efeitos que a presença sinuosa do trabalho na vida laboral, a partir das dinâmicas do teletrabalho, podem produzir nos modos de subjetivação e patologias mentais.

A corrosão subjetiva vivida pelos trabalhadores no capitalismo moderno – e dito flexível – gera um processo de sofrimento psíquico, sobretudo para aqueles que não conseguem aderir à lógica da flexibilidade imposta e à ruptura promovida em relação aos laços sociais, subjetivos e culturais anteriores (Sennett, 2012). Esse cenário parece adquirir potenciais ainda mais profundos com a dinâmica invasiva e, sobretudo, desarticuladora das relações reais, que o teletrabalho enseja. A lógica neoliberal que, segundo Pierre Dardot e Christian Laval (2016), expandiu-se para além da economia e da política, atingindo a alma das pessoas e gerando uma nova racionalidade individualista, tende a se potencializar com as formas de teletrabalho que atomiza ainda mais os trabalhadores.

A persistência da precarização: o teletrabalho entre reformas laborais

Outro aspecto relevante a ser considerado, na atual conformação do teletrabalho, é que sua regulamentação, no Brasil, ocorreu no contexto mais amplo das reformas laborais de austeridade e desproteção trabalhista, que foram forjadas a partir do discurso neoliberal (Druck, Dutra & Silva, 2019).

Daí porque o velho fenômeno do trabalho em domicílio, quando finalmente regulamentado, recebeu tratamento jurídico incompatível com a tutela protetiva de todos os riscos que foram apontados nos itens anteriores. A regulamentação introduzida pela Reforma Trabalhista de 2017 se coloca como aval para a normalização de uma série de relações que já se desenvolviam de forma ilegal, uma vez que, nos termos de José Dari Krein e Roberto Vêras de Oliveira (2019), cria um cardápio de opções de contratos de trabalho flexíveis e precários.

A análise da regulamentação do fenômeno nos mostra que, apesar da novidade representada pela realização virtual do trabalho, também há elementos que per-

1. Conforme depoimento de uma trabalhadora do setor público, em trabalho remoto, citada por Bridi (2020a): “A impressão que tenho é que trabalho muito mais e rendo muito menos. Em apenas dois meses já sinto algumas dores nas costas por conta de a estação de trabalho não ser a mais adequada. Sinto pressão para ‘mostrar que estou presente’ através de produtividade, quando no trabalho presencial isso não existia.” Outros depoimentos no referido estudo atestam as dificuldades experimentadas pelos trabalhadores remotos no contexto da pandemia.

mitem vislumbrar continuidades para a regulação, uma vez que, antes mesmo do fenômeno do trabalho digital, não havia nada na legislação trabalhista que exigisse a presença física ou direta do empregado no ambiente laboral do empregador para que se configurasse o vínculo empregatício e para que os direitos fossem assegurados, como aliás previa expressamente a redação original do art. 6º da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Por isso mesmo, o trabalho em domicílio já era admitido na ordem jurídica brasileira, embora carente de prescrições específicas.

A regulamentação do teletrabalho por diversos países “[...] expressa tendências de garantir segurança jurídica para as empresas” (Bridi, 2020a: 181). Destaca a autora, no entanto, que em certos contextos,

[...] países como a França, a Itália e, recentemente, a Argentina asseguraram os direitos dos trabalhadores à desconexão, proteção de dados e saúde dos trabalhadores. [Outros países, no entanto,] caso do Brasil e da Espanha, por exemplo, que também regularam essa modalidade, favorecem a negociação individual (Bridi, 2020a: 181).

No Brasil, em 2011, a CLT passou a prever expressamente, no art. 6º, que os meios

[...] informatizados de comando, controle e supervisão se equiparam, para fins de subordinação jurídica, aos meios pessoais e diretos de comando, controle e supervisão do trabalho alheio (Brasil, 2011).

Ou seja, o comando e o controle do trabalho pelo empregador, ainda que mediado por tecnologias, é o que basta para a configuração do vínculo de emprego e o acesso do trabalhador a direitos.

A regulamentação específica do teletrabalho se deu com a Reforma Trabalhista de 2017 (Brasil, 2017), nos artigos 75-A a 75-E da CLT. A legislação é lacônica e tem conteúdo flagrantemente patronal: ao seguir a linha do restante da reforma, permite a condução do trabalhador ao teletrabalho por acordo individual, remete também para o acordo individual a definição da distribuição dos custos com os equipamentos e serviços necessários ao desempenho do trabalho e, mais grave, estabelece que o trabalhador em teletrabalho está excluído das disposições relativas ao controle de jornada, o que significa dizer que ele não tem direito ao recebimento de horas extraordinárias por eventuais excessos.

A lei presumiu que não seria possível o controle do tempo do trabalho pelo fato de o trabalhador estar trabalhando remotamente, embora o vínculo de emprego

pressuponha a possibilidade do exercício remoto do controle e vigilância do empregado. A lei também limitou a responsabilidade do empregador pelas normas de saúde e segurança do trabalho ao ato de instruir o trabalhador a esse respeito, sem desdobramentos adicionais como o monitoramento físico e psíquico do trabalho por meio de exames médicos adicionais aos já obrigatórios por lei.

Essas disposições mínimas colocadas para o teletrabalho ficam muito aquém daquilo que a OIT prescreve como condição para o exercício do teletrabalho em condições adequadas, incluindo o contexto da pandemia. A OIT considera relevante o estabelecimento de elementos subjetivos como apoio gerencial, treinamento e suporte técnico adequado, com vistas a conter os efeitos nocivos do isolamento, liberdade para que o trabalhador controle o tempo e as estratégias de trabalho, bem como definição clara de expectativas pelo empregador (OIT, 2020).

Portanto, é preciso observar que o silêncio da legislação sobre questões que se revelam como problemáticas centrais para o trabalhador que vivencia o trabalho remoto, bem como sobre pontos considerados relevantes pelas organizações multilaterais que cuidam do tema, revelam que a questão do teletrabalho acaba por ser relegada ao terreno da regulação privada, no qual o empregador pode exercer seu poder sobre o empregado, sem possibilidades concretas de resistência, nem mesmo na dimensão coletiva. O caminho aberto para a intensificação da precarização encontra guarida no aparato regulatório neoliberal.

*Para além do teletrabalho:
os sentidos, os usos e os riscos da tecnologia no trabalho*

A pandemia do Coronavírus mostrou as faces trágicas da globalização e dos caminhos hegemônicos pelo capitalismo no mundo. Além das vulnerabilidades daqueles que estão desamparados pela tela de proteção social, que foram acometidos pelo desemprego ou pela queda da renda, ou que precisam trabalhar em condições de risco e exposição ao contágio, muitos dos que continuam trabalhando passaram a enfrentar os desafios decorrentes do teletrabalho.

Embora reconhecendo que o trabalho emergencial remoto cumpriu importante medida sanitária e, ao mesmo tempo, assegurou empregos (públicos e privados), o olhar crítico proposto nesse artigo visa evitar uma “fetichização da tecnologia” ou um mito salvacionista do mundo digital em face desse cenário. As perspectivas do capitalismo global têm orbitado em torno de dois grandes elementos:

i. reduzir o tempo ocioso ou o não trabalho, seguindo a máxima de que tempo é dinheiro; e

ii. diminuir o custo de produção, com especial atenção para os custos do trabalho.

Tivemos também, durante todo o século XX, diversos processos de expansão da tecnologia e busca pela automação industrial. A automação, muitas vezes, foi sustentada a pretexto de *libertar* o trabalhador da função pesada e do sofrimento do trabalho, mas, na prática, tem sido implementada com intencionalidades e seletividades que culminam em incrementar o desemprego estrutural, ao passo que intensificam o trabalho daqueles que persistem empregados/ocupados.

A tecnologia, apesar de suas grandiosas contribuições para humanidade, quando utilizada tão somente a serviço do capital, aprisiona as pessoas, gerando dependência e controle nunca vistos antes, funcionando ainda como forma de dominação das massas, nos moldes de um capitalismo de vigilância (Zuboff, 2018).

Nesse sentido, cabe observar que a tecnologia não possui usos e sentidos intrínsecos, mas apenas se exterioriza com a mediação e a programação humana. Mesmo a denominada inteligência artificial, foi criada por seres humanos e o trabalho de programação ali contido permanece como processo criativo e fonte de valor e de riqueza social, direcionados para os fins para os quais a programação se orientou.

Considerações finais

Com o teletrabalho rompe-se a fronteira entre espaço do trabalho/da produção e espaço da família/privado. Essa ruptura revela-se perigosa e apresenta riscos que vão desde a intensificação da exploração do trabalho e o aumento da quantidade de horas trabalhadas, sem controle ou contrapartida, até a quebra de autonomia/liberdade, o sofrimento e o adoecimento mental.

Isso afeta diretamente o trabalhador envolvido, seus coletivos de trabalho e, também, seus conjuntos familiares. Ou seja, o trabalho de estilo digital e remoto (teletrabalho) é uma forma de trabalho em metamorfose, que, embora apareça com nova roupagem no contexto atual, pode significar mais do mesmo, no sentido de uma nova face das estratégias do capital para incremento da exploração e ultrapassagem dos limites que as resistências dos trabalhadores historicamente construíram.

Embora apresentado como algo positivo e “moderno”, as experiências enredadas no teletrabalho, em uma perspectiva voltada à acumulação de capital, revelam-se recheadas de contradições, na busca constante do lucro/produktividade e da redução de custos com o trabalho. Mais do que nunca, intensifica-se um processo de

captura da subjetividade do trabalho através de aparatos tecnológicos digitais, que parece gerar uma lógica de exploração, controle e vigilância jamais vista, traduzida em múltiplos aprisionamentos, opostos à ideia de tecnologia enquanto instrumento de liberdade.

Isso é ainda mais grave porque a legislação brasileira sobre o tema não revela escopo protetivo compatível com as preocupações externadas neste artigo, tampouco com as diretrizes estabelecidas pela Organização Internacional do Trabalho.

De fato, estamos imersos em novas formas de trabalho e de vida e atravessamos momento de profundas transformações, que se sobrepõem continuamente. Essas mudanças, que hoje são atribuídas às tecnologias, devem ser enxergadas também a partir de chaves sociais, culturais e econômicas diversas e existentes na história, e não apenas no sistema capitalista ocidental.

Portanto, é preciso desmitificar a fábula de que a tecnologia aponta para um caminho inexorável e unidirecional, ou mesmo que sua implementação acontecerá, em todo o mundo em um mesmo ritmo. Certamente, há elementos estruturais do capitalismo e de sua lógica perversa que apontam continuidades. E o teletrabalho, a depender das formas de sua regulação, de realização e de conteúdo, pode, de fato, representar uma grande armadilha para a classe trabalhadora, à medida que se estenda à exploração e à produção de forma permanente e “legitimada” para o espaço privado do trabalhador.

Referências

ALVES, Giovanni. *Trabalho e subjetividade*. São Paulo: Editora Boitempo, 2011.

ANTUNES, Ricardo. *Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado*. São Paulo: Boitempo, 2020.

BRASIL. Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho.

_____. Lei 12.551, de 15 de dezembro de 2011. Altera o art. 6º da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943, para equiparar os efeitos jurídicos da subordinação exercida por meios telemáticos e informatizados à exercida por meios pessoais e diretos.

BRIDI, Maria Aparecida. Teletrabalho em tempos de pandemia e condições objetivas que desafiam a classe trabalhadora. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade; POCHMANN, Marcio (Orgs.) *A devastação do trabalho: a classe do labor na crise da pandemia*. Brasília: Gráfica e Editora Positiva; Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente, 2020a.

_____. A pandemia Covid-19: crise e deterioração do mercado de trabalho no Brasil. *Estudos Avançados*, v. 34, n. 100, p. 141-166, 2020b.

BRIDI, Maria Aparecida; BOHLER, Fernanda., ZANONI, Alexandre. *Relatório técnico-científico da pesquisa (parte 1): o trabalho remoto/home-office no contexto da pandemia Covid-19*, [recurso eletrônico]. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, Grupo de Estudos Trabalho e Sociedade, 2020.

CUIDAR VERBO COLETIVO: Entrevistadoras: Bruna Angotti; Regina Vieira. Entrevistada: Bárbara Castro. [S.l.]. Episódio 5: Trabalho, precarização e pandemia. 31 mai. 2020. Podcast: <<https://open.spotify.com/episode/0YDWlrZWKVQxrhkXngyUHVv>>. Acesso em: 25 Ago. 2020.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEJOURS, Christophe. *A banalização da injustiça social*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2006.

DRUCK, Graça. Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios? *Caderno CRH*, v. 24, n. 1, p. 37-57, Salvador, 2011.

DRUCK, Graça; DUTRA, Renata e SILVA, Selma Cristina. A Contrarreforma neoliberal e a terceirização: a precarização como regra. *Caderno CRH [online]*, v. 32, n. 86, p.289-306, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.9771/ccrh.v32i86.30518>>.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. 8. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pnad-COVID 2020. Disponível em: <<https://covid19.ibge.gov.br/pnad-covid/>>. Acesso em: 28 Dez. 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). GÓES, Geraldo S.; MARTINS, Felipe S.; NASCIMENTO, José Antônio S. do. Potencial de teletrabalho na pandemia no Brasil e no mundo. *Carta de Conjuntura*, n. 47, 2º trimestre, 2020. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/2020/06/potencial-de-teletrabalho-na-pandemia-um-retrato-no-brasil-e-no-mundo/>>.

KREIN; José Dari; PRONI, Marcelo W. *Economia informal: aspectos conceituais e teóricos*. Brasília: OIT, 2010.

KREIN, José Dari, VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto. Os impactos da Reforma nas condições de trabalho. In: KREIN, José Dari Krein; VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto; FILGUEIRAS. Vitor Araújo. *Reforma trabalhista no Brasil: promessas e realidade*. Campinas, SP: Curt Nimuendajú, 2019.

LIMA, Ângela M. de S. *As faces da subcontratação do trabalho: um estudo com trabalhadoras e trabalhadores da confecção de roupas de Cianorte e região*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), 2009.

OLIVEIRA, Dalila Andrade; POCHMANN, Marcio (Orgs.) *A devastação do trabalho: a classe do labor na crise da pandemia*. Brasília: Gráfica e Editora Positiva; Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente, 2020.

OLIVEIRA, Daniela R. de. *Do fim do trabalho ao trabalho sem fim: o trabalho e a vida dos trabalhadores digitais em Home Office*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2017.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). Elementos-chave para um teletrabalho eficaz durante a pandemia de COVID-19. Brasília: OIT, Mar. 2020. Disponível em: <https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_740097/lang--pt/index.htm>. Acesso em: 25 Ago. 2020.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS). O impacto da pandemia na saúde mental das pessoas já é extremamente preocupante. Brasília: OMS, 14 Maio 2020. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/oms-o-impacto-da-pandemia-na-saude-mental-das- pessoas- ja- e- extremamente- preocupante/>>. Acesso em: 25 Ago. 2020.

ROSENFELD, Cinara L.; ALVES, Daniela. Autonomia e trabalho informacional: o teletrabalho. *Revista de Ciências Sociais*. v. 54, n. 1, p.207-233, 2011.

SCHWAB, Klaus. *The fourth industrial Revolution*. Genève, CH: World Economic Forum, 2016.

SENNETT, Richard. *A corrosão do caráter: o desaparecimento das virtudes com o novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Bestbolso, 2012.

SLEE, Tom. *A nova onda do trabalho precarizado*. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. *Do direito à desconexão do trabalho*, 2003. Disponível em: <https://www.jorgesoutomaior.com/uploads/5/3/9/1/53916439/do_direito_%C3%A0_desconex%C3%A3o_do_trabalho..pdf. 2003>. Acesso em: 14 Maio 2020.

SRNICEK, Nick. *Platform capitalism*. Cambridge, UK; Malden, MA: Polity Press, 2016.

WEBTV DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA (UFRB TV). Saúde mental e trabalho remoto em tempos de pandemia. Webinar apresentado por Marcelo Veras. [youtube, UFRB TV, 13.05.2020], 2020. Divulgado pelo Canal UFRB TV. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=uDuuGU6lV94>>. Acesso em: 08 Set. 2020.

ZUBOFF, Shoshana. Big other: capitalismo de vigilância e perspectivas para uma civilização de informação. In: BRUNO, Fernanda et al. (Orgs.). *Tecnopolíticas da vigilância: perspectivas da margem*. São Paulo: Boitempo, 2018.



Deglobalize Covid-19: the pandemic from an off-center perspective*

Recebido: 14.03.21
Aprovado: 05.08.21

Nicol A. Barria-Asenjo (<https://orcid.org/0000-0002-0612-013X>),
Universidad de Los Lagos, Osorno, Chile^I.

* We thank Jesica Fernandez Quintana, for helping us to revise the English translation.

Slavoj Žižek (<https://orcid.org/0000-0003-4672-6942>),
University of Ljubljana, Ljubljana, Slovenia^{II}.

I. Nicol A. Barria-Asenjo is a psychology student. Departamento de Ciencias Sociales at the Universidad de los Lagos, Osorno, Chile.
<nicol.barriaasenjo99@gmail.com>.

Hernán Scholten (<https://orcid.org/0000-0003-3366-2142>),
Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, Argentina^{III}.

II. Slavoj Žižek is a philosopher, PhD in philosophy (University of Ljubljana) and PhD in Psychoanalysis (University of Paris-VIII). Researcher at the University of Ljubljana, Slovenia.
<Szizek@yahoo.com>.

Gonzalo Salas (<https://orcid.org/0000-0003-0707-8188>),
Universidad Católica del Maule, Talca, Chile^{IV}.

III. Hernán Scholten is a psychologist, researcher and doctoral student at the Universidad de Buenos Aires, Argentina.
<hsescholten@gmail.com>.

Alba Ximena Zambrano Constanzo (<https://orcid.org/0000-0002-0052-3456>),
Universidad de La Frontera, Temuco, Chile^V.

IV. Gonzalo Salas is a psychologist, professor at a Universidad Católica del Maule, Talca, Chile.
<gsalas@ucm.cl>.

Jairo Gallo Acosta (<https://orcid.org/0000-0003-4183-7416>),
Universidad Cooperativa de Colombia, Bogota, Colombia^{VI}.

V. Alba Ximena Zambrano Constanzo

Esteban Gómez Muzzio (<https://orcid.org/0000-0002-7642-1421>)
Fundación América por la Infancia, Santiago, Chile^{VII}.

Jamadier Uribe Muñoz (<https://orcid.org/0000-0001-5098-0244>),
Pontificia Universidad Católica de Valparaíso, Valparaíso, Chile^{VIII}.

Abstract: This article proposes a retrospective look at the last year following the World Health Organization's declaration of Covid-19 as a pandemic, and seeks to reflect the wide diversity of its impact. In reviewing research from around the world, a panorama emerges showing the vast complexity of the phenomenon. This article reviews many of the analyses and debates that have been proposed from the framework of political philosophy, which are drawn almost exclusively from the European context. It shows that the suggested diagnoses, models and concepts cannot be universally applied across geographies, such as Latin America, Asia or Africa. It therefore proposes to "deglobalize" the Covid-19 pandemic and invites the reader to consider it through another lens.

Keywords: Covid-19. Pandemic. Globalization. Normality.

is a psychology professor at the Universidad de La Frontera, Temuco, Chile. <alba.zambrano@ufrontera.cl>.

VI. Jairo Gallo Acosta is a professor and researcher (psychology) at the Universidad Cooperativa de Colombia, Bogota, Colombia. <jairogallo75@yahoo.com.ar>.

VII. Esteban Gómez Muzzio is executive director at the Fundación América por la Infancia, Santiago, Chile. <esteban.gomez@mericaporiainfancia.com>.

VIII. Jamadier Uribe Muñoz is a doctoral student (psychology) at the Programa de Doctorado en Psicología, Pontificia Universidad Católica de Valparaíso, Valparaíso, Chile. <jaes.urmu@gmail>.

1. In Latin America there have been a wide variety of projects aimed at providing timely information to citizens and the scientific community in evidence-based decision making (Acosta et al. 2020; González et al. 2020; ICOVID Chile, 2020; Rosselli 2020; Scholten et al., 2020). Nonetheless, not all obtained the "expected" results due to the complexity of the phenomenon. com>.

Desglobalizar a Covid-19:

A pandemia a partir de uma perspectiva descentralizada

Resumo: Após quase um ano desde que a Organização Mundial da Saúde declarou a Covid-19 como pandemia, este artigo propõe um olhar retrospectivo que procura refletir sua ampla diversidade. Neste sentido, ao investigar seu impacto recorrendo a pesquisas realizadas em várias áreas do globo, propõe-se um panorama que mostra a vasta complexidade do fenômeno. Por outro lado, procura rever muitas das análises e debates que foram propostos a partir do marco da filosofia política, e que se concentram quase exclusivamente no contexto europeu. Isto é para mostrar que os diagnósticos, modelos e conceitos sugeridos não podem ser aplicados sem crítica à situação de regiões como a América Latina, Ásia ou África. É neste sentido que se propõe "desglobalizar" a pandemia da Covid-19 e se convida a pensar sobre ela a partir de outro lugar.

Palavras-chave: Covid-19. Pandemia. Globalização. Normalidade.

Introduction

It will soon be a year since the director of the World Health Organization (WHO) characterized the Coronavirus disease 2019 (Covid-19), as a pandemic which at that time added 118 thousand cases in 114 countries and 4,291 deaths, (WHO 2020a). By January 2021, the Center for Systems Science and Engineering (Johns Hopkins University), registered almost 88 million cases and close to two million – with the United States, Brazil and India as the most affected countries. However, in October, the WHO estimated that at least 10% of the world's population had already been infected – that is, about 780 million people (WHO 2020b).

Research to produce a vaccine against Sars-CoV-2 quickly got under way, sparking a "global vaccine race". While it was not expected to be available in less than 18 months (Grenfell & Drew, 2020), by December more than a dozen vaccines had reached the final stages of testing (Zimmer, Corum & Wee, 2020) and, under emergency protocols, the first vaccinations have already begun.

In recent months, literary production around the issue of the pandemic has increased exponentially, receiving contributions from multiple disciplines (medicine, economics, philosophy, sociology, psychology etc.) and from several approaches¹. In fact, the frequency and volume of publications on the phenomenon led to the beginning of the publication of reviews of the texts dedicated to this topic (Foreiro-Peña et al., 2020; Harapan et al., 2020; Polanco-Carrasco, 2020), something unusual but unprecedented for such a recent topic. In addition, as it will be addressed in greater detail later, as the pandemic progressed and the wide range of measures undertaken to contain it showed their results, in many cases it became necessary to reconsider some initial hypotheses or speculations on various topics.

In this sense, this article is intended, on the one hand, to provide an overview of the current state of the pandemic that seeks to reflect its vast complexity. On the other hand, some reflections regarding the imminent future are proposed here, as well as some hypotheses regarding what is already called a “post-Coronavirus world” (Borrell, 2020; Fituni & Abramova, 2000).

Sailing through the waves of the pandemic

What is the outlook for the pandemic in early 2021? Although Europe is going through what is known as the “second wave”, it must be taken into account that the distinction between a first and a second wave is exclusively focused on the old continent, and that the impact of the pandemic presents different rates in the different continents – in general terms, Africa was less affected (Harding, 2020) – and states – in Europe, for example, a few months ago the situation showed improvements in France and Spain, while it worsened in Germany. It is also necessary to take into account especially those countries where the situation is extremely complex due to the war or the level of violence, poverty or hunger, and the pandemic is considered a lesser evil. This is the case of the situation in Yemen: “In a country stalked by disease, Covid barely registers. War, hunger and devastating aid cuts have made the plight of Yemenis almost unbearable” (McKernan, 2020). Similarly, when the war between Azerbaijan and Armenia broke out, officials on both sides argued that now the pandemic should take a step back. These examples allow us to appreciate, as it will be shown later, the need to consider the dynamics of the pandemic with other parameters and, rather than in waves, to resort to another model to think about cases such as Latin America (United Nations, 2020a).

The obvious differences in the way the pandemic affects the different classes must also be taken into account. It is a fact that the poor were much more affected than the rich, but this impact is not simply reduced to a greater risk of getting sick, but also includes the negative effects of the measures implemented by different countries to face the pandemic, such as some studies show (Bidisha, Mahmood & Hossain, 2021; Tavares & Betti, 2021; Bottan, Hoffmann & Vera-Cossio, 2020). On the other hand, several investigations account for the impact of Covid19 in certain ethnic groups, particularly in Black and Asian people (Marshall, 2020; Sze et al., 2020). Although specific research on Latin American indigenous people² is scarce, some studies show that the cause of the impact of Covid-19 on health in this population refers mainly to economic causes (Economic Commission for Latin America and the Caribbean et al., 2020; Ocha, 2020). Gender is also an important variable to consider: not only women were affected at different levels and aspects than men

2. According to the report carried out by the Office for the Coordination of Humanitarian Affairs (Ocha), in Latin America there are more than 800 indigenous population, whose number amounts to approximately 60 million people and represents 14% of the population living in poverty in Latin America and the Caribbean.

3. It should also be noted that, in Latin America, many women have extended their contribution to the community space by leading numerous solidarity initiatives: common pots, mutual aid, community gardens, participating in circular economy initiatives, among many other actions (Zambrano et al., 2020).

4. Currently a database is available that allows access to the latest Covid-19 data worldwide, disaggregated by sex: <<https://globalhealth5050.org/the-sex-gender-and-covid-19-project/>>.

(Chang, 2020; Chauhan, 2020; D’Annibale et al., 2020; Estrela et al., 2020), but, international evidence has shown that there are massive effects of the pandemic on the disparity in time devoted to care work, with a significant overload for women: quarantines and teleworking, or in the opposite sense, unemployment, have meant juxtaposing various activities in the private space of the home, giving rise to a care crisis (Malherbe, 2020; Rodríguez-Bailón, 2020)³. Obviously, the aforementioned differences also extend between women themselves who are in different social, cultural and/or economic conditions, as well as towards transgender people and the non-binary community in general (Woulfe and Wald 2020)⁴.

On the other hand, it is possible to appreciate the diverse impact of Covid-19 in different age groups. Since the beginning of the pandemic, older adults, being a very diverse group, have been identified as one of the most exposed populations to suffering the multi-organ effects of the virus. In addition, they have experienced the confinement effects dramatically, which has damaged them in areas as diverse as physical (losing muscle mass, postponing the control or treatment of chronic diseases), cognitive (especially in people who already had problems such as Alzheimer's disease), and on the affective plane by distancing them from their affective ties and increasing social loneliness. With this, the depressive episodes have increased. Many older people have died in retirement homes, nursing homes, or hospitals completely away from their significant others.

Likewise, in the light of studies carried out in low – and middle-income countries (Zar et al., 2020), an invisible field emerged as a focus in the dominant narrative, which considers them a group of “low risk”: the infant-juvenile population. This constitutes a high proportion of the population, which can also have a high prevalence of risk factors for respiratory infections (such as HIV or malnutrition), and the diversion of resources to care for adults and the elderly can have repercussions in a lack of resources for their attention- as shown by data from Unicef and the Pact for Early Childhood in the case of Mexico. Added to this are the indirect effects of the pandemic on children's health (Golberstein, Wen & Miller, 2020; Phelps & Sperry, 2020; Zar et al., 2020), associated with the increase in poverty, the forced interruption of processes education, greater vulnerability in cases of negligence or domestic violence as a result of confinement and social distancing measures (Lund, Manica & Manica, 2020; Petrowski et al., 2020; Wigg et al., 2020), as well as the interruption of therapeutic treatments for chronic health problems.

Regarding the mental health of children and adolescents, the impact of Covid-19 shows proportions much higher than those initially calculated in the face of forced confinement (Dagnino et al., 2020), the loss of relationships and social exchanges

after the closure of schools, which is one of the main areas of mental health care for the infant-juvenile population (Golberstein, Wen & Miller, 2020), as well as the strong impact of the pandemic on the family dynamics and work stress of their attachment figures (Guessoum et al., 2020; Wigg et al., 2020; Yeasmin et al., 2020). In addition, it is necessary to consider the cases of children who have been separated from their parents or significant caregivers due to having been infected with Covid-19, remaining in the care of social organizations or government institutions (Liu et al., 2020), since these experiences are “potentially traumatic events” (Mancini & Bonano, 2010) and it has been documented that 30% of children isolated by quarantine in public health disasters present criteria compatible with post-traumatic stress disorder (Sprang & Silman, 2013).

Now, despite these complexities, it is possible to generalize some characteristics with respect to the current scenario, which is different from the one perceived when the climax of the so-called “first wave” was going through:

— Some hopes have been dashed. Herd immunity, which was supported by dozens of firms from the scientific community in The Great Barrington Declaration and in the manifesto published in *The Lancet* (Alwan et al., 2020), does not work – as the case of Manaus (Brazil) shows and the steep rise in the number of infections in Europe in recent months (Aschwanden, 2020). So, the illusion that although the virus is spreading more than ever, it is a milder variant, does not hold up. Added to this is the recent detection of the 501.V2 variant in South Africa and of the B.1.1.7 strain in the Netherlands, Denmark and Australia, which would be 70% more transmissible (Arif, 2021) and has already spread quickly to at least twenty-two countries on five continents. Although it would not be a more infectious variant and is not associated with a greater number of hospitalizations or a greater fatality, by affecting a greater number of people due to its contagiousness, it will undoubtedly also imply the risk of a greater number of deaths. With time and contagions, it is possible that new variants evolve into new strains, making the current scenario more complex.

In this sense, it is remarkable that many unknowns are presented, especially about how the virus is spreading, which has led to a desperate search for culprits. The much-heard phrase that we have to “learn to live with the virus” only expresses our capitulation to the virus.

— Although some consider the vaccine as an “injection of hope” (Kottasová & Tilotta, 2020), the expectations it generates are far from homogeneous. On the one hand, it does not cease to arouse certain suspicions due to the accelerated times in its production and in relation to its composition (mRNA and nanoparticles). In fact,

there are many testimonies that allow to verify certain resistance, as they express their refusal to be vaccinated, at least in the short term. Studies indicate that while people perceive Covid-19 as a threatening disease, concerns about vaccine safety could outweigh perceived disease risks for accepting or not accepting the vaccine (Karlsson, 2020). In addition, a skepticism aggravated by political-ideological influences is becoming evident in the public. However, the vaccine cannot be expected to magically fix all problems and revert to the “old normal”, a topic that will be taken up again later, not to mention the prospect of other epidemics and ecological disasters.

But the greatest ethical challenge will be the distribution of the vaccine: will the principle of universal distribution that covers all humanity prevail or will it be diluted by opportunistic agreements?⁵ For now, it will be necessary to follow the development of the Covax initiative that was launched in April by the WHO, the European Commission and the government of France in response to the pandemic, and which is presented as the “only truly global solution to this pandemic because it is the only effort to ensure that people in all corners of the world will get access to Covid-19 vaccines once they are available, regardless of their wealth” (Berkeley 2020). Will it be possible to establish an equitable, safe and effective distribution system that includes the most vulnerable and underserved populations (Abramowitz, Cobaugh & Thompson, 2020)? The notorious economic and financial gaps existing between the various states, which could lead to the so-called “vaccine nationalism”, and even between the various social strata of a population, can become a barrier to access to the vaccine (Halabi, Heinrich & Omer, 2020).

— Although the model adopted in many countries, which combines the commitment to fight the pandemic and keep the economy alive, emerges and re-emerges in Europe (Austria and Switzerland want to open ski resorts etc.), increasingly shows its limits. The various comparative studies of the health measures implemented (Collins et al., 2020; Han et al., 2020; Yoo et al., 2020), although they present some coincidences, do not provide definitive conclusions and the only thing that seems to work effectively is the radical lockdown. An example is the case of the state of Victoria, in Australia, which in August 2020 had 700 new cases per day but, three months later, “has gone 30 days with no new cases of the virus, an enviable record as the US and many European countries grapple with surging infections or renewed lockdowns” (Johnson 2020). Towards the end of December, Prime Minister Boris Johnson announced a lockdown in the United Kingdom due to the “both frustrating and alarming” progress of the new strain of Coronavirus, which reached more than 50 thousand daily cases. At the end of January 2021, France closed its borders to all non-European Union countries and the possibility of a new lockdown is being discussed.

5. In this sense, it is notable that, in the communications available on the official Pfizer site, the concern about distribution is essentially focused on logistics and on response to demand, without any mention of distribution criteria in the world population. (e.g., Pfizer, 2020a; 2020b).

Against this background, it is still striking that, up to now, the policies implemented have emphasized a set of rather vertical measures, not always considering the different points of view that the populations represent. An important part of these measures are associated with social control, granting little or no space for citizen initiatives, and clearly less focused on the prevention of contagion and the consequences derived from blockades or quarantines (social loneliness, unemployment, overload, for mention a few).

— In relation to mental health, today it can be said, retrospectively, that the reaction of people at the beginning of the pandemic appears as a more or less healthy and normal panic when faced with a threat: initially, attention was focused on avoiding infection and concern about its effects on the psyche was relegated to second or third place. The truth is that, to these first normal reactions of adaptation to an uncertain and threatening context, the impacts of prolonged social distancing and other effects associated with the economic crisis were later added, whose significant repercussions in the field of mental health should have received assistance. In this sense, although the literature on Covid-19 and mental health has proliferated globally and several institutions have formed research and scientific dissemination groups, the way in which people relate to the epidemic is a strange mixture of disparate elements. Despite the growing number of infections, in most countries the pandemic is not taken very seriously: in some strange sense “life goes on”. During December in Western Europe, many people worried about whether they could celebrate Christmas and do the shopping, or whether they would have their usual winter holidays.

However, this “life goes on” attitude, these signs that we have somehow learned to live with the virus, this “Covid fatigue”, is the complete opposite of relaxation because the worst is over. It is inextricably mixed with despair, state norms violations and protests against them. With no clear perspective offered, something deeper than fear is at stake: we move from fear to depression. We feel fear when there is a clear threat, we feel frustration when obstacles arise again and again that prevent us from achieving what we want, but depression signals that our own desire is fading.

What causes this sense of disorientation is that the clear order of causality seems to us disturbed- for example, the increase and decrease of infections for reasons that remain unclear. Without anyone knowing exactly why, the countries that served as a model for us a couple of months ago to cope with the pandemic are now its worst victims. Scientists propose different hypotheses, and this same disunity reinforces the feeling of confusion and contributes to a mental breakdown.

What further reinforces this disorientation is the mix of different levels that characterizes the pandemic. Christian Drosten, the leading German virologist, pointed out that the pandemic is not only a scientific or health phenomenon, but a natural catastrophe (Spiegel Wissenschaft, 2020), to which it must be added that it is also a social, economic and ideological: its real effect is clearly a mix of all these levels. For example, CNN reports that “in Japan, more people died from suicide in November than from Covid-19 in all of 2020. And women have been the most affected” (Wang & Wakatsuki, 2020). But most people committed suicide due to the situation they were in because of the pandemic, so their deaths are collateral damage from the pandemic. The testimony of a Bosnian doctor on the panorama of hospitals in the Western Balkans illustrates the relationship between the pandemic and the economy: “We can do the job of three (people), but not five”. This crisis cannot be understood without the “brain drain crisis, with an exodus of promising young doctors and nurses leaving to seek better wages and training abroad” (MSN, 2020). In this case, the catastrophic impact of the pandemic is clearly linked to the emigration of labor.

Thus, it can be concluded that one thing is for sure: If the Covid-19 pandemic will really unfold in three waves, each of them will be different. The first wave focused attention on medical issues, on how to prevent the virus from spreading to an intolerable level, and that is why most countries accepted quarantines, physical distancing etc. During the second wave, although the number of infected is much higher, the fear of the long-term economic consequences does not stop growing. Already at the end of March, the International Monetary Fund (IMF) and the International Monetary and Financial Committee (IMFC) announced the contraction of world production, as well as a series of measures related to the debts of the poorest countries as well as to facilitate and accelerate access to credit and financing (IMF, 2020a). As of October 2020, a variation of the world product of -4.4% was forecast, somewhat more optimistic than the -4.9% in June (IMF 2020b), but which was nonetheless enough to hit the product of the advanced economies with a variation of -5.8% and the economies of Latin America by -8.1% (IMF, 2020c), which put 90 million people at risk of indigence.

And if vaccines do not prevent a third wave, you can be sure that it will focus on mental health, on the devastating psychic consequences of the disappearance of what we perceived as normal social life. Therefore, although most vaccines have already realized their efficacy and safety, it will be necessary to be attentive to the persistence of the mental crisis.

Between the waves and the tide: an anomaly end or a new era chapter?

When considering the development of the pandemic during 2020, a periodization has been established that, taking up the model of the influenza epidemic that occurred a century ago, distinguishes between a first and a second wave of Covid-19, characterized by successive increases in the number of infections and deaths. Although this denomination was imposed mainly in the mass media, it did not cease to arouse certain reluctance because, except for particular situations (New Zealand, Beijing and Iran), the distinction between a first and a second wave can be arbitrary and neither applies globally (Gallagher, 2020; United Nations, 2020b).

On the other hand, it is not always taken into consideration that the results of the pandemic prevention and control measures are crossed by the endogenous characteristics of the countries and regions (levels of development and social justice, belief systems, social practices etc.), as well as the resilience of individuals and communities to face it. This is reflected in various studies that show the differential impact of the pandemic based on the so-called social determinants of health (Blas et al., 2011) and the opportunity for preventive measures (Summers et al., 2020).

In this context, as we have already pointed out, the pandemic highlights wide heterogeneity conditions that affect different groups, exposing the dramatic dismantling produced by commodification and inequality (Aragonés & Sevillano, 2020). In this way, in certain regions of the world, a profound worsening of social inequity is generated due to the lack of a comprehensive care system, especially for the groups with the greatest difficulty (Zambrano et al., in press). It should be borne in mind that, even before the pandemic, certain countries had alarming indicators of mental health problems in the population (WHO, 2017), which under the new context have only worsened and spread. In this sense, in countries and regions that have systemic crises in their population's care systems (more precarious and weakened health and social security systems, more unstable and informal working conditions etc.), collateral impacts may be more stronger than the pandemic itself (Hincapié, 2020).

For example, in the case of Latin America, despite a certain sporadic and focused decrease in the number of cases, the first wave seems to extend indefinitely. In this sense, what has been experienced in this region with respect to the pandemic does not seem to fit the figure of the waves, of successive momentary rises that then dissipate: what happens in Latin American contexts seems to correspond to the shape

of a tide where the Covid-19 is articulated with the indices of iniquity, poverty, violence etc., that characterize that sector of the globe. It is not that the virus has found a natural habitat in this part of the world, but rather that its socio-economic characteristics mean that the virus finds a niche where it can spread in a relatively sustained manner.

This allows us to understand that, with the exception of the case of Brazil or even Mexico, Latin American countries do not appear as the most dramatically affected by abrupt increases in the number of cases or deaths, at least for now...⁶

6. Without trying to reduce the seriousness or relevance of the pandemic in the region, it is simply a question here of pointing out the particular and differential characteristics of the phenomenon that, with their relative ups and downs in quantitative terms, it is not pertinent to compare with a wave flow.

Now, what will happen once those waves dissipate or the tide recedes? What will happen in the framework of what is known as “post-Coronavirus world”?

When this question is asked, answers often arise that, although diverse in their arguments and conclusions, raise the question of normality. Within the framework of medical discourse, it has long been argued that the disease reveals normality: the alterations introduced by the pathology highlight those mechanisms that usually go unnoticed and whose participation is necessary to sustain normal or “adapted” functioning. However, in the face of the pandemic, it seems that two alternatives are imposed: considering it as a temporary anomaly, after which, sooner or later, a return to the previous normality or a new normality⁷ will be imposed; or accept that the pandemic has been integrated into a broader process. In other words, is Covid-19 a symptom, which comes to shed light on a process that had been brewing previously, or is it a precursor that generates a change that unfolds towards the future? In the framework of the debates that have been raised so far, the first perspective seems to prevail, although it is possible to detect various positions and assessments in this regard.

7. Already at the end of April 2020, the Ministry of Health of Spain published a Plan for the Transition towards a new Normality that, broadly speaking, limits itself to listing which of the health measures implemented up to that moment were revoked and which would be maintained.

Models for thinking about the pandemic

For Bruno Latour (2020), the pandemic can be considered as a passing crisis, which must be used to change our habits within the framework of a broader “lasting and irreversible ecological mutation” that precedes it. In this sense, it invites us to imagine barrier-gestures (such as distancing oneself from the other, in solidarity with that other) directed towards “each element of a mode of production that we do not want to be resumed”, that allow “leaving production as the only one principle of relationship with the world”. This proposal seeks to invent a socialism that is no longer limited to advocating the redistribution of the fruits of the economy, but questions production itself. To do this, it invites the reader to answer a series of questions, which would not be of the order of a questionnaire or a survey but of a

self-description, whose answers can be compared with those of other participants, with a view to producing “an expression embodied and concrete politics”.

On the other hand, it is possible to consider the pandemic as a sign that we are entering a new era, which could be called “post-human” (in relation to the predominant sense regarding what it means to be human) (Žižek, 2020a) or that some, in a fatalistic tone, might prefer to qualify as “in-human”, “de-human”. In February of last year, based on an article entitled “The invention of the pandemic”, the Italian philosopher Giorgio Agamben began a series of public interventions that, quickly translated into other languages, generated controversy and debates (Agamben, 2020; Butler, 2020; Nancy, 2020; Žižek, 2020b). According to this author, a Great Transformation is taking place whose instrument is the “state of exception” – that is, the suspension of constitutional guarantees – and which, in the face of the pandemic, imposes a sanitary terror and a religion of the health that seems not only to be accepted but even demanded by the population. Added to this is the use of digital technology that, in tune with social distancing, provides a new modality of human relationships: “those who are not connected tend to be excluded from any relationship and condemned to marginalization” (p. 10). In this sense, the anti-mask and anti-lockdown mobilizations and manifestos, which began in mid-2020 and were replicated in various parts of the globe (Agencia EFE, 2020; Carothers, 2020), could be considered as forms of resistance to this “new era” that begins to impose itself on individual bodies and on collective habits.

Explicitly or implicitly, this set of reflections that focus on the relationship between life and power in the context of the contemporary pandemic, in turn prolongs a vast series of concepts and models inspired by the analytic of power that Michel Foucault developed towards the middle of the 1970s, as well as its subsequent recovery and reconsideration by Gilles Deleuze (Deleuze, 1990; Foucault, 1975; 1976; 1997; Scholten, 2013)⁸. In this sense, in light of the problem of Covid-19, it is pertinent to highlight here some particularities of this Deleuzian review: first, it announced the birth of control societies, whose characteristics clearly contrast with the disciplinary societies that Foucault analyzed in *Surveiller et punir* (Discipline and punish, 1975). More precisely, Deleuze places them in a successive series, highlighting their differences.

We are in a generalized crisis of all the environments of [disciplinary] confinement: prison, hospital, factory, school, family. [...] It is only a matter of administering their last rites and keeping people busy until the installation of new forces knocking at the door. These are the societies of control, which are in the process of replacing the disciplinary societies (Deleuze, 1990: 241, the translation is ours).

8. Ten years later, this concept was developed by Michael Hardt and Toni Negri in *Empire. the Foucauldian theme of biopolitics – and its counterpart, sovereign power* (Foucault, 1976; 1997) – was also taken up by authors such as Giorgio Agamben and Roberto Esposito. For his part, Nikolas Rose expanded on Foucault’s reflections on the question of government in some of his writings (Foucault, 2004; Rose, 1996; 1999).

9. It is true that in the April 8, 1986 lecture of his unpublished course “Sur Foucault: le pouvoir”, Deleuze analyzes Foucauldian developments on the biopolitics of populations, assimilating them to the question of control. These reflections were not incorporated into the few interventions on societies of control published by Deleuze.

On the other hand, in relation to the above, it is somewhat surprising that Deleuze is unaware of the post-disciplinary Foucaultian analyzes of biopower and biopolitics (Foucault, 1976; 1997), which show a panorama very similar to that of control societies⁹.

Now, is it possible to apply these models – which, as mentioned, serve as the basis for much of the analysis of many contemporary philosophers – to the framework of the pandemic and the measures implemented against the so-called “invisible enemy?” Although this topic deserves a much more extensive and detailed investigation, it is pertinent to highlight two issues here.

i. If the control societies reject recourse to confinement and show concern about the location of the subjects in open spaces – resorting, for example, to electronic anklets for inmates and to access cards in a company or in public transport –, the isolation measures implemented seem to impose a regression to discipline, to that confinement whose characteristics would be similar to those that Foucault (1975) presented when contrasting the cases of plague and leprosy.

ii. But, in the case of Covid-19, that generalized confinement that was convened through the “Stay home”, replicated globally, would take the form of a digitizing discipline. Indeed, the spatial distribution of individual bodies with a view to optimal distancing and permanent vigilance described by Jeremy Bentham at the end of the 18th century, had the objective not only to prevent prisoners from mutinying, but also to avoid contagion in the hospitals, that schoolchildren cheat on their exams or that workers organize themselves in factories. But, in the contemporary scenario, that confinement appears articulated, compensated or complemented with that closeness that no longer refers to individual bodies but to a connection that aspires to be global, instantaneous and permanent, through social networks and applications of messaging provided by the internet. Our old habits had to be quickly translated into this “new” environment through virtual meetings and classes, teleworking, teleconsultation, on-line banking and shopping, streaming shows etc. You have to keep as much distance as possible from foreign bodies, especially their fluids, but stay as connected as possible - and those who fail to comply with this slogan will become “waste” (Foucault 2003).

Finally, a final question that is interesting to raise here refers to the possibility of applying, on a global scale, this diversity of models and concepts forged by European

philosophers and inspired almost exclusively by the panorama of the old continent or of the central countries. As shown on various occasions throughout this article, we believe that the pandemic case clearly demonstrates that it is not. Like health measures, these models may be relevant in certain contexts, or for a certain period of time, but they are impossible to apply, ineffective or even counterproductive in other contexts for several reasons (geographic, social, cultural, economic etc.). How to implement social distancing in the case of a population living in overcrowding? How to sustain a lockdown in the framework of a community that sustains itself in the informal economy? From this perspective, it may be necessary to decentralize and “deglobalize” Covid-19 or, more radically formulated, consider it as a “inglobalizable” pandemic: although the virus has spread throughout the planet, the ways in which it affects the diverse populations and individuals is extremely diverse.

It should be noted that deglobalization does not mean that we should limit ourselves to analyzing the different countries one by one and describing the specific form that the pandemic took in them. Hegel's difference between abstract and concrete universality must be introduced here. When we speak of a global pandemic, we tend to use “pandemic” as a neutral universal notion that applies to all countries. However, it is clear that this universal notion is not really neutral: it secretly privileges the form that the pandemic took in some selected countries (usually the developed West)- this is what Hegel called “abstract universality”. What you need to do is analyze the forms that the pandemic took in different parts of the world in its interaction with it. The shape of the pandemic in Western Europe, in Brazil, in China etc., not only reflects the particularity of that part of the world: this particularity arose by itself through global interaction. For example, the forms of the pandemic in Latin American countries cannot be understood without analyzing the way in which Latin America is trapped in neoliberal capitalism, the way in which it is a victim of neocolonial exploitation. This concrete network of interdependencies is what Hegel called “concrete universality”.

Finally, one of the wisdoms that the media bombard us with today is that the pandemic taught us about the contingency of our lives, about our mortality and biological limitation: we must abandon our dreams of mastering maturity and accept our modest place in it. Is there a more sobering lesson than being humiliated and rendered near helpless by a virus, a primitive self-reproducing mechanism that some biologists don't even count as a way of life? Not surprisingly, calls for a new ethic of modesty and global solidarity abound ...

But is this the true lesson of the pandemic? The real problem is not that we can die, but how life lengthens in uncertainty, causing permanent depression, the loss of the

will to move on. What we should really learn, then, is that we have to live to death. How should we live fully without ignoring the threat of the pandemic, but also without allowing the pandemic to become an obsession on which all our energy is focused? Based on the certainties and forecasts that it shakes, highlighting its fragility and transience, the complexity of Covid-19 should invite us to think from another place, to reflect and continue investigating the conditions of existence in which we live.

References

ABRAMOWITZ, P. W.; COBAUGH, D. J.; THOMPSON, K. K. Transparent, equitable, safe, and effective use of Covid-19 vaccines: a societal imperative. *American Journal of Health-System Pharmacy*, v. 77, n. 24, p. 2021-2022, 2020.

ACOSTA, G. et al. Caracterización de pacientes con Covid-19 grave atendidos en un hospital de referencia nacional del Perú. *Revista Peruana de Medicina Experimental y Salud Pública*, v. 37, n. 2, p. 253-258, 2020.

AGAMBEN, G. *A che punto siamo? L'epidemia come politica*. Macerata, IT: Quodlibet, 2020.

AGENCIA EFE. Saqueos, protestas y choques políticos, radiografía del Covid-19 en América. Madrid: Agencia EFE. Retrieved: December 19, 2020.

ALWAN, N. A. et al. Scientific consensus on the Covid-19 pandemic: we need to act now. *The Lancet*, v. 396, n. 10960, Oct. 2020.

ARAGONÉS, J.; SEVILLANO, V. La desigualdad ante el espejo del Covid-19. In: MOYA, M.; WILLIS, G. (Eds.). *La psicología social ante el Covid 19*, p. 71-73. Granada: Universidad de Granada, 2020.

ARIF, T. B. Letter to the editor: 501.V2 and B.1.1.7 variants of Covid-19: a new time-bomb in the making? *Infection Control and Hospital Epidemiology*, v. 11, p. 1-2, 2021.

ASCHWANDEN, C. The false promise of herd immunity. *Nature*, v. 587, p. 26-28, 2020.

BERKELEY, S. *Covax explained*. Paris: Covax, 2020. Retrieved: Dec. 28, 2020.

BLAS, E.; SOMMERFELD, J.; SIVASANKARA, A.; WORLD HEALTH ORGANIZATION. *Social determinants approaches to public health: from concept to practice*. Malta: World Health Organization, 2021.

BIDISHA, S. H.; MAHMOOD, T.; HOSSAIN, M. B. Assessing food poverty, vulnerability and food consumption inequality in the context of Covid-19: a case of Bangladesh. *Social Indicators Research*, n. 155, p. 187-210, 2021.

BORRELL, J. Covid-19: le monde d'après est déjà là. *Politique Étrangère*, v. 2, p. 9-23, 2020.

BOTTAN, N.; HOFFMANN, B.; VERA-COSSIO, D. *The unequal impact of the Coronavirus pandemic: evidence from seventeen developing countries*. Cornell, NY: Cornell University; Inter-American Development Bank, 2020.

BUTLER, J. *Capitalism has its limits*. London; New York: Verso, 2020.

CAROTHERS, T. *The global rise of anti-lockdown protests—and what to do about it*, 2020. Available in: <<https://carnegieendowment.org/2020/10/15/global-rise-of-anti-lockdown-protests-and-what-to-do-about-it-pub-82984/>>. Retrieved: Jan. 5, 2021.

CHANG, W. H. Understanding the Covid-19 pandemic from a gender perspective. *Taiwanese Journal of Obstetrics & Gynecology*, v. 59, p. 801-807, 2020.

CHAUHAN, P. Gendering Covid-19: impact of the pandemic on women's burden of unpaid work in India. *Gender Issues*, v. 38, p. 395-419, 2020.

COLLINS, O. C. et al. Estimating the impact of lock-down, quarantine and sensitization in a Covid-19 outbreak: lessons from the Covid-19 outbreak in China. *PeerJ* 8, Sep. 2020.

COUTASSE, A.; KIMBLE, C.; MAXIC, K. Covid-19 and vaccine hesitancy: a challenge the united states must overcome. *Journal of Ambulatory Care Management*, v. 44, n. 1, p. 71-75, 2020.

DAGNINO, P. et al. Psychological effects of social isolation due to quarantine in Chile: an exploratory study. *Frontiers in Psychiatry*, v. 17, n. 11, 2020.

D'ANNIBALE, D. A. et al. Viewing the Covid-19 pandemic through a sex and gender lens. *Journal of Women's Health*, v. 30, n. 4., 2020.

DELEUZE, GILLES. *Pourparlers 1972-1990*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1990.

ECONOMIC COMMISSION FOR LATIN AMERICA AND THE CARIBBEAN et al. *El impacto del Covid-19 en los pueblos indígenas de América Latina-Abya Yala: entre la invisibilización y la resistencia colectiva*. Santiago: Cepal, 2020.

ESTRELA, F. M. et al. Covid-19 Pandemic: reflecting vulnerabilities in the light of gender, race and class. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 25, n. 9, p. 3431-3436, 2020.

FITUNI, L. L.; ABRAMOVA, I. O. Developing countries in the political economy of the post-Coronavirus world. *World Economy and International Relations*, v. 64, n. 9, p. 5-14, 2020.

FORERO-PEÑA, D. A. et. al. Covid-19 en Latinoamérica: una revisión sistemática de la literatura y análisis bibliométrico. *Revista de Salud Pública*, v. 22 n. 2, p. 1-7, 2020.

FOUCAULT, M. Sécurité, territoire, population. Cours au Collège de France (1977-1978). Paris: Gallimard; Les Éditions du Seuil, 2004.

_____. *Le pouvoir psychiatrique. Cours au Collège de France (1973-1974)*. Paris: Gallimard, 2003.

_____. *Il faut défendre la société. Cours au Collège de France (1975-1976)*. Paris: Gallimard, Les Éditions du Seuil, 1997.

_____. *Histoire de la sexualité I. La volonté de savoir*. Paris: Gallimard, 1976.

_____. *Surveiller et punir. La naissance de la prison*. Paris: Gallimard, 1975.

GALLAGHER, J. *Coronavirus: what is a second wave and is one coming?* London: BBC, 2020.

GOLBERSTEIN E., WEN, H.; MILLER, B. F. Coronavirus disease 2019 (Covid-19) and mental health for children and adolescents. *Jama pediatrics*, v. 174, n. 9, p. 819-820, 2020.

GONZÁLEZ, S. et al. Terapia con plasma de convalecientes en pacientes Covid-19 en la provincia de Buenos Aires. *Medicina*, v. 80, p. 1-8, 2020.

GRENFELL, R.; DREW, T. Here's why it's taking so long to develop a vaccine for the new Coronavirus. Canberra: Science Alert, 2020.

GUESSOUM, S. B. et al. Adolescent psychiatric disorders during the Covid-19 pandemic and lockdown. *Psychiatry Research*, v. 291, Sep. 2020.

HALABI, S.; HEINRICH, A.; OMER, S. B. No-fault compensation for vaccine injury – the other side of equitable access to Covid-19 vaccines. *New England Journal of Medicine*, v. 383, n. 23, 2020.

HAN, E. et al. Lessons learnt from easing Covid-19 restrictions: an analysis of countries and regions in Asia Pacific and Europe. *The Lancet*, v. 396, n. 1026, p. 1525-1534, 2020.

HARAPAN, H. et al. Coronavirus disease 2019 (Covid-19): a literature review. *Journal of Infection and Public Health*, v. 13, n. 5, p. 667-673, 2020.

HARDING, A. *Coronavirus in South Africa: unravelling the mystery*. London: BBC, 2020.

HINCAPIÉ, E. *Covid-19: tiempos de incertidumbre*. Medellín, CO: Pontificia Universidad Bolivariana, 2020.

ICOVID CHILE. *Informe ICovid Chile*. 28 Jan. 2020. Retrieved: Jan. 28, 2020.

INTERNATIONAL MONETARY FUND (IMF). *Joint statement by the chair of International Monetary and Financial Committee and the managing director of the International Monetary Fund*. Washington: IMF, 2020a. Retrieved: Jan. 7, 2021.

_____. *World economic outlook update, June 2020*. Washington: IMF, 2020b. Retrieved: Jan. 7, 2021.

_____. *World Economic outlook, October 2020: A long and difficult ascent*. Washington: IMF, 2020c. Retrieved: Jan. 7, 2021.

JOHNSON, E. *Australia's longest lockdown pays off with no cases for 28 days*. Redmond, WA: MSN Home, 2020. Retrieved: Dec. 6, 2020.

KARLSSON, L. C. et al. Fearing the disease or the vaccine: The case of Covid-19. *Personality and Individual Differences*, n. 172, 2020.

KOTTASOVÁ, I.; TILOTTA, S. *We're injecting hope" Inside a UK Covid-19 vaccination center as historic rollout gets underway*. Atlanta: CNN, 2020. Retrieved: Dec. 20, 2020.

KRISHNAN, U.. The mask is the cultural icon of the pandemic. *The Indian Express*. Available in: <<https://indianexpress.com/article/opinion/columns/coronavirus-india-updates-death-toll-face-masks-6436379/>>. Retrieved: Jan. 3, 2021.

LATOUR, B. *Imaginer les gestes-barrières contre le retour à la production d'avant-crise*. Paris: AOC, 2020. Retrieved: Dece. 12, 2020.

LIU, J. J. et al. Mental health considerations for children quarantined because of Covid-19. *The Lancet Child & Adolescent Health*, n. 4-5, p. 347-349, 2020.

LUND, R. G.; MANICA, S.; MANICA, G.. Collateral issues in times of covid-19: child abuse, domestic violence and femicide. *Revista Brasileira de Odontologia Legal*, v. 7, n. 2, p. 54-59, 2020.

MAGUIÑA VARGAS, C. Reflexiones sobre el Covid-19, el Colegio Médico del Perú y la salud pública. *Acta Médica Peruana*, v. 37, n. 1, p. 8-10, 2020.

MALHERBE N. Community psychology and the crisis of care. *Journal of Community Psychology*, v. 48, n. 7, p. 2131-2137, 2020.

MANCINI, A. D.; BONANNO, G. A. Resilience to potential trauma: toward a lifespan approach. In: REICH, J. W.; ZAUTRA, A. J.; HALL, J. S. (Eds.). *Handbook of adult resilience*. New York: The Guilford Press, 2010.

MARSHALL, W. F. *Why are people of color more at risk of Coronavirus complications?* Rochester, NY: Mayo Clinic, 2020.. Retrieved: Dec. 21, 2020.

MCKERMAN, B. *Yemen: in a country stalked by disease, Covid barely registers*. London: The Guardian, 2020. Retrieved: Dec. 6, 2020.

MSN. "Catastrophic": Balkan healthcare overwhelmed by virus surge. Redmond, WA: MSN Home, 2020. Retrieved: Dec. 6, 2020.

NANCY, J. L.. Eccezione virale. *Antinomie*. Dec. 11, 2020.

OFFICE FOR THE COORDINATION OF HUMANITARIAN AFFAIRS (OCHA). Pueblos indígenas y Covid-19 en América Latina. Un enfoque humanitario. New York; Genève: Ocha, 2020. Retrieved: Dec. 9, 2020.

PFIZER. *Covid-19 Vaccine U.S. distribution fact sheet*. New York: Pfizer, 2020. Retrieved: Jan. 3, 2021a.

_____. *Pfizer Covid-19 Vaccine Production and Distribution Working Well*. New York: Pfizer. Retrieved January 3, 2021b.

PETROWSKI, N. et al. Violence against children during Covid-19. Assessing and understanding change in use of helplines. *Child Abuse & Neglect*, v. 116, Jun. 2020.

PHELPS, C.; SPERRY, L. L. Children and the Covid-19 pandemic. *Psychological Trauma: Theory, Research, Practice, and Policy*, v. 12, n. 1, p. 73-75, 2020.

POLANCO-CARRASCO, R. Covid-19 en las publicaciones latinoamericanas de psicología. *SIP Bulletin*, n. especial Covid-19, p. 15-17, 2020.

RODRIGUEZ-BAILÓN, R. Afrontando la pandemia Covid-19 y sus consecuencias desde una psicología social feminista. In: MOYA, M.; WILLIS, G. (Eds.). *La psicología social ante el Covid-19*, p. 53-60. Granada, ES: Universidad de Granada, 2020.

ROMERO, P. E. Escasa información genómica en bases de datos públicas para investigar el Sars-CoV-2 en Latinoamérica. *Revista Peruana de Medicina Experimental y Salud Publica*, v. 37, n. 2, p. 374, 2020.

ROSE, N. *Governing the soul. The shaping of the private self*. London: Free Association Books, 1999.

_____. *Inventing our selves. Psychology, power and personhood*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1996.

ROSSELLI, D. Covid-19 en Colombia: los primeros 90 días. *Acta Neurológica Colombiana*, v. 36, n. 2, p. 1-6, 2020.

SCHOLTEN, H. Disciplina, biopolítica, gobierno. In: RUVITUSO, M. (Ed.). *Cuadernos de pensamiento biopolítico latinoamericano*, p 97-103. Buenos Aires: Unipe, 2013.

SCHOLTEN, H. et al. Abordaje psicológico del Covid-19: una revisión narrativa de la experiencia latinoamericana. *Revista Interamericana de Psicología; Interamerican Journal of Psychology*, v. 54, n. 1, 2020.

SPIEGEL WISSENCHAFT. Die Pandemie wird jetzt erst richtig losgehen. Auch bei uns, 2020. Available in: <<https://www.spiegel.de/wissenschaft/medizin/christian-drosten-zu-corona-die-pandemie-wird-jetzt-erst-richtig-losgehen-auch-bei-uns-a-1b2833f0-4673-4726-a352-71ddb8bfc666>>. Retrieved: Dec. 6, 2021.

SPRANG, G.; SILMAN, M. Posttraumatic stress disorder in parents and youth after health-related disasters. *Disaster Medicine and Public Health Preparedness*, v. 7, n. 1, p. 105-110, 2013.

SUMMERS, J. et al. Potential lessons from the Taiwan and New Zealand health responses to the Covid-19 pandemic. *The Lancet Regional Health*, v. 4, Nov. 2020.

SZE, S. et al. Ethnicity and clinical outcomes in Covid-19: A systematic review and meta-analysis. *The Lancet Regional Health*, v. 29, Dec. 2020.

TAVARES, F. F.; BETTI, G. The pandemic of poverty, vulnerability, and Covid-19: evidence from a fuzzy multidimensional analysis of deprivations in Brazil. *World Development*, v. 139, 2021.

UNITED NATIONS. *Covid-19 is not just seasonal, cautions WHO, as "first wave" continues*. New York: United Nations, 2020a. Retrieved January 5 2021.

_____. *Policy brief: the impact of Covid-19 on Latin America and the Caribbean*. New York: United Nations, Oct. 2020b. Retrieved: Jan. 5, 2021.

VENTURA, R.; PONTES, A.; COIMBRA, C. Un “hecho social total”: Covid-19 y pueblos indígenas en Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 36, n. 10, 2020.

WANG, S. W.; WAKATSUKI, Y. In Japan, more people died from suicide last month than from Covid in all of 2020. And women have been impacted most. Washington, DC: CNN, 2020. Retrieved: Dec. 7, 2020.

WARREN, M.; GANGEL, M. Jared Kushner bragged in April that Trump was taking the country “back from the doctors”. Washington, DC: CNN Politics, 2020. Retrieved: Dec. 4, 2020.

WIGG, C. M. D. et al. The mental health of children and adolescents during the Covid-19 pandemic: a narrative review. *Research, Society and Development*, v. 9, n. 9, 2020.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). *Depression and other common mental disorders: global health estimates*. Genève: WHO, 2020a. Retrieved: Dec. 12, 2020.

_____. *Director-General’s opening remarks at the media briefing on Covid-19*. Genève: WHO, 2020b. Retrieved: Dec. 12, 2020.

_____. *Covid-19 virtual press conference transcript*. Genève: WHO, 2020c. Retrieved: Dec. 12, 2020.

_____. *Depression and other common mental disorders: global health estimates*, 2017. Available in: <<https://cutt.ly/NhPnr0b>>.

WOULFE, J.; WALD, M. *The impact of the Covid-19 pandemic on the transgender and non-binary community*. New York: Columbia University Department of Psychiatry, 2020. Retrieved: Jan. 6, 2021.

YEASMIN, S. et al. Impact of Covid-19 pandemic on the mental health of children in Bangladesh: a cross-sectional study. *Children and Youth Services Review*, n. 117, 2020.

YOO, J. et al. Comparative analysis of Covid-19 guidelines from six countries: a qualitative study on the US, China, South Korea, the UK, Brazil, and Haiti. *BMC Public Health*, v. 20, 2020.

ZAMBRANO, A.; CHACÓN-ARMIJO, S.; SANHUEZA, H.; CAMPOS, M. Interrogating Chilean community psychology in times of crisis. In: KAGAN, C.; AKHURST, J.; ALFARO, J.; ZAMBRANO, A.; LAWTHOM, R.; RICHARDS, M. (Eds.). *Facing global crises with hope*, “International Handbook of Community Psychology”. Abingdon, UK: Routledge, in press.

ZAMBRANO, A. et al. Aportes desde la psicología comunitaria al bienestar psicosocial y a la salud mental en tiempos de pandemia Covid-19. Documento de trabajo preparado para la Mesa Redonda “Salud mental en tiempos de pandemia”. Santiago, CL: Colegio de Psicólogos de Chile, 2020.

ZAR, H. J. et al. Challenges of Covid-19 in children in low-and middle-income countries. *Paediatric Respiratory Reviews*, v. 35, p. 70-74, 2020.

ZIMMER, C.; CORUM, J. S. L.; WEE, S.-L. Coronavirus vaccine tracker. New York: New York Times, 2020. Retrieved: Jan. 2, 2021.

ŽIŽEK, Slavoj. There will be no return to normality after Covid. We are entering a post-human era & will have to invent a new way of life. Available in: <<https://www.youtube.com/watch?v=2UuAIZ03m0s>>. Retrieved: Jan. 2, 2021.

_____. Coronavirus is “Kill Bill”-esque blow to capitalism and could lead to reinvention of communism. New York: RT Question More, 2020. Retrieved: Dec. 18, 2020/.



Migrações de regresso a Portugal: uma história sem fim*

Recebido: 07.02.20
Aprovado: 05.08.21

Filipa Pinho (<https://orcid.org/0000-0002-8258-1157>),
Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal^I.

José Carlos Marques (<https://orcid.org/0000-0002-4690-5943>),
Instituto Politécnico de Leiria, Leiria, Portugal^{II}.

Pedro Góis (<https://orcid.org/0000-0002-5217-0285>),
Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal^{III}.

* Este artigo foi elaborado no âmbito do projeto “Experiências e expectativas de regresso dos novos emigrantes portugueses: reintegração e mobilidades” (Eernep), financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (Portugal) com a referência PTDC/SOC-SOC/28730/2017, em curso desde outubro de 2018 e com duração de 36 meses.

I. Filipa Pinho é investigadora de pós-doutoramento no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, no núcleo Humanidades, Migrações e Estudos para a Paz (NhumeP), Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Portugal. <pinho.filipa@gmail.com>.

II. José Carlos Marques é doutor em sociologia e professor-coordenador principal do Instituto Politécnico de Leiria e Investigador do CICS.NOVA.IPLeiria, Leiria, Portugal. <jclaranjo@gmail.com>.

III. Pedro Góis é doutor em sociologia

Resumo: Neste artigo analisamos os regressos da emigração portuguesa a Portugal numa perspetiva histórica, com base na literatura científica de maioria portuguesa produzida desde os anos 1980 sobre o tema. Com este conjunto dos trabalhos disponíveis é possível reconstituir o padrão dos regressos através do volume contabilizado nos censos (ou de outras formas), conhecer perfis de regressados e avaliar algum do impacto dos regressos no desenvolvimento das regiões de origem, atendendo a que a quase totalidade dos regressados se dirige para a mesma região de onde havia saído. Reconstruímos o padrão dos regressos e analisamos o perfil dos regressados com informação dos fluxos entre os anos 1980 e 2011 a partir de revisão da literatura existente; os indicadores do Eurostat permitem análise do volume mais recente das migrações de regresso. Constatamos uma relativa homogeneidade no perfil e dos regressos do passado, ao contrário da diferenciação dos regressos posteriores, resultantes de uma emigração que também se diversificou.

Palavras-chave: Migração de regresso. Portugal. Emigração portuguesa. História. Indicadores.

Return migration to Portugal: a never ending history

Abstract: In this paper we analyse return migration to Portugal in a historical perspective, most based on the Portuguese scientific literature produced on the subject, particularly since the 1980s. With this works available, it is possible to reconstruct the pattern of returns through its volume recorded in the censuses (or in other ways), to know returnees' profiles and to evaluate some of the return impact on the development of the regions of origin, given that almost all returnees go to the same region from which they left. We reconstructed the pattern of returns and the profile of returnees according to the information of flows between the 1980s and 2011 from the existing literature review; Eurostat indicators allow the analysis of more recent return migration volume. We verify a relative homogeneity in the profile of the returns from the past, in contrast to the differentiation of the subsequent returns, which result from an out-migration that has also diversified.

Keywords: Return migration. Portugal. Portuguese out-migration. History. Indicators.

Introdução

As migrações de regresso a Portugal constituem, em rigor, o reverso da emigração portuguesa; por outras palavras, são contracorrentes migratórias de uma emigração anterior que frequentemente traz associada a ideia de retorno (Sayad, 2000) e integram o padrão migratório português, a história da emigração portuguesa. À semelhança dos movimentos emigratórios, os regressos são influenciados simultaneamente pelos contextos estruturais e conjunturais de Portugal e dos países de acolhimento, o que significa que qualquer dos movimentos pode intensificar-se quando ocorrem mudanças sociais num, ou em ambos os polos, isto tendo por referência apenas as condições estruturais macro. Noutros níveis de análise, também devem ser considerados os contextos individuais ou familiares dos emigrantes.

Na história contemporânea são claramente identificáveis três grandes períodos na emigração portuguesa conforme os destinos para onde se dirige, ainda que no terceiro haja uma maior heterogeneidade e ainda esteja a decorrer. Num primeiro, entre o final do século XIX e o final da Segunda Guerra Mundial, os fluxos dirigiam-se maioritariamente para destinos transatlânticos, como o Brasil e os Estados Unidos; no segundo momento, entre o final dos anos de 1950 e 1974, os destinos são, sobretudo, os dos países do centro e norte da Europa, como a França e a Alemanha. A partir de meados dos anos 1980 do século XX, com a orientação da emigração para a Suíça e o Luxemburgo, continua a diversificação dos destinos, mas numa lógica predominantemente europeia que se mantém até hoje a que corresponde o terceiro período identificado. Na viragem para o século XXI adquire importância o Reino Unido, a Espanha e, com a intensificação da emigração na última década, retoma-se o destino francês e alemão (Pires et al., 2010; Peixoto et al., 2016; Góis & Marques 2020).

A cada um desses três períodos sucederam regressos de intensidade variável, documentados na literatura das migrações nacionais. Não se previam regressos expressivos das migrações transoceânicas, sempre vistas como uma emigração mais permanente (Silva, 1984), mas estes foram sempre existindo (Cónim, 1984b), merecendo análise, por exemplo, os “brasileiros de torna viagem” (Alves, 1994), isto é, portugueses que regressavam às suas regiões de origem, após um período mais ou menos longo de residência no Brasil (Monteiro, 2000; Maia, 2009; Rowland, 1999a; 1999b). Vários estudos de caso realizados, sobretudo na região norte de Portugal, mostraram uma realidade de regresso de difícil quantificação mas passível de uma caracterização que aponta para a enorme influência social e sociológica destes regressos na esfera local (Piloto, 2010). Isabel Tiago Oliveira comparou os valores da

emigração legal e do saldo migratório em Portugal entre 1890 e 1970, verificando um significativo movimento de regresso entre 1890 e 1940, bem como um predomínio de um movimento de re-emigração entre 1940 e 1970 (Oliveira, 2007). Emigração e regresso, e regresso e re-emigração surgem, assim, como fenómenos interligados numa sequência de migrações que compõem o padrão migratório português.

O regresso dos que emigraram durante o segundo período (1950-1974) mereceu uma maior atenção (sobretudo em textos dos anos 1980 e 1990), porque entre finais de 1973 e início de 1974, os países europeus de acolhimento suspenderam a entrada de novos trabalhadores estrangeiros e, portanto, os trabalhadores têm de se confrontar com a ideia de ficar ou de regressar à origem. Dois artigos de Michel Poinard, de 1983, terão sido os primeiros trabalhos publicados sobre o regresso de portugueses de países europeus (Poinard 1983a; 1983b). No primeiro artigo, são analisados 3.792 processos de portugueses que residiam em França e que, sendo elegíveis por residirem ininterruptamente em França durante cinco anos, aproveitaram as ajudas ao regresso criadas pelo governo francês. No segundo, apresenta-se um inquérito a regressados de França, administrado a residentes em cinco concelhos (Sabugal, Bragança, Guimarães, Serpa e Lisboa). Em conjunto, estes dois estudos mostram a relevância dos apoios ao regresso por parte dos países de emigração e que ter condições económicas desfavoráveis não é suficiente para a explicação de como o regresso se insere no projeto migratório do emigrante. Evidenciam, também, que o regresso coloca constrangimentos e desafios particulares aos contextos regionais de origem dos emigrantes, que tinham encontrado nestes um amortecedor para o seu progressivo declínio. Regressar à origem significa, em muitos casos, uma necessidade de reencontrar um equilíbrio entre formas de viver num passado que pouco mudou, e, por outro lado, toda uma mudança, entretanto tornada um novo *habitus*, de que se não quer abdicar. Por outras palavras, os emigrantes regressados durante os anos 1980 vinham de países mais desenvolvidos do que Portugal à época, pois apenas em 1986 o país adere à então Comunidade Económica Europeia (CEE), e ainda demoram a ser visíveis os efeitos da entrada dos fundos comunitários na formação e nos investimentos em infraestruturas. Regressar é viver entre o mundo dos pais e o mundo dos filhos, entre a casa entretanto construída e a lavoura herdada, entre uma libertação da mulher do monopólio do trabalho doméstico e a desconfiança de uma sociedade tradicional (Rodrigues, 2011). A incorporação das mulheres portuguesas na análise da emigração e do regresso, realizada de forma pioneira por Caroline Brettell, traz para os estudos sobre o regresso novas dimensões de análise que mostram não apenas a importância da emigração no ciclo de vida individual, mas simultaneamente na sociedade portuguesa, demonstrando também o papel desempenhado por quem fica (Santos & Brettell, 1978; Brettell, 1983).

Uma referência incontornável nos estudos sobre o regresso de emigrantes portugueses neste segundo período é o projeto financiado pela Fundação Volkswagenwerk e publicado pelo Instituto de Estudos para o Desenvolvimento (Silva et al., 1984). Através de inquérito a uma amostra representativa de emigrantes regressados ao continente após 1970, a qual foi definida com base nos dados oficiais sobre o volume da emigração, é possível inteirar-se, de forma aprofundada, acerca dos perfis dos emigrantes regressados dos países europeus e a análise da sua reinserção no país, para também aferir o impacto destes movimentos no desenvolvimento regional. Este estudo de âmbito nacional foi retomado por Rogério Roque Amaro em publicações posteriores que incluíram dados dos censos de 1981 (Amaro, 1985a; 1985b). A coordenadora Manuela Silva também publicou um artigo posterior com base numa comunicação sobre este projeto (Silva, 1984).

Os trabalhos referidos permitiram que fossem sendo conhecidos notadamente os quantitativos do regresso da vaga de emigração dos anos 1960, o perfil dos regressados e a influência que exerceram na sociedade portuguesa (Rocha-Trindade & Arroiteia, 1984; Candeias, Marques & Peixoto, 2014). Ao longo dos anos também se multiplicaram os estudos de âmbito mais regional e localizado sobre estas populações, como: a emigração e os regressos na Beira Interior (Martins, 1986); o regresso e o desenvolvimento no Nordeste interior português (Cepeda, 1991); a influência das populações regressadas e retornadas na alteração de comportamentos, consumo e modo de vida em três concelhos do distrito de Viseu (Sátão, Tondela e Viseu) (Santos, 1991); as estratégias de subsistência das famílias de regressados, as suas características socioeconómicas e as transformações da estrutura socioeconómica e demográfica no concelho de Ponte de Lima (Roca, 2000); os movimentos de emigração e de regresso ocorridos entre uma freguesia de Bragança (Pinela) e Paris (Portela & Nobre, 2001); o regresso de emigrantes à NUT III Pinhal Interior Sul, com a realização de 656 inquéritos sobre características, motivações e processos de re-integração dos regressados (Martins, 2003).

1. O Instituto que organizou este repatriamento designava-se “Instituto de Apoio ao Regresso de Nacionais” e foi criado para apoiar regressos dos países europeus. Devido à descolonização, ficou associado ao repatriamento de África e a sua designação acabou por se refletir no epíteto atribuído aos repatriados.

2. Paralelamente, foram sendo publicadas reflexões exclusivamente teóricas sobre o conceito de regresso (Rocha-Trindade, 1984), ou de como este depende de circunstâncias histórico-sociais que configuram as opções migratórias disponíveis (Costa, 2001).

Aos repatriados na sequência da descolonização de África também se dedicou atenção, em modalidade de comparação de perfis com outros regressados (Santos, 1991), ou de forma aprofundada e exclusiva (Pires & Silva 1987; Pires, 2003). Os protagonistas destes repatriamentos ficaram conhecidos como “retornados”¹, embora neste grupo estivessem incluídos descendentes que, em rigor, não estariam a retornar. A investigação que incide simultaneamente sobre os emigrantes regressados da Europa ou de África, habitualmente distingue-os como “regressados” e “retornados”, respetivamente; já nos estudos dedicados apenas aos regressados da Europa, é mais comum utilizar a designação de regresso².

Para a análise do volume e perfis sociodemográficos dos regressos ocorridos já nos anos 2000, cuja origem já engloba a “nova” emigração (além da tradicional), o património encontrado é mais reduzido. Este terceiro período da emigração portuguesa, por ser ainda muito recente, ter destinos diversificados, e estar ainda a decorrer, necessita ainda de uma maior atenção por parte dos investigadores. Devem ser citadas as publicações de Isabel Oliveira e colegas (Oliveira et al., 2016; Oliveira et al., 2017), resultantes de um projeto sobre a emigração portuguesa do século XXI, cujos contributos começaram a contrariar a tendência de desconhecimento generalizado sobre regressos mais recentes.

Também já no século XXI, aprofundou-se o conhecimento de categorias específicas de emigrantes e/ou regressados, como os cientistas e a sua reintegração em Portugal (Delicado, 2010), ou descendentes de emigrantes e os seus “regressos” (Sardinha, 2008; 2011; Neto, 2010, 2016; Neto & Neto, 2011) que, em muitos casos, correspondem à primeira emigração para o país de origem dos antepassados e são designados pelo conceito de “contra-diáspora” (King & Christou 2010; 2011). O estudo do regresso a uma freguesia rural e as dinâmicas de reinserção familiar associadas é um outro exemplo de análise onde a família assume um papel relevante (Leandro, 2002).

A investigação centrada no potencial do regresso, portanto a jusante do processo e não depois da sua concretização, também tem alguma representação no conjunto da produção referida. Subjacente a estes questionamentos, estará a ideia de aferir se de facto “o retorno é naturalmente o desejo e o sonho de todos os imigrantes” (Sayad, 2000: 11). Além de um estudo recente sobre este tema, conjugado com o potencial de empreendedorismo (Góis, Marques & Pinho, 2017), diversas referências sobre a emigração portuguesa contemplam o tema das motivações, desejos ou intenções de regresso quando inquirirem os emigrantes sobre as suas trajetórias migratórias e de inserção social (Fontes, 2007; Sardinha, 2008; Correia, 2015; Pereira, Pinto & Pires, 2015; Peixoto et al., 2016).

Antes de passarmos a uma análise mais detalhada, sublinhe-se que, tal como a emigração portuguesa nunca foi interrompida (Pires et al., 2010), os regressos também nunca cessaram (Oliveira et al., 2016; Oliveira et al., 2017), ainda que estes não tenham nunca merecido análises tão extensas como a emigração. De facto, apenas 8% de referências na bibliografia sobre emigração portuguesa, entre 1980 e 2013, foram dedicadas ao regresso dos emigrantes portugueses (Candeias et al., 2014).

Em segundo lugar, e tal como acontece na bibliografia internacional, os trabalhos salientam frequentemente as dificuldades inerentes à recolha de dados sobre o

volume e a dinâmica dos regressos, assim como sobre o perfil dos regressados. É assumido que as estatísticas dos censos são as mais apropriadas para identificar o volume aproximado e o padrão de regressos num determinado período, através de perguntas relativas à residência dos indivíduos em data(s) anterior(es) à censitária, mas ressalvam-se algumas limitações:

- i.* nas estatísticas dos censos não são contabilizados os filhos de emigrantes que também tenham regressado, mas que tenham nascido fora das datas retrospectivas;
- ii.* nem todos os residentes no estrangeiro em datas anteriores preenchem a condição de emigrante;
- iii.* não entram nas estatísticas os regressados que tenham morrido antes da data censitária e não se tem acesso a variações anuais do número de regressados (Amaro, 1985b; Cepeda, 1991; Martins, 2004)³.

3. Alguma informação anual é possível obter a partir das estatísticas mais recentes publicadas no Eurostat.

4. Existe produção científica portuguesa, ou em colaboração com colegas brasileiros, sobre retorno de emigrantes brasileiros ao Brasil, com origem nos Estados Unidos da América e na Europa (por exemplo, Pereira & Siqueira, 2013). Este texto centra-se no regresso a Portugal, de modo que estes trabalhos poderão ser referenciados em eventuais futuros textos comparativos.

Para colmatar limitações nos objetivos de caracterização mais detalhada sobre o regresso, nomeadamente as motivações para o regresso, o destino das poupanças e as modalidades de investimentos, entre outras, foram feitos em inquéritos de âmbito nacional (Silva, 1984; Silva et al., 1984) ou local (Poinard, 1983b; Cepeda, 1991; Santos, 1991; Martins, 2003), e analisados dados administrativos ou processuais (Poinard, 1983a).

Nas secções seguintes analisamos os regressos da emigração portuguesa numa perspetiva histórica, maioritariamente com base na literatura científica portuguesa, mas que inclui também autores estrangeiros que se dedicaram ao tema⁴ produzida desde os anos 1980. Com o conjunto dos trabalhos disponíveis, é possível reconstituir o seu padrão através do volume contabilizado nos censos (ou de outras formas), conhecer perfis de regressados e avaliar algum do seu impacto no desenvolvimento das regiões de origem, atendendo a que a quase totalidade dos regressados se dirige para a mesma freguesia de onde havia saído (Poinard 1983a; Silva 1984; Amaro 1985b; Cepeda, 1991; Roca, 2000). Reconstruímos o padrão dos regressos e o perfil dos regressados de acordo com o volume dos fluxos entre os anos 1980 e 2011, a partir da literatura e, posteriormente, com base nos indicadores do Eurostat.

O conceito de regresso subjacente nos estudos

A maioria dos trabalhos sobre o regresso de emigrantes a Portugal concentra-se nos movimentos que, em grande parte, resultaram de políticas dos países de acolhimento, nos anos 1980, destinadas a incentivar financeiramente o regresso dos imigrantes que se encontravam em seus territórios. Assumia-se que as dificuldades inerentes à reintegração nos regressos poderia conduzir a uma re-emigração, mas também se admitia que voltar a sair não estava, em princípio, previsto quando se construiu a decisão de regressar (Amaro 1985a: 356), isto é, estes movimentos não se realizavam numa perspetiva de migração circular ou repetida. Os regressos pareciam significar um “fecho do ciclo da emigração”, a que não será alheio o facto de uma parte destes movimentos ter a referida vertente de decisão política – “não é a vivência do migrante que o leva a colocar o problema do regresso em termos irremediáveis, mas sim uma decisão política sobre a qual não tem voz” (Poinard 1983a: 31). A propósito do regresso de homens portugueses à origem, Francisco Cepeda (1991: 28) afirma que “com o fechar do *ciclo natural de emigração* o Nordeste (transmontano) assiste ao refazer das relações de masculinidade, já que o regresso lhe traz de volta os homens que outrora partiram” (grifos nossos).

Maria Beatriz Rocha-Trindade definiu o conceito de regresso – ou regresso e repatriação – como “a mesma situação dinâmica de movimento de quem está fora de um âmbito ou de um contexto e nele volta a inserir-se” e salienta que os conceitos podem variar consoante o tempo, o espaço geográfico, o âmbito legal, ou o serem auto ou hétero definidos (Rocha-Trindade, 1984: 87)⁵. Michel Poinard encontrou regressos anteriores com durações relativamente longas devido a “razões familiares, de saúde, pessoais ou acidentes” e detetou, em entrevistas a emigrantes regressados que, para estes, “a noção de regresso não implica que ele seja definitivo”, pois “a maioria deles conserva os seus cartões de permanência até ao limite da validade, persuadidos ou (fingindo) de que poderão ainda voltar a partir, se for necessário” (Poinard, 1983b: 272). A estes regressos anteriores, o autor chama “práticas de vai e torna” (Poinard, 1983b: 272). Por seu turno, Rocha-Trindade assinala que as férias quase assumem aspetos de regressos cíclicos (1984), pois os emigrantes retomam suas atividades familiares e domésticas como se nunca tivessem partido.

A polissemia do conceito de regresso pode ser ainda hoje verificada, como demonstraremos, nos novos perfis da emigração portuguesa e nas novas dinâmicas inerentes ao regresso que desafiam o conceito de regresso como fim do ciclo migratório (Oliveira et al., 2016).

5. A autora detalha, no seu texto, algumas diferenças políticas e de conotação entre regresso/retorno e repatriação, nomeadamente que este último ficou associado ao regresso a expensas do estado. Ainda informa que o primeiro Conselho das Comunidades Portuguesas, em 1981, recomendou o uso do termo regresso “sempre que a deslocação para o país seja voluntária” e o uso do termo retorno sempre que a saída do país de acolhimento seja compulsiva (Rocha-Trindade, 1984: 91).

Os regressos nunca terminaram

Os regressos de emigrantes portugueses avolumaram-se após 1973-1974 – principalmente se considerarmos a repatriação após a descolonização – e tiveram um pico em 1980, após processos estatais de apoio ao regresso por parte dos governos europeus, em resultado das crises ocorridas com os choques petrolíferos. Os contingentes envolvidos na repatriação ter-se-ão situado entre 500 e 700 mil indivíduos “retornados”, segundo o Instituto de Apoio ao Regresso de Nacionais (Iarn), entre 1974 e 1976 (Amaro 1985b: 607). Dados publicados (e os microdados não publicados) do XII Recenseamento Geral da População, de 1981, apontam para um o número de repatriados um pouco abaixo, com 471 mil (Pires, 2003: 192).

6. Fontes: Secretaria de Estado da Emigração (portuguesa) e registos anuais da imigração portuguesa pelo Office National d'Immigration de França (Amaro, 1985b).

7. Jean Rallu, Francisco Munoz-Perez e Maria José Carrilho (2000), referem-se explicitamente à naturalidade. Mas no estudo de Manuela Silva e colegas (1984), por exemplo, são referidos emigrantes portugueses ou regressados portugueses e não é claro se foram apurados os quantitativos referentes a pessoas com naturalidade portuguesa (que, tendo residido fora, efetivamente regressaram), a pessoas com nacionalidade portuguesa (inclui quem possa ter nascido fora e nunca ter residido em Portugal), ou a pessoas que acumulam as duas condições (nascidas em Portugal e detentoras de nacionalidade portuguesa).

Para conhecermos os números dos regressos da emigração intraeuropeia temos de conhecer os números associados à emigração. Entre 1960 e 1974, terá havido um milhão e 500 mil saídas de Portugal, 180 mil só no ano de 1970, e, em 1973, este número era, ainda, de 123 mil (ano em que começa a inflexão no movimento emigratório nacional)⁶. No apuramento dos regressos, o indicador mais utilizado parte dos censos e de dados combinados entre a residência no momento censitário e as perguntas retrospectivas sobre o local de residência. Como já foi referido, apesar de haver um consenso generalizado em torno do procedimento para quantificar os movimentos de regresso, esta metodologia não é isenta de limitações. Podem ser assinalados dois exemplos:

i. ao censo de 1970 seguiu-se o de 1981 (11 anos depois), tendo sido depois disso sempre de 10 em 10 anos;

ii. em geral, as perguntas retrospectivas são sobre o local/país de residência um ano e cinco anos antes, mas, nos censos de 1981, e para contabilizar o regresso das ex-colónias, perguntou-se a data de residência dos respondentes em 31 de dezembro de 1973. Estas diferenças, e a pergunta retrospectiva em relação à residência só consta dos censos a partir de 1960, tornam difícil a análise de séries longas (Martins, 2004).

O volume dos fluxos de regresso ao longo dos anos consta do Quadro 1. Em rigor, os valores apresentados não seriam comparáveis. Se, por um lado, têm origem em fontes diferentes, por outro, nem sempre temos a certeza de estar a comparar a mesma variável (nacionalidade ou naturalidade)⁷. Abstraindo-nos dessas limitações, observando os valores é possível identificar um volume de regressos residual em 1960, um aumento muito significativo a partir de 1974, com um pico em 1980, e, depois,

uma descida para valores médios anuais na ordem de duas dezenas de milhares de regressos, na primeira metade do século XXI. Ao analisar os dados detalhadamente, nota-se, entre 1986 e 1991, uma diminuição generalizada do número de regressados, comparando com o quinquénio anterior ao censo de 1981. No quinquénio anterior ao censo seguinte (entre 1996 e 2001), houve um acréscimo de quase 20,5 mil ex-emigrantes portugueses, em relação ao período de 1986-1991 (Martins, 2004).

No plano distrital, nos censos de 1960, apenas Lisboa apresentou um nível de regressos superior a mil indivíduos (Martins, 2004). Em 1970, esse número foi ultrapassado em Lisboa, Aveiro, Porto e Braga e, em 1980, todos os distritos do continente, com exceção de Portalegre, Évora e Beja, tiveram mais de mil regressos (Martins, 2004). Aveiro, Braga, Lisboa e Porto ultrapassaram, mesmo, os 5.000 regressos.

Em estudo com análise de nível regional de estatísticas administrativas de regressos, entre 1955 e 1973, Norberto Santos (1991) nota que, entre 1955 e 1959, o número de regressados definitivos, por via marítima, não ultrapassou os mil indivíduos em nenhum distrito e só no

QUADRO 1
REGRESSOS DE EMIGRANTES
PORTUGUESES ENTRE 1960 E 2018

Fontes	
Censos	N/média anual
Entre 31 Dez. 1959 e 31 Dez. 1960 (1960)	6.800
Entre 31 Dez. 1965 e 31 Dez. 1970 (1966-70)	22.000/4.400 (ano)
Entre 31 Dez. e 31 Dez. 1970 (1970)	13.000
Entre 31 Dez. 1973 e 16 Mar. 1981 (1974-80)	182.190/26.027 (ano)
Entre 31 Dez. 1979 e 16 Mar. 1981 (1980)	60.699
1986-1991	121.398/24.280 (ano)
1996-2001	141.857/28.371 (ano)
2001-2011	233.000/23.300 (ano)
Estimativas	N/média anual
1961-65	12.400/2.480 (ano)
1966-70	71.000/14.200 (ano)
1971-75	183.900/36.780 (ano)
1976-80	224.000/44.800 (ano)
1981-85	208.900/41.780 (ano)
1986-90	181.100/36.200 (ano)
Eurostat	N/ano
2008	8.800
2009	14.217
2010	16.079
2011	11.860
2012	9.326
2013	9.744
2014	7.865
2015	12.712
2016	11.790
2017	13.830
2018	14.570

Fontes: Cónim (1984) para os valores até 1970; Amaro (1985: 606) para valores até 1980; Cónim (1984b) para as estimativas até 1985; Martins (2004) para o primeiro valor de 1986-1991 e o de 1996-2001; Rallu, Munoz-Perez & Carrilho (2000) para o segundo valor de 1986-1991; Oliveira et al. (2016) para os valores de 2001-2011; Eurostat para os valores entre 2008 e 2018, atualizados em junho de 2020 (com base no que o INE disponibiliza, de acordo com o Inquérito à Mobilidade e o SEF, respeitam a números de entradas/imigração de nascidos em Portugal, independentemente da nacionalidade).

Norte e Centro havia mais população a regressar, pois também foi aí que houve mais emigração para o Brasil. Entre 1960 e 1964 identifica-se o encerramento do ciclo migratório brasileiro. Entre 1965 e 1973 diminuíram os regressos e, entre 1970-1973, os quantitativos por distrito não atingiam sequer os 3.000 (Santos, 1991).

Neste período também se publicavam estimativas. Quer com base em cálculos do passado, quer pela percepção, através do comportamento dos emigrantes – pelas férias anuais, a ligação a Portugal, os interesses manifestados na economia local e algum investimento em habitações – acreditava-se, no início dos anos 1980, que o regresso da categoria de emigrantes considerados em “melhor estar”⁸ obtido com a emigração, continuaria durante muito tempo (Poinard, 1983b). Na década de 1980, previa-se que regressariam a Portugal, em especial vindos da Europa, cerca de metade do total de emigrados desde 1950 (Silva, 1984: 213). Os regressos continuaram durante os anos 1990, diminuindo de intensidade e contemplando, em número crescente, emigrantes em idade de pré-reforma (Roca, 2000: 45).

8. Poinard utiliza o termo de “melhor estar” para definir as a categoria de emigrantes que conseguiram, com a emigração, melhorar a sua situação de vida com a aquisição de uma casa, que também asseguraram a reforma, que tinham “vencido na vida” (Poinard, 1983b: 278).

Num estudo quantitativo feito com base nos censos de 1991, são analisados os regressos da década anterior, com destaque para a proveniência de países europeus (Rallu, Munoz-Perez & Carrilho, 2000). Foram contabilizados 102.825 regressados que viviam fora de Portugal em 1985 e 47.688 que viviam fora em 1989, o que indica a continuação da dinâmica de regressos. França é o país de proveniência com maior representação, com 40% de regressados entre 1986 e 1991. São da Europa 55% de regressados entre 1986-1991 e 60% no período entre 1990-1991 (Rallu, Munoz-Perez & Carrilho, 2000).

Isabel Oliveira e colegas indicam que, na primeira década de 2000, regressaram a Portugal 233 mil indivíduos, conforme aferição pelas respostas às perguntas retrospectivas dos censos (2011) aos residentes no país, nomeadamente sobre se teriam residido durante mais de um ano no estrangeiro (Oliveira et al., 2016). O foco da análise incidiu sobre 214 mil daqueles (nascidos em Portugal) que tinham pelo menos 20 anos à data do censo. Neste estudo evidencia-se um novo perfil de emigrantes, decorrente também de novos destinos e de um novo contexto mundial das migrações internacionais, por comparação com o perfil da emigração tradicional. Uma análise da última década demonstra que entre 2013 e 2014 os regressos descem para os valores mais baixos, que atingem os 7.865 regressos, em 2014. Ou seja, durante o período da crise financeira de 2008-2015, os portugueses emigraram mais do que regressaram. A partir de 2015 os valores voltam a subir, tendo sido 14.570 regressos em 2018. De acordo com os dados do Eurostat a tendência mais recente é, novamente, a de aumento dos contingentes de regresso. Reforça-se que o regresso de emigrantes continuou pelo século XXI, pois “mais do que um projeto

imaginado, os fluxos são numerosos e consistentes ao longo da primeira década do século” (Oliveira et al., 2016).

A diversificação da emigração e dos regressos

A análise do perfil do emigrante regressado nas últimas décadas revela uma diferenciação ao longo do tempo que se fica a dever à história da emigração portuguesa e à diversificação dos destinos migratórios. Os regressos que resultam da emigração tradicional são oriundos dos principais países europeus de destino da emigração, como a França, a Alemanha ou a Suíça. Os regressos resultantes da emigração mais recente têm, subjacente, uma maior diversidade de destinos e de perfis de emigrantes (Marques et al., 2020), o que resulta numa maior diversidade de perfis.

As migrações de regresso a Portugal na década de 1980 – sobre as quais mais se sabe – começam por ser tendencialmente mais masculinizadas (Amaro, 1985b; Rallu, Munoz-Perez & Carrilho, 2000) de forma consistente com a emigração laboral que lhe esteve na origem. À medida que as famílias se juntaram aos homens, a emigração foi-se tornando mais feminina e diversificada (assim como os regressos). Em termos etários, quase 60% da população regressada ao continente no período entre 1974 e 1980 tinha, em 1981, entre 30 e 59 anos e cerca de 20% entre sete e 14 anos (Amaro 1985b). Os regressados tinham comparativamente menos pessoas com mais de 65 anos do que a população residente (7,1% contra 18%).

No caso do movimento oriundo das ex-colónias, também sublinhamos a forte presença de juventude na população, sobretudo porque no recenseamento de 1981 a maioria deste regresso tinha ocorrido alguns anos antes. A estrutura etária para o período 1974-1980 é mais jovem nesta população do que na residente no continente, em 1981, na maioria dos escalões até aos 49 anos: só 20% tinham 50 e mais anos em 1981 (31% no total da população), e 43% do total de “retornados” tinha entre os 9-19 anos e os 30-39 anos (Amaro, 1985b).

De uma forma geral, os emigrantes regressados possuíam uma escolaridade baixa e semelhante à que detinham quando saíram (já os “retornados” tendem a demonstrar um ganho de escolaridade no seu percurso migratório). Cerca de 92% dos regressados não tinham qualquer grau escolar ou possuíam apenas a escolaridade obrigatória (Pisco & Seruya, 1984).

Na comparação por países de emigração sobressai uma taxa muito mais elevada de conclusão da escola primária nos ex-emigrantes na Alemanha, do nos ex-emigrantes

de França (76% contra 46%). Estudos realizados ao nível local revelam a tendência de baixa escolaridade dos regressados, sendo a quarta classe o grau mais elevado obtido pela maioria dos inquiridos no Nordeste Interior (Cepeda, 1991), assim como numa pesquisa posterior realizada no concelho de Ponte de Lima (Roca, 2000).

Em consonância com a afirmação de que a escolaridade não aumentou com a emigração, é residual a proporção dos que obtiveram formação profissional no estrangeiro (85% dos regressados não o fizeram) (Pisco & Seruya, 1984; Silva, 1984). Esta evidência é corroborada por resultados ao nível local: cerca de 25% dos regressados ao Nordeste Interior frequentaram cursos de formação profissional nos domínios da reparação de máquinas agrícolas e automóveis e eletromecânica, o que, segundo Cepeda (1991), não terá tido qualquer impacto na utilização de novas tecnologias com vista ao desenvolvimento⁹. À partida, os emigrantes também não eram muito qualificados profissionalmente, já que nos censos de 1975, pelo menos em França, o contingente de portugueses contramestres e operários profissionais não atingia os 40% e, destes, mais de metade residia em França há mais de 15 anos (Poinard 1983a).

Profissionalmente, os emigrantes estiveram inseridos sobretudo na construção civil, indústria e agricultura nos países de acolhimento. No recenseamento de 1975, 47% dos emigrados portugueses em França exerciam atividade na construção civil (Poinard, 1983a: 49). Em comparação com a profissão à saída de Portugal, assinala-se a perda de importância do setor primário e a deslocação para o setor do comércio, restaurantes e hotéis (Amaro, 1985b; Silva, 1984), em particular no caso das mulheres, pois cerca de 33% das portuguesas emigradas trabalham neste setor, contra 14% dos homens (Amaro, 1985b: 653). Nos dados trabalhados por Poinard, 70% das mulheres regressadas encontravam-se a trabalhar em Portugal, um “número superior ao do conjunto das suas companheiras instaladas em França e até mesmo ao do conjunto das francesas” (Poinard, 1983a: 275). Segundo o estudo do IED, 6% dos inquiridos declararam-se desempregados, o que equivale a uma taxa de desemprego de 11% para o total, 15% no caso das mulheres (Amaro 1985b). Este valor é mais elevado do que a taxa de desemprego da população do continente em 1981 (7%) e dos residentes no estrangeiro em 31 de dezembro de 1979 (Amaro 1985b).

A taxa de inserção económica em Portugal foi mais elevada entre os regressados que trabalhavam na construção civil ou na indústria no estrangeiro, mesmo que a sua inserção após o regresso tenha tido lugar no sector da agricultura – 71% dos ativos na agricultura tinham estado empregados naqueles setores aquando emigrados (Silva 1984). Na maioria dos que se inseriram numa profissão agrícola após o regresso, houve um regresso às suas profissões de origem, pois tinham desempenhado uma atividade nesse setor em Portugal (Amaro, 1985b; Martins, 2003).

9. A exceção ao perfil pouco escolarizado entre emigrantes que voltaram a Portugal encontra-se, como já foi afirmado, entre os “retornados” de África. De facto, “com escolaridade, por vezes superior a básica, e com diversos cursos de formação, estes emigrantes enquadram-se rapidamente em atividades diversas, determinando o seu entusiasmo profissional, situações de liderança e investimento a que a população residente se mostra mais indiferente” (Santos, 1991: 362). Estes “retornados” detinham ainda um capital empreendedor que constitui um fator de integração importante, tendo mesmo criado postos de trabalho que não se destinaram apenas a outros “retornados”, mas, igualmente, à população residente nas localidades para onde voltaram.

No censo de 1991 assinala-se uma tendência semelhante ao já verificado sobre os movimentos de regresso europeu: a média de idades no caso dos regressados de França e Alemanha, no período 1990-1991, é de 43 anos. Estes são mais velhos do que os regressados da Suíça no mesmo período (média de idades de 31 anos). A proporção de idosos também é menor (Rallu, Munoz-Perez & Carrilho, 2000).

Deve ser reforçado o que se mantém nos resultados dos censos de 1991 e vinha de antes: a ideia de que ao regresso se associava a reforma continua a não se verificar de forma predominante, pois os regressados são maioritariamente jovens e vêm com descendentes. Como refere Amaro,

ao contrário do que muitas vezes se pensa, o regresso não traz para o país uma população envelhecida e completamente gasta/usada pelo capitalismo europeu [...] mas sim uma população predominantemente em idade ativa, trazendo consigo uma segunda geração à procura de enraizamento e de futuro (Amaro, 1985b: 632).

Cepeda (1991) também refere a idade ativa no regresso ao Nordeste português e salienta que

ao contrário do que muitas pessoas julgavam, [o regresso] não traz para esta Região uma população envelhecida e saturada, mas sim um capital humano em idade predominante ativa, capaz de contribuir com a sua quota-parte para o progresso do Nordeste Interior. De igual modo o regresso dos emigrantes faz-se acompanhar, em número significativo, de uma segunda geração ávida de enraizamento e de futuro, potencial embrião de agentes inovadores (Cepeda 1991: 29).

Na análise dos regressos com base nos censos de 1991, Rallu e colaboradores relacionaram as taxas de regresso de França e da Suíça para Portugal com variáveis sociodemográficas, como sexo, idade, período de emigração e nível de escolaridade. Nas taxas de regresso por sexo, os autores mostram que os retornos de França e da Suíça são masculinizados: 23 mulheres contra 19 por mulheres (por 1.000) regressadas de França entre 1990 e 1991, e 40 homens (por 1.000) para 37 mulheres (por 1.000), no caso da Suíça (Rallu, Munoz-Perez & Castilho, 2000).

As taxas de regresso de França, por idade, estão acima de 10‰ no jovem adulto e aumentam para 20‰ nos homens entre os 40 e 49 anos. São mais de 60‰ entre os 60 e os 64 anos. A taxa de regresso é de 60‰ para homens entre os 20 e os 49 anos no caso da Suíça, o que, em comparação com a França, resulta da natureza diferencial dos fluxos migratórios para um e outro país, pois no primeiro caso en-

volviam mais trabalhadores contratados que regressaram após o fim do contrato, enquanto a emigração França se caracterizava por uma maior migração de fixação (Rallu, Munoz-Perez & Carrilho, 2000).

Na escolaridade confirmam-se os níveis baixos que haviam sido já apontados previamente, quer de França, como da Suíça. Os regressados em 1986 apresentam com maior frequência qualificações ao nível do ensino básico e em menor proporção de qualificações de nível secundário, em comparação com a população total, isto no grupo entre os 20 e os 39 anos. No caso dos regressados da Alemanha assinala-se o contrário, pois os regressados são mais qualificados do que a população residente. Entre os mais velhos, os níveis de escolaridade são mais baixos do que na população total, o que não surpreende dado o padrão migratório dominante na emigração intraeuropeia dos anos 1960 e 1970, marcado pelo recrutamento de forças de trabalho manual para suprir necessidades do mercado de trabalho local nos países do norte da Europa (Rallu, Munoz-Perez & Carrilho, 2000).

Havia menos migrantes regressados empregados do que no total da população (como já tinha sido verificado no censo anterior), principalmente nos regressados depois de 1989. As taxas de desemprego dos homens são mais elevadas do que na população total, mais para os que regressaram entre 1990 e 1991, do que nos regressados entre 1986 e 1991 (taxa três ou quatro pontos superior), em idades adultas. Trata-se de um indicador que indicia que os regressados tiveram dificuldade em se reinserir no mercado de trabalho português. A situação para as mulheres é similar (Rallu, Munoz-Perez & Carrilho, 2000).

Relativamente aos setores de atividade, e em consistência com os dados dos estudos anteriores, os regressados trabalhavam em maior proporção que a população total na agricultura, excetuando mulheres regressadas da Alemanha e da Suíça. Também estavam menos frequentemente na indústria, exceto os homens que regressavam da Alemanha. A construção empregava uma proporção semelhante de homens regressados de França e da Suíça (em redor de 25%). No ramo de atividade dos serviços, os regressados encontravam-se ativos mais no comércio e restauração e menos na banca e seguros. As mulheres regressadas estavam mais no setor terciário do que a população total, e os homens, principalmente de França, inseriam-se menos nos serviços (Rallu, Munoz-Perez & Carrilho, 2000).

Estudos locais publicados a partir do ano 2000 repetem o que se havia verificado no âmbito nacional: os portugueses emigrados passaram de assalariados agrícolas a trabalhadores da construção civil e a operários durante a emigração, acumulando, não raramente, as duas atividades. As mulheres são domésticas ou assalariadas

(Roca, 2000; Portela & Nobre, 2001). Quando regressam, os ex-emigrantes retomam a atividade agrícola, embora tendo progredido profissional e socialmente, passando de assalariados a proprietários (de terras, plantações ou gado) (Portela & Nobre, 2001). Noutros casos, o regresso faz-se para os sectores da construção civil, comércio e serviços, ou para a inatividade, sobretudo por reforma (Roca, 2000).

A maior diferença entre os regressos do século XX e os do século XXI consiste na diversificação dos países de partida desses regressos, o que tem subjacente uma lista maior de destinos de emigração e um perfil de emigrantes e regressados também mais heterogéneo (Peixoto et al., 2019; Góis & Marques 2020). De 18 países regressaram mais de mil emigrantes, e França é o país de onde mais se regressou, com 27% do total (Oliveira et al., 2016). A Suíça e a Alemanha (destinos tradicionais) têm proporções mais baixas, mas também a Espanha e o Reino Unido, destinos da nova emigração. Estes cinco países contabilizam 70% dos regressos constituídos por uma população heterogénea e polarizada em termos de emigração recente e tradicional (Oliveira et al., 2016).

Ao considerar o conjunto dos regressados, o seu perfil revela algumas distinções relativamente à população residente no país:

- i.* maior percentagem de homens do que a média da população, pois a emigração também foi mais masculina;
- ii.* mais juventude do que na população residente, traduzida pelos regressos na idade ativa e não apenas na reforma, como também já acontecia com os regressos tradicionais; e
- iii.* mais desemprego no grupo de regressados do que no conjunto da população residente.

Também são evidentes algumas semelhanças entre a população regressada e a população residente:

- i.* o nível de escolaridade média entre 7,3 e 7,8 anos de escolaridade em ambos os grupos; e
- ii.* os reformados têm proporções idênticas nos dois grupos (Oliveira et al., 2016).

Ao analisar o regresso por país de emigração, os autores tipificam três perfis.

i. Migrações de regresso tradicionais provenientes de França e de outros países de emigração mais antiga, com migrantes em idades próximas de 60 anos, com baixa escolaridade e cerca de metade de reformados constituem o primeiro tipo.

ii. Um segundo tipo de regressos parte de países de emigração mais recente, como Suíça, Espanha e Reino Unido, constitui-se de indivíduos com idade média de 40 anos, escolaridade mais elevada, elevada taxa de desemprego e com poucas situações de reforma.

iii. Os regressados de países lusófonos como o Brasil, Angola e Moçambique têm em média 44 anos, profissões qualificadas antes e após o movimento, e são poucas as situações de reforma ou desemprego. Este último tipo de regressados caracteriza-se, ainda, por permanências temporárias nos postos de trabalho naqueles destinos (Oliveira et al., 2016).

O apelo afetivo como justificação para o regresso

As razões para regressar são um dos temas recorrentes nos estudos sobre o regresso a Portugal. Embora exista uma evidência de, no passado, ter havido um acúmulo de regressos devido às crises petrolíferas de 1973 e de 1979, também é verdade que houve emigrantes a permanecer, assim como outros fatores produzem regressos ao longo do tempo e que poderão não ser imputáveis a fatores estruturais e/ou exclusivamente económicos. Encontram-se na literatura científica elementos que problematizam esta linearidade na análise, mesmo no período das crises enunciadas, nomeadamente no inquérito a regressados realizado por Poinard, onde se confirma a reduzida importância da crise económica ou do desemprego nos regressos dos trabalhadores migrantes portugueses, referindo que mais de 80% tinham um emprego quando tomaram a decisão de voltar a Portugal (Poinard 1983b: 294).

O inquérito supracitado do IED vai no mesmo sentido, pois as razões elencadas são maioritariamente de ordem afetiva (saudades da família e da terra), familiar (educação dos filhos em Portugal), ou outras, aqui designadas como “esbatimento da relação repulsão-atração por razões extraeconómicas”, referidas por 35% dos entrevistados. A “anulação ou enfraquecimento do vetor atração” – como a falta de trabalho –, o regresso imposto pelo país de imigração ou a opção pelo subsídio de regresso dado pelo país de imigração teve apenas 6% de referências. Devemos ainda frisar que 17% dos entrevistados referiram ter regressado por razões de saúde (Amaro, 1984: 184).

Da análise dos processos de regressados com ajudas de apoio ao regresso do Estado francês, feita por Poinard, ressalta uma conclusão que corrobora a reduzida relevância da falta de trabalho nos projetos de regresso, pois havia apenas 17% de desempregados portugueses entre o conjunto dos requerimentos, contra 33% no total dos estrangeiros, o que sustenta a afirmação de que “seriam muitos os que receberam a subvenção por ocasião de um regresso já projetado” (Poinard, 1983a: 33). No inquérito a regressados, é reforçada esta conclusão, referindo que a medida de apoio ao regresso

facilitou sem dúvida o regresso de um certo número de trabalhadores idosos desempregados há muito tempo, mas, seguidamente, encorajou mais notoriamente certos imigrantes no seu projeto de regresso, projeto para o qual ela [a medida] não os tinha incitado. [...], ela reforçou e precipitou uma decisão que muitos emigrantes, divididos entre os laços da nova vida no estrangeiro e a nostalgia do país, adiavam de boa vontade para mais tarde (Poinard 1983a: 56).

Estudos de âmbito regional também reforçam esta informação. Aproximadamente 35% dos inquiridos em estudo sobre o Nordeste Interior invocaram razões não económicas, como saudades da família e da terra e a necessidade de educar os filhos em Portugal (tentando evitar que estes quisessem fixar-se no país de destino). Por motivos de saúde, reforma e acidentes de trabalho regressaram 24% dos inquiridos. São igualmente diminutas as justificações relativas ao fim do trabalho, a opção pelo subsídio de regresso e a imposição do país de acolhimento, com 13,6% de referências (Cepeda, 1991: 25-26).

No outro estudo de âmbito local referenciado, a perda de emprego nunca surge como impulsionadora do regresso. A pretensão de educar os filhos em Portugal, problemas de saúde de um membro da família, ou ter satisfeito aspirações económicas e de condições de trabalho, além de causas imprevistas, são as razões apresentadas com maior frequência pelos inquiridos (Portela & Nobre, 2001: 1133). Acrescenta-se que a obtenção de autonomia com o regresso, designadamente trabalhar por conta própria, pode ter sido uma forte motivação (Portela & Nobre, 2001).

Estes estudos poderão ter incluído regressados já após a entrada de Portugal na – então – Comunidade Económica Europeia e nos bons auspícios que se desejavam para o país, mas tal não é referido como sendo uma das motivações, crê-se que porque a maioria dos regressos centra-se em período anterior.

Notas finais

O regresso constitui um objeto de estudo, de estudo complexo, em que, além da trajetória do migrante, da família, e de seus recursos demográficos e sociais, é necessário considerar os fatores estruturais do país de origem e dos países de destino. De alguma forma, não difere muito do que é feito quando se estuda a emigração mas, enquanto nesta a experiência de vida fora ainda é desconhecida, no caso do regresso há um conhecimento prévio, mais ou menos desatualizado consoante o tempo de permanência no país de acolhimento, de para onde se muda, e com uma percepção intercetada pela experiência migratória. O retorno físico não é, como no imaginário do imigrante, “um retorno a si, um retorno ao tempo anterior à emigração, uma retrospectiva” (Sayad, 2000: 12).

Nos diversos estudos analisados nas páginas precedentes, um conjunto vasto de variáveis com influência nas intenções de regresso e no regresso concretizado, bem como na reinserção no país de origem, são tomadas em consideração. A representação do regresso, ou sua concretização, derivam, assim, de contingências históricas e sociais que condicionam opções migratórias, e não de “uma predisposição imutável de um grupo ou de uma comunidade para o enraizamento no país natal” (Costa 2001:80).

O regresso, tal como a emigração inicial, faz parte integrante da história das migrações em que Portugal é origem e destino. As características dos regressados aproximam-se daquelas que é possível observar nos emigrantes no fluxo de saída. De uma maneira geral, os regressados foram capazes de acumular algum capital e usaram-no para um movimento de ascensão social, por vezes para saírem da pobreza, ou para adquirirem níveis de conforto doméstico e social que anteriormente não detinham e que a permanência em Portugal poderia ter comprometido. Em períodos distintos da emigração portuguesa, ao longo dos últimos 60 anos, adquirir ou construir uma casa, investir do capital acumulado, ajudar familiares, pagar a educação dos filhos são alguns dos destinos da poupança, das pensões de reforma ou das indemnizações laborais adquiridas no estrangeiro.

As motivações para o regresso captadas pelos estudos empíricos analisados dão conta da diversidade de fatores que poderão intervir na decisão de regressar ao país de origem. Apesar de surgirem muitas vezes de forma objetivada, elas resultam de um processo de racionalização da decisão tomada. Contudo, a resolução de regressar nem sempre tem razões facilmente identificáveis, como nota Poinard quando afirma que

a impressão que prevalece, de tal modo o regresso parece por vezes súbito, inopinado, é que, passado o nível de economia considerado suficiente, um certo número de dificuldades, de privações, de separações até aí suportadas se tornam intoleráveis (Poinard 1983b: 279).

De facto, de acordo com um inquérito às percepções dos regressados sobre o projeto migratório, 25% consideram que tiveram sucesso, 50% consideram que vivem melhor do que antes da partida, mesmo sem terem alterado a sua posição social, e apenas 25% consideram que falharam (Poinard 1983b). Também em estudos locais há uma tendência para os ex-migrantes considerarem a emigração um projeto bem-sucedido, pois a maioria dos inquiridos encontra-se “entre o desapontamento parcial com a migração e o êxito retumbante” (Portela & Nobre, 2001: 1137).

Assim, as razões do regresso serão, frequentemente, uma combinação de fatores estruturais inerentes às sociedades de origem e/ou de acolhimento (como também na migração original) e de condições de agência do próprio emigrante. Isso mesmo notam Portela e Nobre, quando frisam que o regresso

parece ser decidido tendo em conta o peso da combinação dos fatores positivos e negativos nos dois espaços em causa. Tanto a acumulação das poupanças antevistas e/ou recebimento de indemnização e/ou pré-reforma como os salários reduzidos, o cansaço da falta de autonomia no trabalho e/ou os impostos elevados, tudo isto em França, concorrem para o regresso. Em Portugal, acham-se estímulos complementares: a construção da casa, a aquisição de terras, a receção de bens de herança e a possibilidade de trabalho por conta própria (Portela & Nobre, 2001: 1130).

Permanece atual a afirmação de que

o alcance e, sobretudo, a permanência deste fenómeno dependem da criação de condições favoráveis à fixação das populações (condições de vida e de emprego) e à atenuação das desigualdades de oportunidades, tanto a nível nacional como no confronto com os demais países europeus (relação de forças de atração e repulsão)? (Silva, 1984: 215).

A relevância da emigração e do regresso na sociedade portuguesa exigem que os estudos analisados neste artigo possam ser complementados com análises aprofundadas e atualizadas sobre os motivos que explicam estes movimentos, as condições estruturais e conjunturais que os enquadram e os seus efeitos nos diferentes sistemas sociais da sociedade portuguesa e nas biografias dos migrantes. Questões

geracionais e os tempos de permanência fora de Portugal também devem ser fatores a tomar em consideração em estudos futuros.

Novos estudos contribuirão também para alimentar discussões sobre a polissemia do conceito de regresso, que pode ser também verificada nos novos perfis da emigração portuguesa e nas novas dinâmicas que lhe são inerentes e que o desafiam com mais premência como fim do ciclo migratório, esbatendo as suas fronteiras, acompanhando a tendência internacional para considerar que a circularidade migratória, o espaço transnacional e as atividades transnacionais ganham importância e uma dimensão cada vez maior na reflexão sobre o que significa isto de “regressar” ao país de onde se emigrou, em particular quando a emigração portuguesa acontece maioritariamente na geografia de livre circulação da União Europeia. O regresso como fecho de um ciclo de emigração é uma das definições possíveis de regresso, mas há muito que não é a única.

Referências

ALVES, Jorge Fernando. *Os brasileiros. Emigração e retorno no Porto Oitocentista*. Tese (Doutoramento), Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1994.

AMARO, Rogério Roque. Ei-los que voltam: problemas e desafios do regresso dos emigrantes. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 15, 16 e 17, p. 351-373, 1985a.

_____. Reestruturações demográficas, económicas e socioculturais em curso na sociedade portuguesa: o caso dos emigrantes regressados. *Análise Social*, n. 87, 88 e 89, p. 605-677, 1985b.

_____. Retorno, emigração e desenvolvimento regional. In: SILVA, M. (Org.). *Retorno, emigração e desenvolvimento regional em Portugal*, p. 165-234. Lisboa: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, 1984.

BRETTELL, Caroline. *We have already cried many tears: Portuguese women and migration*. Cambridge, MA: Schenkman Pub. Co., 1983.

_____. Emigrar para voltar: a portuguese ideology of return migration. *Papers in Anthropology*, n. 20, p. 1-20, 1979.

CANDEIAS, Pedro; MARQUES, José Carlos; PEIXOTO, João. Emigração portuguesa: bibliografia comentada (1980-2013). *Socius Working Papers*, n. 1, 2014. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10400.5/8338>>.

CEPEDA, Francisco . *Emigrantes regressados e desenvolvimento no Nordeste Interior português*. Bragança, PT: Instituto Politécnico de Bragança, 1991.

CÓNIM, Custódio. Caracterização do fluxo de retornos 1960-70. In: Silva, M. (Org.). *Retorno, emigração e desenvolvimento regional em Portugal*, p. 27-47. Lisboa: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, 1984a.

CÓNIM, Custódio. Previsão do retorno na década de 80. In: Silva, M. (Org.). *Retorno, emigração e desenvolvimento regional em Portugal*, p. 49-61. Lisboa: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, 1984b.

CORREIA, Gabriela. Motivações para um eventual regresso de emigrantes a Portugal. *Revista Migrações*, n. 12, p. 39-67, 2015.

COSTA, Joaquim. Lugares de partir, lugares de voltar: espaços de regresso na emigração portuguesa. *Discursos [em linha]: Língua, Cultura e Sociedade*, número especial, p. 79-87, Fev. 2001.

DELICADO, Ana. O retorno dos “cérebros”: regresso e reintegração dos investigadores portugueses em mobilidade. *Revista Iberoamericana de Ciencia, Tecnología y Sociedad*, v. 5, n. 15, p. 185-218, 2010.

FONTES, Margarida. Scientific mobility policies: how Portuguese scientists envisage the return home. *Science and Public Policy*, v. 34, n. 4, p. 284-298, 2007.

GÓIS, Pedro; MARQUES, José Carlos. Portuguese intra-EU migration. The dynamics of an ongoing migration process. *Racial and Ethnic Studies*, 2000 (forthcoming).

GÓIS, Pedro, MARQUES, José Carlos; PINHO, Filipa. *Retorno de uma geração preparada. Diagnóstico de situação atual e Modelo Prospetivo de Desenvolvimento*. Porto, PT: Fundação AEP, 2017.

KING, Russell; CHRISTOU, Anastasia. Of counter-diaspora and reverse transnationalism: return mobilities to and from the Ancestral homeland. *Mobilities* v. 6, n. 4, p. 451-466, 2011.

_____. Cultural geographies of counter-diasporic migration: perspectives from the study of second-generation “returnees” to Greece. *Population, Space and Place*, v. 16, n. 2, p. 103-119, 2010.

LEANDRO, Maria Engrácia. Reinserção familiar no centro das antinomias dos processos migratórios internacionais. Um estudo de caso em situação de regresso. *Sociedade e Cultura*, n. 4, *Cadernos do Noroeste, “Série Sociologia”*, v. 18, n. 1-2, p. 25-73, 2002.

MAIA, Fernanda. Os “brasileiros” de torna-viagem e as relações Portugal-Brasil na década de 1930 – estudo de caso. In: SOUSA, F. (Org.). *Nas duas margens. Os portugueses no Brasil*, p. 163-175. Porto, PT: Cepese; Edições Afrontamento, 2009.

MARQUES, José Carlos; CANDEIAS, Pedro; GÓIS, Pedro; PEIXOTO, João. Is the segmented skill divide perspective useful in migration studies? Evidence from the Portuguese case. *Journal of International Migration & Integration*, 2020.

MARTINS, Fernando. O regresso de emigrantes portugueses, entre 1975-2001. V Congresso da Geografia Portuguesa. “Portugal: territórios e protagonistas”. Guimarães, PT: Universidade do Minho; Associação Portuguesa de Geógrafos, 2004.

_____. O regresso de emigrantes portugueses ao Pinhal Interior Sul, entre 1974 e 2001. *GeolNova*, n. 8, p. 147-180, 2003.

MARTINS, José. Emigrantes, retornados, regressados e mudança numa comunidade da Beira-Interior. *Povos e Culturas*, n. 1, p. 149-166, 1986.

MONTEIRO, Miguel. *Migrantes, emigrantes e “brasileiros” de Fafe (1834-1926): territórios, itinerários e trajetórias*. Dissertação (Mestrado em História das Populações) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Fafe, 2000.

NETO, Félix. Re-acculturation attitudes among adolescents from returned Portuguese immigrant families. *International Journal of Intercultural Relations*, v. 34, n. 3, p. 221-232, 2010.

NETO, Félix. Predictors of loneliness among Portuguese youths from returned migrant families. *Social Indicators Research*, v. 126, n. 1, p. 425-441, 2016.

NETO, Félix; NETO, Joana. Satisfaction with life among adolescents from returned Portuguese immigrant families. *Journal of Social Research & Policy*, v. 2, n. 2, p. 27-46, 2011.

OLIVEIRA, Isabel. Emigração, retorno e reemigração na primeira metade do século XX. *Análise Social*, n. 184, p. 837-852, 2007.

OLIVEIRA, Isabel; CANDEIAS, Pedro; PEIXOTO, João; AZEVEDO, Joana; MALHEIROS, Jorge. Regresso e circulação de emigrantes portugueses no início do século XXI. *Sociologia, Problemas e Práticas*, n. 81, p. 11-35, 2016.

OLIVEIRA, Isabel; CANDEIAS, Pedro; PEIXOTO, João; MALHEIROS, Jorge; AZEVEDO, Joana. Regressos de emigrantes portugueses, 2001-2011. *OEm Fact Sheets*, 2017.

PEIXOTO, João; CANDEIAS, Pedro; FERREIRA, Bárbara; OLIVEIRA, Isabel; FERREIRA, Bárbara; OLIVEIRA, Isabel; MARQUES, José Carlos; GÓIS, Pedro; MALHEIROS, Jorge; MADEIRA, Paulo; SCHILTZ, Aline; FERRO, Alexandra; SANTANA, Eugénio. New emigration and Portuguese society: transnationalism and return. In: PEREIRA, C.; AZEVEDO, J. (Orgs.). *New and old routes of Portuguese emigration*. Berlin: Springer, 2019. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10400.8/4005>>.

PEIXOTO, João; OLIVEIRA, Isabel; AZEVEDO, Joana; MARQUES, José Carlos; GÓIS, Pedro; MALHEIROS, Jorge; MADEIRA, Paulo. *Regresso ao futuro: a nova emigração e a sociedade portuguesa*. Lisboa: Gradiva, 2016.

PEREIRA, Cláudia ; PINTO, Nuno; PIRES, Rui. Portuguese nurses in the UK 2014 / Enfermeiros portugueses no Reino Unido 2014. *OEm Fact Sheets*, n. 3, 2015.

PEREIRA, Sónia; SIQUEIRA, Sueli. Migração, retorno e circularidade: evidência da Europa e Estados Unidos. *Rev. Interdiscipl. Mobil. Hum*, n. 41, p. 117-138, 2013.

PILOTO, Adelina. *O Concelho de Vila do Conde e o Brasil: emigração e retorno (1865-1913)*. Tese (Doutoramento em História) – Universidade do Porto, Porto, 2010.

PIRES, Rui. *Migrações e Integração. Teoria e aplicações à sociedade portuguesa*. Oeiras, PT: Celta, 2003.

PIRES, Rui; MACHADO, Fernando; PEIXOTO, João; VAZ, Maria João. *Portugal. Atlas das migrações internacionais*, Lisboa: Tinta-da-China; Fundação Calouste Gulbenkian, 2010.

PIRES, Rui; SILVA, Manuela. *Os retornados: um estudo sociográfico*. Lisboa: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, 1987.

PISCO, Manuel; SERUYA, Luís. O perfil socioeconómico do emigrante retornado. In: SILVA, M. *Retorno, emigração e desenvolvimento regional em Portugal*, p. 65-109. Lisboa: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, 1984.

POINARD, Michel. Emigrantes portugueses: o regresso. *Análise Social*, v. 19, n. 75, p. 29-56, 1983a.

_____. Emigrantes retornados de França: a reinserção na sociedade portuguesa. *Análise Social*, v. 19, n. 76, p. 261-296, 1983b.

PORTELA, José; NOBRE, Sílvia. Entre Pinela e Paris: emigração e regressos. *Análise Social*, v. 36, n. 161, p. 1105-1146, 2001.

RALLU, Jean; MUNOZ-PEREZ, Francisco; CARRILHO, Maria José. Return migration from Europe to Spain and Portugal. *Studi Emigrazione*, v. 37, n. 139, p. 625-650, 2000.

ROCA, Maria da Nazaré. Migração de regresso e desenvolvimento rural sustentável: um novo paradigma para as áreas rurais. *Geolnova*, n. 1, p. 34-50, 2000.

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz. O regresso imaginado. *Nação e Defesa*, n. 28, p. 87-97, 1984.

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz; ARROTEIA, Jorge. *Bibliografia da emigração portuguesa*. Lisboa: Centro de Estudos de História e Cultura Portuguesa; Instituto Português de Ensino a Distância, 1984.

RODRIGUES, Mélanie. A emigração feminina no concelho da Figueira da Foz com destino a França : (1960-1975). Dissertação (Mestrado em História, especialidade História Contemporânea: Economia, Sociedade e Relações Internacionais) – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2011.

ROWLAND, Robert. Brasileiros do Minho: emigração, propriedade e família. In: BETHENCOURT, F.; CHAUDHURI, K. (Orgs.). *História da expansão portuguesa*, p. 324-347. Lisboa: Círculo de Leitores, 1999a.

_____. Portugueses no Brasil: projectos e contextos. In: BETHENCOURT, F.; CHAUDHURI, K. (Orgs.). *História da expansão portuguesa*, p. 348-373. Lisboa: Círculo de Leitores, 1999b.

SANTOS, Maria Gloria dos Santos; BRETTELL, Caroline. *Já chorei muitas lágrimas: crónica de uma mulher portuguesa imigrada em França – história de vida de Maria Glória dos Santos*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1978.

SANTOS, Norberto. Emigração e retorno: dinamismos locais da integração – Consequências do regresso de emigrantes nos concelhos de Sátão, Tondela e Viseu. *Cadernos de Geografia*, n. 10, p. 307-429, 1991.

SARDINHA, João . “Returning” second generation Portuguese-Canadians and Portuguese-French return motivations and sense of belonging. *Journal of Mediterranean Studies*, v. 20, n. 2, p. 231-254, 2011.

_____. Even If the only thing for me to do Here“ was to milk cows”: Portuguese emigrant descendant returnees from Canada narrate pre-return desires and motivations. *Diaspora: A Journal of Transnational Studies*, v. 17, n. 3, p. 316-339, 2008.

SAYAD, Abdelmalek. O retorno, elemento constitutivo da condição do imigrante. *Travessia – Revista do Migrante*, número especial: “Abdelmalek Sayad”, p. 7-32, 2000.

SILVA, Manuela. O impacto regional do retorno de emigrantes. *Estudos de Economia*, v. 4, n. 2, p. 213-224, 1984a.

SILVA, Manuela (Org.). *Retorno, emigração e desenvolvimento regional em Portugal*. Lisboa: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, 1984b.



Políticas migratorias y cooperación regional en el Cono Sur: gestión institucional de la migración venezolana en Argentina, Chile y Bolivia*

Recibido: 28.10.20
Aprovado: 10.06.21

Nicolás Gissi (<http://orcid.org/0000-0001-5059-7691>),
Universidad de Chile, Santiago de Chile, Chile^I.

Roberto Aruj (<https://orcid.org/0000-0002-7921-8859>),
Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, Argentina^{II}.

Sebastián Polo (<https://orcid.org/0000-0003-2950-6710>),
Universidad del Rosario, Bogotá, Colômbia^{III}.

* Agradecimientos: agradecemos el apoyo del Programa U-Redes, de la Vicerrectoría de Investigación y Desarrollo (VID), Universidad de Chile. Presentamos aquí resultados del Proyecto “U-Nómades. Red de investigación socio-anropológica en migraciones, relaciones interculturales y políticas públicas (2017-2021)”.

I. Nicolás Gissi es académico del Departamento de Antropología, Universidad de Chile, investigador responsable del proyecto “U-Nómades. Red de Investigación Socio-Anropológica en Migraciones, Relaciones Interculturales y Políticas Públicas”, VID, Universidad de Chile (2017-2021). Participa actualmente como co-investigador en el Proyecto Conicyt titulado: “Construyendo el futuro desde Chile: prácticas, imaginarios y arraigo entre migrantes venezolanos, colombianos y

Resumen: El objetivo del artículo es analizar el éxodo de personas procedentes de Venezuela, la crisis migratoria y humanitaria más relevante en América Latina en los últimos cinco años. Se realiza un análisis sobre la evolución de las políticas migratorias de Chile, Argentina y Bolivia, a partir de una revisión legislativa, análisis de políticas y el estudio sobre las medidas institucionales adoptadas por cada país. Si bien existe una emergente coordinación política internacional, también son marcadas las particularidades vigentes en cada uno. La existencia de políticas de Estado enfocadas en temas migratorios como en Chile y Argentina, así como la reacción circunstancial de casos como Bolivia, han sido una clave fundamental en el ejercicio de las gestiones y la cooperación internacional. La migración venezolana se ha transformado en un hecho prioritario en América del sur, implementándose políticas específicas que no resultan suficientes, requiriéndose una mayor coordinación y colaboración regional, la que se ha complejizado desde el año 2020 dada la crisis sanitaria por la epidemia del Covid-19, que generó el cierre de las fronteras nacionales.

Palabras clave: Migración venezolana. América del Sur. Crisis humanitaria. Políticas migratorias. Argentina. Bolivia. Chile.

Migration policies and regional cooperation in the Southern Cone: institutional management of the Venezuelan migration in Argentina, Chile and Bolivia

Abstract: The objective of the article is to analyze the exodus of people from Venezuela, the most relevant migratory and humanitarian crises in Latin America in the last five years. An analysis of the evolution of migration policies in Chile, Argentina and Bolivia is carried out, based on a legislative review, policy analysis and a study on the institutional measures adopted by each country. Although there is an emerging international political coordination, the various particularities in

haitianos residentes en Santiago y Valparaíso”, Proyecto Fondecyt Regular Nº1200082 (2020-2024).

Roberto Aruj es sociólogo, magister en investigación en ciencias sociales y doctor en ciencias sociales por la Universidad de Buenos Aires (UBA). Profesor e investigador de la UBA y de la Universidad Nacional de Tres de Febrero. Coordinador general del Instituto de Políticas de Migraciones y Asilo (IPMA) de la UNTREF. Consultor independiente de la OIM.

Sebastian Polo es magister en economía de las políticas Públicas de la Universidad del Rosario, Colombia. Politólogo de la Universidad del Rosario, Colombia. Docente y director del Semillero de Migraciones Colombianas al Exterior (Semicoex) de la Línea de investigación sobre Dinámicas y Asuntos Internacionales del Grupo de Estudios Políticos Internacionales (Gepi), Facultad de Ciencia Política, Gobierno y Relaciones Internacionales, Universidad del Rosario, Colombia.

force in each are also marked. The existence of State policies focused on migration issues such as in Chile and Argentina, as well as the circumstantial reaction of cases such as Bolivia, have been a fundamental key in the exercise of efforts and international cooperation. Venezuelan migration has become a priority in South America, implementing particular policies that are not enough, requiring greater regional coordination and collaboration, which has become more complex since 2020 given the health crisis caused by the Covid epidemic-19, which generated the closure of national borders.

Keywords: Venezuelan migration. South America. Humanitarian crisis. Migration policies. Argentina. Bolivia. Chile.

Introducción

La salida masiva de personas desde Venezuela es considerada como la crisis migratoria más relevante en América Latina en los últimos 5 años. Los datos de Naciones Unidas indican que aproximadamente cuatro millones de personas han abandonado Venezuela (OEA, 2019; ACNUR/UNHCR, 2019), ubicándose en varios destinos de la región y del mundo. Venezuela dejó de ser un país de inmigración para convertirse en uno de emigración. La rapidez y la magnitud de este proceso han desbordado la capacidad de respuesta institucional de los Estados de la región y abrieron un llamado a la revisión y puesta en práctica de políticas transitorias y estructurales en materia de migración.

La migración venezolana en América del Sur se ha generado durante la última década fundamentalmente como una opción frente a los problemas socioeconómicos, la inseguridad producto de la violencia, la búsqueda de desarrollo individual y familiar, así como al acceso a bienes y servicios escasos desde hace dos décadas, y mayoritariamente durante el régimen de Nicolás Maduro, en la República Bolivariana de Venezuela. Ante tal incertidumbre, y la falta de respuestas frente a la profundización de estos conflictos, un porcentaje importante de la población (se calcula en un 12% aproximadamente, según estimaciones de las Naciones Unidas para 2019) comenzaron a emigrar a diferentes países y ciudades, de acuerdo con su poder adquisitivo y/o ahorros, y su capacidad para incorporarse a la “nueva” sociedad que los recibe.

La particularidad de este caso de estudio proviene del flujo inusitado de migrantes a lo largo de un periodo menor a cinco años, que también es una manifestación clara de un cambio en la tendencia histórica de las migraciones en Venezuela. Gran parte de su pasado migratorio marcado por la profunda influencia de la diáspora colombiana se ha revertido desde 2015, en que “las condiciones de crisis económica y política han incidido directamente en el decrecimiento de las migraciones

hacia este destino –tanto laborales como estudiantiles–, como en su distribución territorial y volumen de envío de remesas”, registrando “un desplome acelerado –en los flujos migratorios laborales de colombianos hacia Venezuela–, en el que se pasó de 34.947 flujos realizados en el 2007, a tan solo 5.843 para el 2015” (Polo Alvis, Serrano & Triana, 2018).

El objetivo del presente escrito consiste en reflexionar sobre los diversos abordajes en el marco de las políticas migratorias de Argentina, Bolivia y Chile durante los últimos años, siendo el eje central del análisis las particularidades de la migración venezolana en estos territorios, los procesos de atención y la evolución de las medidas adoptadas por cada país. En el plano metodológico, se realiza un tratamiento casuístico que parte de la revisión legislativa, el análisis de políticas y el estudio sobre las medidas institucionales ante la migración de venezolanos en cada uno de los países. Dicho análisis se basa en la identificación de garantías constitucionales y legales de la defensa de los derechos de los extranjeros, la evolución reciente de las diversas gestiones estatales y de cooperación internacional, la incidencia de elementos de índole diplomática, y la identificación de tendencias y consecuencias respecto de las medidas revisadas. Por último, a raíz de dichos elementos, se procede a generar reflexiones acordes a la naturaleza y la incidencia de las políticas migratorias implementadas.

Marco referencial: enfoques sobre políticas migratorias

A lo largo de las últimas décadas, en el desarrollo de las migraciones sur-sur se han consolidado diversos elementos que han incidido en el surgimiento de nuevos flujos migratorios, los cuales han generado escenarios críticos en la construcción de políticas migratorias, las que se han encuadrado a partir de iniciativas de gobernabilidad o securitistas, además de la perspectiva de los derechos humanos (Cepal, 2018). El enfoque securitista, basado en la implementación de medidas de control migratorio supeditadas a la protección de la seguridad nacional, suele generar condiciones de desconfianza hacia los migrantes, para lo cual sustentan creencias como la multiplicidad de problemas de índole política, económica y social derivadas de la migración dentro de un país. A partir de ello, estos escenarios son facilitados por la ausencia de procesos de integración de los migrantes en las sociedades de destino que redundan en retóricas xenofóbicas.

Las agendas políticas entre el Norte y el Sur establecen diferencias entre los enfoques de política pública: el gerenciamiento funcional al sistema económico del país receptor frente a la gobernanza basada en la reivindicación de derechos y liber-

tades de estas comunidades. Las labores de las diversas agencias internacionales y entidades gubernamentales en América Latina para la gestión y atención de la migración venezolana, se han sostenido en enfoques de gobernanza y garantía de derechos, para los cuales se busca lograr un equilibrio entre el derecho a migrar de las personas y la soberanía nacional de los gobiernos, basada en una visión pragmática del beneficio de las migraciones, ante la imposibilidad de controlar a discrecionalidad de la administración pública el comportamiento los flujos migratorios (Domenech, 2013).

Se ha fortalecido una concepción por parte de los Estados sobre los grupos migratorios que establecen categorías tales como “deseables” y “no deseables”. Sin embargo, este filtro selectivo tiene como contrapeso el cumplimiento de los derechos fundamentales de los migrantes que, en el contexto latinoamericano, cuentan con la vigencia del sistema interamericano, que pueden fortalecer los procesos de vinculación social, económica y política.

Buscando el “sueño chileno”: política migratoria y gestión institucional de la migración venezolana en Chile

Entre el año 1991 y 2017, en un escenario de democratización, estabilidad política y crecimiento económico, Chile se convierte en un receptor de migrantes Sur-Sur, atraídos por las posibilidades de mejorar sus condiciones económicas. Sin embargo, desde abril de 2018, cuando el presidente Sebastián Piñera (2018-2022) presenta la Reforma Migratoria, cambian las condiciones para los migrantes. Al respecto, según las últimas cifras oficiales, en Chile habitan 1.492.522 personas extranjeras, correspondiente al 7.8% de la población total, de las cuales 750 mil han ingresado al país en los últimos cuatro años (INE & DEM, 2020). El 90% son originarios de América Latina y el Caribe. De ellos, de los cuatro colectivos más grandes, tres son de países no fronterizos, implicando un giro en las tendencias históricas. La población cuantitativamente más importante es la venezolana (30,5%), seguida de la peruana (15,8%), la haitiana (12,5%), y, en cuarto lugar, la colombiana (10,8%) (INE & DEM, 2020. Ver Anexos, Gráfico 1).

El ingreso de venezolanos hacia Chile ha crecido de manera significativa en los últimos cinco años. Como una forma de hacer frente a esta situación, el gobierno del Presidente Piñera implementó en abril de 2018 una visa democrática, argumentando un compromiso por la protección de los derechos humanos, tal como lo han hecho Colombia, Ecuador, Argentina, Perú, Brasil y Uruguay, entre otros países.

Dentro del perfil laboral, según datos del INE (2018) la población venezolana se ha dedicado mayoritariamente al comercio y servicios mientras espera la convalidación de títulos. Se debe al perfil que los caracteriza como profesionales, algunos altamente calificados, pero que para insertarse en la sociedad chilena tienen que empezar con trabajos que muchos “nunca se imaginaron haciendo”. Sus aspiraciones se vieron favorecidas por la sensación de no ser discriminados en Chile —hasta marzo de 2020, cuando aumentó la xenofobia en el país dada la crisis sanitaria del Covid-19 y el cierre de fronteras—, y lograr movilidad socio-económica ascendente (Gissi, Ghio & Silva, 2019).

Respecto de las reformas del presidente Piñera en 2018, una primera cuestión relevante fue la creación de visas. A la comunidad haitiana se exige una visa que ha devenido en la práctica en una barrera jurídico-política para su ingreso formal. Paralelamente a la visa consular dirigida a haitianos, y con foco en la reunificación familiar, se establece un Visado para Fines Humanitarios de 12 meses de duración, que solo se puede solicitar en el Consulado chileno en Haití (con un máximo anual de 10 mil visados), prorrogable por una vez y que posibilita luego pedir la Residencia Definitiva. Por el contrario, la visa que se destinó a la comunidad venezolana fomentó su entrada hasta mediados de 2019. Sin embargo, ante el incremento del arribo de venezolanos por los pasos Chacalluta y Colchane, luego de que Perú dispusiera este mismo requisito, Chile exige desde el 22 de junio de 2019 visa consular a venezolanos que ingresen como turistas, disminuyendo el ingreso regular y aumentando la entrada por pasos no habilitados.

Un segundo punto importante de esta Reforma Migratoria fue la regularización migratoria, siendo inscritas 155.707 personas. El 87% de estos casos ya está resuelto, y se han estampado 57.400 visas. Una tercera iniciativa fue el proyecto de nueva Ley migratoria, la que fue aprobada en diciembre de 2020. Esta norma impide que quienes ingresen a Chile en calidad de turistas cambien de categoría migratoria. Una vez estando en territorio nacional las personas deben tramitar la visa de trabajo en su país de origen. Extraña esta medida pues desconoce la actual realidad de países en crisis política, como Haití y Venezuela, lo que dificulta la realización de tales trámites. Se tiende así a precarizar a los/as migrantes, no reconociéndose un catálogo de derechos.

Un cuarto tema fue la no adhesión al Pacto Mundial por una Migración Segura, Ordenada y Regular, lo que implica un paso en falso en las relaciones internacionales, pues el Pacto constituye un piso mínimo en la conformación de un acuerdo mundial sobre las migraciones, significando un recurso para encontrar el equilibrio entre los derechos de las personas y la soberanía de los Estados. Un quinto punto

fue la población venezolana detenida, en junio y julio de 2019, en la frontera con Perú. Con este acontecimiento la crisis migratoria devino en humanitaria, pues la mayoría buscaba entrar a Chile, pero muchos no tenían la documentación exigida. Sin embargo, al intentar volver a Perú su ingreso fue rechazado debido a las regulaciones migratorias que entraron en vigencia el 15 de junio de 2019, quedando en una suerte de limbo en dicho paso fronterizo. Esta problemática presente tanto en Tacna (Perú) como en Arica (Chile) ha revelado de manera dramática la urgencia de una mayor coordinación y colaboración subregional y regional.

El Chile posterior al “estallido” social de octubre de 2019 y en plena crisis sanitaria desde marzo 2020 se encuentra viviendo un inaudito cierre de fronteras, lo que ha producido la exacerbación de las sospechas sobre la población china y de otros países residentes, como la población haitiana, la menos integrada en el país. Ambos sucesos han hecho replantarse a los colectivos migrantes la idea de seguir residiendo o no en el territorio chileno en el mediano y corto plazo, surgiendo en el horizonte, el retorno.

Algunas personas estuvieron atrapadas en la frontera con Perú y Bolivia, pues al optar por regresar a sus países de origen se encontraron con una barrera sanitaria que cierra las fronteras y los dejó vulnerables en aeropuertos, terminales de buses y en albergues temporales. Al mismo tiempo, a fines de abril 2020 retornaron en un vuelo 250 venezolanos a través del “Plan vuelta a la patria” programado por el gobierno bolivariano, mientras 300-entre ellos/as, adultos/as mayores y niños/as- se instalaron a esperar un nuevo viaje frente a su embajada en un improvisado campamento.

Migrar lejos de casa: incertidumbre y panorama de la migración venezolana en Argentina

En el año 2018, la Organización Internacional para las Migraciones (OIM) realizó a través de su matriz de seguimiento de desplazamiento (DTM) y la encuesta por monitoreo de flujos (FMS) un relevamiento demográfico de la migración venezolana en distintos países. En Argentina fueron encuestadas 373 personas. Dentro de esa población, cerca de la mitad de los encuestados (45%) tenía entre 26 y 35 años, mientras que el 29% tenía entre 18 y 25 años. Es decir que la franja etaria entre los 18 y 35 años condensó casi más de dos tercios de los encuestados. Por su parte, un estudio realizado en 2017 por la Universidad Nacional de Tres de Febrero (Aruj, 2018a), presentaba resultados similares a los de la OIM, mostrando cómo la población venezolana en la Argentina es mayoritariamente joven o joven-adulta. El pro-

medio de edad era de 33 años, y una buena proporción ha venido en condición de soltero/a. En este último estudio casi un 60% de los encuestados (alrededor de 1.200) residían en la Ciudad de Buenos Aires, siendo Córdoba, Mendoza, La Plata, Rosario o Neuquén, ciudades que concentraban casi a la totalidad de esta población migrante. Hoy en día se puede observar cómo venezolanos y venezolanas se han ido instalando desde Tierra del Fuego hasta Jujuy, intentando incorporarse a la sociedad argentina.

La inmigración al país, especialmente desde Venezuela, tiene características socioculturales que permiten una adaptación e integración muy rápida, sobre todo porque son jóvenes con un medio y alto nivel educativo, porque vienen de una sociedad con lazos históricamente vinculantes a la población argentina que migró hacia Venezuela en décadas pasadas, porque comparten idioma, costumbres y expectativas de vida similares a las de la población nativa, y además, por su disponibilidad a trabajar y estudiar sin mayores inconvenientes, y aceptando las reglas que se les presentan en la Argentina. En este sentido, es importante tener en cuenta que esta inmigración se ha ido incrementando, intentando incorporarse al mercado laboral argentino, como consecuencia de las ventajas comparativas que el país ofrece en relación a lo que está sucediendo en su país de origen, a su calidad de vida y por la posibilidad de incorporarse a un mercado laboral que ofrece en el sector de servicios, el cual dispone de una importante capacidad receptiva para inmigrantes.

Además, el buen nivel educativo que presentan los venezolanos les permite progresivamente incorporarse a otras ramas de actividad afín a sus capacidades y profesiones como medicina y diversas ramas de ingeniería. Pero de lo que no cabe duda, es que todos los migrantes, más allá de su condición socio-económica, política o cultural, producen una serie de cambios o transformaciones en la sociedad de recepción. El impacto sociocultural en la vida cotidiana, las tradiciones en esferas como la gastronomía, la música, la danza, el teatro, la religiosidad, son tan importantes que pueden influir en cambios dentro del imaginario existente en el país de recepción. Los inmigrantes venezolanos gozan, en su mayoría, de buena salud y están en sus años más productivos. Por ende, en promedio, no usan beneficios del sistema social, sobre todo salud y pensiones que son los servicios más costosos. Si bien un porcentaje de los migrantes tienen familia o están convocando a sus familiares para su reunificación y, por ello, ocupan recursos del Estado destinados a educación y salud de sus hijos, la gran mayoría llegan solos y por ende no necesitan de estos servicios. Esto los transforma en contribuyentes netos.

Además, se debe tener en cuenta que la migración venezolana se incorpora al país a través de redes sociales ya establecidas que cuentan con inmigrantes con mayor

tiempo de residencia. Estas brindan información y ayuda para insertarse en el mercado de trabajo, conseguir una vivienda, un subsidio, salud, educación y una fuerte contención psicosocial y cultural del migrante y de su familia. Ahora bien, respecto de las causas de migración, en el caso de los venezolanos podríamos afirmar que la decisión migratoria estaría fundada en una compleja combinación de factores internos y externos. Entre los motivos externos más significativos se evidencian:

- i.* Falta de alternativas para los logros ocupacionales;
- ii.* Incertidumbre social sobre el futuro económico;
- iii.* Inseguridad general frente al crecimiento de la violencia; y
- iv.* Necesidades básicas insatisfechas.

Entre los factores internos de los migrantes venezolanos son destacables:

- i.* Frustración en la realización personal; y
- ii.* Convicción de la imposibilidad de la realización ético-valorativa en la sociedad de origen (Aruj, 2018a).

Junto con estos factores, la reunificación familiar es otro motivo que impulsa a un conjunto de venezolanos a migrar a la región en donde se encuentra su familia, luego de que esta logra adaptarse y/o integrarse a la sociedad de recepción.

La Argentina devino un destino posible para casi 193 mil venezolanos que, entre 2015 y enero de 2020 (R4V, 2020), se fueron instalando en el Área Metropolitana de Buenos Aires, en el conurbano bonaerense y en ciudades tales como Rosario, Córdoba, Neuquén, La Plata, Mendoza o Misiones, repartiéndose a lo largo y ancho del país. Según el Censo del 2001, la cantidad de ciudadanos venezolanos en el país era de 2.665. El Censo de 2011 confirma la presencia de 6.669 personas nacidas en Venezuela. De ellas, 49% eran varones y 51% mujeres. En el estudio realizado por la Untref, se muestra cómo se incrementó en casi trece veces el número de venezolanos con permiso de residencia en el territorio nacional entre 2012 (1.907 residentes regulares en el país) y 2017 (15.422), al final del próximo año (2018 – ver Gráfico 2, Anexos) la Dirección Nacional de Migraciones indicaría que 70.531 eran las radicaciones resueltas para venezolanos. En la actualidad, la plataforma R4V indica que, para fines de enero de 2020, 192.460 venezolanos se encontrarían en una situación migratoria regular en la Argentina.

Según la Dirección Nacional de Migraciones, la población de venezolanos que ingresó en la Argentina entre 2014 y 2019 fue de 165.688 personas (con permiso de

residencia) en su mayoría con un alto grado de instrucción, pero que, a pesar de ella, un alto porcentaje se ubican en puestos de baja calificación. Es importante destacar que en Argentina la Ley de Migraciones de la democracia sancionada con el nº 25.871 en 2004 gira la política migratoria desde un enfoque de control y de seguridad hacia un enfoque basado en los Derechos Humanos. Este cambio de paradigma fue impulsado por el Gobierno de Néstor Kirchner, con fundamento en la Convención Internacional para la Protección de Todos los Trabajadores Migratorios y sus familiares de la ONU, de 1990, aún antes de que esta fuera ratificada por el país. Su perspectiva fue rupturista frente a las políticas migratorias vigentes, en tanto la persona migrante deviene centro y eje de las políticas migratorias, se convierte en sujeto que conjuga en sí los derechos y las responsabilidades que lo igualan con los nacionales, dejando de ser mero objeto de normas que le imponen obligaciones y condicionamientos sin contrapartida de derechos.

La Ley tiene el objetivo de reconocer y hacer efectivos los derechos de un colectivo integrado a la población argentina con alta vulnerabilidad. En este sentido, se incorporó el criterio de nacionalidad en la Ley de Migraciones mencionada. Efectivamente, el artículo 23 inc. I) de la ley argentina establece que los ciudadanos nativos de Estados Parte del Mercosur y Asociados pueden solicitar la residencia temporaria por dos años, prorrogable, con entradas y salidas múltiples. Se trata de un tipo de residencia que permite trabajar y otorga documento de identidad argentino.

Las premisas de la actual política migratoria de Argentina establecen que hay derechos que resultan fundamentales para el hombre por su calidad de ser humano y no por su lugar de nacimiento y que la regularidad migratoria es condición indispensable para que el migrante pueda insertarse plenamente en la sociedad de recepción, lo cual permite una incorporación con pleno derecho. La migración es un derecho humano y los migrantes son sujetos de derecho, tal como recoge la Declaración de Buenos Aires de 2013. Además, en la Argentina se tiene con los venezolanos una política más flexible en cuestiones migratorias. En febrero de 2018, Migraciones estableció “arbitrar medidas operativas y administrativas” con cada caso en particular para dar continuidad a los trámites migratorios y ayudar a los inmigrantes venezolanos con su residencia cuando se le presenten dificultades en obtener los documentos requeridos. En enero de 2019 se creó el Programa de Asistencia a Migrantes Venezolanos, que les facilita aún más el ingreso.

“Hay que quedarse en casa”, es el eslogan mundial para combatir la propagación del micro-organismo Covid-19 que no podemos controlar. Más temprano que tarde se encontrará el tratamiento adecuado para combatir al virus, y el mundo cambiará. Pero ¿qué pasa con los migrantes venezolanos en la Argentina que han llegado

hace muy poco tiempo? Producto de la precarización laboral, muchos trabajadores han perdido su fuente laboral o han sido suspendidos de la misma y se encuentran sin ingreso para enfrentar esta pandemia; situación que le cabe a un porcentaje importante de la población en Argentina y en el mundo, pero que a gran parte de los migrantes venezolanos les ha impactado con fuerza, al punto de dejarlos en la indigencia. Pero como hemos mencionado, la sociedad argentina ha tenido y tiene una vinculación muy receptiva sobre esta población migrante y la ayuda les llega no solo a través de la Asociación de Venezolanos en Argentina (Asoven), sino también del Gobierno Nacional, de los Gobiernos Provinciales y Municipales, de los comedores comunitarios, iglesias, escuelas, las cuales comparten las comidas diarias, y los refugios donde pueden dormir e higienizarse. Aunque el cierre de fronteras no ha impedido que siga habiendo desplazamientos en distintas regiones del planeta por pasos no controlados, los venezolanos no se van de la Argentina debido a que es uno de los destinos sudamericanos más distantes de su país, con tramos aéreos costosos o con largas distancias terrestres para recorrer. Sin duda, un porcentaje importante de estos migrantes llegados de Venezuela se han convertido, como otros sectores de la sociedad argentina, en una población con alta vulnerabilidad, sin embargo, la solidaridad del pueblo argentino mantiene en alto aquellos valores que permiten ayudar a todos aquellos que están sufriendo las consecuencias de esta crisis por la que está atravesando la humanidad.

Los nuevos caminos que deja la crisis: evolución y gestión institucional de la migración venezolana en Bolivia

La inmigración de venezolanos en Bolivia, a lo largo de los últimos 15 años, se ha caracterizado por mantener un crecimiento moderado. A pesar de que su presencia no ha sido de gran peso relativo, su variación ha sido correspondiente con la tendencia regional. Para 2019 se registró la presencia de 7.294 venezolanos en territorio boliviano, siendo una cifra que se distancia de las definidas para 2012 (596), 2001 (543) y 1992 (300 – Cepal 2020; Organización de las Naciones Unidas 2020). Dentro de su dispersión territorial, la migración venezolana se ha focalizado principalmente en los Departamentos de Santa Cruz, La Paz y Cochabamba, dentro de los cuales se estima la presencia de 2.788, 2.764 y 1.050 venezolanos respectivamente (INE 2012 y Naciones Unidas 2020. Ver Mapa 3, Anexos). En menor medida, se ha establecido la presencia de venezolanos en departamentos de ubicación fronteriza, como los de Tarija (328), Chuquisaca (145) y Beni (120).

La historia reciente de la migración venezolana en Bolivia se debe a dos elementos transversales: el desarrollo de Bolivia como destino migratorio y la percepción

del país como territorio de tránsito. Estos procesos migratorios, a pesar de estar en vigencia durante los últimos 30 años, no han crecido significativamente hasta la existencia de dos escenarios contextuales. Por una parte, el inicio de la salida masiva de venezolanos bajo el régimen de Nicolás Maduro, que devinieron en una crisis humanitaria. Por otra parte, en Bolivia hubo dos escenarios que marcaron la acción estatal para atender la migración humanitaria: el contexto previo y posterior a la crisis política en Bolivia de 2019. Previo al golpe de Estado endiñado a Evo Morales en 2019, además de estar directamente influidas las relaciones diplomáticas bilaterales entre Bolivia y Venezuela por agendas de orden político que prevalieron en escenarios de cooperación multilateral como Alba y Unasur, los procesos de movilidad humana de venezolanos hacia Bolivia no fueron significativos. Dentro de las iniciativas de control migratorio desarrollados desde 2015, además de corresponder al Acuerdo sobre Residencia para Nacionales de los Estados Parte y Asociados del Mercosur, el cual fue firmado en 1991 como mecanismo para ayudar y facilitar la integración de los países miembros, se ha regido bajo los lineamientos de la Ley 370 de 2013. Con dicha normativa, Bolivia ha establecido un sistema de categorías y permanencias, dentro de las cuales están la Permanencia Transitoria, la Permanencia Temporal y la Permanencia Definitiva. De acuerdo a Cécile Blouin, Luisa Freier y Diego Acosta (2019: 13), la gestión boliviana para la regularización de la migración venezolana que, con la promulgación del Decreto Supremo nº 3.676 de 2018, se ha caracterizado en esta fase de la siguiente forma:

Desde octubre de 2018 se lleva a cabo un proceso de regularización para la población extranjera que resida hace seis meses en el país y que tenga intención de quedarse. El programa tiene vigencia de un año. Para acceder a él, los migrantes deben presentar la cédula de identidad o pasaporte, así como el certificado de antecedentes penales. Sin embargo, a pesar de estas medidas, bajo la administración de Evo Morales resaltó que, al igual que otros países que fueron “afines a Maduro, [...], han negado una crisis migratoria o política en Venezuela”, en la que su inasistencia al Proceso de Quito de 2018 “indica que el gobierno de Evo Morales todavía prioriza consideraciones de política exterior de la era chavista sobre respuestas humanitarias a la emigración venezolana” (Blouin, Freier & Acosta, 2019: 20 y 23).

Por otra parte, como resultado de la crisis política resultante de los comicios presidenciales de 2019, la cual derivó en la renuncia de Evo Morales y a la presidencia interina de Jeanine Áñez (2019-2020), supuso un giro de la política exterior boliviana, lo cual ha influido directamente en su ejercicio administrativo para la atención de la migración venezolana en el país. Además de reconocer a Juan Guaidó como presidente interino de Venezuela, lo cual quiebra con la alianza del proyecto bolivariano y las relaciones diplomáticas entre ambos países, ha establecido una proxi-

midad de Bolivia a los procesos de articulación política dentro del Grupo de Lima como mecanismo de presión diplomática en contra de Nicolás Maduro. Respecto al proceso migratorio, Bolivia generó mecanismos de visado comunitarios como la Tarjeta Andina de Migración (TAM) y la Visa Mercosur para otorgarles regularización migratoria.

En adición, con lo establecido en la Ley 370 de 2013, se otorgaron permisos de permanencia temporal por concepto de refugio y de responsabilidad democrática. Si bien Bolivia no ha profundizado sus esfuerzos para la atención humanitaria mediante su vinculación al Proceso de Quito, las medidas implementadas por la presidencia interina de Áñez demuestran un cambio significativo sobre la postura y asunción de la situación migratoria de los venezolanos al nivel nacional y regional.

Como resultado de los diversos procesos de integración regional articulados en la Comunidad Andina de Naciones (CAN) y el Mercosur, Bolivia ha desarrollado elementos institucionales importantes para la movilidad humana. Por una parte, desde el plano de la CAN, Bolivia contiene la capacidad de emitir la Tarjeta Andina de Migración (TAM) como mecanismo de regularización migratoria. Asimismo, se destacan los espacios creados en el marco de la Comunidad Andina de Naciones (CAN), de los cuales su directriz está materializada en la Decisión 501 de 2001 para el establecimiento de Zonas de Integración Fronteriza (ZIF).

De acuerdo con la vigencia de la Decisión 501 de 2001 de la CAN referente al manejo de las Zonas de Integración Fronteriza (ZIF), siendo estos definidos por el Artículo 1 de esta normativa como “los ámbitos territoriales fronterizos adyacentes de los países miembros de la Comunidad Andina, en las que se ejecutarán planes, programas y proyectos para impulsar su desarrollo de manera coordinada”. A partir de ello, la funcionalidad de las ZIF pretende la composición de acciones que cumplan las disposiciones estipuladas en el artículo 9 de esta Decisión, los cuales abarcan labores relacionadas con el manejo conjunto de estos complejos migratorios, entre ellos el de control migratorio.

A pesar de ser parte de este eje de integración, Bolivia tiene un comportamiento propio dentro de su condición geopolítica respecto a los procesos migratorios de la migración venezolana. Por ejemplo, “el eje del Pacífico Sur (Colombia-Ecuador-Perú-Chile) es el que concentra el mayor número de migrantes venezolanos, en los que el peso demográfico de esta población supone una problemática simultánea de labores de registro y control migratorio transfronterizos, acompañada con la gestión sociopolítica de su vinculación social y económica, junto con la labor operativa de garantizar las migraciones transitorias hacia otros países” (Polo et al., 2020: 94).

Pese a la vigencia de este flujo migratorio, que abarca casi la totalidad de los países miembros de la CAN, Bolivia no es un tramo directo del comportamiento migratorio, ya que la existencia de destinos de principal afluencia como Perú, Argentina y Chile han puesto a Bolivia como una opción secundaria. No obstante, debido a las diversas problemáticas y riesgos vigentes en la frontera entre Perú y Chile, en la cual solo se dispone de un complejo fronterizo (Santa Rosa-Chacalluta), Bolivia puede mostrarse como un país que sirve de plataforma de traspaso hacia Chile por pasos que tienden a estar menos regulados por las propias condiciones climáticas y geográficas de esta frontera.

Desde este eje migratorio, el ingreso al país se suele realizar en las inmediaciones de los Puestos Fronterizos de Desaguadero y Kasani, ubicados en las proximidades del lago Titicaca y de la ciudad de La Paz. Estos puestos, cobijados desde la figura de las ZIF, mantienen un seguimiento de los flujos migratorios de forma binacional, bajo los parámetros de control determinados en la Decisión Andina 501 de 2001. A partir de este tránsito, existen diversas rutas que pueden corresponder al interés del migrante por llegar a un destino en específico, así como también por las diversas circunstancias que le acompañen en su viaje. Para el caso de Chile, los Pasos Fronterizos predilectos para estos tramos son Pisiga, Avaroa y Tambo Quemado, los cuales dirigen sus tramos hacia ciudades como Ollagüe, San Pedro de Atacama, Iquique y Antofagasta que, dentro de la red panamericana de carreteras, están conectadas con ciudades como Santiago y las otras urbes principales del país.

Sin embargo, tanto por razones geográficas como por la existencia de regímenes internacionales de cooperación e integración, Bolivia cuenta con otra variante de flujos migratorios, en el denominado eje migratorio Amazonas-Río de la Plata (Polo et al., 2020), que se caracteriza por ser de menor dimensión estadística al del eje Pacífico Sur, pero de desarrollar grandes distancias de migración que inician desde la frontera entre Venezuela y Brasil (Santa Elena de Uairén y Pacaraima), hacia las ciudades del Cono Sur y del Sur de Brasil, como Buenos Aires, Montevideo, Asunción, Rio de Janeiro y Sao Paulo. La particularidad de este tramo radica en los diversos riesgos de estos movimientos migratorios, con tramos terrestres y fluviales para, con las diversas ramificaciones, llegar a Bolivia.

A través del eje Boa Vista-Manaus-Porto Velho, los migrantes tienen dos posibles entradas al país. Por una parte, en la ribera del río Mamoré-Madeira, atraviesan el afluente en embarcaciones llegando al Puesto Fronterizo de Guayamerín, próximo a la ciudad de Riberalta en el departamento de Beni, para hacer conexión con otras ciudades del oriente boliviano como Trinidad, Cochabamba y Santa Cruz de la Sierra. Por otra parte, mediante un tramo terrestre hasta la ciudad de Rio Branco y,

en dirección hacia el punto trifinio entre Brasil, Perú y Bolivia, se cruza hacia la ciudad de Cobija en el departamento de Pando; locación cercana que confluye con la existencia de algunos flujos de venezolanos dirigidos hacia Perú mediante el puesto de Iñapari que confluye con el Punto Fronterizo boliviano de Bolpebra. Esta ruta, a pesar de ser mucho más difícil de transitar por condiciones de infraestructura y distancia, es una conexión directa con el oriente boliviano, en el cual localidades como Santa Cruz de la Sierra y Cochabamba son algunas de las principales ciudades de aglomeración de venezolanos en Bolivia.

La disposición de estos procesos de tránsito migratorio, además de las diversas hipótesis de salida de venezolanos hacia Brasil (San Vicente, San Matías y Puerto Suárez-Cuiabá y Corumbá), Paraguay (Hito Villazón y Cañada Oruro-Asunción), y Argentina (Villazón, Bermejo y Yacuiba-La Quiaca, San Salvador de Jujuy y Salta), obedece a los diversos esfuerzos diplomáticos de proximidad e integración fronteriza de Bolivia para su ingreso al Mercosur.

De acuerdo con Claudio Briceño (2015), los proyectos de integración fronteriza fueron adquiriendo relevancia donde los límites se fueron doblando a grandes espacios de extensión territorial-recursos-población, llegando a pactarse procesos de asociación entre países ante la perspectiva de un protocolo específico de integración fronteriza, tal como se indica en el Tratado de Integración, Cooperación y Desarrollo Binacional de 1988. Las fronteras reciben así una nueva valorización, no en los términos referentes a las diferencias económicas y socioculturales entre las poblaciones que viven en estas regiones, sino en la búsqueda del equilibrio de las asimetrías, concretando la negociación y resolución de las diversas controversias.

A raíz de lo anterior, en concordancia con algunos de los lineamientos de administración fronteriza implementados en la organización homóloga en la región de los Andes –Comunidad Andina de Naciones–, se pretende como meta final el establecimiento pleno de la figura de las Zonas de Integración Fronteriza en este espacio de cooperación regional. No obstante, el desarrollo de integración fronteriza se ha aplicado mediante dos tipos de estructuras: los Comités de Frontera y las Comisiones Mixtas, las cuales aplican diversos esquemas de coordinación política sobre control aduanero y migratorio. A pesar de la existencia de diversos mecanismos de cooperación internacional entre los ejes migratorios referidos, la existencia de condiciones fronterizas de difícil monitoreo por motivos geográficos y climáticos, así como la presencia de algunos espacios de interacción transfronteriza como plataforma de operación logística para la Delincuencia Organizada Transnacional, entre otros, suponen diversos retos que deben ser atendidos de forma multidimensional por el Estado boliviano en sincronía con las diversas instituciones internacionales.

Conclusiones

El éxodo venezolano ha cambiado o más bien se ha transformado en un hecho prioritario en la agenda migratoria de América del sur. Chile, Argentina y Bolivia han implementado políticas específicas (permisos transitorios y visas especiales) pero no han sido suficientes, requiriéndose una mayor coordinación y colaboración regional. Las nuevas leyes y políticas deben responder a, al menos, dos desafíos: la adecuada respuesta a las necesidades de una población migrante a quienes se les debe garantizar un trato digno basado en el respeto a los derechos humanos; y atender las resistencias sociales de los nacionales frente a la migración, a la cual se le suele atribuir el desmejoramiento de las condiciones del trabajo, originando comportamientos xenófobos, principalmente en las zonas de frontera. En este sentido, los migrantes venezolanos/as se encuentran viviendo en Chile una coyuntura crítica desde 2019, dado el endurecimiento de la política migratoria, el requisito de visa consular y la llegada creciente de connacionales por pasos no habilitados.

Los mayores flujos de población venezolana han llegado a Colombia, Perú, Chile y Argentina dentro de América del Sur, sin embargo, la posición geoestratégica de Bolivia es vital para el desarrollo de la confluencia de movimientos migratorios de venezolanos que buscan, además de establecer nuevos destinos donde construir sus proyectos de vida, crear rutas y redes de operación logística para los nuevos migrantes que decidan transitar por este país hacia alguno de los Estados vecinos. Con el restablecimiento del orden político que, tras los diversos sucesos que acontecieron sobre la contienda electoral por la Presidencia y el Senado, la importancia de la inmigración venezolana en Bolivia requiere de un tratamiento al nivel de una política de Estado que, concatenada con los esfuerzos regionales que se sobrelapan en su jurisdicción (CAN y Mercosur), pueda ser un nodo de articulación regional que permita, no solamente una mayor gobernanza de la diáspora venezolana como población residente y en tránsito, sino que también se fortalezcan las garantías de los derechos y libertades fundamentales de esta población a nivel regional.

Con la pandemia del Covid-19 se pasará a un sistema selectivo mucho más controlado que lo que estaba sucediendo hasta un poco antes de que se cerraran las fronteras en 2020. Probablemente, la apertura dependerá de múltiples factores que implican el refuerzo de los controles migratorios aéreos, fluviales y terrestres. El temor se instalará no solo en la memoria colectiva, sino que será parte de la estructura de nuestro próximo futuro. Quizás, también, no deja de ser un deseo, aparecerá la cordura y la solidaridad se convierta en una parte sustancial de nuestra cotidianidad, en que las sociedades se transformen y sean más justas y nos permitamos acercarnos a la igualdad y a la unificación de criterios para que podamos vivir

mejor, abriendo las fronteras y generando procesos de regularización e incorporación social, para que todos/as puedan circular y vivir libremente en un único mundo con una única humanidad.

Referencias

ALTO COMISIONADO DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LOS REFUGIADOS (ACNUR-UNHCR. Refugiados y migrantes de Venezuela superan los cuatro millones: ACNUR y OIM, 2019. Disponible en: <<https://www.acnur.org/noticias/press/2019/6/5cfa5eb64/refugiados-y-migrantes-de-venezuela-superan-los-cuatro-millones-acnur-y.html>>.

ARUJ, Roberto. *La migración de venezolanos en Argentina*. Buenos Aires: Editorial Eduntref, 2018a.

_____. El resquebrajamiento de las representaciones imaginarias socioculturales en los procesos migratorios. *Revista Papeles de Población*, Año 4, n. 17, Centro de Investigación y Estudios Avanzados de la Población – UAEM, 2018b.

_____. *Migraciones, disciplinamiento y control global. Del sujeto colectivo a la masificación*. Buenos Aires: Editorial EDUNTREF, 2015.

_____. Causas, consecuencias, efectos e impacto de las migraciones en Latinoamérica. *Papeles de Población*, n. 55, México, Toluca: Universidad Autónoma del Estado de México, 2008.

_____. *Por qué se van. Exclusión, frustración y migraciones*. Buenos Aires: Promeeteo, 2004.

BLOUIN, Cécile; FREIER, Luisa Feline; ACOSTA, Diego. *La emigración venezolana: respuestas latinoamericanas* (Documento de Trabajo Agenda 2030). Madrid: Fundación Carolina, 2019.

BRICEÑO, Claudio. . Los Proyectos de Zonas de Integración Fronterizas en el Mercosur: Espacio de Unión–Conflicto. *Aldea Mundo*, v. 20, n. 40, p. 59-70, 2015.

CALELLO, Hugo. *Los venezolanos expulsados por la guerra. Ensayo*. Buenos Aires, 2018.

CALELLO, Hugo; NEUHAUS, Susana (Comp.). *El fantasma socialista y los mitos hegemónicos. Gramsci y Benjamin en América Latina*. Buenos Aires: Herramienta, 2010.

CANCILLERÍA DE LA REPÚBLICA ARGENTINA. 2019. Disponible en: <<https://>

www.cancilleria.gob.ar/es/actualidad/noticias/proceso-de-quito-reunion-regional-en-buenos-aires-por-migracion-venezolana.

COMISIÓN INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS (CIDH). Resolución 2/18, 2018. Disponible en: <<https://www.oas.org/es/cidh/decisiones/pdf/Resolucion-2-18-es.pdf>>.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA (Cepal). Investigación de la Migración Internacional en Latinoamérica (Imila) [bases de datos de censos para países latinoamericanos y del Caribe], 2018. Disponible en: <<https://www.goo.gl/RkVklf>>. Consultado en: 13 Mar. 2020.

COMUNIDAD ANDINA DE NACIONES (CAN). Decisión 501 de 2001 sobre Zonas de Integración Fronteriza (ZIF) en la Comunidad Andina, 2001.

DEUTSCHE WELLE (19 Dec. 2019). “Bolivia dará refugio a 200 venezolanos que huyeron por ‘persecución política’”.

DOMENECH, Eduardo. Las migraciones son como el agua: hacia la instauración de políticas de control con rostro humano. La gobernabilidad migratoria en la Argentina. *Polis. Revista Latinoamericana*, v. 35, p. 1-21, 2013.

GISSI, Nicolás; GHIO, Gonzalo; SILVA, Claudia. Diáspora, integración social y arraigo de migrantes en Santiago de Chile: imaginarios de futuro en la comunidad venezolana. *Revista Migraciones*, Madrid, Universidad Pontificia Comillas, 2019.

GUERRERO, Modesto. *Venezuela 10 años después, dilemas de la Revolución Bolivariana*. Buenos Aires: Ediciones Herramienta, 2009.

INSTITUTO DE ESTADÍSTICAS Y CENSOS DE ARGENTINA (INDEC). *Censo Nacional de 2012*, 2012.

_____. *Censo Nacional de 2010*, 2010.

_____. *Censo Nacional de 2001*, 2001.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA DE CHILE (INE). *Censo Nacional de Población y Vivienda 2018*, 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA DE CHILE (INE); DEPARTAMENTO DE EXTRANJERÍA Y MIGRACIÓN (DEM). *Estimación de personas extranjeras residentes habituales en Chile al 31 de diciembre de 2019*. Informe técnico: desagregación regional y comunal, 2020.

MÁRMORA, Lelio. *Las políticas de migraciones internacionales*. Buenos Aires: Editorial Paidós, 2004.

ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS (ONU). *International migrant stock database 2019*, 2020.

ORGANIZACIÓN DE ESTADOS AMERICANOS (OEA). Informe preliminar sobre la crisis de migrantes y refugiados venezolanos en la región. Grupo de trabajo de la OEA, 2019. Disponible en: <<https://www.oas.org/docs/grupo-trabajo-venezuela/informe-preliminar-mar-2019/es/Informe%20preliminar%20sobre%20las%20crisis%20de%20migrantes%20y%20refugiados%20venezolanos%20en%20las%20regi%C3%B3n.html>>.

ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL PARA LAS MIGRACIONES (OIM); ALTO COMISIONADOS DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LOS REFUGIADOS (ACNUR, CAREF). *Venezolanos/as en Argentina. Un panorama dinámico (2014-2018)*. Buenos Aires: OIM, 2019.

ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL PARA LAS MIGRACIONES (OIM). *Perfil migratorio de Bolivia*, 2011.

R4V. *Plataforma Regional de Coordinación para Refugiados y Migrantes de Venezuela*, 2020. Disponible en: <<https://r4v.info/en/situations/platfor>>.

POLO, Sebastian. Un vitral empolvado: historia y procesos de la migración en el oriente boliviano. *Revista Nova et Vetera*, v. 5, n. 46, 2019.

POLO, Sebastián; GISSI, Nicolás; RAMÍREZ, Jacques; OSPINA, Pilar; PINCOWSKA CARDOSO, Bárbara. Evolución y rutas de la migración venezolana en América del Sur. In: IZCARA, S. P.; IANZ, F. *Migración y seguridad fronteriza*, p. 91-108. Madrid: Editorial Dykinson – UAT, 2020.

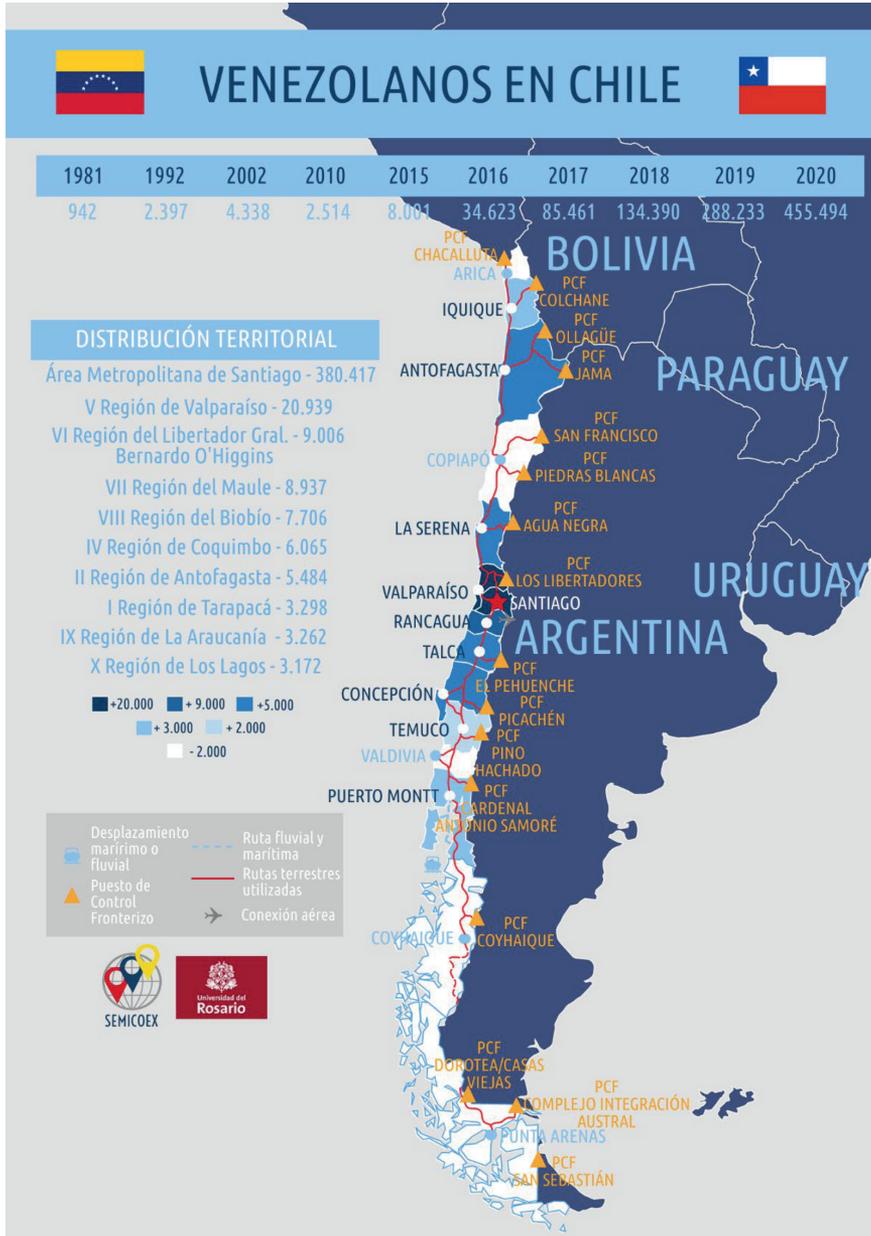
POLO ALVIS, S.; SERRANO LÓPEZ, Enrique; TRIANA BARRAGÁN, Francelly. Nuevos retos en el tercer país: migraciones y gestiones administrativas de la frontera colombo-venezolana. *Opera*, v. 23, p. 27-57, 2018.

WALLERSTEIN, Immanuel. *Geopolítica y geocultura. Ensayos sobre el moderno sistema mundial*. Barcelona: Kairós, 2007.



Anexos

GRÁFICO 1
EVOLUCIÓN, RUTAS MIGRATORIAS Y DISPERSIÓN TERRITORIAL
DE LA DIÁSPORA VENEZOLANA EN CHILE



Fuente: Elaboración propia basada en información del Instituto Nacional de Estadística (2018), y de la Organización de las Naciones Unidas (2020).

GRÁFICO 2
 EVOLUCIÓN, RUTAS MIGRATORIAS Y DISPERSIÓN TERRITORIAL
 DE LA DIÁSPORA VENEZOLANA EN ARGENTINA



Fuente: Elaboración propia basada en información del Instituto Nacional de Estadística y Censos (2001 y 2010), de la Cepal (2020) y de la Organización de las Naciones Unidas (2020).

GRÁFICO 3
 EVOLUCIÓN, RUTAS MIGRATORIAS Y DISPERSIÓN TERRITORIAL
 DE LA DIÁSPORA VENEZOLANA EN BOLIVIA



Fuente: Elaboración propia basada en información del Instituto Nacional de Estadística (2012), de la Cepal (2020) y de la Organización de las Naciones Unidas (2020).

“Falta de fechamento”: conflitos profissionais e centralidade dos procedimentos de segurança no sistema socioeducativo do Rio de Janeiro

Recebido: 30.07.20
Aprovado: 19.08.21

Juliana Vinuto (orcid.org/0000-0002-6035-4463),
Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil^I.

Joana Domingues Vargas (https://orcid.org/0000-0001-5714-9568),
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil^{II}.

Hebe Signorini Gonçalves (https://orcid.org/0000-0003-1688-9927),
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil^{III}.

I. Juliana Vinuto é doutora em sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pesquisadora de Pós-Doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. <j.vinuto@gmail.com>.

II. Joana Domingues Vargas é doutora em sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), Brasil. Professora Associada II da Universidade Federal do Rio de Janeiro. <jovargas@uol.com.br>.

III. Hebe Signorini Gonçalves é doutora em psicologia clínica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Professora Associada II da Universidade Federal do Rio de Janeiro. <hebe@globo.com>.

Resumo: No intuito de compreender as relações entre os objetivos considerados como inconciliáveis por profissionais que atuam na medida socioeducativa de internação, este artigo analisará as discussões sobre *falta de fechamento*, categoria mobilizada por agentes de segurança socioeducativa para indicar a disjunção e a desconfiança entre diferentes grupos profissionais. A partir de experiências diversas de pesquisa, será possível constatar que os conflitos em torno da *falta de fechamento* revelam um contexto organizacional em que cada grupo pode fazer o trabalho do modo como considera mais adequado, sem prestar contas uns aos outros, o que permite que aqueles que atuam de modo dissociado dos discursos oficiais nem sempre sejam responsabilizados por isso. Tal contexto ajuda a compreender a produção cotidiana da centralidade atribuída aos procedimentos de segurança na medida socioeducativa de internação, já que as atividades socioeducativas só são implementadas quando não conflitam com os objetivos de controle e disciplina ou em ocasiões em que a instituição tenta auferir algum lucro simbólico a partir da perspectiva socioeducativa.

Palavras-chave: Medida Socioeducativa de Internação; Disjunção; Desconfiança, Punição, Segurança.

*“Falta de fechamento”:
professional conflicts and the centrality
of security procedures in Rio de Janeiro’s juvenile detention system*

Abstract: In order to understand the relationships between goals considered irreconcilable by professionals that works in the juvenile detention system, this article will analyze the discussions about falta de fechamento, a category mobilized by juvenile detention officers to indicate the disjunction and mistrust between different professional groups. From diverse research experiences, it

1. Para saber mais sobre o Degase, consultar <<http://www.degase.rj.gov.br/>>. Acesso em 16 Set. 2021.

2. Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, Lei Federal 8.069, de 13 de julho de 1990), quando um indivíduo com idade entre 12 e 18 anos incompletos comete um ato infracional (ação análoga a crime ou contravenção penal), pode ser responsabilizado por determinação judicial a cumprir medidas socioeducativas. As medidas socioeducativas existentes são: advertência; obrigação de reparação do dano, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, inserção em regime de semiliberdade ou internação em estabelecimento educacional. A medida socioeducativa de internação é considerada a mais grave, sendo a única privativa de liberdade.

3. Para esse problema, uma vertente da sociologia das organizações tem oferecido resposta diferenciada, mostrando que é prospectivamente que os membros da organização reconstróem, por meio de relatos, a adequação de suas práticas às regras previstas (Bittner, 2013).

will be possible to observe that the conflicts around falta de fechamento reveal an organizational context in which each group can do the work as it sees fit without being accountable to each other, which allows those who act in a manner dissociated from official discourses not always to be held accountable for it. This context helps to understand the daily production of the centrality given to security procedures in the juvenile detention system, since the educational activities are only implemented when they do not conflict with the objectives of control and discipline or on occasions when the institution tries to make some symbolic profit from the educational perspective

Keywords: Socio-educational internment measure. Disjunction. Distrust. Punishment. Security..

Considerações iniciais

Profissionais que realizam uma mesma função nem sempre estão de acordo com a maneira como deve ser feito o seu trabalho. Esse é um tema particularmente explorado na literatura sobre polícia, que identifica estilos diferentes de atuação (Bittner, 1990; Bayley, 2001). Pretende-se mostrar, neste artigo, que esse aspecto se torna ainda mais relevante em funções que objetivam o atendimento de objetivos considerados contraditórios pelos próprios trabalhadores responsáveis por sua execução. Esse é o caso dos agentes de segurança socioeducativa do Departamento Geral de Ações Socioeducativas (Degase)¹, instituição responsável pela execução das medidas socioeducativas² de semiliberdade e internação no estado do Rio de Janeiro. Como veremos, esses profissionais vivenciam de forma mais intensa os diferentes objetivos colocados às instituições que lidam com adolescentes considerados em conflito com a lei.

Outro aspecto geralmente abordado nas discussões sobre instituições de ordem e controle é o descolamento parcial, ou às vezes total, entre a função oficial de uma dada instituição, definida por regras, documentos, decretos e discursos oficiais, e as práticas profissionais realizadas cotidianamente³. No caso das medidas socioeducativas, o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase, Lei Federal 12.594, de 18 de janeiro de 2012), em seu artigo 1º, § 2º, afirma que estas objetivam:

I - a *responsabilização do adolescente* quanto às consequências lesivas do ato infracional, sempre que possível incentivando a sua reparação;

II - a *integração social do adolescente* e a garantia de seus direitos individuais e sociais, por meio do cumprimento de seu plano individual de atendimento; e

III - a *desaprovação da conduta infracional*, efetivando as disposições da sentença como parâmetro máximo de privação de liberdade ou restrição de direitos, observados os limites previstos em lei (grifos nossos).

É possível observar que as medidas socioeducativas almejam atender a um duplo objetivo sancionatório-educativo (Vinuto & Duprez, 2019), a partir do qual se espera responsabilizar o adolescente com uma sanção, mas esta não pode ser puramente punitiva, mas de caráter educativo com o objetivo de reintegração social. Esses objetivos se tornam mais contraditórios quando olhamos para a medida socioeducativa de internação, que será o foco deste artigo. Isso ocorre porque, por se tratar de uma medida realizada com base na privação de liberdade, o trabalho de “integração social do adolescente” se torna quase uma contradição. Desse modo, na medida de internação há um problema adicional na análise sobre a relação entre regras formais e sua aplicação prática, tendo em vista a tensão entre os dois objetivos prescritos que são, muitas vezes, entendidos como “inconciliáveis” pelos próprios operadores (Gonçalves, Sereno & Abreo, 2017): a segurança e a socioeducação.

São muitos os profissionais que atuam em um centro de internação: psicólogos, assistentes sociais, professores, médicos etc. Mas nenhum tem o seu trabalho tão profundamente atravessado pelo duplo objetivo sancionatório-educativo quanto o agente de segurança socioeducativa. Enquanto os demais profissionais interagem com os adolescentes internados sobretudo em momentos previamente agendados, por vezes tendo sua circulação restrita nos diferentes espaços das unidades (Hernandez, 2018), os agentes de segurança socioeducativa – nominados apenas de “agentes”, termo que também será mobilizado neste texto – acompanham todas as atividades realizadas pelos adolescentes, como as refeições, as aulas, audiências, oficinas, a instrução religiosa, dentre outros. Ademais, esses profissionais trabalham em uma carga horária de 24 horas seguidas com 36 horas de descanso, assim, estão dia e noite com o adolescente – ao contrário dos demais profissionais, cuja jornada de trabalho costuma ser oficialmente encerrada ao fim do dia (Abreo, 2017; Meireles, 2017; Sereno, 2015).

Somado a isso, enquanto os demais profissionais podem se dedicar a trabalhos exclusivamente relacionados à “ressocialização”⁴, os agentes são os únicos servidores responsáveis também pelas funções de contenção, controle e ordem. Nesse contexto, alguns agentes reclamam da falta de tempo para planejar e executar atividades socioeducativas, já que sua rotina laboral é, prioritariamente, *fazer segurança*: evitar fugas e conflitos entre adolescentes, obrigá-los a permanecer com as mãos para trás e a cabeça baixa como forma de prevenção de conflitos, abrir e fechar cadeados, levar os adolescentes às atividades organizando-os em fila indiana, desautorizar atividades com portas fechadas, dentre outros.

Essas diferenças entre o que fazem os agentes de segurança socioeducativa e os demais servidores que atuam nos centros de internação do Rio de Janeiro produzem

4. Termo nativo mobilizado por profissionais e ativistas envolvidos na defesa de direitos de crianças e adolescentes. O uso desse termo não significa, aqui, que partamos da premissa de que a socialização (sobretudo familiar) do adolescente internado foi deficitária ou incorreta, o que abriria espaço para o argumento moral de que instituições de medida socioeducativa devem “ressocializar” o adolescente de um modo supostamente mais “correto”, de acordo com valores aceitos socialmente (Batista, 2009). Ao contrário, o termo é utilizado para destacar o objetivo legalmente manifesto das medidas socioeducativas e os discursos profissionais em torno destas.

conflitos e negociações cotidianas entre esses profissionais sobre o que *deveria ser* a medida socioeducativa de internação e, conseqüentemente, sobre como *deveria ser* o trabalho prático cotidiano dos agentes. Este artigo almeja analisar alguns desses conflitos e discutir como os agentes de segurança socioeducativa agem em um contexto em que as regras institucionais são vistas como conflitantes. Para tanto, iremos nos valer da teoria institucionalista de John Meyer e Brian Rowan (1977), que possibilita compreender como demandas sociais podem ser incorporadas às organizações de forma cerimonial, sem conflitar com suas práticas tradicionais, atualizando, para o contexto estudado, as noções de disjunção e falta de confiança, que serão posteriormente apresentadas.

Como será desenvolvido no decorrer desse artigo, um tal contexto acaba por fomentar o que os agentes chamam de *falta de fechamento*, categoria nativa que destaca a falta de união, de confiança e apoio das demais equipes, acusação que é destinada sobretudo à equipe técnica (formada por psicólogos, assistentes sociais e outros profissionais responsáveis pelos atendimentos individuais e familiares, visita em domicílio, produção de relatórios técnicos etc.). Um exemplo desta desconfiança pode ser ilustrada no excerto abaixo:

5. O termo “menor” era oficialmente empregado no extinto Código de Menores para se referir tanto ao adolescente que cometia atos infracionais como aos adolescentes que viviam outras situações de vulnerabilidade social. Desde que o ECA entrou em vigor, este termo é considerado inapropriado, mas, apesar disso, é comum o seu uso corriqueiro, sobretudo por aqueles que o mobilizam de modo estigmatizante – como é, aliás, o caso do agente de segurança socioeducativa entrevistado. Para análises sobre o termo “menor” como categoria acusatória historicamente construída, ver Érica Santos (2014).

Segundo [nome do agente], no Degase há uma inversão de valores: o menor⁵ é assassino, taca pedra no agente, mas quem responde por tortura é o agente. Por isso ele acredita que as técnicas tinham que dialogar mais com os agentes, formar uma família Degase, ao invés de uma equipe atacar a outra. Segundo ele: “o Degase só vai melhorar quando houver *fechamento* entre as equipes” (*Diário de campo*, Jul. 2016).

Aqui vemos um agente que almeja maior proximidade entre as diferentes equipes, com especial destaque para a equipe técnica, que, segundo o mesmo, recriminariam os agentes quando os adolescentes os acusam de tortura, maus tratos ou outros tipos de violência. Nesse sentido, o *fechamento* entre as diferentes equipes proporcionaria maior proteção aos agentes, que, usualmente, são os acusados quando há denúncias contra o Degase (Meireles, 2017). A construção de uma *Família Degase* é vista como redução de danos em um ambiente acusatório em que as disputas sobre o que é chamado de *falta de fechamento* ocupa lugar central na maneira como as diferentes equipes se definem entre si.

Neste artigo, analisaremos a maneira como a *falta de fechamento* é considerada pelos agentes de segurança socioeducativa, a fim de demonstrar que a desconfiança e a disjunção entre diferentes equipes norteiam os trabalhos realizados em um centro de internação e produzem, conjuntamente, a centralidade destinada aos procedi-

mentos de segurança em detrimento de atividades socioeducativas. Para a construção desse argumento, o artigo está dividido em três seções, além desta introdução e das conclusões finais. Na seção seguinte apresentaremos algumas considerações metodológicas sobre as experiências de pesquisa das autoras para, na sequência, descrever com mais detalhes o que os agentes chamam de *falta de fechamento*, a fim de destacar como este termo sintetiza alguns conflitos que atravessam a relação entre diferentes servidores que atuam em um cento de internação. Para caracterizar esses conflitos, descreveremos, na seção seguinte, algumas disputas em torno do que chamamos de “poder de produção do relatório”. Essa descrição revelará como a equipe dirigente⁶ do Degase administra esses conflitos profissionais, de modo a produzir uma imagem institucional alinhada à socioeducação, ainda que internamente seja a segurança o principal objetivo buscado. Por fim, analisaremos teoricamente como a *falta de fechamento* produz e é, ao mesmo tempo, produto de um contexto de disjunção e de desconfiança entre as diferentes equipes, o que revelará como conflitos profissionais cotidianos em um centro de internação acabam por legitimar a centralidade que os procedimentos de segurança recebem. Desse modo, ao ser possível atuar de modo desassociado e sem diálogo, as diferentes equipes se orientam com base em seus próprios critérios de eficiência, o que, no caso de grande parte dos agentes de segurança socioeducativa, significa marginalizar atividades socioeducativas em prol da ordem, do controle e da disciplina.

Discussões metodológicas

As discussões propostas neste artigo decorrem principalmente da pesquisa de tese de doutorado em sociologia realizada por Juliana Vinuto (2020)⁷. Trata-se de uma pesquisa de campo realizada entre 2016 e 2019 em duas unidades de internação do Degase, sendo uma masculina e outra feminina, cujo objetivo foi o de compreender como os agentes de segurança socioeducativa se localizavam em um contexto atravessado por dois objetivos considerados por eles próprios como contraditórios: a segurança e a socioeducação. Durante a pesquisa, os seguintes materiais foram analisados: entrevistas semiestruturadas com agentes de segurança socioeducativa; materiais bibliográficos e institucionais produzidos pelo e sobre o Degase; materiais disponibilizados em sites e redes sociais do Degase e do Sind-Degase; materiais jornalísticos sobre o Degase; diários de campo compartilhados pelo Projeto Parcerias⁸, eventos e cursos oferecidos pelo Degase aos seus profissionais; conversas informais com agentes de segurança socioeducativa; e eventos organizados pelo Poder Judiciário e pelo Poder Legislativo sobre o Degase.

Este artigo também se valeu dos debates na sociologia das organizações que Joana Domingues Vargas vem realizando ultimamente (Vargas & Rodrigues, 2011). Tais

6. Utilizamos a expressão “equipe dirigente” para nos referir ao grupo responsável pela direção e administração do Degase. Essa expressão toma por base o argumento de Erving Goffman (2010: 69-70), que afirma que em instituições totais há uma divisão básica entre internados e equipe dirigente. Como afirma o autor: “Independentemente do que as organizações fazem na prática, elas se apresentam ao público como organizações racionais, conscientemente planejadas como máquinas eficientes para atingir determinadas finalidades oficialmente confessadas e aprovadas. Já se sugeriu também que um frequente objetivo oficial é a reforma dos internados na direção de algum padrão ideal. Esta contradição, entre o que a instituição realmente faz e aquilo que oficialmente deve dizer que faz, constitui o contexto básico da atividade diária da equipe dirigente”.

7. Trata-se de uma pesquisa de doutorado em sociologia que foi orientada por Joana Domingues Vargas e coordenada por Hebe Signorini Gonçalves, coautoras

do presente trabalho.

8. Trata-se de um projeto de extensão universitária coordenado por Hebe Signorini Gonçalves (Instituto de Psicologia da UFRJ), no qual estudantes realizavam visitas a uma unidade do Degase e participavam de reuniões semanais de supervisão, nas quais debatiam diários de campo previamente compartilhados. Ver Leandro Abreo (2017) e Graziela Sereno (2015).

9. É importante destacar que este artigo tem como foco as narrativas construídas especificamente pelos agentes de segurança socioeducativa, mas é digno de nota que em nossas experiências de pesquisa não identificamos a relevância da *falta de fechamento* dos discursos para as demais equipes que atuam em centros de internação.

trabalhos, somados às suas pesquisas sobre o tratamento direcionado à delinquência juvenil no Brasil (Vargas, 2012), algumas vezes amparadas em análises comparativas com a França (Marinho & Vargas, 2015), foram de fundamental importância para as discussões empreendidas. Somado a isso, as pesquisas de Hebe Signorini Gonçalves (2016) sobre o sistema socioeducativo carioca também ampararam os debates aqui realizados. O diálogo com sua experiência de pesquisa e extensão no próprio Degase (Gonçalves, Sereno & Abreo, 2017), incluindo a realização de trabalhos sobre agentes de segurança socioeducativa (Vinuto, Abreo & Gonçalves, 2017), foi de grande relevância para a discussão ora proposta.

Dessa forma, é o diálogo entre as diferentes experiências de pesquisa que pauta a escrita desse artigo. A articulação entre diferentes áreas, trajetórias, métodos e entradas de campo permitiram complexificar o que foi acessado durante a pesquisa. Por conta disso, o trabalho aqui desenvolvido se orienta mais pela análise dos conflitos e das disputas do que pela busca de uniformidade nos dados empíricos. Ao renunciar à busca pela regularidade foi possível ir além do protesto sobre os “problemas de implementação” do ECA (Lemos & Bicalho, 2017) e compreender que aquilo que não se ajusta ao que é concebido como a estrutura formal e oficial do Degase não é apenas uma idiossincrasia, mas parte constitutiva da organização (Almeida, 2016; Bittner, 2013; Vargas, 2004; Vargas & Rodrigues, 2011). Como afirma Hebe Signorini Gonçalves:

A lei, no entanto, não opera como instrumento solitário ou soberano. As normas que ela instaura interagem com as instituições, com as práticas sociais, com o conjunto de fatos concretos que tem lugar na sociedade. O sujeito toma a lei como norma, mas orienta sua conduta também com base naquilo que percebe e vive, nos fatos que presencia, nas ocorrências concretas que conhece ou sofre (Gonçalves 2005: 39).

Nas seções seguintes iremos descrever a maneira como a relação entre os diferentes profissionais do Degase é atravessada pela disjunção entre diferentes equipes e pela desconfiança. Assim, se em todas as profissões há uma dimensão de competitividade nas interações entre seus membros (Bonnelli, 1998), é necessário pensar quais os efeitos específicos que as disputas entre profissionais atuantes na medida socioeducativa de internação acarretam o atendimento destinado ao adolescente internado. Para tanto, descreveremos as peculiaridades e diferenças na mobilização da noção de *falta de fechamento* por parte dos agentes de segurança socioeducativa do Degase⁹. Posteriormente, tomamos essas narrativas sobre *falta de fechamento* como dispositivo relevante para compreender a disjunção e a desconfiança que pautam as relações profissionais no espaço socioeducativo. Por sua

vez, a disjunção entre diferentes equipes e a desconfiança mútua fomentam uma maneira naturalizada de olhar o imperativo da segurança, cuja centralidade é vista como se fosse incontornável em um centro de internação.

“Fica tudo nas costas do agente”¹⁰: a relação entre os diferentes servidores do Degase

10. Afirmação feita por vários agentes durante pesquisa de campo.

Então o *fechamento* é isso, você tem que ser *fechamento*, não que você vá se fechar em grupos para se proteger, corporativismo, não, não nesse sentido. *Fechamento* no sentido que você tem um sentido só a ser seguido, e todos seguem aquilo. Aí vai, uma diretriz, um caminho, esse troço todo. Então todo mundo tem que estar no *fechamento*, corpo técnico, direção, coordenação geral, coordenação de plantão, e os integrantes do plantão propriamente dito (Entrevista, agente de segurança socioeducativo masculino, Jun. 2016).

É comum ouvir dos agentes de segurança socioeducativa que o trabalho desenvolvido em um centro de internação depende da confiança uns nos outros. Consta do trecho de entrevista que abre esta sessão que o *fechamento* se refere à união de todos os profissionais no que diz respeito à implementação de um objetivo comum. Entretanto, a ideia de *fechamento* demanda usualmente a convergência de discursos e atitudes com relação ao adolescente ou a grupos externos ao espaço socioeducativo, mesmo que isso raramente seja assumido. Trata-se de uma demanda destacada a todo momento justamente em razão de sua inexistência: ocorrem constantes reclamações sobre *falta de fechamento*, principalmente em relação a recriminações e críticas sobre o trabalho do agente de segurança socioeducativa.

A ideia de *falta de fechamento* costuma ser apresentada pelos agentes como uma situação efetiva que prejudica o trabalho. Os agentes de segurança socioeducativa ao constatarem a *falta de fechamento* afirmam que são eles os que mais são prejudicados por essa privação e, por isso, seriam os únicos que realmente se importariam com a discussão sobre o tema. Apesar de ser considerado um termo descritivo, os agentes o mobilizam como modo de acusação, o que revela disputas de significado sobre qual seria o trabalho mais adequado em um centro de internação. Ao levar a sério as afirmações sobre *falta de fechamento* colocadas pelos agentes, consideramos que, mais importante do que investigar a veracidade de tal constatação, é compreender como esta revela conflitos profissionais que são centrais para a análise da rotina de trabalho em centros de internação do Rio de Janeiro. Deste modo, ao analisar narrativas sobre a existência de *falta de fechamento*, estamos analisando o modo como a sanção a adolescentes é implementada.

Como é o servidor que mais interage com o adolescente internado, sendo também o único responsável por sua contenção e disciplina, o agente é o trabalhador com maior possibilidade de se envolver em conflitos. Uma reclamação constante é que apesar de todos os servidores do Degase se beneficiarem do trabalho de segurança feito pelos agentes, a grande maioria acredita incondicionalmente na versão do adolescente quando acusa o agente, independentemente das provas apresentadas. Por isso, o *fechamento* seria tão importante na rotina de trabalho destes profissionais, pois a confiança dos demais atores do espaço socioeducativo compensaria a vulnerabilidade própria de sua função. Em outras palavras, como consta do título desta seção, grande parte dos agentes acredita que tanto o trabalho mais fastidioso quanto as acusações sempre *caem nas costas do agente*, mas os demais profissionais não estão dispostos a apoiarem integralmente suas ações.

A *falta de fechamento* é percebida como algo factual pelos agentes de segurança socioeducativa, mas revela uma situação de conflito no qual estes disputam o significado desse termo nativo para legitimar algumas práticas, regras e saberes específicos. Isso ocorre ainda entre diferentes perfis de agentes: como a presença destes nos centros de internação ocorre de modo intermitente, há a organização de diferentes plantões, sendo que alguns entrevistados afirmam que há incerteza até mesmo sobre o comportamento de agentes desses diferentes plantões. Apesar das demandas comuns que são colocadas diariamente, cada plantão é formado por profissionais diferentes e, portanto, tem características próprias no desenvolvimento dos trabalhos diários. Dessa forma, há plantões considerados mais abertos ao diálogo com os adolescentes, enquanto outros seriam mais rígidos na interação com eles. Como destaca Leandro Abreo:

Cabe ressaltar que tais micropenalidades são altamente discricionárias nas unidades de internação, uma vez que a escolha de uma ou outra sanção dependerá do plantão na unidade, do agente, do dia e do adolescente (Abreo, 2017: 29).

Segundo os agentes, essas distintas formas de atuação possibilitam ao adolescente manejar essas diferenças a seu favor, o que é visto como inconveniente. Assim, os adolescentes fazem diferentes demandas argumentando que “foram autorizadas no outro plantão”, mesmo que isso não tenha acontecido de fato. Essa maneira de o adolescente manejar os contrastes entre plantões causa acusações e conflitos entre os próprios agentes e fomenta discursos que almejam deslegitimar os plantões julgados como excessivamente tolerantes.

Entretanto, os conflitos existentes entre diferentes grupos de agentes não são mais fortes do que sua solidariedade quando são criticados por grupos como os exter-

nos. Há uma crença de que apenas um agente entende os dilemas vividos por outro agente, o que cria um ambiente de compreensão, mesmo que não completamente franco. Egon Bittner (2017) trata deste ponto em suas pesquisas sobre a instituição policial, demonstrando efeitos agregadores na relação com membros externos ao grupo. Quando há acusações contra um agente é comum que os demais prefiram se abster de opinar ou justifiquem o comportamento do mesmo. Essa união é uma característica relevante em outras profissões relacionadas com a segurança, como pontua Bittner (2017) em relação à organização policial:

Aqueles que são profissionais totalmente competentes não esperam criar relações amigáveis com seus pares, mas esperam, de fato, e recebem grande e irrestrito apoio em situações de perigo físico ou quando sob ataque vindo de pessoas de fora. Isto é, dentro da instituição, os policiais se esforçam para ficar fora do caminho um do outro, mas no mundo externo, eles mantêm uma frente marcadamente unificada (Bittner, 2017: 35-36).

Essa postura de lealdade com relação às acusações externas é vista como proteção contra a *falta de fechamento* que existiria entre os diferentes servidores do Degase. Os outros profissionais, em especial os da equipe técnica, são vistos como aqueles que não demonstram o mesmo apoio incondicional, e por isso são acusados por presumivelmente acreditarem de maneira precipitada nas versões de conflitos relatadas pelos adolescentes¹¹. Produz-se, assim, um ambiente acusatório a partir de estereótipos hostis construídos por ambas as partes, em que grande parte dos integrantes da equipe técnica considera os agentes excessivamente agressivos, ao mesmo tempo em que estes afirmam que os primeiros costumam ser excessivamente condescendentes com os adolescentes internados:

O não “fechamento” representa a discordância entre agentes e técnicos quanto ao tratamento conferido aos adolescentes, especialmente quando estes burlam alguma norma ou desobedecem às regras. Os técnicos, lançando mão do Estatuto da Criança e do Adolescente e das teorias acerca da natureza do adolescente, condenam as práticas que, para eles, são punição exagerada ou violência contra os jovens. Os agentes, por sua vez, trabalham seguindo as determinações dos poderes Judiciário e Executivo, guiando-se por uma lei (5.933/2011) que precede as suas práticas, encarando como imposição da disciplina o que os técnicos nomeiam como violência. O “não fechamento” expressa a discordância não apenas sobre as formas de trabalhar e lidar com os adolescentes em conflito com a lei, mas também sobre a natureza do “ser adolescente” (Silva, 2013: 139).

Apesar de os agentes de segurança socioeducativa imputarem a culpa pela *falta de fechamento* a diferentes instâncias, é a equipe técnica a principal acusada, sobretu-

11. Sobre as relações entre equipe técnica e agentes penitenciários nas prisões para adultos, ver Pedro Bodê de Moraes (2005).

do porque não legitimaria incondicionalmente suas práticas. Desse modo, a *falta de fechamento* é vista como responsável por relações distanciadas, muitas vezes até por rivalidades, sendo raros os centros de internação em que as diferentes equipes mantêm relações completamente cordiais. Claro que há alguns casos em que um ou outro profissional se relaciona bem com integrantes de outras equipes, mas são exceções que confirmam a regra.

Nessa direção, as reclamações sobre *falta de fechamento* entre diferentes equipes, colocadas pelos agentes de segurança socioeducativa, refletem disputas de poder nas quais há um esforço para demonstrar quem conhece *verdadeiramente* o adolescente internado. Os agentes alegam que, por interagirem com o adolescente durante toda sua jornada de trabalho, teriam mais elementos para conhecer sua essência, ao contrário da equipe técnica, que seria facilmente enganada por supostamente realizar apenas atendimentos pontuais. Esse argumento torna-se factível devido à crença de que é mais fácil simular um comportamento circunscrito durante o atendimento localizado com a equipe técnica do que interpretar um papel durante todos os momentos em que estão interagindo com os agentes. Nessa direção, os agentes de segurança socioeducativa veem uma disputa entre um saber avaliado pejorativamente como teórico e seu próprio saber, enunciado como *saber prático*.

O relatório psicossocial é um elemento relevante para conhecer as rivalidades em torno da legitimidade de cada uma dessas equipes, pois se revela enquanto concretização dessas disputas de saber-poder. Esse documento é construído pela equipe técnica a partir de informações sobre o comportamento do adolescente, bem como de sua família (Vinuto & Alvarez, 2018), a fim de ser enviado ao Judiciário no máximo a cada seis meses para subsidiar o juiz com informações para a tomada de decisão sobre a continuidade, a progressão ou a regressão da medida socioeducativa. Por um lado, o adolescente encarcerado enche-se de esperança a cada relatório produzido, já que se renovam as possibilidades de obter a liberdade; por outro, neste documento também são encontradas implícitas as justificativas que reforçam a necessidade do trabalho da própria instituição (Almeida, 2016). Nesse contexto, os agentes se sentem injustiçados por não serem consultados durante a produção do documento, como veremos a seguir.

12. Afirmação proferida por vários agentes durante a pesquisa de campo.

*“O que os adolescentes fazem com as técnicas é teatro”¹²:
disputas em torno do poder de produção do relatório.*

Vamos supor que o adolescente fique uma hora com a técnica. As outras 23 horas ele fica comigo. Quem você acha que conhece melhor aquele adolescente? O relatório tem que ser feito de três em três meses. Com a superlotação, pensa quantas vezes dá para

atender cada menino. Se tudo corresse perfeitamente, ele seria atendido três vezes nesses três meses. Mas o que acontece é que muitas vezes ele só é atendido uma vez (*Diário de campo do Projeto Parcerias*, Centro de Internação Masculino, Out. 2015).

Segundo o Capítulo IV, Seção VII, § 2º do ECA, a “medida [socioeducativa] não comporta prazo determinado, devendo sua manutenção ser reavaliada, mediante decisão fundamentada no máximo a cada seis meses”. Essa reavaliação ocorre principalmente a partir do relatório psicossocial – ou apenas relatório, como usualmente é nomeado –, que é um documento produzido pela equipe técnica¹³ sobre o adolescente internado e enviado ao Poder Judiciário para a avaliação sobre as possibilidades de manter, alterar ou encerrar a medida socioeducativa que está sendo cumprida. Nesse sentido, o envio do relatório ao Poder Judiciário é acompanhado de grande ansiedade por parte dos adolescentes, que podem ou não ser desinteressados a depender da recepção do mesmo. Ao mesmo tempo, muitos agentes de segurança socioeducativa criticam o fato de esse documento, tão central para a vida do adolescente, ser produzido sem consultá-los. Essa insatisfação ocorre porque creem que a equipe técnica detém um conhecimento limitado sobre o adolescente e por isso seriam permissivos com o mesmo.

13. Para conhecer outras maneiras de produção do relatório técnico, realizada no sistema socioeducativo paulista, ver Bruna Gisi de Almeida (2016) e Juliana Vinuto (2014).

14. Para um debate sobre o “mundo do crime”, ver Gabriel Feltran (2008).

Esse contexto torna o relatório um documento central em torno do qual ocorrem muitas disputas. É por essa razão que os agentes afirmam que os adolescentes fazem teatro para as técnicas, interpretando estarem arrependidos por seus erros e prontos para se afastarem do “mundo do crime”¹⁴, prometendo estudar, trabalhar e ajudar sua família. Há uma crença de que a equipe técnica acredita incondicionalmente nessa presumida interpretação e isso afetaria a qualidade do relatório produzido. Por isso, muitos agentes definem a equipe técnica como crédula e ingênua, e o relatório produzido como um documento distante da realidade (Gonçalves, Sereno & Abreo, 2018).

Contudo, não é apenas a suposta ingenuidade da equipe técnica que justifica o sentimento de injustiça no que se refere à não participação dos agentes na produção do relatório. Ocorre que, ao serem excluídos da produção desse documento, os agentes entendem que a instituição não considera o saber específico desse grupo profissional, o *saber prático*. Tal ambiente fomenta disputas sobre quem tem o saber mais legítimo sobre o adolescente, quem será a equipe técnica a receber a chancela por parte da equipe dirigente do Degase para produzir o documento oficial a ser enviado ao Poder Judiciário. O fato de não serem ouvidos durante o processo de construção do relatório, e por conseguinte pelo Poder Judiciário, dá aos agentes a sensação de que seu *saber prático* é dispensável e menos válido do que o saber que eles nomeiam como *teórico* e *ingênuo*, sugerindo o desprestígio de seu trabalho frente ao Degase.

Nesse contexto, são geradas disputas em torno do que chamamos de “poder de produção do relatório”, ou seja, a faculdade e a legitimidade atribuídas a determinados profissionais para classificar, em um documento oficial, o comportamento do adolescente internado fruto de sua intervenção (Vinuto, 2014). Dessa forma, as disputas em torno do poder de produção do relatório materializam os conflitos entre os agentes e a equipe técnica.

As disputas em torno do poder de produção do relatório evidenciam tanto a *falta de fechamento* entre diferentes equipes profissionais do Degase quanto a *deslegitimação* que o *saber prático* dos agentes de segurança socioeducativa enfrenta dentro e fora da instituição. Os agentes sentem que todas as responsabilidades e injustiças da instituição recaem sobre suas costas, mas os trabalhos realizados em proximidade ao adolescente que legitimariam o seu *saber prático* e que poderiam ser registrados no relatório de modo a embasar as decisões sobre os adolescentes são desautorizados. Sobre isso, Abreo assinala:

Poder opinar e acrescentar no relatório seria o único dispositivo que permitiria dar algum significado oficial para seu trabalho no Degase que tem a expressão “socioeducativo” na nomenclatura do cargo. Este sofrimento é intensificado por perceberem que, em muitos casos, o que aparece no relatório é contraditório com sua experiência e com seu saber sobre o adolescente. É uma situação que, além de acirrar ainda mais os conflitos e o comum distanciamento existente nas instituições totais entre o corpo técnico e o de segurança, renega ou subtiliza a inteligência prática que é desenvolvida por esses profissionais ao longo do intenso e permanente contato com os internos (Abreo, 2017: 120).

A forma pela qual a equipe dirigente do Degase maneja as disputas sobre o poder de produção do relatório pode ser pensada a partir das considerações foucaultianas sobre saber-poder (Foucault, 2007). Michel Foucault analisa como os saberes desqualificados pela ciência hegemônica se tornam discursos periféricos, revelando que a principal estratégia do discurso científico é desqualificar os saberes contemplados como não científicos, inferiores, “insuficientemente elaborados” (Foucault, 2007). Para o autor, o poder produz saber e por isso “não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder” (Foucault, 2007: 27).

Entretanto, apesar das representações que entendem *saber teórico* e *saber prático* como opostos, é relevante pensar como o Degase apresenta uma configuração organizacional que utiliza ambos de maneira complementar, a depender do contexto. Hebe Gonçalves, Graziela Sereno e Leandro do Abreo (2017) destacam que as dis-

putas sobre quem conhece mais o adolescente só são possíveis porque ignoram o quanto o saber teórico e o saber prático se assemelham.

Nesse sentido, as funções dos agentes socioeducativos¹⁵ – que acompanham o adolescente no seu cotidiano – e dos técnicos – que acessam sua subjetividade por meio de exames consignados nos laudos – não são divorciados. Ao contrário, eles se somam e se potencializam. O fato de se constituírem em saberes diferentes, cada qual com sua lógica própria, não faz com que um necessariamente se sobreponha ao outro (Gonçalves, Sereno & Abreo, 2017: 123).

15. “Agente socioeducativo” é um dos modos como a função de agente de segurança socioeducativo foi nomeada ao longo da história. Para um debate sobre os diferentes termos que foram utilizados para nomear esta função, ver Vinuto (2020).

Essa complementaridade entre os *saberes teórico e prático* pode não ser percebida por grande parte dos agentes, mas ela não deixa de ser relevante para a produção cotidiana da obediência com que são vistos os procedimentos de segurança: internamente, o saber dos agentes socioeducativos é central para a manutenção da ordem e da disciplina, mas frente ao Poder Judiciário é o saber da equipe técnica que será demonstrado como indício de que os objetivos relacionados à socialização estão sendo buscados. Nesse sentido, o saber e as práticas dos agentes são decisivos e funcionais para o funcionamento cotidiano da instituição, ainda que os mesmos não sejam valorizados externamente.

Vale lembrar que há trabalhos que indicam que a ideia de periculosidade também atravessa o trabalho de psicólogos, assistentes sociais, pedagogos e demais integrantes da equipe técnica (Hernandez, 2018; Vinuto, 2014), ressaltando representações sobre o adolescente internado que indicam descrença em suas possibilidades de “ressocialização”. Isso significa que os agentes socioeducativos não são os elementos decisivos para a construção de um ambiente seguro no centro de internação, já que o mesmo não decorre exclusivamente das atitudes desses profissionais. Ao contrário, qualquer indivíduo que aí atue será afetado de alguma forma pela lógica da contenção (Vinuto & Franco, 2019).

Somado a isso, é importante destacar que o debate sobre as relações de oposição entre saberes considerados práticos e aqueles observados como técnicos ou teóricos não é novo, como é ilustrado nas discussões sobre instituições totais (Goffman, 2010). Isso fica particularmente claro nas discussões nacionais sobre instituições de controle e ordem, em especial no caso das polícias (Lima, 1995; Muniz, 2001; Poncioni, 2005; Medeiros, 2021). O que gostaríamos de destacar sobre a atuação dos agentes de segurança socioeducativa em centros de internação do Rio de Janeiro é que essa oposição, vista como autoevidente, compõe a naturalização com que é vista a centralidade dos procedimentos de segurança. É sobre este ponto que nos deteremos a partir de agora.

Disjunção e desconfiança: a centralidade dos procedimentos de segurança

O agente é excluído de todo o processo... Mas se tiver problema, é o primeiro a ser acionado. O adolescente chega lá e fala a mesma história de sempre para a técnica, mas se ele mandar a técnica tomar no cu e se foder, ela chama o agente (Entrevista de agente de segurança socioeducativa masculino fora do local de trabalho, Fev. 2018).

O trecho de entrevista que abre essa seção ilustra como os agentes de segurança socioeducativa se sentem depreciados e excluídos das atividades essenciais referentes às decisões sobre o adolescente, tais como a elaboração do relatório, o planejamento e a organização das atividades socioeducativas ou a construção do Plano Individual de Atendimento (PIA). E, ao mesmo tempo, o referido trecho indica que apesar de os agentes serem excluídos dessas práticas, são peças fundamentais do processo, visto que são rapidamente acionados quando algo sai do controle. Isso sugere que as atividades socioeducativas só podem ser realizadas com o apoio e a segurança afiançada pelos mesmos, sendo este um aspecto importante no cotidiano institucional, na medida em que a própria equipe técnica reconhece a relevância da ação do agente. Atravessada por certo ressentimento, a afirmação acima ilustra a centralidade com que os agentes veem sua própria função de manutenção da ordem em um centro de internação. Desse modo, ainda que esses agentes e técnicos atuem na mesma instituição, não se articulam a partir dos mesmos princípios.

Uma tal constatação vai de encontro à análise organizacional de John Meyer e Brian Rowan (1977), que argumentam que instituições, a partir de seus operadores, não agem baseadas em coordenação e controle rígidos entre estrutura e ações, mas a partir de um “ajustamento frouxo” entre o que é prescrito e o que é de fato realizado, e entre diferentes grupos, departamentos, equipes etc. Esse ajustamento frouxo permite que determinadas ações sejam realizadas apenas com uma vaga coordenação entre as diferentes partes. Para os autores, a disjunção entre a regra e sua aplicação e entre os diferentes grupos profissionais minimiza a existência de conflitos e ainda permite a construção de uma imagem pública adequada ao que é entendido como razoável pela sociedade mais ampla. Meyer e Rowan argumentam ainda que quando a sociedade coloca uma demanda para uma organização, esta se vê pressionada a atendê-la a fim de angariar legitimidade para as suas ações. Desta forma, as instituições incorporam elementos externos já aceitos como importantes em outras organizações para fortalecer sua própria legitimidade, mas usualmente isso ocorre apenas de modo cerimonial. Tal argumentação nos ajuda a compreender como a disjunção no Degase torna-se central para a incorporação cerimonial da

socioeducação. No caso do Degase, o âmbito socioeducativo, presente nas regras, documentos e discursos oficiais, é apresentado como central pela instituição, mas não integra efetivamente as práticas cotidianas de trabalho com os adolescentes, sendo mobilizado apenas de modo protocolar a fim de justificar e legitimar externamente a existência da instituição.

Nas sociedades modernas, os elementos da estrutura formal racionalizada estão profundamente enraizados e refletem compreensões generalizadas da realidade social. Muitos dos cargos, das políticas, dos programas e dos procedimentos das organizações modernas são compelidos pela opinião pública, pelos pontos de vista dos importantes eleitores, pelo conhecimento legitimado através do sistema educacional, pelo prestígio social, pelas leis e pelas definições de negligência e prudência usadas pelos tribunais. Tais elementos da estrutura formal são manifestações de poderosas regras institucionais que funcionam como mitos altamente racionalizados que são obrigatórios para organizações particulares (Meyer & Rowan, 1977: 343, tradução livre).

Meyer e Rowan entendem tais demandas sociais externas como “mitos” que as instituições dizem seguir, mas que são efetivamente pouco realizáveis. As organizações que afirmam incorporar esses mitos difundidos na sociedade “aumentam sua legitimidade e suas perspectivas de sobrevivência, independentemente da eficácia imediata das práticas e procedimentos adquiridos” (Meyer & Rowan, 1977: 340, tradução livre). Quando os membros da organização entendem que tais mitos conflitam com o que consideram ser mais eficiente para seus objetivos diários, acabam por incorporá-los apenas de maneira cerimonial, e não de forma a alterar a estrutura institucional. Isto é, as pessoas afirmam se conformar com esses mitos para que possam continuar com o seu trabalho cotidiano, usando os procedimentos usuais sem serem importunadas.

Observa-se até aqui que a incorporação da socioeducação no Degase ocorre de maneira cerimonial, e assim a própria instituição pode mostrar à sociedade que atende às suas demandas de “ressocialização” do adolescente internado, mas sem incorporá-las à rotina da instituição. Aqui vemos qual a lógica que efetivamente rege essa instituição: o controle e a disciplina dos adolescentes, visto que as atividades de caráter educativo só são admitidas quando não são vistas como riscos à segurança da instituição. Como a equipe dirigente do Degase não pode se opor abertamente às normativas e suprimir as iniciativas socioeducativas, a incorporação cerimonial da socioeducação se revela politicamente estratégica, pois pode ser manejada enquanto prova da realização dos objetivos legais existentes. Assim, a equipe dirigente da instituição preserva o mito do atendimento humanizado ao

mesmo tempo em que constrói sua própria legitimidade atuando, sobretudo, no controle dos adolescentes e na minimização de fugas e conflitos.

Para Meyer e Rowan, as tensões entre as regras – implementadas apenas de modo cerimonial – e as práticas – aquelas consideradas adequadas e razoáveis pelos profissionais que atuam na instituição – são minimizadas a partir de duas estratégias articuladas: a disjunção entre grupos que se colocam objetivos diversos, o que diminui o número de conflitos; e as manifestações de confiança e de boa-fé entre esses grupos, que confiam na previsibilidade das ações dos demais. Ambas as estratégias evitam inspeções de um grupo sobre outro, o que ajuda a construir a legitimidade da organização.

Como vimos, a disjunção entre diferentes equipes, ilustrada nas acusações de *falta de fechamento*, pauta grande parte das relações entre os profissionais que atuam no espaço socioeducativo. Mas de modo oposto ao que foi pensado por Meyer e Rowan, não só ela engendra a origem das acusações, como também sua presença não é acompanhada de manifestações de confiança e de boa-fé. Ao contrário, como arrolamos ao longo do artigo, a *falta de fechamento* implica em desconfiança. Essa situação também foi observada em outras pesquisas sobre organizações de controle brasileiras, como no trabalho de Joana Vargas e Juliana Rodrigues (2011) sobre a disjunção entre diferentes instituições do sistema de justiça. As autoras afirmam:

O que, ao nosso ver, é particular ao Brasil e destoante do esquema proposto pela teoria das organizações (TO) é o fato de a disjunção não ser acompanhada de manifestações de confiança e boa-fé. Muito pelo contrário, prevalece em nosso sistema a desconfiança entre os operadores responsáveis por administrar a Justiça (Vargas & Rodrigues, 2011: 81).

Vargas e Rodrigues destacam que a desigualdade entre diferentes grupos profissionais ajuda a explicar esse ambiente de desconfiança, dadas as disputas entre saberes considerados mais legítimos do que outros. Se levarmos a sério as considerações dos agentes de segurança socioeducativa sobre a existência de *falta de fechamento*, podemos pensar que, se, por um lado, a disjunção entre agentes e equipe técnica minimiza os conflitos na realização das atividades cotidianas, por outro produz um ambiente acusatório entre as partes na qual o que prevalece é a desconfiança generalizada. Assim, o Degase funciona a partir de um “ajustamento frouxo” (Meyer & Rowan, 1977: 341) entre suas diferentes instâncias, o que permite que profissionais com crenças diversas sobre a natureza de seu trabalho convivam na mesma instituição. Isso fomenta também o predomínio do imperativo da segurança, já que aqueles que estão alinhados com o discurso de controle, ordem

e disciplina não precisam prestar contas ao renunciar aos objetivos socioeducativos oficiais. Pelo contrário, são percebidos como essenciais à instituição porque resolvem problemas práticos do cotidiano.

Assim, se diferentes profissionais divergem sobre o que deveria ser o seu próprio trabalho – segurança ou socioeducação, usualmente vistos de maneira mutuamente excludente (Vinuto, 2020; Vinuto, Abreo & Gonçalves, 2017) – a disjunção entre diferentes equipes minimiza a existência de conflitos abertos e coletivamente organizados, já que cada grupo profissional pode atuar sem ser importunado pelos demais. E assim há uma justificativa avaliada como razoável – a *falta de fechamento* – para não entrarem em harmonia sobre o que deveria ser a medida socioeducativa de internação.

Se Georg Simmel (2011) já destacou que qualquer forma social, por mais homogênea que pareça, é calcada em conflitos recorrentes, é possível ainda ampliar o significado da *falta de fechamento* no contexto socioeducativo, ao entendê-la como parte integrante da própria positividade do Degase. Os conflitos cotidianos são invisíveis ao público externo e não transformam a instituição porque não ganham amplitude, sendo resolvidos local e individualmente. Mesmo assim, têm consequências para a legitimidade do Degase enquanto instituição, já que na prática cotidiana há a prevalência da lógica da segurança, ainda que isso não apareça nos discursos oficiais. Neste ínterim, ao grupo de agentes socioeducativos alinhados à garantia de direitos, resta uma atuação individual nas brechas que os condena a um sentimento permanente de constituírem exceções (Vinuto, 2020).

As considerações colocadas até aqui podem contribuir com o debate sobre as singularidades das medidas socioeducativas. Muitos trabalhos relevantes já discutiram a importância política da implementação de sanções específicas aplicadas a adolescentes (Paula, 2011; Rizzini & Pilotti, 2011; Schuch, 2005; Vicentin, 2005). Ao mesmo tempo, grande parte desses mesmos trabalhos demonstram o quanto a letra da lei está distante de sua implementação concreta. O que se propôs neste artigo foi analisar determinados elementos para compreendermos não apenas o desencaixe entre a lei e sua execução, mas sobretudo as razões mobilizadas por alguns atores do sistema socioeducativo quando argumentam que tal desencaixe é incontornável. Assim, se agentes de segurança socioeducativa manejam acusações de *falta de fechamento* para destacar sua marginalização e justificar seus saberes e práticas no espaço socioeducativo, as análises aqui propostas sobre disjunção e desconfiança nos ajudam a compreender como os mesmos conseguem centralizar procedimentos de segurança sem atentar para a dimensão socioeducativa de sua função. Vemos que, em um mesmo movimento, os agentes destacam que vivem

uma posição subalterna, mas em seu cotidiano de trabalho são aqueles que dão as cartas do jogo, priorizando modos de atuação que focam em disciplina, lei e controle.

Considerações finais

A análise sobre a categoria nativa *falta de fechamento*, mobilizada por agentes de segurança socioeducativa que atuam em centros de internação do Rio de Janeiro, permitiu-nos compreender como, apesar de ser vista como expressão simplesmente descritiva, ela implica disputas de significado sobre o que seria o trabalho adequado a ser feito em um centro de internação. Essa categoria permitiu-nos mostrar como a disjunção entre diferentes equipes e a desconfiança que pauta as relações entre profissionais no espaço socioeducativo produzem e, ao mesmo tempo, são produtos de um contexto organizacional no qual os procedimentos de segurança são centrais enquanto a socioeducação é vista como prescindível. Afirmamos que as acusações de *falta de fechamento* “produz” disjunção e desconfiança porque sua invocação reproduz uma lógica em que as diferentes equipes são vistas de modo essencialista e em oposição entre si; ao mesmo tempo, a *falta de fechamento* é “produto” de um contexto organizacional que não incentiva o trabalho conjunto entre diferentes equipes profissionais e, desse modo, permite que cada grupo utilize seus próprios critérios de eficiência em sua jornada de trabalho.

Ao permitir que diferentes equipes profissionais não interajam apropriadamente, a equipe dirigente do Degase ajuda a construir um contexto organizacional no qual cada grupo pode fazer o trabalho do modo que considera mais apropriado, sem necessariamente prestar conta um ao outro. Isso faz com que aqueles profissionais que não se adaptam aos objetivos socioeducativos possam atuar de maneira dissociada dos discursos oficiais e nem sempre sejam responsabilizados por isso. Às atividades educativas se reserva um papel cerimonial, já que essas são implementadas apenas em situações que não conflitam com os objetivos de controle e disciplina ou em ocasiões em que a equipe dirigente da instituição deseja auferir algum lucro simbólico ao adotar a perspectiva socioeducativa.

Nossa análise sobre a disjunção entre diferentes equipes revela que esta não elimina as disputas e a desconfiança entre profissionais que se alinham de modos diversos em sua jornada de trabalho. Ao contrário, desnuda a persistência desses conflitos decorrentes do modo desigual como os saberes profissionais são considerados, o que é sintetizado nas disputas em torno do poder de produção do relatório, peça que justifica e projeta o trabalho realizado pela instituição para o público externo. E ao administrar essa desigualdade, de modo a endossar uma lógica da

segurança interna ao mesmo tempo em que projeta uma imagem externa alinhada à socioeducação, a equipe dirigente do Degase não harmoniza a racionalidade própria a cada grupo profissional, ao contrário, contribui ativamente para produzir a prescindibilidade da socioeducação dentro de seus muros.

Referências

ABREO, Leandro. *Entre capturas e resistências: situações de saúde e adoecimento no trabalho de agentes socioeducativos*. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

ALMEIDA, Bruna Gisi M. de. *A racionalidade prática do isolamento institucional: um estudo da execução da medida socioeducativa de internação em São Paulo*. Tese (Doutorado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

_____. *A experiência da internação entre adolescentes: práticas punitivas e rotinas institucionais*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

BATISTA, Vera Malaguti. Adeus às ilusões “re”. In: COIMBRA, Cecília Maria B.; AYRES, Lígia Santa Maria; NASCIMENTO, Maria Lívia do (Eds.). *Pivetes: encontros entre a psicologia e o Judiciário*, p. 195-199. Curitiba: Juruá Editora, 2009.

BAYLEY, Davis. *Padrões de policiamento*. São Paulo: Editora USP, 2001.

BITTNER, Egon. *Aspectos do trabalho policial*. São Paulo: Editora USP, 2017.

_____. The concept of organization. *Ethnographic Studies*, v. 13, p. 175-187, 2013.

BONELLI, Maria da Glória. A competição profissional no mundo do Direito. *Tempo social*, v. 10, n. 1, p. 185-214, 1998.

BRASIL. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), Lei 12.594, de 18 de janeiro de 2012.

_____. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei 8.069, de 13 de julho de 1990.

FELTRAN, Gabriel de S. *Fronteiras de tensão: um estudo sobre política e violência nas periferias de São Paulo*. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 2008.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 2010.

GONÇALVES, Hebe S. Sobre a morte, sobre a vida: a produção da bíos em adolescentes em conflito com a lei. *Revista Polis e Psique*, v. 6, n. 1, p. 65-84, 2016.

_____. Medidas socioeducativas: avanços e retrocessos no trato do adolescente autor de ato infracional. In: ZAMORA, Maria Helena. *Para além das grades: elementos para a transformação do sistema socioeducativo*. Rio de Janeiro; São Paulo: Editora PUC-Rio; Loyola, 2005.

GONÇALVES, Hebe S.; SERENO, Graziela C.; ABREO, Leandro de O. O fazer socioeducativo: trabalhando com os agentes. In: ZAMORA, Maria Helena; OLIVEIRA, Maria Cláudia (Orgs.). *Perspectivas interdisciplinares sobre adolescência, socioeducação e direitos humanos*, p. 202-220. Curitiba: Appris, 2017.

HERNANDEZ, Jimena de G. *O Adolescente dobrado: cartografia feminista de uma unidade masculina do Sistema Socioeducativo do Rio de Janeiro*. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

LEMONS, Flavia S.; BICALHO, Pedro Paulo. A circunscrição histórica das políticas de enfrentamento ao ato infracional e a crítica do adolescente. In: ZAMORA, Maria Helena; OLIVEIRA, Maria Cláudia (Orgs.). *Adolescência, socioeducação e direitos humanos*. Curitiba: Appris, 2017.

LIMA, Roberto Kant de. *A polícia da cidade do Rio de Janeiro: seus dilemas e paradoxos*. Rio de Janeiro: Forense, 1995.

MARINHO, Frederico C.; VARGAS, Joana D. Permanências e resistências: legislação, gestão e tratamento da delinquência juvenil no Brasil e na França. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. 1, p. 267-298, 2015.

MEDEIROS, Flavia. *Linhas de investigação: uma etnografia das técnicas e moralidades numa divisão de homicídios da Polícia Civil do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Autografia, 2021

MEIRELES, Camila de C. *Entre a educação e a disciplina: sobre agentes socioeducativos do Estado do Rio de Janeiro*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

MEYER, John W.; ROWAN, Brian. Institutionalized organizations: formal structure as myth and ceremony. *American Journal of Sociology*, v. 83, n. 2, p. 340-363, 1977.

MORAES, Pedro R. Bodê de. *Punição, encarceramento e construção de identidade profissional entre agentes penitenciários*. São Paulo: IBCrim, 2005.

MUNIZ, Jacqueline de Oliveira et al. A crise de identidade das polícia militares brasileiras: dilemas e paradoxos da formação educacional. *Security and Defense Studies Review*, v. 1, p. 187-198, 2001.

PAULA, Liana de. *Liberdade assistida: punição e cidadania na cidade de São Paulo*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

PONCIONI, Paula. O modelo policial profissional e a formação profissional do futuro policial nas academias de polícia do Estado do Rio de Janeiro. *Sociedade e Estado*, v. 20, n. 3, p. 585-610, 2005.

RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco (Orgs.). *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2011.

SANTOS, Erika Piedade da Silva. Desconstruindo a minoridade: a psicologia e a produção da categoria menor. In: GONÇALVES, Hebe Signorini; BRANDÃO, Eduardo Ponte (Orgs.). *Psicologia jurídica no Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: NAU, 2014.

SCHUCH, Patrice. Práticas de Justiça: uma etnografia do “Campo de Atenção ao Adolescente Infrator” no Rio Grande do Sul, depois do Estatuto da Criança e do Adolescente. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 2005.

SERENO, Graziela. *Agente socioeducativo: possibilidades e impossibilidades de atuação e formação no território socioeducativo*. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015.

SILVA, Marcia C. S. Nos mundos do Departamento Geral de Ações Socioeducativas: adolescentes, agentes e técnicos nos contextos da administração da justiça para a juventude. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

SIMMEL, Georg. O conflito como sociação. *Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v. 10, n. 30, p. 568-573, 2011.

VARGAS, Joana D. Adolescentes infratores no Rio de Janeiro: violência e violação de direitos fundamentais. *Revista do Centro de Filosofia e Ciências Humanas*, Ano 2, n. 4, p. 26-41, 2012.

_____. *Estupro: que justiça? Fluxo do funcionamento e análise do tempo da justiça criminal para o crime de estupro*. Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 2004.

VARGAS, Joana D.; RODRIGUES, Juliana N. L. Controle e cerimônia: o inquérito policial em um sistema de justiça criminal frouxamente ajustado. *Sociedade e Estado*, v. 26, n. 1, p. 77-96, 2011.

VICENTIN, Maria Cristina G. *A vida em rebelião: jovens em conflito com a lei*. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2005.

VINUTO, Juliana. *“O outro lado da moeda”: o trabalho dos agentes socioeducativos no estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Autografia, 2020.

_____. *Entre o “recuperável” e o “estruturado”: classificações dos funcionários de medida socioeducativa de internação acerca do adolescente em conflito com a lei*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo, Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, 2014.

VINUTO, Juliana; DUPREZ, Dominique. O duplo objetivo sancionatório-educativo no Brasil e na França: as diferentes configurações organizacionais direcionadas ao adolescente em conflito com a lei. *Revista Dilemas*, Edição Especial, n. 3, p. 115-135, 2019.

VINUTO, Juliana; FRANCO, Túlio Maia. “Porque isso aqui, queira ou não, é uma cadeia”: as instituições híbridas de interface com a prisão. *Mediações – Revista de Ciências Sociais*, v. 24, n. 2, p. 250-277, 2019.

VINUTO, Juliana; ALVAREZ, Marcos Cesar. O adolescente em conflito com a lei em relatórios institucionais. Pastas e prontuários do “Complexo do Tatuapé” 1 (Febem, São Paulo/SP, 1990-2006). *Tempo Social*, v. 30, p. 233-257, 2018

VINUTO, Juliana; ABREO, Leandro; GONÇALVES, Hebe S. No fio da navalha: efeitos da masculinidade e virilidade no trabalho de agentes socioeducativos. *Plural*, v. 24, p. 54-77, 2017.



Interpretações do Brasil e a temporalidade moderna: do sentimento de descompasso à crítica epistemológica*

Recebido: 06.02.21
Aprovado: 17.09.21

Sergio Barreira de Faria Tavolaro (<https://orcid.org/0000-0003-2755-3361>),
Departamento de Sociologia, Instituto de Ciências Sociais,
Universidade de Brasília, Brasília, Distrito Federal, Brasil.

* Este artigo é fruto dos projetos de pesquisa 204704/2018-9 e 303189/2019-3 (CNPq). Agradeço às/ aos pareceristas da revista *Sociedade e Estado* pelas valiosas sugestões, as quais me auxiliaram a aprimorar o argumento do trabalho.

Resumo: Ao revisitar algumas das mais prestigiadas obras de interpretação do Brasil, o artigo debruça-se sobre o sentimento de descompasso que permeia os retratos da vida social brasileira ali delineados. A conjectura que se quer examinar é que, admitida a pluralidade de perspectivas que colore essa fatura, tais obras insinuam primar no país um ordenamento temporal intrincado e sinuoso, apenas em parte sincronizado ao tempo homogêneo, progressivo e linear dos contextos modernos modelares. Importa-me, ademais, contemplar um conjunto de formulações críticas ao imaginário sociológico com o propósito de explorar uma segunda hipótese: tão logo apreciados em diálogo com essas proposições críticas, retratos da sociedade brasileira esboçados nessas obras parecem dispor de elementos sugestivos de um enquadramento teórico sensível às incongruências, assimetrias e tensões que atravessam a temporalidade moderna. Ao final do artigo, pretendo refletir sobre o alcance heurístico dessas ideias e suas eventuais contribuições para o debate sociológico contemporâneo.

Palavras-chave: Pensamento brasileiro. Modernidade no Brasil. Teoria sociológica. Interpretações do Brasil. Modernidade.

I. Sergio Tavolaro é professor do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília. Bolsista pesquisador do CNPq. Doutor em sociologia pela The New School for Social Research, New York, NY, Estados Unidos. <sergiotavolaro@hotmail.com>.

Interpretations of Brazil and the temporality of modernity: towards an epistemological critique

Abstract: While revisiting some of the most acclaimed oeuvres of the so-called Brazilian social thought, the article examines the feeling of temporal mismatch that underlies a wide variety of portraits of social life in Brazil. I contend that notwithstanding the variegated analytical perspectives inherent to this intellectual constellation, most of these oeuvres are inclined to ascribe to Brazil a peculiar temporal configuration, only partially synchronized with the homogeneous and linear-progressive time envisaged in modernity. That said, I am also interested in investigating a set of critical propositions to the sociological imagination in order to assess an additional hypothesis, namely: these very same visions of Brazilian society seem to insinuate an alternative theoretical frame of reference, sensitive to the unbalances, asymmetries and contradictions that crisscross modernity's temporality. In the end, I reflect upon the heuristic potential of such ideas and their contributions to contemporary sociology.

Keywords: Brazilian social thought. Modernity in Brazil. Sociological theory. Interpretations of Brazil. Modernity.

Retratos da vida social brasileira delineados em algumas das mais celebradas obras de interpretação do Brasil tenderam a referir-se a esta como uma experiência destoante de contextos em regra associados às gêneses e à dianteira da modernidade. Trata-se, com efeito, de um fato amplamente constatado pela fortuna crítica. A julgar por aqueles trabalhos, razões não faltariam para tal condição díspar: os efeitos sociais de um meio natural singular, as heranças culturais dos colonizadores, a composição racial e os padrões comportamentais de suas gentes, a dispersão populacional do vasto território, os costumes e as instituições sedimentados ao longo de sua existência, suas estruturas econômicas incongruentes, a posição periférica e dependente do país no cenário mundial, dentre outros, combinados ou não entre si, foram apenas alguns dos aspectos inquiridos com o propósito de desvelar a realidade nacional e discernir seus predicados distintivos. Por si só, tamanha profusão de ideias é reveladora da enorme multiplicidade de abordagens que conforma esse pensamento. Admitidos os incontáveis desacordos dessas formulações, suas convergências são igualmente indisfarçáveis. Afora o fato de partilharem uma mesma preocupação primordial – leia-se, perscrutar as alegadas circunstâncias especiais de nossa formação –, suas afinidades estendem-se a ao menos outra seara, a saber: a percepção desta como uma sociedade que, além de ter ingressado tardiamente na modernidade, manteve-se descompassada das principais referências e parâmetros modernos.

Nas páginas que se seguem, retomarei esses retratos à luz de um aspecto do discurso da modernidade que ocupa lugar de destaque na sociologia. Como bem se sabe, nos termos desse imaginário, o advento da era moderna fez-se acompanhar da instauração de uma configuração temporal sem precedentes (Morfino & Thomas, 2018; Rosa, 2013). Em conformidade com as novas instituições e padrões de sociabilidade então estabelecidos, tal *temporalidade* seria marcadamente abstrata e uniforme, apoiada sobre o desenrolar progressivo e linear do *tempo* (Anderson, 1991; Gumbrecht, 2015). No presente artigo, almejo examinar alguns dos alicerces epistemológicos daquele *sentimento de descompasso* orientado por duas conjecturas articuladas. Conforme a primeira delas, apesar da pluralidade de perspectivas que colorem o pensamento brasileiro, essas ideias convergem ao indicarem a existência de um ordenamento *temporal* no Brasil irreduzível aos contextos modelares da modernidade. Nesse caso, condizente com suas formas societárias especiais, prevaleceria no país uma *temporalidade* truncada e heterogênea, coabitada por vivências e sentidos diversos do *tempo*. Aturdida por toda sorte de desacordos (econômicos, políticos, institucionais, culturais, ético-morais, cognitivos etc.), abundariam as evidências de se tratar de uma sociedade dissonante na cena moderna.

É certo que, ao ratificar nossa condição extemporânea e reflexa na contemporaneidade, esse diagnóstico difuso concorre para confirmar o vigor epistemológico daquela *temporalidade* hegemônica¹. Atento a tais convergências, importa-me em igual medida visitar proposições críticas ao imaginário sociológico, ciosas de facetas da vida social comumente subapreciadas pelo cânone. A segunda conjectura que pretendo apurar é que apreciadas em diálogo com essas formulações críticas, imagens da sociedade brasileira inscritas em obras-chave de interpretação do país dispõem de elementos sugestivos de um enquadramento teórico alternativo, sensível às incongruências, assimetrias e tensões que perpassam a experiência do *tempo* na modernidade. Ao final do artigo, pretendo ponderar acerca do alcance heurístico dessas ideias e de suas eventuais contribuições para o debate sociológico atual.

Interpretações do Brasil e o sentimento de descompasso

Sobressai-se na produção sociológica a ideia conforme a qual a emergência da modernidade constituiu uma ruptura histórica com repercussões sociais definitivas (Marx, 1990; Weber, 2002; Durkheim, 1997). De acordo com essa concepção, as instituições e os padrões de sociabilidade então inaugurados ergueram-se apoiados em um novo sentido do *tempo* (Habermas, 1990; Luhmann, 1976): alheia aos movimentos e vicissitudes do mundo natural, a *temporalidade moderna* mostrava-se cada vez mais vazia e abstrata, resguardada de influências socioculturais localizadas (Anderson, 1991: 24; Giddens, 1991: 25-29; Zerubavel, 1982 2-3). Sua orientação irresistivelmente progressiva evidenciaria a predileção dessa experiência pela mudança em detrimento da permanência e da tradição (Morfino & Thomas, 2018: 1-2; Gumbrecht, 2015; Habermas, 1990; Harvey, 1995; Koselleck, 2006; Rosa, 2013)². Associado quase sempre a transformações históricas inerentes à Europa e ao Ocidente (Anderson, 1991; Giddens, 1991), esse novo enquadramento do *tempo* acabaria por aspirar elevar-se à condição de referência universal, sobrepondo-se a percepções, vivências e conotações alternativas (Koselleck, 2006: 284-285; Zerubavel, 1982)³.

Como quero argumentar, esses parâmetros epistemológicos são igualmente caros a um repertório variado de obras e formulações do pensamento brasileiro. Decerto, tendo sido engendrados em contextos sócio-históricos diversos e em circunstâncias políticas e intelectuais bastante diferentes, são profusas as discordâncias – analíticas e político-normativas – entre tais esforços de interpretação do país. Instiga-

1. Vale lembrar, Maria Sylvia Carvalho Franco (1976: 63) já afirmava que “as teorias sobre a história brasileira são sustentadas por uma temporalidade entendida como série causal, estabelecendo-se entre os polos que se articulam no capitalismo mundial uma relação linear de condição à consequência.”

2. Esse enquadramento aproxima-se daquilo que Hans Gumbrecht (2015: 14-15) denomina de *cronótopo* do “pensamento/consciência histórica”, cujos traços principais seriam os seguintes:
i. “a humanidade [...] se imagina num percurso linear, movimentando-se no tempo”;
ii. presume-se que “todos os fenômenos são influenciados pela mudança no tempo”;
iii. acredita-se que, com o transcorrer do tempo, as “experiências passadas” perdem relevância “enquanto pontos de orientação”;
iv. concebe-se “o futuro [...] como horizonte aberto de possibilidades em direção ao qual a humanidade vai construindo o seu caminho”;
v. o “presente” torna-se uma experiência efêmera,

comprimido entre “o futuro e o passado”; *vi*. no centro dessa construção situa-se o “sujeito cartesiano”, ao qual se atribui capacidade para agir e efetuar “escolhas”.

3. Com referência a “um tempo cronologicamente idêntico”, diferentes configurações sociais passaram, então, a ser tipificadas sob o signo da “simultaneidade do não simultâneo” (Koselleck, 2006: 284-286).

4. A título de ilustração, cabe recordar que, embora partícipes de uma mesma geração, não eram poucas as divergências entre as visões de Euclides da Cunha, Manoel Bomfim e Paulo Prado a respeito das fontes das especificidades do Brasil. Em certa medida, algo similar pode ser dito a propósito de Freyre, Buarque de Holanda e Prado Jr., cujas obras são com frequência apontadas como matrizes interpretativas díspares da vida social brasileira.

5. Elide Bastos sustenta que “a grande indagação presente nos vários momentos de desenvolvimento do pensamento social brasileiro diz respeito à questão do atraso” (Bastos, 2013: 288). Glaucia Villas-Bôas, por sua vez, refere-se à “flagrante

das por preocupações prementes a cada época e amparadas em enquadramentos teóricos e variáveis explicativas inconfundíveis, as agendas de pesquisa perseguidas por inúmeras gerações e coortes de pensadores mostraram-se muitas vezes incompatíveis (Brandão, 2007; Botelho & Schwarcz, 2009; Cardoso, 2013)⁴. Seja como for, contabilizadas suas singularidades, prevalece nesse universo intricado de representações a propensão compartilhada para se referir a esta como uma experiência social apenas em parte sincronizada à *temporalidade* e aos padrões societários modernos (Bastos, 2013; Lage, 2016; Lima, 2013; Villas-Bôas, 2003)⁵. Embora não descarte a relevância e profundidade de seus desacordos⁶, interessa-me prioritariamente explorar as convergências que subjazem essas imagens, empenhado em analisar suas contiguidades e clivagens com relação àquele discurso sociológico hegemônico⁷.

Certa feita, Maria Sylvia de Carvalho Franco (1976: 61) aludiu a uma “formulação” que lhe parecia “inscrita em pelo menos dois séculos de nossa história intelectual” – qual seja, a tendência para retratar “a metrópole [como] o centro produtor das relações socioeconômicas e a colônia como seu produto”. Segundo a autora, ao instituir “uma relação de *exterioridade* entre os dois termos em oposição” – dispostos, desse modo, numa “ordem de sucessão” – esse registro interpretativo supõe ser “pela ação expansionista dos centros adiantados que se operam as mudanças *substanciais* nos países atrasados” (Carvalho Franco, 1976: 61, grifos no original). Transcorridas várias décadas desde seu delineamento, a meu ver essa proposição continua a oferecer uma senda de leitura profícua do pensamento brasileiro. É digno de nota que, na segunda metade do século XIX, referindo-se à incompletude da formação nacional, Silvio Romero chamasse atenção para nossa suscetibilidade aos “modelos” e “formas do pensamento cultural” originários “da Europa e dos Estados-Unidos” (Romero, 1949: 87 e 296). Pouco antes, em seu consagrado libelo antiescravagista, Joaquim Nabuco (2000: 113) já havia se reportado à “decadência prematura” do país, aferrado a uma “porção retardatária do globo” e indiferente às referências morais e legais vigentes nas “sociedades civilizadas” (Nabuco, 2000: 79). Desalento análogo é recorrente no épico *Os sertões*, em especial nas lucubrções de Euclides da Cunha acerca da fortuna dos sertanejos ante os avanços iminentes da civilização: “Retardatários hoje”, vaticinava o autor, “amanhã se extinguirão de todo” (Cunha, 2016: 10). À mesma época, conquanto se mostrasse um crítico contundente do tom “condenatório” e dos estereótipos racistas que se projetavam sobre o Brasil e demais sociedades latino-americanas, Manoel Bomfim (1993: 43, 50 e 238-267) não se eximia de recorrer à imagem do “atraso” para retratar a região. A seu ver, a despeito de “relacionados diretamente, intimamente a todos os outros povos cultos”, os países do subcontinente permaneciam presos “num estado que mal lhes dá o direito a ser considerados povos civilizados” (Bom-

fim, 1993: 49-50). Apesar de também declinar de atribuir os problemas enfrentados pela sociedade brasileira aos alegados vícios e imperfeições de suas raças formadoras, Alberto Torres continuava a nutrir aquele mesmo sentimento de deca-
lagem vis-à-vis as “velhas sociedades e civilizações” (Torres, 1978: 19): padeceríamos da falta “de espírito nacional ‘prático’, da solidariedade patriótica fundada na consciência dos interesses comuns a todos os agrupamentos políticos, religiosos, econômicos, geográficos, comerciais e industriais” (Torres, 1978: 85). Daí a pre-
mência de se “construir artificialmente a nacionalidade”, sem o que “países novos” como o Brasil jamais conseguiriam chegar “à idade da vida dinâmica” (Torres, 1978: 43). Ao menos nesse aspecto, o diagnóstico de Oliveira Vianna não poderia distar mais das proposições de seu mestre. Em seu entendimento, o quadro “antropológico e racial” brasileiro representava um verdadeiro “caos étnico” (Vianna, 1956: 137), efeito do cruzamento “de três raças distintíssimas” (Vianna, 1956: 123), duas das quais, segundo ele, inaptas aos padrões de uma vida plenamente civilizada. A
essas dificuldades se somariam outras, de cunho político e institucional, resultado do vazio demográfico “na imensidão imensurável da terra” (Vianna, 1956: 199). De
todo modo, suas formulações tornavam a reiterar a percepção de uma sociedade que, sob o impacto de “fatores étnicos”, aliados a “fatores econômicos, fatores geográficos, fatores históricos, fatores climáticos” especiais, seguia um itinerário
inconfundível (Vianna, 1956: 29-30)⁸.

Bem se sabe que a efervescência cultural da década de 1920 acabaria por descreditar várias dessas ideias. Nas hostes modernistas, guardadas as particularidades de cada plataforma, os *Manifestos Pau-brasil*, *Antropófago* e *Verde-amarelo* tra-
taram de enaltecer a formação étnico-racial brasileira, ao tempo em que também valorizaram a autenticidade e a riqueza de nossas realizações culturais. Em reação
ao hábito arraigado da importação de ideias pelas “elites vegetais”, oferecia-se o antídoto da poesia e da literatura nacionais, urdidas em intensa conversação “com
o solo” (Andrade, 2017b: 54)⁹. Ainda assim, ao exaltarem a alegada aptidão do país para conciliar elementos oriundos de épocas e lugares diversos – sintetizando de
maneira criativa elementos arcaicos e modernos, complexos e rudimentares¹⁰ –, tais retratos furtivamente contribuíram para reforçar a imagem de uma experiência
apenas em parte alinhada à modernidade, de resto, reafirmada como padrão de medida da cadência nacional¹¹. É sugestivo, aliás, que Paulo Prado, ele próprio um
incentivador da Semana de 1922, tenha se servido profusamente de noções “pas-
sadasistas” para elaborar seu *Retrato do Brasil*. Por suas mãos, raça e natureza reto-
maram o protagonismo de outrora, ao que se adicionavam a “ambição do ouro” (a “cobiça”) e a “sensualidade livre e infrene” (a “luxúria”) – segundo ele, os “dois
grandes impulsos” da aventura colonizadora (Prado, 2012: 39). Ao final, não deve-
ria estranhar que mesmo 300 anos após a chegada dos portugueses à América, o

oposição” de certas visões do Brasil “às obras que se baseiam nas concepções modernas e progressistas de tempo” (Villas-Bôas, 2003: 120-121). Veja-se, também, Victor Lage (2016: 76).

6. É lícito afirmar que tamanha diversidade de preocupações, de abordagens teóricas e de programas de reflexão traduziu-se na conformação de “famílias intelectuais” e “linhagens de pensamento” distintas – ou seja, numa pluralidade de “formas de pensar extraordinariamente persistentes no tempo” (Brandão, 2007: 29). Nesse caso, seria possível referir-se à existência “de uma ‘linhagem liberal’ (Rui Barbosa), de uma ‘perspectiva conservadora’ (Visconde do Uruguai), de uma ‘abordagem patriarcalista’ (Freyre), de uma ‘perspectiva patrimonialista’ (Faoro), de uma ‘nacional-desenvolvimentista’ (Guerreiro Ramos), [de] uma ‘periférico-dependente’ (Celso Furtado), dentre outras. Essas várias modalidades de interpretação retrataram, cada qual a seu modo (ainda que não necessariamente de maneiras excludentes), as continuidades e rupturas entre o Brasil e outros contextos” (Tavolaro, 2014: 641).

7. Na mesma trilha seguida por Carvalho Franco (1976: 61), parece-me subsistir no pensamento brasileiro um conjunto de supostos amplamente partilhados, os quais concorrem para acercar os horizontes de cognição de distintas gerações e coortes de intérpretes a respeito da identidade e do estatuto do Brasil na quadra moderna.

8. Na avaliação de Vianna (1956: 40), “somos diversos por muitos aspectos, distintos por muitos lados, peculiares e exclusivamente nós mesmos por muitos modos de ser e de existir.”

9 Assim também exortava o *Manifesto Antropófago* (1928): “Contra todos os importadores de consciência enlatada.” (Andrade, 2017b: 51) Por sua vez, o *Manifesto verde-amarelo* afirmava que “estávamos e estamos fartos da Europa, e proclamamos sem cessar a liberdade de ação brasileira” (mimeo).

10. Dizia o seguinte o *Manifesto da poesia pau-brasil* (1924): “A saudade dos pajés e os campos de aviação militar” (Andrade, 2017a: 27).

11. Onde adviria o imperativo de “Acertar o relógio império da literatura

país continuasse “um corpo amorfo, de mera vida vegetativa, mantendo-se apenas pelos laços tênues da língua e do culto” (Prado, 2012: 110). Vítima de um passado que insistia em prolongar-se no presente, a vida nacional parecia-lhe manter-se assolada na “indigência intelectual e artística completa, em atraso secular, reflexo apagado da decadência da mãe-pátria” (Prado, 2012: 110-111).

Aspectos caros a essas visões perderiam vigor no correr da década de 1930 sob a liderança de uma nova geração de pensadores. Ao conceber a cultura africana como alavanca civilizadora do país, *Casa-Grande & Senzala* ambicionava desafiar variáveis explicativas que pareciam a Freyre perturbar a compreensão adequada da formação brasileira. Destarte, passava-se a reputar esta como “a primeira sociedade moderna [...] nos trópicos com características nacionais e qualidades de permanência” (Freyre, 2000: 86). O teste maior dessa experiência, examinado em seus pormenores em *Sobrados e Mucambos*, se faria sentir no curso do século XIX. A partir daquele momento, a sociedade sofreria o impacto de forças padronizadoras diversas, compelindo-a a ajustar-se às instituições, aos valores e ao ritmo frenético da Europa industrial. De todo modo, na visão do intérprete, certo núcleo identitário próprio, refratário aos avanços niveladores da modernidade, lograva subsistir, desacelerando a cadência moderna e fazendo-a alcançar desigualmente os estratos sociais e as distintas regiões do território (Freyre, 1936). Ao menos nesse ponto, as convergências com o diagnóstico traçado em *Raízes do Brasil* são notórias: também para Sérgio Buarque de Holanda, o século XIX representou o desembarque em terras brasileiras de ideias e padrões societários erigidos na Europa moderna. Tal a magnitude das transformações que, à certa altura, “uma revolução lenta, mas segura e concertada” ganhou corpo, de modo a acarretar “o advento de um novo estado de coisas” (Holanda, 1936: 135-136). Não obstante, para o autor, essas alterações de modo algum redundariam na adesão integral e sem suturas da sociedade às referências normativas e aos valores modernos. Isso porque, em seu entendimento, embora já estivéssemos assistindo o “aniquilamento das raízes ibéricas de nossa cultura” (Holanda, 1936: 137), persistiria entre nós “um mundo de essências mais íntimas”, segundo Holanda, “sempre intacto, irreduzível e desdenhoso das invenções humanas” (Holanda, 1936: 160-161).

Por aqueles anos, Caio Prado Jr. burilava uma interpretação alternativa, com ênfase nas circunstâncias e móveis econômicos que, desde o final do século XV, orientaram a aventura portuguesa na América. Prado Jr. salienta que, ao contrário das zonas temperadas e setentrionais do “novo continente”, povoadas na esteira de conflitos religiosos e políticos do Velho Mundo, as regiões tropicais e subtropicais abriram “aos países da Europa a possibilidade da obtenção de gêneros” de que careciam (Prado Jr., 2011: 25). Empreendimento com “acentuado caráter mercantil”,

estaria aí “o verdadeiro sentido da colonização tropical, de que o Brasil” constituiria um de seus desdobramentos (Prado Jr., 2011: 28). Na conhecida avaliação do autor, esse começo especial viria a inscrever-se “profunda e totalmente nas feições e na vida do país” (Prado Jr., 2011: 29), de forma a determinar suas instituições políticas, sociais e econômicas, além de prefigurar com afinco seu escopo de possibilidades. Disso resultou um itinerário histórico inconfundível com as sociedades metropolitanas, apesar de a elas vinculado de maneira visceral. Tal a tenacidade desse legado que, a seu ver, mesmo nos dias de hoje, “uma viagem pelo Brasil é muitas vezes, [...] uma incursão pela história de um século e mais para trás” (Prado Jr., 2011: 11).

nacional”, missão atribuída às “gerações futuristas” (*Manifesto da poesia pau-brasil*, Oswald de Andrade, 2017a: grifos meus).

Não restam dúvidas que os processos de institucionalização e profissionalização da prática científica no país fizeram-se acompanhar de novas noções e abordagens analíticas a respeito da realidade nacional. É sintomático, pois, que Celso Furtado concebesse seu próprio esforço de interpretação da formação econômica brasileira em contraste com “o fatalismo supersticioso das teorias de inferioridade de clima e ‘raça’ [...]” (Furtado, 2009: 164). Nada disso, contudo, o demovia de também vislumbrar o Brasil como uma experiência defasada em relação aos centros dinâmicos do capitalismo mundial, propensa a “transformar-se no século XX numa vasta região subdesenvolvida [...]” (Furtado, 2009: 64). Aqui, como em outras passagens da obra, é nítida a percepção de se tratar de uma sociedade constrangida pelo peso do passado, impedida de comandar autonomamente o seu devir. Importante frisar, à mesma época, a despeito de mobilizado por uma agenda de reflexão distinta – a saber, a “persistência secular da estrutura patrimonial” no Brasil – sentimento análogo subjaz a íntegra do mais conhecido trabalho de Raymundo Faoro (2001: 822). O zelo com que se dedica à história portuguesa decorria justamente da convicção de que a condição presente do país fora selada há tempos, quando Portugal inaugurou uma rota peculiar em direção à modernidade. Naquelas circunstâncias, sustenta Faoro, renunciou-se um ordenamento político incompatível com os preceitos do liberalismo europeu, avesso às instituições democráticas e ao progresso industrial da nação. No fim das contas, o quadro brasileiro demonstrava o preço a pagar pela conciliação entre o tradicional e o moderno: uma modernização retardatária e aquém das realizações do mundo anglo-saxão (Faoro, 2001: 822-823 e 831-832).

As alegadas especificidades da modernização nacional são igualmente foco das atenções de Alberto Guerreiro Ramos. Cioso das discrepâncias econômicas, sociais e políticas que nos afastavam dos “países líderes” do mundo ocidental e que tolhiam nossa “autodeterminação”, a sociedade brasileira parecia-lhe um caso exemplar de “contemporaneidade do não coetâneo”, palco de “todas [as fases] pelas

quais a humanidade até agora já passou, desde o comunismo primitivo ao capitalismo de Estado” (Guerreiro Ramos, 1996: 64 e 139-140). Percepção semelhante é partilhada por Luiz de Aguiar Costa Pinto, para quem seria possível discernir no Brasil, a um só tempo, “dois padrões de estratificação social – o tradicional e o novo” (Costa Pinto, 1973: 248). Nesse cenário invulgar, “classes *residuais*, típicas da sociedade arcaica do passado” conviveriam “ao lado de classes *emergentes*, resultantes do desenvolvimento e partes integrantes da sociedade que está sendo construída no presente” (Costa Pinto, 1973: 248). Tratar-se-ia, em sua avaliação, de uma condição típica de configurações “desigualmente desenvolvidas”, caracterizadas pela simultaneidade de “padrões de organização social” contraditórios e de estratos sociais concernentes “a diferentes épocas de sua evolução estrutural” (Costa Pinto, 1973: 248).

Parte importante dessas ideias converge com diagnósticos lavrados por Florestan Fernandes. Note-se que, ao inquirir a respeito dos contornos do “capitalismo dependente” brasileiro, a “articulação de estruturas econômicas heterogêneas no sistema econômico nacional” volta a ser realçada pelo autor (Fernandes, 2008: 60-61). Também nesse caso, ao invés de “secundária e suplementar”, a “combinação [dessas formas] com outras, mais ou menos modernas e até ultramodernas” (Fernandes, 2008: 61) constituiria um traço essencial de contextos capitalistas periféricos. Dessa feita, restava-lhe evidente que, em contraste com as experiências centrais, nas margens do sistema, “a expansão da economia interna” jamais chegava a suprimir integralmente padrões produtivos arcaicos (Fernandes, 2008: 63). Por esse motivo, quando do advento do “capitalismo monopolista” no país, em lugar da completa eliminação de estruturas passadas, a sociedade brasileira viu aprofundar-se, em seu próprio seio, “a distância existente entre várias épocas histórico-econômicas distintas (mas coetâneas)” (Fernandes, 2006: 313).

Apoiados em supostos e variáveis explicativas nem sempre coincidentes – composição racial, meio físico, instituições políticas, herança cultural, economia, posição geopolítica, dentre outras –, as especificidades de cada um desses retratos do Brasil são iniludíveis. Ainda assim, subsiste de maneira abrangente a percepção desta como uma vida social apenas em parte alinhada aos parâmetros predominantes nos ditos cenários modernos modelares – isto é, a referências cognitivas e preceitos ético-morais, a configurações institucionais e expectativas comportamentais, a arcabouços culturais e estruturas econômicas entrevistados na modernidade. À modernização tardia e vacilante da sociedade brasileira corresponderia um arranjo *temporal* incongruente, truncado e descontínuo. Isso posto, importa indagar se a incidência habitual e pertinaz de elementos do passado no presente – dentre outros motivos, em virtude da resiliência de visões de mundo, valores, instituições e padrões pro-

ativos oriundos de circunstâncias e momentos históricos outros –, combinada à sensação de incerteza com relação ao devir são aspectos exclusivos aos assim chamados contextos periféricos, sinal de seu desencaixe na modernidade.

Imagens contra-hegemônicas da temporalidade moderna

É preciso haver-se com dois conjuntos de ideias diretamente implicados nessas imagens da experiência social. Para começar, o enquadramento abstrato, homogêneo, progressivo e linear do *tempo*, com frequência assumido como exemplar da modernidade, aparece no mais das vezes atrelado a um padrão de sociabilidade tomado igualmente por paradigmático da vida moderna. Na imaginação sociológica, tal padrão é em geral codificado a partir de cinco pilares principais: *diferenciação social, racionalização moral e cognitiva, disjunção público/privado, subjetivação e separação cultura/natureza* (Rosa, 2013: 58; Tavolaro, 2008: 275; 2014: 644-645)¹². Em segundo lugar, de acordo com esse mesmo discurso sociológico, tanto as gêneses daquele enquadramento *temporal* hegemônico quanto o advento desse padrão societário específico são, com igual regularidade, vinculados de maneira primordial à história interna e a predicados culturais, epistemológicos, políticos, institucionais, econômicos etc. atribuídos à Europa e ao Ocidente, de onde teriam em seguida se disseminado para outras regiões do globo (Anderson, 1991: 36; Giddens, 1991: 173-174). Escapa aos propósitos do artigo revisitar a intrincada história da ascensão e triunfo dessa autocompreensão moderna, tantas vezes examinada pela fortuna crítica (Gumbrecht, 1998; Habermas, 1990; Koselleck, 2006). Importa-me tão somente explorar, no próprio seio do pensamento sociológico, o potencial analítico de outras referências e noções, indicativas dos limites dessa concepção dominante – a começar pela linhagem intelectual que une Marx, Bloch e Althusser¹³.

As famigeradas proposições de Marx a respeito do “anacronismo” social alemão apontam, já de partida, para as insuficiências da compreensão homogênea e linear do *tempo*. A julgar por suas reflexões, no século XIX, a Alemanha via-se aturdida por toda sorte de tensões, atravessada por uma diversidade desconcertante de *temporalidades* (Marx, 1970: 141). No plano político, a barafunda de elementos do passado que teimavam em precipitar-se no presente levava Marx a vislumbrar o país como “um fato empoeirado no quarto de despejo (*junkroom*) histórico das nações modernas” (Marx, 1970: 132). Algo análogo parecia-lhe suceder na esfera econômica, nitidamente aquém do desenvolvimento alcançado pelas sociedades avançadas da Europa. De todo modo, malgrado as ineludíveis assincronias históricas de sua vida social, no plano intelectual os alemães mostravam-se “contemporâneos do presente”, engajados nas mesmas “questões” que mobilizavam a porção

12. Conforme esse imaginário, quanto mais resguardados dos imperativos do mundo natural, quanto mais circunscritos seus âmbitos públicos e privados de ação, quanto mais ancorados em agentes dotados de vida subjetiva centrada, quanto mais internamente diferenciados e racionalizados, e, por fim, quanto mais abstrata e homogênea sua concepção do tempo, mais modernos se mostrariam os contextos sociais considerados (Tavolaro, 2017: 122).

13. Para uma cuidadosa análise das formulações desses autores em torno da noção de “não contemporaneidade”, ver Vittorio Morfino (2018) e Morfino & Thomas (2018). Acompanho algumas das sugestões ali delineadas.

adiantada do continente (Marx, 1970: 135-136). No fim das contas, não só pelo fato de encarnar as imperfeições do Estado moderno, mas também por partilhar com as nações avançadas “as dores desse desenvolvimento”, a sociedade alemã revelava-se útil à compreensão do presente europeu (Marx, 1970: 139).

Os alegados descompassos da Alemanha acabariam retomados nas reflexões de Ernst Bloch acerca dos desafios que se apresentavam ao país na década de 1930. Bloch (1977) aludia a um quadro de estratificação social bastante complexo, assentado sobre uma variedade perturbadora de épocas históricas. Para começar, em seu entendimento, os camponeses continuavam a viver “quase exatamente como seus antepassados”, aferrados ao “ciclo de uma natureza inalterada” e confinados a padrões de “tempos pré-capitalistas” (Bloch, 1977: 24-25). À direita do espectro político, a juventude de origens burguesas alheava-se cada vez mais do presente na expectativa de reencontrar-se em um futuro que se lhe anunciava promissor. Por sua vez, as classes médias urbanas pareciam a Bloch ter optado “ficar para trás”, movidas pelo desejo de “retornar às condições do pré-guerra” e, desse modo, reviver os melhores momentos de outrora (Bloch, 1977: 25-26). Por essas e outras razões, a Alemanha se lhe indicava “a terra clássica do não sincronismo, isto é, dos resquícios não superados de existência e consciência econômicas mais antigas” (Bloch, 1977: 29-30). Importa ressaltar que, na avaliação do autor, nada disso obstava o país de compartilhar da cena mundial presente e de abrigar em suas hostes segmentos e classes sociais que, conquanto defasados no *tempo*, “pertenc[iam] completamente ao hoje” (Bloch, 1977: 27). Daí porque, embora antagonismos envolvendo elementos sincrônicos e não sincrônicos de épocas passadas continuassem a tensionar a sociedade alemã – tanto objetiva quanto subjetivamente –, a contradição fundamental do capitalismo contemporâneo – aquela entre o proletariado e o capital monopolista – não deixava de se fazer atuante no país (Bloch, 1977: 33-34).

Preocupações afins encontrariam em Louis Althusser um encaminhamento teórico auspicioso. Bem se sabe que ao debruçar-se sobre o “tempo histórico hegeliano” interessava-lhe examinar duas ideias basilares: de um lado, o sentido do tempo como uma “continuidade homogênea”; e, de outro, a noção de “contemporaneidade do tempo”, ou seja, a ideia de um “*presente* histórico” capaz de delimitar os horizontes de possibilidade da “totalidade social” (Althusser, 1970: 94-95). Segundo Althusser, visto que na abordagem hegeliana “todos os elementos do todo sempre coexistem em um mesmo tempo, em um mesmo presente, e são, desse modo, contemporâneos entre si e com o mesmo presente” (Althusser, 1970: 94), qualquer esforço bem-sucedido de superação da compreensão *homogênea, contínua* e *contemporânea* do tempo histórico requeria a crítica da noção de “totalidade social”.

Sob a influência de Marx, a solução delineada pelo autor avançava no sentido de realçar a existência de “níveis ou instâncias” variadas do social (o econômico, o político, o ideológico, o estético, o teórico, o religioso etc.), concebidos como partes de um “todo estruturado”. O ponto crucial para Althusser era que, a despeito de “coexistirem no interior dessa unidade estrutural complexa”, tais instâncias conservavam-se “relativamente autônomas”, articulando-se umas às outras somente a partir de “determinações específicas” (Althusser, 1970: 97).

Importa salientar que, em virtude dessa condição, cada um desses níveis sociais disporia de “um *tempo peculiar*”, de uma história “pontuada por ritmos peculiares” – conforme nos dá a entender Althusser, com rupturas, contiguidades, subversões, cadências e encadeamentos próprios –, os quais apenas chegariam a “ser conhecidos sob a condição” de se estipular “o *conceito* da especificidade de sua temporalidade histórica” (Althusser, 1970: 99-100, grifos no original). Vale dizer, em hipótese alguma qualquer um desses planos conseguiria alcançar autonomia plena uma vez que, na visão do autor, suas particularidades estariam sempre “baseadas em relações diferenciais entre os diferentes níveis dentro do todo” (Althusser, 1970: 99-100). Seja como for, Althusser afastava por completo a existência de um “*mesmo tempo histórico*” (Althusser, 1970: 104, grifos no original), presumidamente contínuo e homogêneo, capaz de nivelar e/ou de fazer coincidir todas as instâncias sociais num mesmo presente. Ademais, na ausência de um “tempo idêntico, único”, tampouco poder-se-ia cifrar as “diferentes temporalidades” do social “como o atraso, avanço, sobrevivência ou desenvolvimento desigual [...] desse tempo” (Althusser, 1970: 106).

A seu modo, as análises de Marx, Bloch e Althusser tornam evidentes as precariedades daquela concepção vazia e uniforme, progressiva e linear da *temporalidade* moderna. De suas reflexões insinua-se um enquadramento alternativo: uma configuração densa e intrincada, contraditória e assimétrica, coabitada por uma multiplicidade de ritmos e sentidos do *tempo*. Interessa-me o fato de que tais proposições também nos convidam a redimensionar o *estatuto modelar* que um conjunto específico de itinerários históricos e padrões de sociabilidade particulares ocupam no imaginário sociológico da modernidade.

Itinerários sociais na modernidade: outras perspectivas de análise

Conforme observado, distintas obras do pensamento brasileiro, elaboradas numa variedade de circunstâncias históricas e contextos políticos e culturais, tenderam a conceber o país como uma experiência erguida sobre parâmetros societários des-

compassados de cenários modernos modelares. Computada a miríade de abordagens e agendas de reflexão que perfazem esse universo intelectual, há todavia um conjunto específico de ideias bastante difuso e contumaz: alude-se, primeiramente, a uma *sociedade apenas em parte diferenciada*, marcada pela sobreposição de esferas sociais (política, economia, sociedade civil, família, cultura etc.) e de suas correspondentes responsabilidades; argumenta-se, em segundo lugar, que conquanto à certa altura tenha sido afetado por processos de racionalização próprios à modernidade, o tecido social brasileiro e suas principais instituições mantiveram-se suscetíveis à influência de *concepções de mundo mágico-religiosas* e de regras de conduta tradicionais; tratar-se-ia, ademais, de uma vida social conformada por instâncias privadas de convivência e por seus respectivos códigos de sociabilidade; por fim, seria esta uma experiência notadamente impactada pelas inconstâncias e movimentos do mundo natural (Tavolaro, 2014: 642-644; 2017: 125-128). Engendrados nos marcos epistemológicos do *cronótopo* da “consciência histórica” (Gumbrecht, 2015: 14-15)¹⁴, não surpreende que esses retratos instiguem um forte sentimento de *decalagem temporal*: respaldadas por uma conotação progressiva, linear e homogênea do *tempo* – cujas gêneses são no mais das vezes associadas a trajetórias históricas tidas por originárias da modernidade –, tais imagens soem codificar as instituições e padrões societários brasileiros sob o signo do “atraso”.

14. Veja-se a nota 2 acima.

Em décadas recentes, impulsionados por uma ampla gama de programas de pesquisa, abundaram os desafios desferidos aos pressupostos dessas ideações. Desde a “incredulidade” pós-moderna aos “metarrelatos” (Lyotard, 2013: xvi), as críticas às narrativas convencionais da modernização só fizeram avolumar-se. Servindo-se da noção de *modernidades múltiplas*, Shmuel Eisenstadt dirige duras objeções às promessas de “que o programa cultural da modernidade tal como ele se desenvolveu na Europa moderna e as constelações institucionais básicas que lá emergiram em última instância predominariam em todas as sociedades” (Eisenstadt, 2000: 1). Somados à importância conferida às “antinomias internas e contradições” próprias aos cenários modelares, o autor alega que os “padrões Ocidentais” de modo algum poderiam ser considerados “as únicas modernidades ‘autênticas’”, a despeito de seu pioneirismo histórico e de constituírem “um ponto de referência básico para outras” (Eisenstadt, 2000: 2-3 e 7). Trata-se, com efeito, de um diagnóstico contíguo a algumas das proposições em torno da *modernidade global*: apesar de, também aqui, precedência cronológica seja atribuída à Europa, argumenta-se que mudanças qualitativas fundamentais ocorreram à medida que os parâmetros europeus alcançaram outras regiões do Ocidente sob a liderança norte-americana (Schmidt, 2012: 4) Mais recentemente, teríamos testemunhado a emergência de “uma pluralidade de centros [...] ao redor do globo, gerando inovações com significado potencialmente mundial, e/ou servindo como modelos de referência para imitação

em qualquer lugar no mundo” (Schmidt, 2012: 5). Por essa razão, a sociologia contemporânea ver-se-ia cada vez mais compelida a rever suas noções e seus postulados europeus e ocidentais em favor de uma “perspectiva global” propriamente dita (Schmidt, 2012: 7).

Críticas a esse imaginário desfechadas pelas agendas *decolonial e pós-colonial* assumem tonalidades ainda mais contundentes. À sua maneira, ambos os programas empreendem exercícios sistemáticos de desconstrução e análise da geopolítica do conhecimento e dos supostos historicistas diretamente implicados nas autorrepresentações modernas¹⁵. Ao discorrer sobre o triunfalismo subjacente a certo discurso hegemônico, Enrique Dussel examina duas concepções antagônicas da modernidade. De um lado, um entendimento “eurocêntrico, provinciano, regional”, que a retrata precipuamente como “uma ‘saída’ da imaturidade por um esforço da razão como processo crítico”. Produto de mudanças endógenas à história europeia, “o Renascimento Italiano, a Reforma e a Ilustração alemãs e a Revolução Francesa” seriam seus eventos cruciais (Dussel, 2005: 60-61). De acordo com o autor, sob o pretexto de sua (autoproclamada) superioridade, tal enquadramento atribuiu-se à missão de “desenvolver os mais primitivos, bárbaros, rudes, como exigência moral”, de moldá-los à sua semelhança, aceitando como “inevitáveis os sofrimentos ou sacrifícios (os custos) da ‘modernização’ dos outros povos ‘atrasados’ (imaturos)” (Dussel, 2005: 64-65). Haveria, no entanto, uma compreensão alternativa, ciosa das assimetrias de poder e dos processos de apagamento do “Outro” que desde sempre acompanharam essa experiência. Nesse caso, 1492 converte-se no ponto de inflexão por excelência, momento a partir do qual “todo o planeta se torna o ‘lugar’ de ‘*uma só história mundial*’ [...]” (Dussel, 2005: 61). Por esse novo olhar, a par com o avanço da Razão, o “mundo colonial e o usufruto da vida de suas vítimas” passam a ser considerados corresponsáveis pelas criações modernas (Dussel, 2005: 63 e 66)¹⁶. Destarte, ao invés de estranhos ao projeto emancipatório da razão, violência e coerção (física, sexual, simbólica, psicológica, epistemológica etc.) constituiriam suas condições latentes de possibilidade. Seria precisamente essa “a ‘outra face’ oculta e essencial à ‘Modernidade’: o mundo periférico colonial, o índio sacrificado, o negro escravizado, a mulher oprimida, a criança e a cultura popular alienadas etc. [...]” (Dussel, 2005: 65).

Preocupação similar com as determinações geopolíticas e os efeitos epistemológicos das relações imperialistas do Ocidente com seus “Outros” perpassa as lucubrações de abordagens *pós-coloniais*. Em seu esforço de “provincianização figurativa da Europa” à luz de contextos societários subalternizados, Dipesh Chakrabarty investe contra o que denomina de “historicismo” – segundo ele, “um modo de pensar” ancorado em certa “ideologia do progresso” (Chakrabarty, 2000: 7). Nos

15. Do que se segue a preocupação de ambos com as epistemologias e experiências “subalternas/ coloniais”, distorcidas, quando não inteiramente invisibilizadas pelas narrativas hegemônicas da modernidade.

16. Segundo o autor, já àquela altura, começaram a ganhar corpo instituições e padrões societários que posteriormente viriam a ser vinculados de maneira estrita à Europa – dentre elas “a subjetividade constituinte, a propriedade privada, a liberdade contratual etc.” (Dussel, 2005: 61).

17. Segundo o autor, “[...] na própria Europa, [o historicismo] tornou possível histórias completamente internalistas da Europa”, retratada “como o primeiro local da ocorrência do capitalismo, da modernidade ou do Iluminismo.” (Chakrabarty, 2000: 7).

18. Uma abordagem esclarecedora acerca dos limites e das possibilidades dos diálogos entre a “reflexão pós-colonial” e a teoria sociológica com vistas à “desprovincianização da sociologia” pode ser encontrada em Sérgio Costa (2006: 129-131).

termos dessa *episteme*, ao lado do Iluminismo, o capitalismo e a modernidade costumam ser apresentados como fenômenos inerentemente europeus, disseminados para outras localidades do mundo através de processos sucedidos “*ao longo do tempo*” (Chakrabarty, 2000: 7)¹⁷. Nesse caso, sustenta o autor, tão logo o “tempo histórico” converteu-se em “medida da distância cultural [...] entre o Ocidente e o não Ocidente”, as colônias e suas respectivas populações foram deslocadas para “um ‘outro’ lugar na estrutura temporal” (Chakrabarty, 2000: 7-8). Isso ajudaria a explicar a inépcia desse “pensamento político e social” dominante para acomodar, em suas categorias e conceitos convencionais, modalidades alternativas de agência e de ontologia (Chakrabarty, 2000: 9 e 16). Ocorre que, em vez de sinais inequívocos de atraso na modernidade, tais disparates parecem a Chakrabarty comportar um potencial para interpelar criticamente os “pressupostos ontológicos envolvidos nas concepções seculares do político e do social” – e, não menos importante, para desafiar a própria “natureza do tempo histórico” (Chakrabarty, 2000: 15-16). Em última instância, a se considerar a dinâmica política da maior parte das experiências contemporâneas, muito se perderia em codificar como “arcaicas e atrasadas” todas as formas de sociabilidade resistentes ao “tempo homogêneo e vazio” (Chatterjee, 2008: 60 e 62). De outro modo, melhor seria conceber esse “espaço real da vida moderna” à maneira de “uma *heterotopia*”, ou seja, como um quadro “heterogêneo, desigualmente denso” (Chatterjee, 2008: 62)¹⁸.

Foge aos objetivos do artigo perscrutar, em seus pormenores, cada uma dessas agendas de reflexão. Almejo apenas ressaltar afinidades expressivas de seu desalento com as ambições cognitivas de certo discurso hegemônico da modernidade. Para começar, em lugar de simétricos, englobantes e lineares, tais proposições chamam atenção para o teor fragmentário, contingente e oscilante dos processos de modernização. Adicione-se a isso as recorrentes objeções ao *estatuto modelar* do Atlântico Norte, em particular às expectativas de que os parâmetros ético-morais, as configurações institucionais (políticas, econômicas e culturais), as referências cognitivas e o ordenamento jurídico entrevistos nesse contexto seriam integralmente emulados em outras partes do globo. Ato contínuo, destaca-se o dinamismo e a criatividade com que as ditas experiências “tardias” lograram adaptar tais parâmetros, configurações e referências às circunstâncias alegadamente especiais de sua formação. Demais, são nítidas as preocupações com as assimetrias epistemológicas inerentes a esse imaginário bem como com sua propensão para relegar a segundo plano ou mesmo ignorar por completo concepções de mundo e padrões de sociabilidade alternativos. Por fim, em contraste com suas inclinações *internalistas* – isto é, a tendência desse ideário para irrogar o advento da modernidade e suas transformações substantivas a fatores endógenos aos itinerários europeus e norte-americanos –, prefere-se relevar as conexões e os intercâmbios diversos

(culturais, econômicos, políticos, epistemológicos, militares, institucionais, ético-morais etc.) que participaram da construção da vida moderna em diferentes momentos da história¹⁹.

Interpretações do Brasil e o tempo da modernidade: aportes teóricos

Mesmo quando se tem em conta suas realizações mais aclamadas, prevalece a avaliação de que o escopo de relevância de obras de interpretação do Brasil – ou, se assim se preferir, sua capacidade para elucidar aspectos da experiência social contemporânea amplamente considerada – é por demais restrito. O principal motivo de tal limitação estaria no fato de se tratar de ideias concernentes a um cenário tardio e periférico, a uma sociedade somente em parte sincronizada aos parâmetros e às instituições da modernidade (Tavolaro, 2017). Ocorre que, conforme acima sublinhado, os pressupostos historicistas dessa apreciação tornaram-se foco crescente de objeções. Não apenas dissolveram-se, já há algumas décadas, as promessas de que as ditas experiências “centrais” poderiam vir a ser referências inequívocas aos contextos “tardios” (e.g., Cardoso & Faletto, 2004: 27-52). Em última instância, as próprias fronteiras que outrora os separavam – como se constituíssem cenários substancialmente distintos, irreduzíveis em seus traços essenciais – parecem elas mesmas diluir-se a passos largos (Hall, 2011: 108-110).

Essas controvérsias suscitam uma série de reflexões a propósito das conotações da categoria *tempo* que informam o pensamento sociológico. Há pouco observei que adensaram-se as críticas às insuficiências daquele enquadramento abstrato, homogêneo e linear do *tempo* em face à enorme complexidade, às assimetrias e às contradições que desde sempre participaram da dinâmica moderna. A se considerar, pois, “os ritmos diferentes, os entrelaçamentos, as rupturas e descontinuidades” dessa experiência, ao invés de um “tempo único” ou “fundamental”, melhor parece falar-se de uma “pluralidade de temporalidades” (Morfino & Thomas, 2015: 18) – vale frisar, “temporalidades mistas e frequentemente ‘discordantes’” (Harootunian, 2007: 474)²⁰. Mas há algo mais nessas análises. Trata-se de dizer que transformações recentes se encarregaram de tornar ainda mais explícitas as precariedades de tal concepção hegemônica. Nos dizeres de Gumbrecht (2015), estaríamos diante da emergência de um novo arranjo *temporal*, caracterizado pela “justaposição de diferentes tempos históricos” (Gumbrecht, 2015: 52): enquanto, por um lado, “os *passados*” continuam a proporcionar “pontos de orientação” ao presente, de molde a saturá-lo com suas “memórias” e “objetos” (Gumbrecht, 2015: 16 e 104); por outro, “o futuro” deixou de desenhar-se “como horizonte aberto de possibilidades” para fazer-se “uma dimensão cada vez mais fechada a quaisquer prognósticos” (Gum-

19. Uma vez mais, cabe reforçar que, no caso dos *decoloniais e pós-coloniais*, é nítido o realce às coerções (epistemológicas, simbólicas, físicas, morais, sexuais, psicológicas etc.) inerentes aos entrelaçamentos entre as sociedades hegemônicas e os contextos societários periféricos/coloniais (Chakrabarty, 2000; Dussel, 2005).

20. Para Harootunian (2007: 486), a “mistura de temporalidades” no presente histórico, ou ainda, “a articulação dessas misturas ambíguas do moderno e arcaico, novo e velho, aqui e lá, contemporâneo e nativista sempre esteve presente para nos lembrar da perseverança de uma refração temporal notabilizada pela contemporaneidade do não contemporâneo” (Harootunian, 2007: 475).

brecht (2015 15). No fim das contas, avultariam os contornos de um “amplo presente, com seus mundos simultâneos” – ou seja, de um “presente [que] transformou-se numa dimensão de simultaneidades que se expandem” e se deslocam “em direção ao futuro e ao passado” (Gumbrecht, 2015: 16). Ora, não é difícil depreender as implicações desses debates para o pensamento sociológico: cientes do alcance descritivo reduzido e da capacidade explicativa limitada de suas formulações, somos exortados a reavaliar o estatuto canônico de um grupo bastante seletivo de narrativas a propósito da vida moderna. Concomitantemente, ante o desafio de capturar um panorama social bem mais intrincado e desconexo que o previsto, urge examinar os conflitos e as tensões em que se veem enredados os distintos preceitos ético-morais, referências cognitivas e parâmetros estéticos que coabitam a paisagem contemporânea. Por fim, atentos às suas posições assimétricas no tecido social, somos em igual medida convidados a ponderar acerca do potencial heurístico de proposições alternativas a respeito das gêneses e reconfigurações da modernidade.

21. Victor Lage divisa em vários ensaios produzidos no seio do pensamento brasileiro não apenas “uma problematização mais ampla das linhas de demarcação que separam e unificam o dentro e o fora, o passado, o presente e o futuro” do país (Lage, 2016: 572), mas também o potencial para “expor um processo global” (Lage, 2016: 559). Nesse sentido, tais obras constituiriam “lugares potenciais de crítica da modernização” (Lage, 2016: 36) ao inquirirem “conceitos centrais daquilo que é comumente definido como ‘modernidade’ [...]” (Lage, 2016: 533).

22. Aludindo aqui a uma proposição de Roberto Schwarz, tal movimento de “desprovincianização” implicaria em “inscrever na atualidade internacional, em forma polêmica, muito daquilo que parecia nos afastar dela e nos confinar na irrelevância” (Schwarz, 1998: 13).

Pois bem, conforme alguns analistas já tiveram oportunidade de sugerir, em meio a esforços efetuados com vistas à explanação da sociedade brasileira – leia-se, à elucidação de suas condições de possibilidade particulares e de seus padrões societários supostamente especiais –, obras de interpretação do país acabaram por oferecer *insights* valiosos à compreensão de fenômenos atinentes a um rol variado de contextos modernos (Bastos, 2011: 52-67; Lage, 2016: 45; Maia, 2011: 81-87; Ricupero, 2013: 529-530; Schwarz, 1998: 13; 1973: 159-160; Tavolaro, 2005; 2014: 654-656; 2020: 254-258)²¹. Como quero argumentar, à frente da tarefa de apreender uma condição alegadamente ímpar, formulações do pensamento brasileiro lançaram mão de imagens não convencionais da própria modernidade, consentâneas ao discernimento de aspectos subapreciados pelo cânone sociológico. Se é que se pode tomar tal proposta como um exercício de “desprovincianização” desse pensamento²², há ao menos dois fatores que me parecem garantir lastro ao empreendimento. Em primeiro lugar, retratos delineados em diversas obras de interpretação do país com frequência conferiram relevância à dimensão *relacional* dos processos e das transformações que concorreram para a formação nacional e seu ulterior ingresso na quadra moderna: malgrado a obsessão com os presumidos descompassos do Brasil *vis-à-vis* os chamados cenários modelares, nossos intérpretes conservaram-se atentos aos vínculos dessa experiência com um sem-número de itinerários, imprescindíveis à compreensão dos padrões de sociabilidade sedimentados no curso de sua história (Rocha, 2008; Feldman, 2009; Lage, 2016). A meu ver, há aqui afinidades importantes com as críticas ao teor *internalista* (autorreferente) de narrativas hegemônicas, em particular à sua inclinação para confinar a modernidade numa gama restrita de trajetórias históricas (Chakrabarty, 2000; Conrad, 2016). Levadas às últimas consequências, em um e outro casos, tais proposições apontam

para as complementariedades entre contextos *modelares e não modelares*²³: no limite, trata-se de dizer que os diversos padrões de sociabilidade (as visões de mundo, os arranjos institucionais, as referências cognitivas e os parâmetros ético-morais e estéticos) coexistentes na paisagem moderna resultaram de uma infinidade de conexões e entrelaçamentos (culturais, econômicos, epistemológicos, políticos, militares etc.) em que estiveram envolvidas distintas partes do globo – coetâneas, ainda que assimetricamente posicionadas²⁴. Por esse motivo, o conhecimento das múltiplas determinações de um segmento poderia oferecer sugestões para o entendimento do conjunto²⁵.

O segundo fator a se considerar é que tal perspectiva *relacional* inscrita em obras do pensamento brasileiro também nos instiga a refletir a respeito do alcance heurístico dos padrões societários entrevistados no país. Ao invés de tomá-los como peculiares à vida nacional (porventura também pertinentes a outros contextos “tardios” e “marginais”), os aspectos anteriormente mencionados poderiam ser concebidos como parâmetros sociológicos alternativos, capazes de alargar os horizontes de cognição do imaginário da modernidade: refiro-me uma vez mais à justaposição e imprecisão funcional de domínios sociais diversos (Estado, mercado, sociedade civil, família, instituições culturais etc.); à persistência de concepções de mundo mágico-religiosas e de normas de conduta tradicionais no tecido social e na subjetividade dos indivíduos; à porosidade entre âmbitos domésticos e esferas públicas de convivência; e, por fim, à suscetibilidade da vida social às inconstâncias do mundo natural (Tavolaro, 2017: 125-128). Em suma, em vez de resíduos extemporâneos de uma ordem pré-moderna, tratar-se-ia de noções habilitadas a auxiliar a sociologia a apreender um escopo mais sortido de experiências e configurações sociais do presente. Também aqui, em virtude da condição *relacional* da modernidade, a análise de padrões divisados em seções específicas do conjunto lançaria sugestões à compreensão de aspectos distintivos do todo²⁶.

Ao fim e ao cabo, essas ideias nos encorajam a reexaminar, sob nova luz, o *sentimento de descompasso* difuso nos retratos do Brasil contemplados neste artigo. É certo que ao imputar ao país uma condição tardia e reflexa, à primeira vista, as obras em tela parecem apenas atestar a valência epistemológica daquela concepção hegemônica: às decalagens, desacertos e incongruências da vida social brasileira se contraporiam o *tempo* homogêneo, linear e progressivo de cenários modelares. Todavia, tão logo apreciados em diálogo com formulações críticas ao imaginário sociológico, esses mesmos retratos insinuam um registro analítico alternativo. Uma vez dissolvida a autossuficiência histórica das ditas sociedades “centrais” em favor de uma concepção *relacional* da experiência moderna (de acordo com a qual contextos *modelares e não modelares* seriam cooriginários e corresponsáveis pela modernidade);

23. Para escapar a dualismos dessa natureza, as sugestões lançadas por Carvalho Franco (1976: 61-62) continuam auspiciosas: em lugar de tratá-las como “termos em oposição” atrelados “por uma relação de causalidade”, mais apropriado seria conceber “colônia e metrópole” – ou, como prefiro aqui cifrar, contextos modelares e experiências não-modelares – como participantes do mesmo “sistema”.

24. Para uma ênfase analítica nas conexões e entrelaçamentos societários implicados no surgimento da modernidade e em suas reconfigurações posteriores, ver Elias (1978), Subrahmanyam (1997) e Therborn (2003).

25. Em termos relacionais, seria inconcebível pensar-se em trajetórias sociais exclusivas e autossuficientes na modernidade; *mutatis mutandis*, seria descabido conceber-se experiências “modelares” desvinculadas de contextos “não modelares”, e vice-versa. Em última instância, vale aqui o que François Dépelteau (2013: 180) propõe em sua abordagem relacional da vida

social: “A não pode fazer aquilo que faz sem B, e vice-versa. [...] nada advém simplesmente de qualquer capacidade interna [...]. [...] todas essas capacidades e suas referidas ações acontecem sempre em relação a alguma outra coisa.”

26. Nos termos de Schwarz (1987: 45), “a má-formação brasileira, dita atrasada, manifesta a ordem da atualidade a mesmo título que o progresso dos países adiantados.” Dito de outro modo, imagens do mundo e padrões de sociabilidade entrevistados no Brasil podem nos fazer compreender lógicas, códigos e regras de convivência observados também nos chamados cenários modelares.

admitida a pertinácia hodierna de referências cognitivas e de padrões ético-morais e estéticos erigidos em circunstâncias e momentos históricos variados; e, por fim, assentida a coexistência contemporânea de uma pluralidade de conotações e ordenamentos do *tempo* (com suas lógicas, cadências, continuidades, interrupções, conflitos e subversões próprios), o arranjo *temporal* subjacente às interpretações do Brasil examinadas no artigo assume outro estatuto conceitual: em vez de exclusiva ao país e a contextos congêneres, tal concepção heterogênea, compósita e sinuosa do *tempo* parece melhor condizer com a densidade da trama social contemporânea e com as incongruências e assimetrias inerentes à(s) sua(s) *temporalidade(s)*. Nesse, como em outros aspectos, as alardeadas assincronias brasileiras abrem caminhos auspiciosos para uma crítica epistemológica do imaginário da modernidade.

Referências

ALTHUSSER, Louis. The errors of classical economics: outline of a concept of historical time. In ALTHUSSER, Louis; BALIBAR, Étienne. *Reading Capital*, p. 91-118. London: NLB, 1970 [1965].

ANDERSON, Benedict. *Imagines communities*. London: Verso, 1991.

ANDRADE, Oswald de. Manifesto da Poesia Pau Brasil. In: _____. *Manifesto Antropófago e outros textos*, p. 19-28. São Paulo: Penguin Classics; Companhia das Letras, 2017a [1928].

ANDRADE, Oswald de. Manifesto Antropófago. In: _____. *Manifesto Antropófago e outros textos*, p. 43-60. São Paulo: Penguin Classics; Companhia das Letras, 2017b [1928].

BASTOS, Elide R. A construção do debate sociológico no Brasil. *Ideias – Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp*, v. 1, p. 287-300, 2013.

BLOCH, Ernst. Nonsynchronism and the obligation to its dialectics. *New German Critique*, n. 11, p. 22-28, Spring 1977.

BOMFIM, Manoel. *A América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993 [1905].

BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lília. *Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

BRANDÃO, Gildo. *Linhagens do pensamento político brasileiro*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild Editores, 2007.

CARDOSO, Fernando H. *Pensadores que inventaram o Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

CARDOSO, Fernando H.; FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004 [1969].

CARVALHO FRANCO, Maria Sylvia. As idéias estão no lugar. *Cadernos de Debate*, n. 1, p. 61-64. São Paulo: Brasiliense, 1976.

CHAKRABARTY, Dipesh. *Provincializing Europe: postcolonial thought and historical difference*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2000.

CHATTERJEE, Partha. *La nación en tiempo heterogêneo y otros estúdios subalternos*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2008.

CONRAD, Sebastian. *What is global history?* Princeton, NJ: Princeton University Press, 2016.

COSTA, Sérgio. Desprovincializando a sociologia: a contribuição pós-colonial. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 21, n. 60, p. 117-134, 2006.

COSTA PINTO, Luiz de A. *Sociologia e desenvolvimento: temas e problemas de nosso tempo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973 [1962].

CUNHA, Euclides. *Os Sertões*. São Paulo: Ubu Editora, 2016 [1902].

DÉPELTEAU, François. What is the direction of the “relational turn”? In: POWELL, Christopher; DÉPELTEAU, François (Eds.). *Conceptualizing relational sociology: ontological and theoretical issues*, p. 163-185. New York: Palgrave Macmillan, 2013.

DURKHEIM, Émile. *The division of labor in society*. New York: The Free Press, 1997 [1893].

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*, p. 55-70. Buenos Aires: Clacso, 2005.

EISENSTADT, Shmuel. Multiple modernities. *Dædalus*, v. 129, n. 1, p. 1-29, 2000.

ELIAS, Norbert. The problem of the “inevitability” of social development. In: _____. *What is sociology?*, p. 158-174. London: Hutchinson & Co Ltd, 1978.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo, Globo, 2001 [1958].

FELDMAN, Luiz. *O Brasil no mundo e vice-versa: Estado em Casa-Grande & Senzala, Sobrados e mucambos e Raízes do Brasil*. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), 2009.

FERNANDES, Florestan. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. São Paulo: Global Editora, 2008 [1968].

_____. *A revolução burguesa no Brasil*. São Paulo, Globo, 2006 [1975].

FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala: introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 2000 [1933].

_____. *Sobrados e mucambos: história da sociedade patriarcal no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1996 [1936].

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009 [1959].

GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. *A redução sociológica*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996 [1958].

GUMBRECHT, Hans. *Nosso amplo presente*. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

_____. *Modernização dos sentidos*. São Paulo: Editora 34, 1998.

HABERMAS, Jürgen. A consciência de época da modernidade e a sua necessidade de autocertificação. In: _____. *O discurso filosófico da modernidade*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1990 [1985].

HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011 [2003].

HAROOTUNIAN, Harry. Remembering the historical present. *Critical Inquiry*, v. 33, p. 471-494, Spring 2007.

HARVEY, David. *The condition of postmodernity: an enquiry into the origins of cultural change*. Cambridge, UK: Blackwell, 1995.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1936.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUC-Rio, 2006.

LAGE, Victor. *Interpretations of Brazil, contemporary (de)formations*. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), 2016.

LIMA, Nísia T. *Um sertão chamado Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2013.

LYOTARD, Jean-François. *A condição pós-moderna*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2013 [1979].

LUHMANN, N. The future cannot begin: temporal structures in modern society. *Social Research*, v. 43, n. 1, p. 130-152, 1976.

MAIA, João. Ao sul da teoria: a atualidade teórica do pensamento social brasileiro. *Sociedade e Estado*, v. 26, n. 2, p. 71-94, 2011.

MARX, Karl. *Capital*, v. 1. New York: Penguin Classics, 1990 [1867].

_____. A contribution to the Critique of Hegel's "philosophy of right". In: _____. *Critique of Hegel's philosophy of right*, p. 129-142. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1970 [1843-1844].

MORFINO, Vittorio. On non-contemporaneity: Marx, Bloch, Althusser. In: MORFINO, Vittorio; THOMAS, Peter D. (Eds.). *The government of time: theories of plural temporality in the marxist tradition*, p. 117-147. Chicago, IL: Haymarket Books, 2018.

MORFINO, Vittorio; THOMAS, Peter D. Introduction: tempora multa. In: _____. (Eds.). *The government of time: theories of plural temporality in the marxist tradition*, p. 1-19. Chicago, IL: Haymarket Books, 2018.

NABUCO, Joaquim. *O abolicionismo*. São Paulo: Publifolha, 2000 [1883].

PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011 [1942].

PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012 [1928].

RICUPERO, Bernardo. O lugar das ideias: Roberto Schwarz e seus críticos. *Sociologia & Antropologia*, v. 3, n. 6, p. 526-556, 2013.

ROCHA, João. O exílio como eixo: bem-sucedidos e desterrados – ou por uma edição crítica de *Raízes do Brasil*. In: MONTEIRO, Pedro; EUGÊNIO, João (Eds.). *Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas*, p. 245-275. Campinas; Rio de Janeiro: Editora Unicamp; Editora Uerj, 2008.

ROMERO, Silvio. *Compêndio de história da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 2001 [1906].

_____. *História da literatura brasileira*. Tomo Primeiro. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1949 [1888].

ROSA, Harmut. *Social acceleration: a new theory of modernity*. New York: Columbia University Press, 2013.

SCHMIDT, Volker. Conceptualizing global modernity: a tentative sketch. *Working Papers Series*, n. 191. Department of Sociology, National University of Singapore, 2012. Disponível em: <<https://ap4.fas.nus.edu.sg/fass/socvhs/research/Conceptualizing%20Global%20Modernity.pdf>>. Acessado em: 23 Dez. 2019.

SCHWARZ, Roberto. *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis*. São Paulo: Duas Cidades, 1998.

_____. *Que horas são? Ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. Ideias fora do lugar. *Estudos Cebrap*, v. 5, p. 151-161, 1973.

SIMMEL, Georg. The metropolis and mental life. In: LEVINE, Donald (Ed.). *Georg Simmel: on individuality and social forms*. Chicago, IL: The University of Chicago Press, 1971.

SUBRAHMANYAM, Sanjay. Connected histories: notes towards a reconfiguration of early modern Eurasia. *Modern Asian Studies*, v. 31, n. 3, p. 735-762, 1997.

TAVOLARO, Sergio B. F. Stasis, motion and acceleration: the senses and connotations of time in Raízes do Brazil and Sobrados and Mucambos (1936). *Sociologia e Antropologia*. v. 10, n. 1, p. 243-266, 2020.

_____. Retratos não-modelares da modernidade: hegemonia e contra-hegemonia no pensamento brasileiro. *Civitas*, v. 17, n. 3, p. 115-141, 2017.

_____. A tese da singularidade brasileira revisitada: desafios teóricos contemporâneos. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, v. 57, n. 3, p. 633-673, 2014.

_____. À sombra do mato virgem...: natureza e modernidade em uma abordagem sociológica brasileira. *Ambiente e Sociedade*, v. 11, n. 2, p. 273-287, 2008.

_____. Existe uma modernidade brasileira? Reflexões em torno de um dilema sociológico brasileiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 20, n. 59, p. 5-22, 2005.

TORRES, Alberto. *O problema nacional: introdução a um programa de organização nacional*. Brasília: Companhia Editora Nacional; MEC, 1978 [1914].

VIANNA, Oliveira. *Evolução do povo brasileiro*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956 [1922].

VILLAS-BÔAS, Gláucia. Casa grande e terra grande, sertões e senzala: a sedução das origens. In: KOSMINSKY, Ethel; LÉPINE, Claude; PEIXOTO, Fernanda (Orgs.). *Gilberto Freyre em quatro tempos*, p. 115-134. Bauru, SP: Edusc, 2003.

VILLAS-BÔAS, Gláucia. *Mudança provocada. Passado e futuro no pensamento sociológico brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

WEBER, Max. *The protestant ethic and the spirit of capitalism*. Los Angeles, CA: Roxbury Publishing Company, 2002 [1905].

ZERUBAVEL, Eviatar. The standardization of time: a sociohistorical perspective. *American Journal of Sociology*, v. 88, n. 1, p. 1-23, 1982.

Outras fontes:

Manifesto Nhegaçu Verde Amarelo (1929) [mimeo].



Entrevista

O feminismo negro de Patrícia Hill Collins: uma conversa sobre conhecimento, poder e resistência*

Recebido: 28.04.21
Aprovado: 21.09.21

Bruna Cristina Jaquetto Pereira (<https://orcid.org/0000-0003-3213-8672>),
Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília (UnB),
Brasília, Distrito Federal, Brasil¹.

Joaze Bernardino-Costa (<https://orcid.org/0000-0002-9937-893X>),
Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília,
Brasília, Distrito Federal, Brasil².

* A entrevista foi realizada em inglês e posteriormente editada pela entrevistada. A tradução para o português foi realizada por Bruna Cristina Jaquetto Pereira, com revisão de Joaze Bernardino-Costa.

Em julho de 2019, a socióloga estadunidense Patricia Hill Collins veio ao Brasil pela primeira vez após a publicação de seu livro mais conhecido, *Black feminist thought*, em português, 19 anos após sua publicação original. Esta não foi a primeira visita de Collins ao Brasil, mas a importância dessa viagem em particular se deve ao maior alcance dos estudos produzidos por e sobre mulheres negras no país.

Pensamento feminista negro (2019) ocupa um lugar de destaque na expressiva produção acadêmica de mulheres negras brasileiras e estadunidenses, que vai ganhando espaço no universo intelectual brasileiro – ainda que de modo tímido e lento –, por dois motivos. O primeiro é o conteúdo das análises e as releituras que a obra propõe sobre a história e a sociedade estadunidense. O segundo, certamente mais valioso para quem não se interessa imediatamente pela situação dos Estados Unidos, são as sólidas contribuições do livro para uma forma de pensar, produzir teoria social e conhecimento que valoriza experiências e perspectivas de sujeitos que foram (e ainda estão) majoritariamente excluídos ou marginalizados pelas ciências sociais. Collins defende que centralizar tais vozes – particularmente, as vozes das mulheres negras – é um caminho para conferir visibilidade à natureza parcial de teorias sociais que se presumem universais, ao mesmo tempo em que permite a emergência de lentes inovadoras para olhar e analisar a realidade.

Como a obra de outras intelectuais negras, a produção de Collins defende abertamente a associação entre conhecimento e justiça social, reformulando noções tradicionais de objetividade, poder e autoridade na produção acadêmica. Que perguntas não têm sido feitas? Quais pontos de vista não têm sido considerados?

I. Bruna Cristina Jaquetto Pereira, doutora em sociologia pela Universidade de Brasília (UnB), é professora voluntária do Departamento de Relações Internacionais na Universidade de Brasília.
<brunacjpereira@gmail.com>.

II. Joaze Bernardino-Costa é professor do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília.
<joazebernardino@gmail.com>.

Quais histórias ainda não foram contadas? Essas e outras questões presentes no livro certamente merecem ampla reflexão no âmbito das universidades brasileiras. Na ocasião de sua visita ao país, conversamos com Collins sobre aspectos ora mais amplos ora mais específicos de sua obra, seu modo de produzir conhecimento e suas estratégias para navegar o espaço acadêmico. Esperamos que a entrevista possa tanto instigar o público brasileiro a ler e estudar *Pensamento feminista negro* quanto desvelar algo da visão dessa importante intelectual na atualidade.

Bruna Pereira (BP) – A meu ver, é importante que as pessoas entendam o contexto no qual você escreveu o livro *Pensamento feminista negro*. Sei que esta é uma proposta muito ampla, mas a ideia é fornecer uma ideia geral do que se passava naquele momento.

Patricia Hill Collins (PHC) – *Pensamento feminista negro* é um pequeno exemplo de um universo de trabalho intelectual nos Estados Unidos que refletiu décadas de ativismo negro. O movimento pelos direitos civis e o movimento Black Power foram movimentos sociais que atuaram a partir da década de 1950 até a década de 1970 e que integraram um movimento afro-americano mais amplo, intergeracional, contra o racismo antinegro/a. Historicamente, as mulheres negras foram participantes importantes de múltiplas formas de ação política, por exemplo, em protestos sociais, políticas eleitorais e na criação de organizações de base, comunitárias, bem como desempenharam papéis relevantes em movimentos sociais negros. Mulheres negras também adotaram perspectivas ideológicas ao longo do amplo espectro do pensamento político e social afro-americano. Embora mulheres negras ativistas e intelectuais tivessem sido essenciais para o sucesso dessa ampla luta negra por liberdade, o significado de suas ideias e ações permanecia em grande parte invisível. A emergência de um movimento autoidentificado de mulheres negras na década de 1970 e sua disposição para reivindicar termos como *feminismo negro* e *mulherismo* desafiaram essa invisibilidade histórica.

Minhas experiências de amadurecimento como jovem mulher negra tiveram por pano de fundo a emergência da voz coletiva das mulheres negras durante a década de 1960 e 1970. Como estudante de ensino médio e depois de graduação, eu não apenas pensava sobre o material sobre o qual eu escreveria anos depois em *Pensamento feminista negro*, eu o vivia. A crescente visibilidade conferida ao ativismo de mulheres negras, especialmente de seu foco em gênero e seu compromisso intrínseco com uma análise interseccional, refletia um entendimento mais profundo não apenas sobre racismo sistêmico, mas também sobre o significado da análise genderizada para a política de resistência. O feminismo negro não surgiu de um

movimento feminista mais amplo promovido por mulheres brancas. Ao contrário, para mim, ele se originou no reconhecimento crescente da necessidade da análise de gênero dentro dos projetos ativistas negros. Não seria possível libertar as mulheres negras sem levar tanto raça quanto gênero em conta.

Durante esse período, a visibilidade da ficção, poesia, música, dança e dos ensaios políticos de autoria de mulheres negras teve especial influência tanto em minha vida cotidiana quanto em minhas sensibilidades intelectuais emergentes. Esse foi um momento de florescimento da literatura de mulheres afro-americanas, mas dois livros se destacaram para mim, por terem um grande impacto nas mulheres negras ao meu redor. O livro de Toni Morrison, *The bluest eye* (O olho mais azul), e o volume editado de Toni Cade Bambara, *The black woman*, foram publicados em 1970, ano em que terminei meu mestrado em educação na Universidade de Harvard e comecei meu trabalho como professora do ensino médio na escola comunitária St. Joseph. De modo significativo, ambos os livros alcançaram um amplo público porque falavam sobre os problemas que as mulheres negras enfrentavam em ambientes acadêmicos e comunitários. Inicialmente publicados como livros de bolso vendidos a baixo custo, eles foram escritos em uma linguagem acessível às mulheres negras e levantaram questões que eram importantes em nossas vidas. Como autora vencedora do Prêmio Pulitzer por *Beloved* (Amada), o trabalho subsequente de Morrison é bem conhecido. Mas o livro de ensaios de Toni Cade Bambara é igualmente inovador ao mostrar a variedade de vidas e perspectivas políticas de mulheres negras. Morrison escreveu uma ficção gloriosa; Bambara colocou as ideias de muitas mulheres negras em diálogo. *The black woman* foi o primeiro livro que li que estabeleceu um diálogo entre ideias de mulheres negras sobre as questões que mais nos preocupavam. Eu levava os livros ao meu trabalho como professora do ensino médio em uma escola da comunidade negra e comecei a traduzir suas ideias de maneira que fossem significativas para meus/minhas alunos/as. Eu não sabia na época, mas comecei a pesquisar o *Pensamento feminista negro* durante meus anos trabalhando com crianças e adolescentes negros/as no movimento das escolas comunitárias nos anos de 1970.

Na década de 1980, quando comecei a escrever *Pensamento feminista negro*, eu tinha seis anos de experiência no movimento de escolas comunitárias negras e quatro anos como diretora de um programa para negros/as em uma faculdade de artes liberais. Eu sabia muito mais sobre como as ideias das mulheres negras eram vistas pela academia, em relação ao meu idealismo dez anos antes. Não só havia poucas mulheres negras em meus 12 anos de escola pública e quatro anos de faculdade, como muito poucas pessoas negras foram incluídas nos currículos. Como a produ-

ção acadêmica de mulheres negras e sobre mulheres negras havia sido ignorada ou suprimida da academia, o trabalho intelectual das mulheres negras dentro da política cultural complementou minha educação formal.

Esse foi o principal motivo pelo qual fui trabalhar em um Departamento de Estudos Negros. Tive a sorte de conseguir um emprego estável em um departamento de estudos afro-americanos de uma grande universidade pública, o que me permitiu explorar muitas das questões que mais preocupavam os/as afro-americanos/as com quem trabalhei no movimento de escolas comunitárias, e que eu conhecia em virtude desses anos de trabalho. Meus argumentos em *Pensamento feminista negro* foram alimentados pelo florescimento do trabalho intelectual de mulheres negras que entendi como um presente intergeracional de Morrison, Bambara e uma longa lista de intelectuais negras que me propus a citar em meu livro. Comecei a tentar compreender os padrões de ativismo e ideias que me cercavam. Era minha responsabilidade manter a conversa fluindo. Isso não foi fácil, mesmo dentro dos departamentos e programas de estudos negros, porque as tentativas de eliminar a segregação no ensino superior encontravam dificuldades. Trabalhar no ensino superior, ainda mais em uma unidade desvalorizada dentro do ensino superior, proporcionou desafios contínuos à integridade do meu trabalho intelectual, bem como ao meu próprio ser enquanto professora negra. Para mim, estar na academia constituiu uma continuação do ativismo do movimento negro. É importante ressaltar que, em nível nacional, a década de 1980 marcou o início de uma reação política contra muitas conquistas dos movimentos sociais, o que culminou na década de 1990 no esvaziamento de instituições públicas de educação, saúde, transporte e habitação e no financiamento do encarceramento em massa. Proteger os estudos negros como entidade institucional, e não apenas como conceito, era vital em meio a esse cenário político. Escrever o *Pensamento feminista negro* dentro desse contexto específico, ou seja, integrando uma unidade acadêmica desvalorizada e subfinanciada, lidando com o fato de que o legado de movimentos sociais negros parecia relegado ao passado e aprofundando as sensibilidades em relação a gênero e feminismo na sociedade estadunidense, foi um processo que teve suas limitações, mas que também me proporcionou liberdade intelectual e política. Sinceramente, fui subestimada, ignorada e fiquei isolada. Usei esse espaço para escrever.

Descrevo minha carreira de 23 anos como docente de um Departamento de Estudos Negros como uma luta para tornar possíveis as condições de meu próprio trabalho. Essa não foi uma tarefa fácil: eu estava escrevendo o *Pensamento feminista negro* durante um período em que faculdades e universidades desvalorizavam o trabalho intelectual das mulheres negras. Não estávamos simplesmente dessegregando a universidade, mas também o currículo e a pesquisa. Como os estudos

sobre mulheres negras, especialmente as pesquisas em ciências sociais, historicamente não eram realizados por mulheres afro-americanas, eles rotineiramente depreciavam nossas experiências. E, no entanto, estudantes e professoras negras que ajudaram a dessegregar *campi* historicamente brancos foram aconselhadas a não desenvolver trabalhos sobre raça e sobre mulheres negras, pois isso poderia prejudicar nossas carreiras. Eu simplesmente teria que ignorar muitos conhecimentos sobre as mulheres negras a fim de assimilar tal conselho. Por exemplo, nas pesquisas das ciências sociais, a imagem da má mãe negra como a causa do baixo rendimento escolar das crianças negras e a aparente falta de vontade dos homens negros em sustentar suas famílias foram explicações importantes para a pobreza negra. Esse foi o período em que as mulheres negras eram estereotipadas como “mães do bem-estar” (*welfare mothers*), vivendo injustamente da generosidade do Estado, ou prostitutas sexualmente promíscuas, ou mães que deveriam ser gratas pelas esmolas dadas por seus empregadores/as brancos/as. A pesquisa sobre políticas públicas foi uniformemente negativa ao estigmatizar as mulheres negras e culpá-las por seus problemas sociais, além de retratá-las como um problema social para o próprio Estado.

O contexto político do período em que escrevi *Pensamento feminista negro* forneceu um pano de fundo importante para o livro, mas o principal desafio era pensar como eu navegaria no contexto intelectual acadêmico para publicar meu trabalho. Olhando para trás, vejo que meus argumentos sobre epistemologia ou teoria do conhecimento ofereceram um desafio muito maior para a pesquisa existente sobre mulheres negras do que simplesmente o de corrigir o registro histórico. Enquanto realizava as pesquisas que embasaram o *Pensamento feminista negro*, com frequência encontrei materiais, grande parte deles de autoria de mulheres negras, que refutavam o conhecimento acadêmico prevalente sobre mulheres negras. Ao fazer perguntas diferentes daquelas utilizadas pelo discurso dominante e estar aberta a outras fontes de dados que iam além do conhecimento convencional, fui capaz de elaborar meus argumentos. Percebi que as mulheres negras tinham uma longa história de produção intelectual nos Estados Unidos, expressa de modos que iam muito além das fontes acadêmicas tradicionais. Infelizmente, esse conhecimento muitas vezes permaneceu desconhecido mesmo entre as mulheres negras e certamente foi excluído do registro público.

Tudo isso exigiu que eu esclarecesse a natureza do meu projeto para mim mesma. O que me propus a fazer foi difícil, e eu tinha que deixar claro por que estava fazendo isso. Eu não estava escrevendo um livro de memórias da minha própria vida nem uma monografia padrão de ciências sociais que exigia que eu me distanciasse de minha própria experiência como evidência de minha objetividade. Eu não pretendia

alcançar as pessoas por meio da ficção (como Toni Morrison) ou organizar as mulheres negras em uma comunidade política (como Toni Cade Bambara). Eu não estava trabalhando com o poder da música na cultura popular (como Nina Simone) ou tentando promover o ativismo de base nas comunidades negras (como o Coletivo Combahee River). Em vez disso, eu queria examinar o pensamento feminista negro em um livro que permitisse às mulheres afro-americanas afirmar as realidades das vidas das mulheres negras em nossos próprios termos, mas que também legitimasse o trabalho intelectual das mulheres negras dentro dos termos acadêmicos. Eu não conseguia me imaginar escrevendo um livro sobre mulheres negras em que não pudéssemos reconhecer as verdades sobre nossas próprias vidas. Além disso, eu não queria escrever um livro teórico que as mulheres negras não pudessem ler, entender e usar. Para fazer isso, tive que negociar demandas institucionais e epistemológicas que poderiam desvalorizar meu próprio projeto, e os argumentos que eu apresentaria. Meu objetivo era sintetizar a produção intelectual de mulheres negras para mulheres negras e, igualmente importante, ter esse pensamento feminista negro como conhecimento teórico legitimado em espaços acadêmicos.

Olhando para trás, posso ver os desafios epistemológicos que enfrentei ao escrever *Pensamento feminista negro*. Eu estava escrevendo para dois públicos, o do mundo cotidiano das mulheres negras e o mundo dos “guardiões” da Academia, que se esforçam para que não haja mudanças nos padrões tradicionais de produção de conhecimento. Em outras palavras, tive que descobrir uma maneira de escrever meu livro para mulheres negras em um formato que fosse reconhecido como produção acadêmica legítima. Tive de fazer algo bastante sofisticado, o que significava que precisava ter muita clareza sobre o que queria dizer e por quê. Além disso, como esses públicos tinham padrões diferentes, o que seria considerado uma evidência convincente para ambas as comunidades? E essas diferenças estão no cerne do desafio epistemológico de escrever esse livro. Agora, anos depois, posso descrever o que estava fazendo com maior precisão. No entanto, na época, eu estava apenas fazendo o melhor que podia. Mas houve muita experimentação. Eu apenas sentia que era a coisa certa a fazer.

Joaze Bernardino-Costa (JBC) – Me parece óbvio – e acho que a todos nós que lemos sua obra – a perspectiva dialógica está muito presente em seu modo de pensar, na elaboração de suas teorias e na escrita desse livro.

PHC – Sim.

JBC – Qual o impacto dessa perspectiva dialógica em relação aos/às seus/suas estudantes e com os movimentos sociais em seus escritos?

PHC – Eu escrevi o *Pensamento feminista negro* em diálogo com meus/minhas alunos/as de graduação em minhas turmas sobre Mulheres negras contemporâneas, Sociologia da comunidade negra e Família negra. Como eu tinha uma carga horária pesada de ensino, usei meus cursos e conversas dentro e fora da sala de aula como forma de testar ideias. Como a maioria dos/as alunos/as dos cursos de estudos negros eram afro-americanos/as, isso mudou a atmosfera da sala de aula. Por eu dar aulas em uma instituição pública e por serem minoria, muitas vezes pela primeira vez, os/as alunos/as brancos/as não chegavam com a expectativa de que seriam privilegiados no espaço da sala de aula. Não havia necessidade de parar e filtrar e adequar tudo a um centro branco, real ou imaginário. Não estávamos preocupados com o olhar branco. Os/As alunos/as negros/as trouxeram experiências e ideias para nossas comunidades de sala de aula que iam de desafiadoras a comóventes. Eles tinham muito a me ensinar e aprendi a ouvi-los/as. Ao contrário de escrever para um público imaginário desconhecido, meu tempo com meus/minhas alunos/as envolveu uma conversa cara a cara, onde aprendemos como consultar uns/umas aos/às outros/as. Eu adorava dar aulas na Universidade de Cincinnati, mas não estava trabalhando em uma escola onde tinha recursos infinitos e colegas perfeitos/as. Eu não estava viajando para conferências e saindo com as grandes mulheres negras da época. As pessoas costumam presumir que eu conhecia Angela Davis, June Jordan, Audre Lorde, Flo Kennedy, Barbara Smith ou outras proeminentes ativistas intelectuais feministas negras da época, mas nada poderia estar mais longe da verdade. Eu era uma professora universitária comum, não efetiva, e ensinava a alunos/as comuns (embora inteligentes, importantes, corajosos/as e incríveis) em uma universidade pública.

O engajamento dialógico foi especialmente importante para a produção de *Pensamento feminista negro*. Para esse projeto, recrutei quatro alunas negras de minhas turmas e, quando o livro estava perto de ser concluído, pedi-lhes que lessem diferentes partes do manuscrito. Por meio de conversas face a face, individualmente e em pequenos grupos, minhas “revisoras”, alunas de graduação, compartilharam comigo seus pensamentos sobre as várias ideias do livro. Eu estava menos interessada em observações do tipo que se faz em uma apresentação formal do que naquilo que elas escreveram nas margens do manuscrito enquanto o liam. Perguntei a elas: “Em que este livro as faz pensar? Estou interessada no que vocês pensam. Vocês poderiam me contar?”. Porque acho que uma característica marcante do meu trabalho é a acessibilidade, ou seja, a capacidade de tornar ideias complexas acessíveis, e nisso a contribuição das minhas alunas foi inestimável. Elas identificaram partes do livro sobre as quais disseram: “Não sei do que você está falando aqui”. Fiz uma nota mental para reescrever essas seções e deixá-las mais claras. Em outras partes do livro, os argumentos eram claros, mas o material em si

simplesmente não dizia nada a elas. Eu tive que me perguntar o porquê. Eu estava especialmente interessada no que elas acharam do material que apresentei sobre a literatura de mulheres negras. Tentei colocar as ideias presentes na literatura das mulheres negras em diálogo com as experiências das minhas alunas. Incluí ideias presentes nas obras de intelectuais negras proeminentes para ver o que ressoava para elas. Em outros casos, incluí material sobre temáticas que foram negligenciadas. Por exemplo, tenho uma seção sobre avós negras, um grupo ignorado nas ciências sociais, mas muito proeminente na vida das mulheres afro-americanas. Lembro-me que uma jovem me disse: “Isso me lembra muito da minha vovó!”. Era algo muito familiar para elas.

Usar uma perspectiva dialógica com grupos de fora de minhas salas de aula foi e continua sendo mais difícil, justamente porque tive que imaginar conversas antecipadas com leitores/as desconhecidos/as enquanto escrevia o livro. Os/As revisores/as acadêmicos/as anônimos/as constituíram um importante público imaginário para o diálogo. Seu trabalho era avaliar o livro por seus argumentos, sua erudição e suas citações. Enquanto escrevia, tive que manter o foco nas ideias das mulheres negras ao mesmo tempo em que imaginava como elas seriam recebidas pelos/as revisores/as (o tema da dupla consciência de W. E. B. Du Bois). Eu precisava agradar a esses/as “guardiões/ãs” institucionais e, se meus argumentos não fossem sólidos, arriscaria não ter o livro publicado. Uma maneira de equilibrar essa luta entre diálogos íntimos, cara a cara, realizado com meus/minhas próprios/as alunos/as, e os diálogos com leitores/as imaginários/as anônimos/as, sem rosto e ostensivamente objetivos, foi dialogar com públicos heterogêneos e especializados. Apresentei as ideias de *Pensamento feminista negro* para diversos públicos, por exemplo, grupos comunitários, em bibliotecas, para minhas colegas de cursos de graduação e pós-graduação, em conferências especializadas e conferências profissionais. Eu ainda trabalho dessa maneira – calibrando meus argumentos para as pessoas a quem estou falando e revisando meus argumentos no calor da apresentação ou pensando sobre eles depois dela.

Como *Pensamento feminista negro* foi meu primeiro livro, eu não sabia então o que sei agora. Apresentar o material do livro em espaços acadêmicos, enquanto eu escrevia diferentes capítulos, ofereceu diferentes tipos de conversas ou diálogos face a face que enriqueceram minha compreensão de meu próprio projeto. No decorrer da apresentação do material para diferentes públicos acadêmicos, obtive reações variadas em distintas disciplinas e campos de estudo, reações que refletiam o que as pessoas pensavam sobre a produção intelectual das mulheres negras, bem como sobre as mulheres negras quando elas entram na sala. Muitos/as acadêmicos/as pareciam bastante confortáveis levantando questões que eu duvido que teriam

perguntado a um/a colega branco/a. Esse ceticismo sobre minha autoridade para analisar minhas próprias experiências surgiu não apenas em diálogos hostis, mas também nos lugares, em princípio, mais amigáveis. Por exemplo, lembro-me de minha primeira palestra na National Women's Studies Association, onde as participantes expressavam um forte interesse pelo feminismo negro. Mas elas não tinham certeza sobre o que ele era exatamente. Eu estava nervosa, mas a conversa fluiu bem. Mais tarde, porém, uma mulher veio até mim, disse-me que gostou da minha conversa e, com uma expressão perplexa, perguntou: "Quem te formou?" Essa era uma pergunta intrigante para mim, então perguntei o que ela queria dizer. Ela explicou: "Onde você estudou feminismo?" Essas eram perguntas inocentes da parte dela, mas falavam muito sobre as relações de poder da produção de conhecimento, especialmente as funções de controle da academia, mesmo dentro do feminismo. Aparentemente, eu não estava falando sobre o feminismo que ela tinha em mente. Olhei diretamente para ela e perguntei: "Você quer saber em qual programa de Estudos da mulher eu me formei?". Fiz uma pausa e continuei: "Não obtive minha formação na universidade. Este é meu próprio trabalho original". O silêncio que se seguiu falou por si mesmo. Ela entendeu o insulto implícito que havia em suas perguntas. Ela simplesmente não tinha sido exposta ao argumento de que o feminismo surge em ambientes diferentes do seu, no meu caso, dentro de lutas antirracistas em que mulheres negras desenvolveram análises de gênero que não carregavam o nome de feminismo.

A questão de como pensar seus públicos e quem são seus públicos, particularmente públicos múltiplos com diferentes histórias, pontos de vista e agendas políticas, foi essencial para a análise interseccional em *Pensamento feminista negro*. Usar uma metodologia dialógica requer estar preparada para o conflito. Diálogos são mais do que conversas amigáveis entre pessoas com opiniões diferentes. Eles podem sinalizar antagonismos profundamente enraizados e que se originam de interesses distintos. Aprendi isso quando apresentei o material sobre feminismo negro em uma universidade pública de uma grande área urbana que tinha um Departamento de Estudos Negros, um Programa de Estudos sobre as Mulheres e um Departamento de Sociologia, e que não se davam bem entre si. Os/As componentes de cada grupo eram previsíveis, no sentido de que forneciam pouco espaço para mulheres negras em "suas" áreas – os homens negros lideravam os estudos negros, as mulheres brancas dirigiam os Estudos sobre as mulheres e os homens brancos dominavam a sociologia. Minha análise do feminismo negro o posiciona simultaneamente em todas as três áreas, é crítica a cada uma delas, mas fica fora de todas as três. O feminismo negro desafiou o sexismo nas comunidades negras, e muitos acadêmicos negros resistiram a renunciar ao privilégio de gênero. Os homens negros viam as mulheres negras que abraçavam o feminismo negro como

traidoras da raça: “Vocês (mulheres negras) deveriam cozinhar para nós, e nos dizer como somos maravilhosos, não nos criticar. Vocês não sabem como é difícil para os homens negros conseguirem ter isso na América branca?”. As feministas brancas tinham uma agenda diferente. Elas queriam que minha palestra defendesse uma versão do feminismo ocidental que as deixassem solidamente no controle do termo “feminismo”, bem como da agenda que ele gerou. Elas esperavam que nos comportássemos como uma torcida, e que eu me comportasse como a líder que enfrentaria seus colegas negros de quem, sinceramente, elas tinham medo. Fiel ao seu estilo, os sociólogos se esconderam atrás das proteções das ciências sociais ostensivamente objetivas: eles estavam lá apenas para tomar notas e não para tomar partido. O desafio era apresentar o pensamento feminista negro como forma de análise interseccional que ressoasse e desafiasse essas diferentes comunidades interpretativas.

Eu estava com medo quando entrei na sala de aula, mas confiei em minha habilidade de adaptar minha fala para públicos diversos, e que agora não eram mais imaginados, estavam sentados em grupos reconhecíveis em diferentes regiões da mesma sala. Minha estratégia de apresentação foi usar um caso que fosse menos ameaçador para cada grupo, mas a partir do qual eu também pudesse ser crítica e contundente em relação a cada grupo sem ser ofensiva. Fiz isso apresentando meu argumento principal: o feminismo negro moderno emergiu tanto como uma crítica às limitações dos movimentos dos direitos civis e do movimento Black Power e do feminismo branco, quanto do movimento antiguerra, que ilustrava como esses movimentos eram importantes, mas incompletos. Não confrontei meu público diretamente, mas sim critiquei os pressupostos que adotavam no enquadramento da década de 1960, um período político anterior, o qual cada um reivindicava de maneiras bastante diferentes. Ao desviar minha análise para uma era familiar, mas de material histórico desconhecido, demonstrei a parcialidade de cada uma de suas perspectivas e criei espaço para que a visão sintética do feminismo negro adentrasse as conversas de cada área.

Com essa estratégia, desarme uma situação política altamente carregada, não dizendo o que se esperava que eu dissesse. Minha palestra criticou o patriarcado nas comunidades negras, o racismo no feminismo branco e a dependência excessiva da sociologia à classe como forma de evitar as questões espinhosas de raça e gênero. O público não sabia o que fazer comigo ou com as minhas ideias. Os homens negros vieram prontos para discutir comigo porque pensaram que já sabiam o que era o feminismo negro. “Você odeia os homens, não é?”. Quando eles não conseguiram encontrar a feminista mítica que odeia homens em minha palestra, eles ficaram confusos. O feminismo negro parecia ser sobre trabalho, família e comunidade e

coisas com as quais eles diziam se importar. As feministas queriam que eu culpasse os homens como um todo pelos pecados da sociedade. Quando evitei essa armadilha apontando minha solidariedade para com os homens negros, apontando as diferenças entre os homens que as prejudicavam, nossa sororidade compartilhada foi dissolvida. Os sociólogos esperavam que eu concedesse às questões de raça e gênero um *status* secundário e elevasse a classe como a resposta universal para os problemas das mulheres negras. Convenientemente, essa abordagem somente de classe apaga as particularidades das mulheres negras e pouco contribui para derrubar os interesses investidos dos privilegiados sociólogos brancos. Lembro-me de ter saído daquela conversa me sentindo incrivelmente aliviada e um tanto triunfante. O engajamento dialógico era desafiador, mas falar para públicos tão díspares ao mesmo tempo na mesma sala me levou a ser muito mais clara sobre minha análise do feminismo negro. Essa palestra foi uma das minhas melhores apresentações sobre interseccionalidade, sem que eu tenha sequer mencionado a palavra.

O engajamento dialógico não é fácil. *Pensamento feminista negro*, bem como minha pesquisa subsequente sobre interseccionalidade, reflete meu compromisso com essa metodologia como forma de desenvolver o trabalho intelectual. Carrego essas questões referentes ao público ao longo de meu trabalho intelectual, para cada palestra que faço ou livro que escrevo, implícita e explicitamente documento como o engajamento dialógico afeta o *corpus* de meu trabalho.

Em meu livro *On intellectual activism* (Collins, 2012), eu reúno palestras, ensaios e entrevistas que fornecem um ponto de entrada acessível para os principais temas de minha produção acadêmica. Estruturo minha produção acadêmica por meio de dois tipos principais de diálogo, a saber, falar a verdade frente ao poder (que é a linguagem especializada da academia, necessária para a legitimação) e falar a verdade às pessoas (minhas palestras públicas, atividades de ensino e entrevistas necessárias para que o público reconheça a autenticidade e a veracidade), como aspectos duais de engajamento dialógico. Minha abordagem do feminismo negro e da interseccionalidade reconhece as dificuldades do engajamento dialógico através das diferenças de poder. Quando se trata de analisar os cruzamentos entre conhecimento e poder, bem como as questões do público que moldaram meu trabalho, tive que considerar coisas que os/as teóricos/as sociais convencionais nunca tiveram que confrontar ao desenvolver suas contribuições. A política de engajamento dialógico na produção de trabalho intelectual, a partir das bases das hierarquias sociais de raça, gênero e classe, é uma delas.

BC – Enquanto conversávamos antes da entrevista, você mencionou algo muito interessante. Você disse que alguns estudiosos controlam a academia nos Estados

Unidos e a forma como o Brasil é visto por lá. Gostaria que você abordasse duas questões. Primeiro, as mudanças na academia estadunidense em relação a como o Brasil é visto e, segundo, a importância das ações afirmativas para acesso ao ensino superior aqui no Brasil, que trouxe muitos/as estudantes negros/as para a universidade. Na sua opinião, como podemos abrir um novo diálogo a partir de uma perspectiva diferente sobre o Brasil?

PHC – Criar novos diálogos sobre o Brasil depende de se cultivar conversas entre intelectuais negras e negros que historicamente foram marginalizados/as, senão excluídos/as, de posições acadêmicas. Dois aspectos de sua pergunta informam esse processo, a saber, *i.* a questão de como a produção acadêmica sobre o Brasil nas instituições acadêmicas dos Estados Unidos reflete as perspectivas de acadêmicos/as que não são necessariamente críticos/as da história racial do Brasil; e *ii.* fortalecer a formação de acadêmicos/as negros/as no Brasil por meio de políticas de ação afirmativa que visam expandir o número de estudantes e professores/as negros/as em instituições brasileiras. Embora distintas, essas duas coisas se informam uma à outra.

Na academia estadunidense, acadêmicos/as afro-americanos/as questionaram a política oficial de democracia racial do Brasil, sugerindo que o racismo *colorblind* e a democracia racial acobertam o racismo antinegro/a sistêmico vigente. Michael Hanchard, France Winddance Twine, Kia Lilly Caldwell e Kim D. Butler, entre outros/as, abordaram diversos aspectos da vida dos/as negros/as brasileiros/as para desafiar a suposição de que a desigualdade racial não existe no Brasil (Butler, 1998; Caldwell, 2007; Hanchard, 1994; 2006; Twine, 1998). Essa primeira onda de estudos críticos sobre a vida dos/as negros/as no Brasil analisou os pressupostos da democracia racial e, ao fazê-lo, criticou implicitamente as estruturas interpretativas de acadêmicos/as estadunidenses que aderiam acriticamente a essa abordagem. Além disso, Kim Butler (uma historiadora) e Michael Hanchard (um cientista político) abordaram não apenas os contornos da identidade negra, mas também a resistência política negra. Tenho a impressão de que esses/as estudiosos/as trataram suas análises da experiência negra no Brasil com respeito, com o objetivo não de provar algumas teses preconcebidas sobre os/as negros/as, mas sim de criar espaço para o diálogo entre intelectuais negros/as brasileiros/as e estadunidenses sobre questões compartilhadas, embora vividas de forma diferente, tendo em vista o racismo sistêmico. Quando acadêmicos/as negros/as estadunidenses vêm ao Brasil e fazem pesquisas no Brasil, eles/as levantam diferentes questões e apresentam diferentes explicações que desafiam as estruturas existentes. Uma vez que eles/as produzem em inglês, seus trabalhos foram especialmente importantes para mim, que estava atenta às suas publicações. Sou uma das muitas acadêmicas/os negras/os nos Estados Unidos que questiona a existência da democracia racial no Brasil.

O impacto do trabalho dos/as acadêmicos/as negros/as estadunidenses no avanço de argumentos alternativos sobre a desigualdade racial no Brasil não passou despercebido pelos acadêmicos/as tradicionais. Refutar os paradigmas dominantes gera repercussões. Em um artigo de 1999 intitulado “On the cunning of imperialist reason”, publicado na revista *Theory, Culture and Society*, Pierre Bourdieu e Loïc Wacquant acusaram intelectuais estadunidenses de se engajarem na “razão imperialista” por meio de esforços acadêmicos e institucionais para impor um paradigma norte-americano às relações raciais da sociedade brasileira e à produção acadêmica. Seus argumentos geraram um debate animado, que motivou uma sequência de muitos artigos que questionavam o argumento da razão imperialista. A tempestade de respostas a tal artigo é uma leitura fascinante que ilustra as tensões dentro da academia a respeito de quem controla o discurso do Norte Global sobre o Brasil. Por exemplo, em um artigo de 2003 intitulado “Acts of misrecognition: transnational black politics, anti-imperialism, and the ethnocentrism of Pierre Bourdieu and Loïc Wacquant”, Hanchard oferece um argumento contundente que refuta as afirmações dos autores. Há dois elementos aqui: a preocupação com os/as “mensageiros/as” (neste caso, estudiosos/as negros/as que trabalham com brasileiros/as em pesquisas antirracistas), e a preocupação com a própria mensagem, a saber, as afirmações de Hanchard de que o movimento negro visava desenvolver um ponto de vista autodefinido sobre o racismo antinegro/a no Brasil.

Podemos e devemos examinar em que pontos os/as estudiosos/as negros/as estadunidenses acertaram e em que pontos erraram em seus estudos sobre o Brasil, mas essa não é a questão principal. A reação negativa teve como alvo não apenas a substância da produção acadêmica no Brasil, mas também questionou implicitamente a crescente visibilidade dos/as acadêmicos/as afro-americanos/as na produção acadêmica estadunidense sobre o Brasil. E essa visibilidade, por sua vez, sinalizou um crescente mal-estar entre os/as acadêmicos/as brancos/as dentro da academia dos Estados Unidos em relação à crescente visibilidade de *Latinx*, indígenas, imigrantes e outros/as alunos/as e professores/as não brancos/as que se tornaram visíveis e que tratavam de questões relativas ao colonialismo, racismo, sexismo e homofobia. Esse artigo sobre a “razão imperialista” foi especialmente irônico. Quando penso em exemplos de imposição de abordagens por acadêmicos/as ocidentais ao Brasil, a outros países da América Latina, à África e à Austrália, por exemplo, Michael Hanchard e outros/as estudiosos/as negros/as não são aqueles/as que me vêm à mente. A aparente defesa dos/as intelectuais brasileiros/as por Pierre Bourdieu é especialmente significativa, dado o fato de que se poderia tomar sua produção acadêmica como sendo igualmente imperialista. Seu posicionamento exemplifica como muitos/as intelectuais ocidentais impõem seus entendimentos de raça e racismo em projetos pretensamente decoloniais. Bourdieu não é es-

pecialista em Brasil, tampouco negro. Para mim, esse episódio foi bastante irônico, dada a resposta de Bourdieu a Frantz Fanon, à luta de libertação na Argélia nos anos 1950 e à produção acadêmica sobre raça (Collins, 2019: 77-80).

A segunda parte da sua pergunta diz respeito a como os/as negros/as no Brasil podem desenvolver e controlar a narrativa sobre suas próprias experiências. As políticas de ação afirmativa do Brasil, quando combinadas com iniciativas semelhantes de expansão do sistema universitário, são projetadas para criar mais oportunidades educacionais para os/as cidadãos/ãs brasileiros/as excluídos/as, a maioria dos/as quais são negros/as e/ou pobres. O resultado seria aumentar o número de alunos/as e professores/as negros/as dentro da academia, com implicações importantes para o trabalho que ali se desenvolve. Há muito tempo existem intelectuais negros/as brasileiros/as que desenvolvem análises sobre o racismo antinegro/a, com implicações importantes para a práxis política. O problema não é de falta de talento dos/as negros/as brasileiros/as. Ao contrário, o problema tem sido a falta de oportunidade juntamente com a impossibilidade de alcançar posições de autoridade como professores/as, administradores/as, pesquisadores/as, editores/as de periódicos e editores/as-chefes em editoras. As ações afirmativas são projetadas para remediar os padrões de exclusão do passado, não apenas por razões cosméticas, mas para trazer novas pessoas e ideias para a academia.

A trajetória das políticas de ação afirmativa nas faculdades e universidades estadunidenses serve como advertência para as iniciativas brasileiras. Nos Estados Unidos, as ações afirmativas tiveram início com esforços formais para identificar a discriminação institucional, seguidos pelo empenho para identificar e recrutar alunos/as e professores/as para as oportunidades recém-abertas. Os/As negros/as pressionaram por esses recursos legais e programas institucionais; remediar o racismo sistêmico estava inicialmente no centro das iniciativas de ação afirmativa. Este não é mais o caso. As ações afirmativas agora fazem referência a uma constelação de abordagens adotadas desde meados da década de 1960, que recrutou alunos/as, professores/as, funcionários/as e administradores/as para a academia estadunidense não necessariamente com o objetivo de enfrentar o racismo, o sexismo e outros sistemas sociais injustos. Ao invés disso, as ações afirmativas, reformuladas pela linguagem da diversidade, da equidade e da inclusão, buscam promover a diversidade distanciada do intento de remediar a injustiça social. A ideologia da *colorblindness* anda de mãos dadas com o intuito de enfraquecer o mandato de justiça social das iniciativas de ação afirmativa. A política de ações afirmativas nos Estados Unidos tem sido reduzida aos esforços de mudança institucional em favor de agendas de diversidade cosmética (Collins, 2016: 179-188).

Ao longo do tempo, estudantes e professores/as pobres e da classe trabalhadora foram substituídos por categorias aparentemente mais inclusivas, como pessoas não brancas que podem acomodar a diferença e a diversidade sem prejudicar as dinâmicas acadêmicas costumeiras. Alunos/as e professores/as com laços fracos com movimentos sociais que travaram duras lutas históricas, por exemplo, imigrantes negros/as estrangeiros/as ou afro-americanos/as ricos/as e de classe média, costumam ser mais atraentes para universidades que buscam diversidade cosmética em detrimento da igualdade. A diluição das ações afirmativas por meio do recrutamento de estudantes e acadêmicos/as negros/as mais palatáveis continuou a moldar o trabalho intelectual, pelo menos até o momento da emergência do movimento *Black lives matter*, em 2015, e do aparecimento das consequências da eleição presidencial de 2016 nos Estados Unidos. Esses eventos mudaram o clima político dentro das faculdades e universidades, e os efeitos dessas mudanças sobre as ações afirmativas ainda estão por ser vistos.

As ações afirmativas nos Estados Unidos servem de alerta ao Brasil, mas as ações afirmativas no Brasil não precisam seguir o roteiro estadunidense. Parece-me que o Brasil está em processo de construção de uma comunidade de jovens acadêmicos/as negros/as brasileiros/as que potencialmente podem se juntar às fileiras daqueles/as poucos/as acadêmicos/as negros/as seniores cujo trabalho dentro da academia abraça um mandato de justiça social. Tive a sorte de visitar o Brasil várias vezes, e a cada viagem fico impressionada não só com o volume e qualidade dos trabalhos de intelectuais negros/as brasileiros/as publicados em português, mas também pelo comprometimento de meus/minhas novos/as colegas com essa empreitada. Minha estante em Cincinnati tem um número crescente de livros que exploram a consciência política negra a partir da perspectiva de intelectuais negros/as brasileiros/as, muitos/as dos/as quais são mulheres negras. Alguns exemplos: *Letramentos de reexistência: poesia, grafite, música, dança: hip hop*, de Ana Lúcia Silva Souza (2012); *O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*, de Nilma Lino Gomes (2017), e *Quem tem medo do feminismo negro?*, de Djamila Ribeiro (2018) ilustram a diversidade de vozes negras brasileiras que agora estão sobre a mesa da produção intelectual.

Políticas de ação afirmativa podem ter aberto portas para essa geração de intelectuais negros/as enérgicos/as e entusiasmados/as. Mais oportunidades significam que mais alunos/as e professores/as negros/as estão avançando, e esses números contribuem para novos e estimulantes trabalhos. Infelizmente, essas tendências podem não durar em face da resistência do atual governo brasileiro contra a educação para jovens pobres e/ou negros/as. Mas os/as jovens resistem. O movimento

de ocupação das escolas por estudantes do ensino médio em 2015-2016 contra cortes no orçamento para a educação pública cresceu, refletindo-se em muitos *campi* universitários e universidades brasileiras. Sem uma educação de qualidade para os/as alunos/as do ensino médio, as ações afirmativas para alunos/as de graduação perderão força. E isso, por sua vez, conforma o futuro corpo docente. Temos que esperar para ver como essas políticas governamentais e a resistência a elas funcionarão. Por enquanto, como uma estudiosa afro-americana dos Estados Unidos, meus encontros com a comunidade intelectual brasileira que assume uma postura crítica em relação ao racismo, tanto na academia quanto na práxis, são uma lufada de ar fresco. A análise crítica que vejo nos/as intelectuais negros/as brasileiros/as não é importada do exterior, mas sim original, nacional.

BP – No prefácio à primeira edição em inglês de *Pensamento feminista negro*, você fala sobre a experiência de ser “a primeira”, “uma das poucas” ou “a única” pessoa negra, da classe trabalhadora e/ou a única mulher na escola, em determinadas comunidades e em certos ambientes de trabalho. Você descreveu tais situações como dolorosas e ressaltou que elas resultam em agressões diárias. Quais conselhos você daria para mulheres e homens negros que vivem hoje situações semelhantes?

PHC – Adotar a sabedoria de meus pais e sua visão de mundo, decorrentes de suas experiências prévias, foi essencial para que superasse os obstáculos. Em resumo, meus pais acreditaram em mim. Meu pai e minha mãe me deram o seguinte conselho: “Não leve a discriminação para o lado pessoal. Não há absolutamente nada de errado com você. Mas há coisas que são nitidamente falhas em nossa sociedade”. Minha primeira linha de defesa foi afirmar meu valor como ser humano. “Quando as oportunidades aparecem, você tem que estar pronta para aproveitá-las. Mas elas podem não aparecer para você. De toda forma, você tem que estar preparada”. Ora, essa é uma mensagem sobre a discriminação institucional que pode ser traduzida como: “Você tem o poder de se preparar para o que a espera. Uma oportunidade pode aparecer e desaparecer. Se nenhuma porta se abrir, você mesmo terá que criá-la”. Meus pais me mostraram como me proteger do que hoje chamamos de microagressões e como pensar estrategicamente e criar meu próprio caminho. Com ele e ela, aprendi que não bastava analisar a discriminação racial, que ambos vivenciaram ao longo da vida, mas que eu também precisava usar minha inteligência para analisar as estratégias de enfrentamento a situações injustas. A sociologia foi útil para mim porque forneceu um importante conjunto de ferramentas analíticas para me ajudar a traçar meu próprio caminho. Fui a primeira pessoa de minha família a concluir um curso do ensino superior. Combinar a visão de mundo de meus pais com meu treinamento sociológico me preparou para entrar, persistir e me destacar em ambientes frequentemente hostis.

Alguém tem que ser o/a primeiro/a da fila, com a esperança de que outros/as o/a sigam. É difícil ser a primeira porque, quando você é a primeira, sua família, amigos/as e membros da comunidade muitas vezes não conseguem entender os desafios que você enfrenta. A pessoa que vem primeiro é um agente de mudança, tanto no novo ambiente educacional e profissional quanto para as pessoas de sua casa. Aconselho outros/as que são os/as primeiros/as a olharem para as relações de poder que estruturam as oportunidades e obstáculos. Os entrecruzamentos das relações de poder baseadas em raça, classe e gênero moldaram minha trajetória nas instituições de ensino como estudante e como professora. Aqueles/as de nós que são os/as primeiros/as na academia sempre tentamos nos provar pelos padrões de vários/as “guardiões/ãs” do modelo tradicional de produção de conhecimento. Mas pergunte a si mesmo/a: quem pode defender melhor os seus interesses? As pessoas que colocam obstáculos institucionais em seu caminho estão tentando derrubá-lo/a – elas não o/a amam. Racismo, sexismo, exploração de classe e homofobia muitas vezes significam que eles/as não conseguem nem mesmo vê-lo/la como pessoa, muito menos importar-se com você ou amá-lo/la. Eles desvalorizam suas ideias, seu intelecto e seu corpo; sua presença é uma fonte de ruptura no que era confortável e normal para eles/as. Ser o/a primeiro/a traz feridas que, se tivermos sorte, se transformam em cicatrizes de batalha. Eu certamente experimento racismo, sexismo e sistemas semelhantes de opressão como indivíduo, mas sempre me foi útil saber que meu valor como pessoa não pode ser medido pelos padrões estabelecidos por sistemas sociais injustos. Embora me afete como indivíduo, a discriminação institucional é direcionada a meu grupo. Ser a primeira da fila me ensinou a não personalizar nem capitular ao racismo, ao sexismo, à exploração de classe e a sistemas semelhantes de opressão, a menos que eu esteja em perigo. Quando é a minha própria alma que está em jogo, me proteger vem em primeiro lugar.

JBC – Em um dos prefácios a *Pensamento feminista negro*, você afirma que “Para capturar as interconexões de raça, gênero e classe social na vida das mulheres negras e seus efeitos no pensamento feminista negro, rejeitei explicitamente fundamentar minha análise em uma tradição teórica única”. Isso sugere que nenhuma teoria em isolamento é capaz de dar conta disso. Por que não, se elas supostamente deveriam ser universais e representar as experiências sociais de qualquer pessoa?

PHC – Acho que a maneira ocidental de fazer a teoria social torna impossível criar qualquer coisa que se aproxime do universal. A meu ver, essa aspiração pela teoria universal significa ignorar detalhes de uma dada teoria enquanto se concentra em outras. A teoria universal só pode ser universal por meio da exclusão e da abstração. Tais teorias formulam as questões e interpretações que se tornam prevalecen-

tes e nos encorajam a explorar apenas as teorias já existentes em busca de *insights* sobre questões que levantamos ou a ajustar nossas próprias análises a estruturas que já são, de alguma forma, preconcebidas. Para que tenham sentido, as teorias sociais ocidentais exigem a exclusão de grandes conjuntos de experiências e de perspectivas alternativas. Isso não torna necessariamente essas teorias tendenciosas, embora esse possa certamente ser o caso, mas sim, parciais. A maioria dos trabalhos teóricos que li e que afirmam ser universais são tipicamente muito particulares. Ler dessa forma não significa que sejam teorias ruins. Significa apenas que elas são lentes diferentes de análise dos fenômenos sociais específicos e das questões que mais me interessam. Acho que a questão é aprender a ler todas as teorias sociais de outra maneira. Eu leio teorias pretensamente universais levando em conta tanto o que está presente quanto o que está faltando. Esse tipo de leitura é especialmente importante para teorizar sobre as experiências de grupos subordinados. De que maneira adicionar o que está faltando muda o que é considerado verdade?

Mais importante ainda, as questões que trago para as teorias mudam a forma como as leio. Mas muitas vezes essas questões vêm de fora daquilo que a teoria social aparentemente universal considera importante. Por exemplo, há muito tempo estou interessada em teorizar a resistência, e meu trabalho sobre mulheres negras tem se dedicado a essa tarefa. Esse esforço para trazer uma lente ou estrutura diferente para a teoria social me levou a procurar explicações alternativas e frequentemente opostas para o mesmo conjunto de fenômenos sociais. Quando se trata das realidades materiais de mulheres negras, a busca da teoria social ocidental para entender a ordem social só serve para explicar por que as mulheres negras deveriam permanecer em seus lugares. Mesmo assim, as mulheres negras há muito têm desenvolvido um ponto de vista distinto sobre essa mesma realidade material, que catalisa outras questões, explicações e ações sociais distintas.

Além disso, ler de maneira diferente tais teorias não significa deter-se aos limites de suas experiências próprias e definir estacionado/a em sua própria zona de conforto. Esse tem sido o problema das teorias sociais dominantes – engajar-se em conversas particularistas entre si que simplesmente reciclam velhas ideias, que só podem parecer universais porque são repetidas com muita frequência. Em contraste, meu trabalho com mulheres negras me encorajou a ir além do conforto conquistado a duras penas por agora ter o pensamento feminista negro. Vir ao Brasil me permitiu me esforçar mais e me obrigar a ver as semelhanças e diferenças de fazer o mesmo trabalho em diferentes contextos nacionais. Minhas viagens para a Nova Zelândia, Canadá e Austrália trazem um novo significado ao termo “mulheres negras”, de maneiras que mostram semelhanças e diferenças entre ne-

gros/as e indígenas. Embora frequentemente controverso, o engajamento dialógico como metodologia pode produzir teorias sociais universais capazes de acomodar experiências heterogêneas quanto à raça, gênero, classe, sexualidade, nação, etnia, habilidade e geração.

BP – Sua análise de raça, gênero e classe social – tanto sobre opressão quanto sobre resistência – enfatiza a relação entre conhecimento e poder. Nesse sentido, algumas das principais contribuições encontradas em *Pensamento feminista negro* é o conceito de “imagens de controle”. No livro, você afirma que as imagens de controle incorporam o pensamento binário e a objetificação, e que naturalizam – e assim, justificam e perpetuam – injustiças e opressões. Quais mecanismos de dominação você buscou destacar com esse conceito? Seria mais a questão da representação ou, como você mencionou em outra ocasião, a questão dos estereótipos? Ou os preconceitos inconscientes? Ou como racismo, classismo e sexismo institucional?

PHC – As pessoas costumam confundir estereótipos e imagens de controle, usando-os de forma intercambiável em análises de desigualdade social. Mas esses dois constructos têm implicações diferentes sobre como as ideias são importantes nas relações hierárquicas de poder. Para mim, estereótipos são crenças errôneas sobre um determinado grupo que facilitam visões preconceituosas sobre ele. Esse é o caso, por exemplo, de pessoas brancas que acreditam que os/as negros/as são menos inteligentes ou mais inclinados/as ao crime, ou homens que acreditam que as mulheres são menos racionais e mais emocionais, ou pessoas ricas que acreditam que seu privilégio imerecido lhes dá o direito de comprar qualquer coisa. Crenças errôneas como essas encorajam a expressão da discriminação contra negros/as, mulheres e outros grupos discriminados. O problema dos estereótipos reside na política de mudança social que eles engendram. A solução para o dano causado pelos estereótipos consiste em despojar as pessoas das visões estereotipadas. Nos Estados Unidos, temos uma abundância de iniciativas de diversidade bem-intencionadas em *campi* universitários que visam reeducar os/as alunos/as sobre grupos subalternizados, fornecendo-lhes informações mais precisas sobre eles. Certamente, ter mais informações é melhor do que ter menos, mas a suposição de que o racismo e o sexismo irão acabar quando as pessoas brancas e os homens estiverem mais bem informados/as simplesmente não se provou correta. Dessa forma, o termo “estereótipo” tem certas implicações políticas, a saber, que certos indivíduos causam racismo, sexismo e outros tipos de discriminação porque têm crenças errôneas, e que a mudança social ocorre ao se concentrar na mudança de mentalidade desses indivíduos preconceituosos.

As “imagens de controle” estão mais atentas às relações de poder, e isso significa observar como as ideias moldam não apenas as relações interpessoais entre os indivíduos, mas também as relações sociais estruturadas entre grupos sociais. Vejo minha pesquisa sobre imagens de controle como parte de meu projeto mais amplo de teorizar a resistência às relações de poder que se entrecruzam. Ele exigiu que eu pensasse teoricamente sobre o poder, não apenas usando-o para descrever os tipos de relações de poder – como, por exemplo, racismo, sexismo, etc. –, mas também para examinar os entendimentos que se tem sobre o poder. No início de minha carreira, vi a necessidade de utilizar um vocabulário acessível para especificar como o poder se organiza e opera. Apresentei uma proposta que esboça o modo como os domínios de poder estrutural, disciplinar, cultural e interpessoal constituem aspectos interconectados das relações de poder. Os domínios da estrutura de poder são muito versáteis. Em minha produção acadêmica, apliquei essa abordagem a diferentes aspectos da dominação, escrevendo artigos que tratam da desigualdade social dentro de um domínio ou, alternativamente, examinando como as relações através dos e/ou entre os domínios se informam mutuamente. Fiz isso em vários de meus livros e artigos, e particularmente em *Black feminist thought* (Collins, 2000), *Another kind of public education* (Collins, 2009) e *Intersectionality* (Collins; Bilge, 2020). Essa é uma das vantagens de se ter uma longa carreira: a possibilidade de tratar de diferentes aspectos de um único tópico ou tema importante.

Como o domínio cultural do poder concentra-se na dinâmica das representações, crenças e comportamentos, o constructo das imagens de controle está fortemente associado a ele, tanto no que se refere à sustentação da dominação política quanto na resistência a ela. Ainda assim, as imagens de controle conectam todos os domínios de poder. A ideia de imagens de controle tem servido como pedra de toque para investigar diferentes organizações e a própria dinâmica das relações de poder. Como baseei meu trabalho nas ideias e experiências de mulheres afro-americanas, as imagens de controle referidas a esse grupo forneceram um importante ponto de partida – mas não um ponto final – para analisar a importância das imagens de controle. *Pensamento feminista negro* é parte desse projeto de pensar como as ideias não apenas oprimem, mas também podem fortalecer. A estrutura dos domínios de poder é uma ferramenta analítica para pensar de forma mais robusta sobre como as imagens “controlam” o comportamento de indivíduos e grupos em vários domínios de poder. Este é um tópico muito amplo para eu explicar aqui, mas várias questões se sobressaem.

Para trazer uma primeira questão, as imagens de controle são eficazes porque seu conteúdo não é uniformemente negativo. As imagens de controle podem ser positi-

vas, situação na qual elas se tornam mais difíceis de serem vistas como tal, especialmente quando referidas a pessoas privilegiadas. Imagens de controle positivas podem exercer controle com a mesma força que as negativas. Analisar o mundo social por meio de uma abordagem a estereótipos coloca alguns grupos em situação de privilégio porque eles escaparam das implicações negativas dos estereótipos. Isso se aplica aos estereótipos sobre pessoas brancas, heterossexuais, ricas e homens ocidentais porque as características que lhes são atribuídas são positivas, além de serem a referência para o ideal social. Em contraste, analisar o mundo social a partir das imagens de controle indica que as imagens de controle positivas sobre a masculinidade branca podem prender os homens brancos em uma masculinidade tóxica, por meio da qual eles confundem dominação com masculinidade. Nesse sentido, eles são controlados pela visão positiva da masculinidade branca e visam impor essa visão de sua superioridade ao usar essa imagem para controlar todos/as os/as outros/as.

Outra questão que se pode levantar é como as imagens de controle operam em relações de poder mais amplas, particularmente importante para os indivíduos de grupos subordinados. Como elas controlam as pessoas? Usar a expressão “imagens de controle”, como termo que se refere ao poder, cria espaço para se pensar a agência de algumas maneiras interessantes. Porque, uma vez que você nota que um conjunto específico de imagens de controle ganha significado apenas no contexto mais amplo de uma constelação de imagens de controle interconectadas, você pode compreender melhor como as pessoas desenham essas imagens dentro de sistemas de dominação. Imagens de mulheres negras, por exemplo, não estão isoladas. Estão relacionadas a imagens de mulheres brancas, a imagens de *Latinxs*, a imagens de homens, às de pessoas LGBTQ. De muitas maneiras, as imagens controladoras de qualquer sociedade, do Brasil e dos Estados Unidos, por exemplo, são um conjunto de textos que organizam ideias interseccionais daquela sociedade e que, por estarmos inseridos/as em nossas respectivas sociedades, usamos para atribuir sentido às realidades em que nos encontramos. E essas são realidades atravessadas pelo poder.

Ainda outra questão é que, como as imagens de controle estão interconectadas, elas fornecem uma janela para se observar as relações de poder interseccionais. Raça, classe, gênero, sexualidade, idade, habilidade e cidadania conformam as relações hierárquicas de poder entre múltiplos grupos sociais. A forma como respondemos às imagens de controle que são aplicadas a nós mesmos/as e aos/as outros/as é crucial para o modo como as relações de poder que se entrecruzam são organizadas e operadas. Não é suficiente entender quais imagens se aplicam a você. Em vez disso, a solução para essa desigualdade não é apenas mais informações ou algum

tipo de treinamento ou sensibilidade. A solução está em desenvolver uma análise para ver as maneiras como as imagens de controle moldam as próprias relações de poder.

Em se tratando de mudança social, as imagens de controle oferecem muito mais espaço para se desafiar as hierarquias sociais, e trazem desafios muito maiores para aqueles/as de nós que pretendem construir comunidades democráticas inclusivas. Os estereótipos encorajam a tolerância para com os/as outros/as, uma forma sutil de interagir em uma sociedade democrática. Em contraste, por exigirem o exame das relações de poder entre as pessoas como um processo contínuo para o qual cada um/a de nós contribui, as imagens de controle constituem uma forma mais ampla de encarar as desigualdades interseccionais. A agência é central aqui. Acho que é uma epifania para uma garota negra de 14 anos perceber que a imagem controladora de uma prostituta se aplica a ela, e que muito provavelmente foi tão naturalizada e normalizada que ela pode não ter percebido. E é uma epifania para um garoto branco de 14 anos considerar como seu privilégio heterossexual masculino pode predispor-lo a ver as garotas de sua escola, e especialmente as garotas negras, como prostitutas. A mesma imagem pode controlar grupos diferentes de maneiras diferentes. Esse reconhecimento pode catalisar momentos de compreensão que são pontos de partida para análise e ação. Eles fornecem um texto para novos tipos de conversas, que vão além do “pare de pensar essas coisas”, “essas coisas são erradas”. Como as imagens de controle fornecem *scripts* sociais de como todos/as nós devemos nos comportar, resistir a elas envolve não apenas entender o conteúdo das imagens, mas também como elas funcionam na manutenção das relações de poder.

Em meus primeiros trabalhos, pouco falei sobre como os mecanismos específicos de controle das imagens se articulam com as relações de poder. Mais recentemente, avancei nas minhas reflexões sobre como as imagens de controle exercem controle através dos domínios do poder, principalmente em virtude das muitas perguntas que recebo sobre as imagens de controle. Elas parecem propiciar um ponto de entrada para todos os tipos de interesses no terreno desafiador da dinâmica do conhecimento e das relações de poder. Recentemente, publiquei um pequeno artigo sobre as imagens de controle em um volume editado intitulado *Fifty concepts for a critical phenomenology* (Weiss, Murphy & Salamon, 2020), em que reflito sobre as questões levantadas por sua pergunta. Embora eu tenha voltado repetidamente à elaboração das imagens de controle, aquele pequeno artigo esboça algumas ideias importantes. Se você me fizer essa pergunta de novo nos próximos anos, espero ter uma resposta mais clara. Quando se trata da importância das ideias nas relações de poder entrecruzadas e de como as imagens de controle como formas específicas de

representação se encaixam nesse processo, esse ponto da minha produção ainda está em desenvolvimento.

JBC – Minha pergunta não é exatamente sobre *Pensamento feminista negro*, mas sobre sua carreira e sua opinião sobre o que está acontecendo no mundo, principalmente nos Estados Unidos, com Donald Trump, e no Brasil, com Jair Bolsonaro. Como o seu trabalho pode nos ajudar a interpretar o que está acontecendo aqui e nos Estados Unidos, e como pode nos oferecer algumas ferramentas para lutar contra isso?

PHC – Refletir sobre os desafios deste momento histórico e como podemos responder a eles exige uma visão de longo prazo sobre como as relações de poder são organizadas e operam ao longo do tempo. A dominação pode parecer permanente, mas as formas que ela assume nunca o são. As pessoas que estão no poder sempre têm vantagens inerentes que basicamente colocam o baralho a seu favor. No curto prazo, as pessoas que estão no poder vencem e suas vitórias são mais visíveis durante certos períodos do que em outros. Mas é importante ressaltar que as pessoas que estão na base nem sempre perdem e, no longo prazo, podem estar ganhando. Quando se trata de iniciativas de justiça social, ter uma visão de longo prazo é crucial. Algumas mudanças sociais são inteiramente possíveis amanhã, enquanto outras podem exigir um compromisso de várias gerações. O mundo social atual nunca está acabado – não é um roteiro “para sempre”, ou então nunca teríamos mudanças sociais. Não acredito em teorias que argumentam que o racismo, o sexismo e a exploração de classe configuram nossas sociedades em hierarquias permanentes de vencedores/as e perdedores/as de tal modo que não faz sentido resistir à injustiça social. Também rejeito as narrativas ocidentais de mudança evolucionária linear, segundo as quais forças lentas invisíveis transformam gradualmente a desigualdade social. Ao contrário, acredito que as desigualdades sociais em qualquer momento e em qualquer ambiente refletem uma tensão criativa nas relações de poder de opressão e resistência que estão sempre presentes ao mesmo tempo. Onde há opressão, haverá resistência. Por outro lado, quando a resistência oferece benefícios tangíveis para os/as que estão na base, a reação negativa é inevitável. Pode parecer que aqueles/as que estão no topo têm todas as cartas, mas isso nunca acontece.

Meu trabalho sobre feminismo negro me convenceu de que as pessoas encontram maneiras de resistir, independentemente da profundidade da dominação histórica ou da magnitude da reação negativa prevista contra os projetos de justiça social. Quando penso na resistência das mulheres negras, posso invocar imagens de mulheres negras poderosas, de braços dados, em lutas heroicas que levam à vitória.

Mas isso, para mim, é apenas uma das formas de resistência que, como nossa discussão anterior sobre a universalidade da teoria social, se mascara como uma forma de resistência aparentemente universal. As mulheres negras, no contexto dos Estados Unidos, fazem parte de um grupo de pessoas a quem foi negada a humanidade porque éramos vistas não como pessoas, mas como propriedade móvel. As mulheres negras criaram sua política em um contexto de terrorismo – porque para mim, a escravidão e suas consequências são terrorismo. Grande parte da resistência das mulheres negras esteve oculta porque se dava em um contexto muito perigoso, ou então foi erroneamente reconhecida como alguma outra coisa. Na verdade, a resistência das mulheres negras residia na recusa de aceitar voluntariamente o seu lugar de subordinação, mesmo quando forçadas a se submeterem. Também envolveu o plantio de sementes para as gerações futuras, deixando vestígios para que as encontrássemos tão logo nós puséssemos procurá-las. Mesmo quando as mulheres negras não podiam falar a verdade aos/às poderosos/as, elas falavam a verdade umas às outras, especialmente aos/às seus/suas filhos/as. Isso nos permite ver que a resistência é de longo prazo, requer compromisso e é profundamente criativa.

Ter essa visão de longo prazo da resistência política também significa expandir nossa noção de consciência e ação política para além da política formal. Não nos dedicamos o suficiente a estudar a resistência para além da ação política que visa diretamente as instituições do Estado como foco da mudança. É possível que nossa abordagem da resistência política precise mudar durante os períodos de conflito racial sancionados pelo Estado como, por exemplo, no caso das administrações Trump e Bolsonaro, bem como em relação a contextos sociais mais amplos de opressão que não podem ser fixados pela ação do Estado em isolado. No pensamento feminista negro, enxergo a vida cotidiana das mulheres negras como um local de subordinação e resistência. Sabemos muito sobre como as instituições de subordinação podem ser poderosas. Mas, por uma variedade de razões, sabemos muito menos sobre a resistência cotidiana nesse longo espectro da transformação política. A metáfora de apertar uma bexiga explica a natureza do longo prazo tanto da opressão quanto da resistência. A dominação absoluta e a tirania inevitavelmente estouram o balão e o sistema não pode sobreviver. Em vez disso, é preciso desenvolver maneiras de exercer pressão contínua sobre as pessoas para sujeitá-las. Mas aqui, aqueles/as que estão por baixo têm uma vantagem, pois sabemos que nossas ações são interpretações, enquanto os/as poderosos/as que consomem imagens controladoras sobre nós têm muito mais probabilidade de se convencer de que suas interpretações são verdadeiras. Há uma diferença entre ser a *mammy* e interpretar a *mammy*. Sempre que uma potência dominante pensa que acabou com a resistência, que não há como resistir, parece que as pessoas encontraram

uma nova maneira de fazê-lo. Às vezes, isso ocorre por meio de atos de microrresistência ou, muitas vezes, apenas mantendo seus/suas filhos/as vivos/as e, ao fazer isso, mantendo viva a esperança. Mas a resistência também pode ocorrer por meio do conhecimento que se recusa a ser subordinado, catalisando assim uma predisposição para a consciência oposicionista, quando não ela própria.

[Nota adicional da autora] Que diferença faz o tempo entre a ocasião inicial dessa entrevista em Brasília em julho de 2019 e agora. Enquanto edito o texto da entrevista, Donald Trump e Jair Bolsonaro estão ambos na Presidência, mas a situação política no Brasil e nos Estados Unidos mudou dramaticamente. Estou encerrando esta entrevista em junho de 2020, no meio de um ano de grande importância global. A chegada do Covid-19 constituiu uma pandemia global que iluminou as disparidades mundiais nas mortes de Covid, onde negros/as, pessoas não brancas e/ou pessoas pobres morrem em taxas muito mais elevadas do que brancos/as. O fechamento sem precedentes da economia global, que deixou milhões de pessoas desempregadas e levou à insegurança alimentar, mostrou a profundidade da desigualdade social global. Significativamente, estou enviando esta entrevista no meio do testemunho de várias semanas de protesto social global contra o racismo sistêmico. Assistir às filmagens da morte de George Floyd por um policial que se ajoelhou em seu pescoço até a sua morte foi demais para os/as afro-americanos/as e para muitas pessoas que foram às ruas em nome da decência. Nunca pensei que veria o dia em que brancos/as marchariam sob a bandeira do *Black lives matter*. A transmissão do assassinato de Floyd pela televisão foi um fósforo que acendeu a fogueira, um catalisador para uma série de ações sociais que pediam o desenraizamento de todos os vestígios de opressão racial. Isso é sem precedentes em minha vida e levará tempo para se ver o quão profundo é o compromisso com a mudança social e quais os efeitos que advirão dessa manifestação de apoio ao *Black lives matter*.

Quando realizamos esta entrevista em Brasília, nenhum desses eventos estava no horizonte. Quando esta entrevista for traduzida para o português, publicada e divulgada aos/às leitores/as, cada um/a de nós estará vivendo em um mundo diferente, que nenhum/a de nós pode prever hoje. Não há receitas ou fórmulas a seguir, mas sim estratégias que se apresentam se soubermos ler o mundo social não apenas por seus constrangimentos, mas também por suas possibilidades. O povo comum dos Estados Unidos e do Brasil merece uma liderança melhor do que a que teve no passado recente. Ter essa visão de longo prazo da resistência política significa ser estratégico/a e pragmático/a sobre os desafios das novas realidades políticas das estruturas políticas formais, mas, ao mesmo tempo, recusar-se a renunciar a ideais visionários do que ainda é possível.

Referências

BUTLER, Kim D. *Freedoms given, freedoms won: Afro-Brazilians in post-abolition Sao Paulo and Salvador*. New Brunswick, NJ: Rutgers University Press, 1998.

CALDWELL, Kia Lilly. *Negras in Brazil: re-envisioning black women, citizenship, and the politics of identity*. New Brunswick, NJ: Rutgers University Press, 2007.

COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019 [1990].

_____. *Intersectionality as critical social theory*. Durham, NC: Duke University Press, 2019.

_____. O que é um nome? Mulherismo, feminismo negro e além disso. *CADERNOS Pagu*, n. 51, 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/cpa/n51/1809-4449-cpa-18094449201700510018.pdf>>. Acesso em: 26 Abr. 2021.

_____. *On Intellectual activism*. Philadelphia, PA: Temple University Press, 2012.

_____. *Another kind of public education: race, schools, the media and democratic possibilities*. Boston, MA: Beacon Press, 2009.

_____. *Black feminist thought: knowledge, consciousness and the politics of empowerment*. 2. ed. New York; London: Routledge, 2000 [1990].

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. *Intersectionality*. 2. ed. Cambridge, UK: Polity, 2020 [2016].

GOMES, Nilma Lino. *O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

HANCHARD, Michael G. *Party/politics: horizons in black political thought*. New York: Oxford, 2006.

_____. *Orpheus and power: the movimento negro of Rio de Janeiro and São Paulo, Brazil, 1945-1988*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1994.

PASCHEL, Tianna S. *Becoming black political subjects: movements and ethno-racial rights in Colombia and Brazil*. Princeton, NJ; Oxford, UK: Princeton University Press, 2016.

RIBEIRO, Djamila. *Quem tem medo do feminismo negro?* São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SOUZA, Ana Lúcia Silva. *Letramentos da reexistência. Poesia, grafite, música, dança: hip hop*. São Paulo: Parábola, 2012.

TWINE, France Winddance. *Racism in a racial democracy: the maintenance of white supremacy in Brazil*. New Brunswick, NJ: Rutgers University Press, 1998.

WEISS, Gail; MURPHY, Ann V.; SALAMON, Gayle (Orgs.). *50 concepts for a critical phenomenology*. Evanston, IL: Northwestern University Press, 2020.



Resenhas

A produção intelectual de mulheres negras como teoria social crítica

Recebido: 30.11.20
Aprovado: 19.03.21

COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. São Paulo: Boitempo, 2019.

Bruna Cristina Jaquetto Pereira (<https://orcid.org/0000-0003-3213-8672>), Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília (UnB), Brasília, Distrito Federal, Brasil.

I. Bruna Cristina Jaquetto Pereira, doutora em sociologia pela Universidade de Brasília (UnB), é professora voluntária do Departamento de Relações Internacionais na Universidade de Brasília. <brunacjpereira@gmail.com>.

Em 2019, quase 30 anos após o seu lançamento em 1990, o clássico do feminismo negro *Black feminist thought*, da socióloga estadunidense Patricia Hill Collins, finalmente ganhou uma edição em português. De toda forma, a obra é mais que bem-vinda, dada a relevância dos argumentos principais de Collins para a produção intelectual e para o modo de funcionamento da sociedade brasileira contemporânea.

Dividido em três partes e com um total de 12 capítulos, *Pensamento feminista negro* é um livro escrito em linguagem e formato acessíveis – uma marca registrada da autora –, embora conte com uma profusão de argumentos e conteúdo denso. De início, Collins afirma que mulheres negras estadunidenses de épocas distintas e por meio de diferentes estratégias de produção de conhecimento (acadêmica, musical, poética etc.) lançaram as bases para uma tradição intelectual de mulheres afro-americanas que apresenta compreensões particulares do “eu”, da comunidade e da sociedade. Não se trata de uma forma de ver “natural” das mulheres negras, e sim de elaborações convergentes porque derivadas de sua inserção como grupo numa sociedade configurada por opressões de gênero, raça e classe. Para Collins, o pensamento feminista negro é produzido como “conhecimentos de resistência” (*oppositional knowledge*), parte da relação dialética entre opressão e ativismo.

A essa apresentação do pensamento feminista negro, no primeiro capítulo sucede-se à exposição dos quatro objetivos específicos do livro apresentar as temáticas recorrentes do pensamento feminista negro; empregar e difundir o uso do paradigma interpretativo interseccional; expor as características epistemológicas distintivas do pensamento feminista negro; promover as contribuições do feminismo negro para o

empoderamento das afro-americanas. Cada um dos objetivos está alinhado ao objetivo geral, que é descrever e analisar o pensamento feminista negro, discutir a sua importância e ainda contribuir para que ele se desenvolva como uma teoria social crítica.

É também no capítulo inicial que a autora explicita o paradigma interpretativo que emprega e que orienta os seus argumentos no decorrer da obra. Para Collins, a opressão congrega sempre diferentes tipos: de classe, raça, gênero, sexualidade, nacionalidade etc. “Interseccionalidade” designa a combinação de dois ou mais tipos específicos de opressão, tal como em “interseccionalidade de gênero e raça” ou “de raça e sexualidade”. Cada sociedade, em cada momento histórico, dispõe de uma “matriz de dominação” única, caracterizada por um arranjo particular de opressões interseccionadas.

No segundo capítulo, Collins delinea o conjunto de aspectos que tornam o pensamento feminista negro único: a reação à opressão; a heterogeneidade de respostas a ela; a resistência estimulada por uma determinada posição grupal dentro da sociedade; as contribuições de intelectuais afro-americanas; o dinamismo e a capacidade de responder à mudança; a relação com outros projetos de justiça social. Apesar de indicar consonâncias, a autora destaca também a variabilidade das vivências e dos tipos de produção entre mulheres negras, a mudança do contexto social ao longo da história, e a viabilidade e necessidade de alianças com outros grupos sociais. Para Collins, as características enunciadas não estão restritas ao pensamento feminista negro, é antes a convergência particular de tais aspectos que o torna singular.

A segunda parte do livro, que abrange os capítulos 3 a 9, aborda os temas que a autora considera centrais para o feminismo negro: o trabalho, a família e a relação entre opressão e ativismo. A obra leva em conta a forma como inúmeras intelectuais negras tratam da inserção precária do grupo feminino negro no mercado de trabalho e o trabalho não remunerado que desempenham junto a suas famílias estendidas e comunidades, que, embora desvalorizado, contribui para o bem-estar das famílias e, frequentemente, supre funções que deveriam ser desempenhadas pelo Estado. O capítulo 3 traz ainda uma discussão sobre a maternidade nas famílias negras, ressaltando o papel das mães na transmissão de valores, portanto, na articulação de uma cultura de resistência ao racismo. Ao considerar o trabalho e as relações familiares a partir da perspectiva de intelectuais negras, Collins desafia as análises que enxergam a sociabilidade dos grupos negros como “desviante” ou “patológica”, tendo em vista definições normativas que são, também elas, racializadas. Assim, a socióloga questiona compreensões tradicionais de trabalho, a divisão entre esfera pública e esfera privada, o padrão do homem como provedor familiar e, com efeito, a própria noção de família.

Segundo Collins, a opressão engloba a dimensão econômica, política e ideológica. É no capítulo 4 que a autora trata de um conceito-chave para a dimensão ideológica: o de “imagens de controle”. Imagens de controle são representações estereotipadas de mulheres negras que operam como justificativas ideológicas para a sua opressão, na medida em que favorecem que a pobreza, o racismo e o sexismo a que estão submetidas pareçam normais, naturais e inevitáveis. Trata-se de um mecanismo de objetificação e subordinação, um recurso para que a diferença racial e de gênero seja compreendida em termos binários e como hierarquia, a partir da qual a identidade e a realidade das mulheres negras é definida pelos grupos dominantes. Legitimam, assim, a exploração econômica e a negação dos direitos de cidadania às mulheres negras.

A obra apresenta as principais imagens de controle no contexto dos Estados Unidos. A *mammy* representa a mulher negra junto à sociedade branca, a serva doméstica leal e obediente, que aceita a própria subordinação e exploração econômica. A “matriarca negra” diz respeito às mulheres negras em seus próprios lares, e faz parte da racialização da chefia feminina das unidades domésticas, que é então tomada como causa da pobreza da população negra. É a mãe negra “má” que emascula homens e meninos e, negligente com filhos e filhas, é responsável pela “anomia” atribuída ao grupo negro. A “mãe dependente do Estado” – assim como uma sua variação mais recente, a “rainha da assistência social” – é a figura que estigmatiza aquelas que fazem uso de benefícios sociais garantidos por lei. Essa imagem rotula as mulheres negras pobres como preguiçosas e oportunistas; direcionada a atender necessidades da economia política, é ainda utilizada para regular a sua fecundidade, julgando-a perigosa. Por sua vez, a imagem da “dama negra” aplica-se às profissionais negras de classe média que aderem à política de respeitabilidade¹: elas trabalham mais que todos e, por isso mesmo, “negligenciam” seus papéis como “mulheres”, tornando-se por demais assertivas. Já a “jezebel” (em outras versões, “prostituta” ou “*hoochie*”) designa a “anormalidade” sexual das mulheres negras, retratadas como dotadas de um apetite sexual excessivo.

Além da leitura sobre a opressão, também as estratégias de resistência (coletivas e individuais, visíveis e ocultas) adotadas por mulheres negras ocupam um lugar de destaque no livro. A tanto se dedicam os capítulos 5 a 9. No capítulo 5, Collins, inspirada na ideia de dupla consciência², aborda a questão da “autodefinição”, ou seja, a maneira como mulheres negras, em sua luta contra a opressão e particularmente contra as imagens de controle, constroem formas de conhecimento que são essenciais para a sua sobrevivência como grupo, ao facilitar a transição da posição de vítima à de seres humanos criativos. Para a autora, a autodefinição é capaz de forjar o autorrespeito, a autonomia, o empoderamento e a capacidade de transfor-

1. A expressão “política de respeitabilidade” (*politics of respectability*) foi cunhada por Evelyn Higginbotham (1993) e descreve o esforço coletivo para adoção de comportamentos “dignos” por comunidades negras – sobretudo, por mulheres – como estratégia de subversão de estereótipos racistas.

2. Termo cunhado por W. E. B. Du Bois (1989) para descrever o conflito interno vivenciado por pessoas negras em sociedades racistas, tendo em vista a experiência de sempre olhar para si a partir dos olhos da sociedade branca. Collins reapropria o conceito e propõe que as mulheres negras, sobretudo as empregadas domésticas, ocupem a posição de *outsider within* (traduzido no livro como *outsider interna*), ou seja, que conseguem obter conhecimentos sobre o mundo dos brancos e sobre a comunidade negra – uma perspectiva singular.

mação, e é concebida nos mais diversos espaços: na convivência nas igrejas negras, entre amigas, na função de cuidadoras e entre membros da família, na tradição de mulheres negras no Blues, como escritoras.

Na sequência, Collins aplica os princípios acima delineados a certas temáticas. Os capítulos 6, 7 e 8 constituem exercícios de contraposição entre as visões tradicionais e as perspectivas “autodefinidas” quanto aos temas da sexualidade, dos relacionamentos afetivos e da maternidade das mulheres negras.

Como um desdobramento, o livro chega ao capítulo 9 com a proposta de ressaltar a importância da atuação política das mulheres negras. A autora sublinha que as definições tradicionais de atuação política adotadas pelas ciências sociais consideram sobretudo as atividades públicas, os enfrentamentos institucionais, oficiais e visíveis. Dessa forma, deixam de lado as ações voltadas para a sobrevivência grupal, igualmente importantes para o grupo negro e que são desenvolvidas primordialmente por mulheres negras. Um segundo resultado dessa definição é que a ausência ou a escassez de mulheres negras em postos oficiais da política é lida como baixo nível de ativismo, o que invisibiliza as lutas das mulheres negras. Contudo, além dos esforços para promover a sobrevivência do grupo, mulheres negras também agiram e agem para viabilizar transformações institucionais, atuando em organizações que promovem direitos civis, sindicatos, coletivos feministas, boicotes e revoltas, ou mesmo em seus trânsitos cotidianos pelo mercado de trabalho, igrejas, instituições de ensino, em sua relação com a mídia e com os governos.

A terceira e última parte do livro abrange os capítulos 10, 11 e 12, e dedica-se à análise da relação entre conhecimento e poder. O capítulo 10 marca um movimento em direção a uma visão transnacional, afrodiaspórica, que reconhece as aproximações e a necessidade de solidariedade entre mulheres negras de diferentes sociedades, tendo em vista a situação comum de pobreza e discriminação que enfrentam, ao mesmo tempo em que ressalta a necessidade de se contemplar as particularidades históricas e as configurações da matriz de dominação própria de cada contexto.

A epistemologia negra feminista é o tema do capítulo 11. Critérios políticos, afirma Collins, influenciam o processo de validação do conhecimento. Uma vez que as instâncias validadoras são dominadas por um grupo dominante homogêneo – o dos homens brancos –, é à aprovação deles que as reivindicações de conhecimento ficam sujeitas. Tais especialistas, como todos os indivíduos, trazem consigo um conjunto de experiências sedimentadas que refletem a sua inserção como grupo na matriz de dominação, tendo em vista as opressões de raça, gênero, classe, sexuali-

dade e nação. O resultado é a instituição de critérios que deslegitimam a produção intelectual de mulheres negras como conhecimento.

Segundo a autora, isso não impede que mulheres negras produzam conhecimento. Como outros grupos subordinados, elas desenvolvem um ponto de vista específico, valendo-se de um modo alternativo de produção e validação do conhecimento – ou seja, de uma epistemologia própria. Para Collins, tais critérios, segundo o pensamento feminista negro, são: a experiência vivida (ao invés da abstração pura); o diálogo entre sujeitos (e não a noção de separação entre sujeito e objeto); a ética do cuidar (o respeito à singularidade individual, a legitimidade das emoções no diálogo e a capacidade de empatia); e a ética da responsabilidade pessoal (que torna as pessoas responsáveis por aquilo que reivindicam como conhecimento). Collins defende que os grupos sociais produzem conhecimentos localizados e parciais, sempre inacabados, que devem ser compartilhados de modo a expandir perspectivas, e sem que o ponto de vista de um determinado grupo suprima os conhecimentos produzidos pelos demais.

O último capítulo versa também sobre a relação entre conhecimento e poder, agora com vistas à resistência às opressões. A autora argumenta que o pensamento feminista negro empodera as mulheres negras de duas formas. Em primeiro lugar, lança um novo olhar sobre as injustiças sociais: ao levar em conta o paradigma interseccional e a agência individual e coletiva de mulheres negras, ele reconceitua as relações sociais de dominação e resistência. Em segundo lugar, o pensamento feminista negro fornece uma epistemologia que permite criticar o corpo de conhecimento reconhecido como tal, e ainda que as mulheres negras definam sua realidade em seus próprios termos.

É também neste capítulo que Collins apresenta sua interpretação da arquitetura de poder em uma sociedade. Para a autora, cada matriz de dominação organiza-se a partir de quatro domínios inter-relacionados de poder. O domínio estrutural refere-se à forma como as instituições sociais organizam a opressão das pessoas negras e reproduzem sua subordinação ao longo do tempo. Neste âmbito, empoderamento diz respeito à mudança de instituições e leis. O domínio disciplinar trata do gerenciamento da opressão, valendo-se da burocracia e das técnicas de vigilância. A resistência é praticada por mulheres negras que integram as organizações responsáveis pelo controle disciplinar e que buscam direcioná-la a fins humanísticos. O domínio hegemônico é aquele que justifica práticas opressivas, e engloba a manipulação de ideias, imagens, símbolos e ideologias. Aqui, o empoderamento se dá pela construção de conhecimentos contra-hegemônicos. Por fim, o domínio interpessoal designa as práticas rotineiras cotidianas. Nele, a resistência se dá pela

quebra de rotinas que explicitam práticas opressivas –, como, por exemplo, estratégias empregadas por pessoas negras monitoradas por seguranças em lojas.

Termino minhas considerações sobre a obra ressaltando um comentário que figura nas primeiras páginas do livro, no “Prefácio à edição brasileira”. *Pensamento feminista negro* oferece ferramentas teórico-conceituais e metodológicas potentes para o feminismo negro na academia brasileira. Porém, como observa Collins, é preciso ter em mente que as experiências das mulheres negras estadunidenses não são universais; tampouco o conteúdo do livro se aplica automaticamente à realidade brasileira.

O Brasil não tem *mammy*, tem “mãe preta” – a quem Lélia Gonzalez (Rios & Lima, 2020) atribui a “africanização” da cultura brasileira, contra os esforços de branqueamento/europeização por parte das elites nacionais. Não tem Jezebel, tem “mulata” – uma figura muito mais recorrente no imaginário brasileiro do que sua contraparte estadunidense. Não teve segregação racial ou luta por direitos civis, mas conta com um historicamente complexo e variado movimento negro (Pereira, 2019; Rodrigues, 2020). Os negros e as negras somam menos de 13% da população dos Estados Unidos; no Brasil, somos maioria. Eles são a maior potência mundial; nós, um “país em desenvolvimento”. Desse modo, a leitura da obra será tão mais frutífera quanto mais agregar uma perspectiva afro-diaspórica. Para tanto, é necessário integrar suas contribuições às características da sociedade brasileira, e ainda colocá-las em diálogo com as contribuições de autoras como Lélia Gonzalez (Rios & Lima, 2020), Sueli Carneiro (2018) e Beatriz Nascimento (Ratts, 2006), e com a produção de autoras brasileiras ainda desconhecidas, dadas as políticas de “supressão” (Collins, 2019: 37) do conhecimento produzido por mulheres negras.

Referências

CARNEIRO, Sueli. *Escritos de uma vida*. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

DU BOIS, W. E. B. *The souls of Black folk*. New York: Penguin Books, 1989.

HIGGINBOTHAM, Evelyn B. *Righteous discontent: the women’s movement in the Black Baptist Church, 1880-1920*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1993.

PEREIRA, Ana Claudia Jaquette. *Intelectuais negras brasileiras: horizontes políticos*. Belo Horizonte: Letramento, 2019.

RATTS, Alex. *Eu sou Atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*. São Paulo: Instituto Kuanza; Imprensa Oficial, 2006.

RIOS, Flavia; LIMA, Márcia (Orgs.). *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

RODRIGUES, Cristiano. *Afro-latinos em movimento: protesto negro e ativismo institucional no Brasil e na Colômbia*. Curitiba: Editora Appris, 2020.



Assim como nasce um bebê, nasce uma mãe? Para além da depressão pós-parto

Recebido: 02.02.21
Aprovado: 03.03.21

CRONEMBERG, Lorena; FRANCH, Monica. *Ser mãe é padecer no paraíso? Narrativas de depressão pós-parto*. João Pessoa: Editora UFPB, 2020.

Rosamaria Carneiro (<https://orcid.org/0000-0002-1271-7645>),
Departamento de Saúde Coletiva da Universidade de Brasília (UnB),
Brasília, Distrito Federal, Brasil¹.

I. Rosamaria Carneiro é professora associada do Departamento de Saúde Coletiva da Universidade de Brasília, orientadora no Programa de Pós-Graduação no Programa de Estudos Comparados nas Américas no Departamento de Estudos Latino-Americanos (ELA/UnB). É doutora em ciências sociais pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). <rosagiatti@yahoo.com.br>.

Lorena Cronemberg e Monica Franch nos inserem no debate sobre a depressão pós-parto no Brasil por meio de uma miríade complexa e original de olhares. Por isso, muitos são os méritos do livro para o campo dos estudos feministas, de gênero, das maternidades/maternagens, da vida social do cuidado em geral e para os campos da saúde e sexualidade, bem como da saúde mental. Nesse sentido, é uma obra que conjuga muitos campos e que os coloca em intersecção a partir da ideia de depressão pós-parto (DPP). Realiza tal proeza, entretanto, não a partir de um Código Internacional de Doenças (CID) ou de teorias psicanalíticas e/ou psicologizantes da subjetividade das mulheres, mas a partir da narrativa das próprias mulheres. daquelas que tiveram ou disseram ter vivenciado essa experiência.

Desta feita, inova por conta de, por si só, abordar tema silenciado de maneira geral; de retirá-lo das ciências psi e da saúde e inseri-lo no debate antropológico e sociológico, nos quais é ainda pouquíssimo explorado. Em razão de se desenrolar a partir das narrativas das mulheres e, por último, em virtude de descentrar a própria ideia de DPP, dando-lhe novos contornos semânticos e sociais, a partir da noções de cansaço, exaustão, desempenho e solidão. Suas páginas tornam a DPP ordinária e cotidiana, retirando-a da ordem da loucura e da patologia hormonal. Ao alojá-la no dia a dia de mães de camadas médias brasileiras afeitas a “teorias de criação com apego”¹, nos faz questionar os “dispositivos de maternidade” operantes ontem e hoje; mas também os desenhos de maternagem do século XXI, que buscam conjugar, talvez de maneira impossível, aspectos da vida antes segmentados ou inexistentes para as gerações anteriores. Em função disso, a meu ver, o livro discorre para muito além da DPP, versa sobre os modos de maternagem contemporâneos e suas consequências na vida emocional e social das mulheres mães. Torna a maternidade – enquanto modelo – algo da ordem do inalcançável e fonte de adoecimento físico

1. Para entender esse conceito, acesse: <<https://www.attachment-parenting.org/portuguese/>>.

e social. Ao partir dessa perspectiva, a DPP poderia ser pensada como a ordem, enquanto regra e repetição, e não como a desordem, enquanto anomia e fuga da regra da boa mãe; no que as autoras insistem em chamar – tomando por inspiração os escritos foucaultianos – de um “dispositivo da maternidade”.

A obra é organizada em três capítulos, para além da introdução e da conclusão. Dialoga com a biomedicina e a psicologia, inventaria estudos nacionais e internacionais sobre o tema e registra a fragilidade do campo, dada a quase inexistência de etnografias e trabalhos sociológicos sobre a DPP. Pontos também sustentados por Martha Militão da Silva (2016), em *Significados da maternidade: um olhar antropológico sobre a experiência do pós-parto*. Estudo com o qual o de Cronenberg e Franch dialoga muito em distintos campos e percepções: as duas investigações foram feitas a partir de entrevistas feitas com mulheres de camadas médias, analisadas metodologicamente como narrativas; bem como a partir de grupos on-line em redes sociais sobre DPP. Lorena e Monica trabalharam com mulheres nordestinas, do eixo Recife-João Pessoa, enquanto Martha esteve entre mulheres paulistanas. Em sua maioria, em ambas as situações, foram nove mulheres com ensino universitário, de camadas médias, com mais de 30 anos, cuja maternidade era considerada um “projeto”, eminentemente planejado (Rezende, 2020). Tanto uma pesquisa quanto a outra partiram da lacuna sobre estudos sobre DPP nas ciências sociais e, em minha leitura, representam o despontar de um campo de estudos sobre o tema, quase nada explorado em nosso território acadêmico.

Lorena e Monica situam a DPP, como um estado *entre* ou híbrido. Entre a biologia, a oscilação hormonal e a dinâmica social à qual as puérperas são impostas. Mas também como o que fica entre o *baby blues* e a psicose puerperal. O primeiro seria uma tristeza ou melancolia comum e saudável bastante presente, já a última seria o caso mais grave de adoecimento psíquico, que – segundo a psicologia – representa notável perigo tanto para a mãe como para os bebês.

Na introdução as autoras estabelecem alguns de seus pontos de partida conceituais, anunciando que explorarão a ideia de que quando o bebê nasce, ao contrário do que se espera, “não está tudo bem”. Algo experimentado, segundo pesquisa *Nascer no Brasil* (2015)², coordenada pela Fiocruz, por 25% das mulheres depois do parto. A proposta então é olhar para o que acontece após o parto, tema que nos últimos dez anos vem sendo mais explorado na antropologia brasileira (Carneiro, 2015). Refletir sobre a DPP à luz de duas ideias, a meu ver, centrais: do “dispositivo da maternidade” e da “maternidade como projeto”. Por dispositivo da maternidade as autoras compreendem todos os discursos que podem informar e assim dar contornos, a partir de modelos, regras de conduta e expectativas. Enquanto a

2. Disponível em: <<http://www.ensp.fiocruz.br/portal-ensp/informe/site/arquivos/anexos/nascerweb.pdf>>.

maternidade como projeto advém das ideias mais recentes de uma “maternidade ativa, consciente e/ou reflexiva”, todos adjetivos empregados nos últimos anos e que buscam *grosso modo* praticar uma “criação com apego,” que problematiza o cuidado com as crianças em busca de um mundo menos violento e mais afetivo (Pulhez, 2015).

O debate ao redor da criação com apego nasce nos Estados Unidos, mas se vê difundido em países da Europa, como Espanha. Aos olhos das autoras, esse projeto tem culminado numa prática exaustiva e em “mães deprimidas”, que buscam ser “mães-totais”, oferecendo cama compartilhada, amamentação em livre demanda, presença amorosa em tempo integral e não terceirização dos cuidados da criança, entre tantos outros pontos. Elas veem uma correlação entre as “mães humanizadas”, adeptas do parto natural e de uma criação mais natural, e as “mães deprimidas”, como se um grupo derivasse do outro, partindo para tanto de uma ideia perversa de “desempenho” que casaria com a noção de “boa mãe”. Nesses casos, uma mãe presente, atenta, reflexiva e “mais natural” (Carneiro, 2015). Em minha percepção, uma mãe projeto, bastante diferente da ideia de “mãe higiênica” de Freire Costa (1986), cuja tarefa era repetir ou praticar os ensinamentos dos médicos e dos padres. Nas gerações dos anos de 1970 e 1980, mães das mulheres escutadas por Lorena e Monica, os manuais de puericultura eram consultados, entendendo caber somente a replicação de tais informes e não o seu questionamento ou adequação. Esse movimento de crítica à pediatria moderna – considerada invasiva – é bastante recente e me parece compor uma proposta mais ampla que conjuga assistência ao parto e debate sobre medicalização na atualidade.

No primeiro capítulo o referencial teórico e as escolhas metodológicas são explicitados. Partem de um estudo sobre saúde mental e gênero até chegarem à DPP, considerada um padecimento feminino. Mas dialogam com mulheres que foram diagnosticadas com a depressão pós-parto e outras que assim se entenderam, por si mesmas, como “mães deprimidas”. Para isso, escutaram mulheres do Recife e João Pessoa, pensando a DPP como “experiência sintetizadora”; a “maternidade” como *turning point* na vida dessas mulheres e a depressão pós-parto na chave das “perturbações físico-morais”, justamente para escapar de qualquer noção naturalizada da maternidade e de todas as suas consequências. Foram coletadas narrativas que envolveram o que as autoras chamaram de “o antes, o pós e o sempre”. Nesse sentido, escutaram sobre suas gestações e partos, para refletir como tais eventos influenciaram na DPP, bem como sobre o pós e os contornos de seu cansaço. Mas não pararam em tal ponto, investiram também em lhes perguntar sobre o que sempre se entende sobre a maternidade, com o intuito de alcançar os discursos que moldam o dispositivo da maternidade. Esse campo passa a atuar como o que dá até

mesmo sentido às experiências vividas no antes e no pós. Optaram por “entrevistas compreensivas”, que envolvem a figura da pesquisadora, vale dizer, no caso em tela, também uma mulher mãe.

O capítulo dois explora o “antes”, as experiências de gestação e de parto dessas mulheres. O interessante é que essas mulheres são as que “esperaram mais” para serem mães. Em média, na casa dos 36 anos. Mas também as que buscaram um parto “mais natural” (Carneiro, 2015) e que, curiosamente, culminou numa cesárea indesejada. As autoras debatem a maternidade tardia, a noção de relógio biológico e uma ideia de maternidade que atualmente não consegue conjugar a mãe de outrora – dona de casa – com a mãe de hoje – que trabalha dentro e fora de casa. Para além disso, trazem à tona que entre as mulheres com as quais dialogaram havia o desejo de seguirem no mercado de trabalho. Elas não queriam ser “só mães”. É o que comenta uma das mães durante a pesquisa: “Eu amo trabalhar. A maternidade não me completa. Não sou feliz sendo só mãe. Eu preciso trabalhar”. No que antecede a DPP, despontam também as dificuldades ainda durante a gestação e pré-natal e os julgamentos ao redor de ambos os momentos, quando retomam o caso de uma gestante tabagista que não deixou de fumar e beber durante a gestação e as cobranças a ela dirigidas. Ou, de modo ainda mais marcado, quando o parto não acontece do modo desejado, quando a cesárea indesejada traz a frustração e a sensação do fracasso, a tristeza e a melancolia pelo não vivido e que não pode ser dito, já que o bebê nasceu e tem saúde.

Situações de violência obstétrica também são interpretadas como a causa para a DPP. No caso de Nix, por exemplo, disposta a viver um parto em casa, ao não ser escutada pela equipe sobre o seu desejo de ir ao hospital, viu-se em um limite pessoal que não gostaria de ter tocado e a partir de onde se sentiu muito agredida. Essa, a meu ver, pode ser uma consequência importante a ser pensada, em como o discurso do parto humanizado tem também normatizado experiências de parto como “bonitas, saudáveis e protagonizadas” a partir de um único desenho e o que pode acontecer com as mulheres que escapam a este modelo por inúmeras razões: por necessidade, por desejo e/ou por mais violência obstétrica (perpetrada até mesmo por profissionais que se dizem adeptos da humanização do parto e nascimento).

Ou seja, quais têm sido as consequências emocionais para as mulheres que não têm dado à luz de modo natural na atualidade? Em que medida esse discurso não parece compor também o dispositivo da maternidade operante em nossa sociedade do qual nos falamos Lorena e Monica? Dessa maneira, o livro nos abre brechas para a reflexão sobre o ideário do parto humanizado na sociedade contemporânea e ideias de estigma, violência e diferenciação que dele parecem brotar nos

últimos anos. Como bem pontuam as autoras, dá-se muita centralidade social ao parto, considerado um evento liminar (Turner, 1981) e um ritual de passagem (Van Gennep, 1993). Foca-se no que Emily Martin (2006) pontua como o resultado ou a “mercadoria”: o nascimento do bebê.

Mas o que acontece depois desse evento, logo depois? Esta, o meu ver, é a maior contribuição desse livro tanto para as ciências sociais em geral, como também para as ciências da saúde.

Por fim chega-se ao terceiro capítulo, páginas em que a DPP é tecida para muito além da biologia e de nossos hormônios, quando é posta no cotidiano e na ordem do ordinário na vida das mulheres, ao ponto de uma das mulheres nos dizer que “a DPP é como uma doença qualquer”. Torna-se sinônimo de cansaço, exaustão e fadiga e – dessa maneira – consequência da ideia de desempenho materno. Nelas a DPP é enunciada por diagnósticos médicos mas sobretudo pelas próprias mulheres. Algumas abraçam a biologia, outras entendem a tristeza sentida como natural ou aceitável para o momento em que vivem. Sendo assim, a DPP decorre do parto sonhado e não vivido, das relações com a mãe e dos conflitos geracionais, da impossibilidade de trabalhar, da solidão e dos julgamentos sociais a respeito do aleitar e de como ser uma “boa mãe”. Desta feita, a DPP é nuançada e muitos passam a ser os tons sociais que a conotam. Investem no debate teórico sobre a depressão, mas logo lançam questões – a meu ver – centrais para o debate e para todo o argumento do livro (p. 102):

Em que sentido a DPP se tornou uma doença invisibilizada, apesar da alta incidência?

Em que medida a DPP pode ser reveladora do *ethos* de mulheres que vivenciaram a experiência puerperal?

Nessa última parte nos vemos diante de leituras asiáticas e ocidentais sobre o pós-parto, mas também retomamos os ensinamentos da cosmologia indígena (Dias-Scopel, 2015) e das parteiras tradicionais sobre tal evento (Fleischer, 2011). Se, no Oriente, o pós-parto é um momento de efetivo retiro, de nada fazer, no Ocidente as autoras identificam nos contextos urbanos uma ausência de sua ritualização. Entre os Mundukuru, no Amazonas, e as parteiras e mulheres do Melgaço, o resguardo parece ser vivido com mais intensidade e coletivamente, teme-se que o sangue do parto suba para a cabeça, teme-se que a criança não vingue e teme-se que a mulher adoença. Por tudo isso, experimenta-se com mais rigor o recolhimento e os tabus que o mesmo envolve. Mães, sogras, maridos e parteiras compõem a cena de cuidados com a puérpera e com a criança. Uma composição não tão comum nos

relatos das mulheres de Recife-João Pessoa abordadas no livro. Essas geralmente se viram sozinhas, depois de um parto desejado e não vivido, sem rede de apoio ou afeto e imersas nos ditames externos sobre a maternidade. E ainda mais: ao contrário do esperado, infelizes, tristes e cansadas. Vive-se a dificuldade em “tornar-se mãe”, ao contrário de se “nascer mãe”.

Desse projeto de maternidade deriva ainda a tal “culpa materna”, como sentimento que mantém em pé o próprio dispositivo descrito pelas autoras. Ela vigia e se incumbem de fazer repetir um modelo de maternagem, seja o biomédico ou outro – o alternativo. Dessa maneira, a DPP pode paradoxalmente decorrer do próprio feminismo, quando este estabelece imposições de como criar e quais metas a cumprir em termos de criação e comportamento materno. Ao invés de libertar, as aprisiona, gera o cansaço e a solidão que faz adoecer.

Por todo o exposto, as autoras concluem pela necessidade de desessencialização da maternidade, haja vista a sua ideia social fazer adoecer muito mais do que os aspectos biológicos propriamente ditos. Desessencializar a imagem materna seria uma forma de promover uma vida saudável física e emocional às mulheres. Por isso, aos meus olhos, a obra em questão aborda muito mais do que a depressão pós-parto. Suas páginas nos conduzem a uma leitura crítica do modelo de maternar dos últimos tempos entre algumas das mulheres de camadas médias. Mulheres que, em nome de um parto sem intervenções e de uma criação natural, talvez tenham chegado num outro extremo: na margem em que são muitas as tarefas, horas de dedicação e saberes necessários a uma só pessoa. Na mãe que tem concentrado todas essas exigências.

Daí a DPP não ser mais uma exceção, mas tornar-se a regra, de uma conta que não fecha. É praticamente impossível ser mãe integral, manter a vida profissional e cuidar de si mesma. A pandemia tem descortinado isso (Carneiro, 2020). Por isso, talvez (nem tão talvez assim) Elisabeth Badinter (2011) estivesse totalmente certa quando – em *O conflito. A mulher e a mãe* – anunciava que a ofensiva de uma maternidade naturalista poderia representar uma grande armadilha para o bem-viver das mulheres contemporâneas, mesmo que viesse pelas mãos do próprio feminismo. Por tudo isso, concordo integralmente com a ideia que conclui a obra:

Ser mãe é o que ela desejar ser. Se ela desejar ser. E ser mãe é, sobretudo, conseguir desnaturalizar os desejos que estão colocados como “escolhas compulsórias” às mulheres (p. 160).

Referências

- BADINTER, Elisabeth. *O conflito. A mulher e a mãe*. Rio de Janeiro: Record, 2011.
- CARNEIRO, Rosamaria Giatti. *Cenas de parto e políticas do corpo*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2015.
- CARNEIRO, Rosamaria Giatti; MULLER, Elaine. Afinal, quanto de extraordinário a pandemia de covid-19 soma na vida das mulheres mães? *Áltera*, v. 1, n. 10, p. 441-450, Jan.-Jun. 2020.
- DIAS-SCOPEL, Raquel Paiva. *A cosmopolítica da gestação, do parto e do pós-parto: práticas de autoatenção e o processo de medicalização entre os índios Munduruku*. Brasília: Paralelo 15, 2015.
- FLEISCHER, Soraya. Partejas, buchudas e aperreios. Uma etnografia do cuidado obstétrico não oficial na cidade de Melgaço, Pará. Santa Cruz do Sul, RS: Editora Unisc, 2011.
- FREIRE COSTA, Jurandir. *A ordem médica e a norma familiar*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986.
- MARTIN, Emily. *A mulher no corpo: uma análise cultural da reprodução*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- PULHEZ, Mariana Marques. *Mulheres mamíferas: práticas da maternidade ativa*. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), 2015.
- REZENDE, Claudia Barcellos. A dor do parto: emoção, corpo e maternidade no Rio de Janeiro. *Anuário Antropológico*, Ano XLIV, n. 2, p.261-280, 2020. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/aa/4019>>; DOI: <https://doi.org/10.4000/aa.4019>>. Consultado em: 03 Fev. 2021.
- SILVA, Martha Militão. *Significados da maternidade: um olhar antropológico sobre a experiência do pós-parto*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), São Paulo, 2016.
- TURNER, Victor. *O processo ritual: estrutura e anti-estrutura*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981 [1969].
- VAN GENNEP, Arnold. *Ritos de passagem*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.



Tântalo da vontade, plebeu aventureiro: a *Cultura filosófica* de Simmel

Recebido: 23.02.21
Aprovado: 28.04.21

SIMMEL, Georg. *Cultura filosófica* (tradução de Lênin Bicudo Bárbara; apresentação de Leopoldo Waizbort). São Paulo: Editora 34, 2020.

Vinícius Madureira Maia (<https://orcid.org/0000-0001-5301-0155>),
Programa de Pós-Graduação em Sociologia da
Universidade de São Paulo (PPGS-USP), São Paulo, Brasil.

I. Vinícius Madureira
Maia é doutorando
em sociologia junto
ao Programa de
Pós-Graduação
em Sociologia da
Universidade de São
Paulo (PPGS-USP).
<vi.madureira@
gmail.com>.

Conhecem-se várias comparações a que a figura intelectualmente plástica de Georg Simmel pareceu estar sujeita. Atribui-se amiúde a Ortega y Gasset aquela conforme a qual Simmel se assemelhava a uma espécie de “esquilo filosófico” que, saltando de galho em galho, perpassa por todas as nozes um tanto despreocupado em morder qualquer uma delas, entretecendo-se, acima de tudo, com a destreza de seus próprios pulos. Ora, em que pese ao possível e sutil desdém inconsciente ou sub-reptício na poética de tal analogia, o livro *Cultura filosófica*, recém-traduzido e publicado pela Editora 34, oferece agora aos leitores de língua portuguesa 14 amostras de suas esplêndidas acrobacias espirituais.

Primeira de um par de antologias organizadas pelo próprio autor, a tradução integral da *Philosophische Kultur* assoma, entre nós, feito um autêntico “acontecimento”, no sentido filosófico que o francês empresta ultimamente ao termo. A propósito, 20 anos antes, a mesma casa trazia a público um marco na fortuna crítica de Simmel, hoje em sua terceira edição: *As aventuras de Simmel*, de Leopoldo Waizbort (2000), autor de vários outros trabalhos sobre o sociólogo berlinense, entre eles a apresentação a essa edição da *Cultura filosófica*. Não se pode esquecer, de outra parte, que o livro nos chega deploravelmente com pouco mais de um século de atraso: a primeira edição viera a lume em 1911 e foi revista em 1918. As razões para tal retardo são tão numerosas quanto inconcludentes, se tomadas em isolado. Mesmo na Alemanha, a *Philosophische Kultur* demorou a lograr reedição; a terceira e então penúltima surgiu em 1923, e foram necessários exatos 60 anos para ressurgir uma quarta, fato cuja peculiaridade talvez revele o quão próximo e, a um só tempo, demasiado distante de nós Simmel se encontra enquanto crítico da cultura,

como nos lembra Habermas (2015: 253-274) em elucidativo posfácio a essa quarta aparição, intitulado “Simmel als Zeitdiagnostiker”, de 1983, mais tarde incluído em sua coletânea *Textos e contextos*.

Seria vão imaginar que se poderia aqui destacar tudo o que há de conspícuo e proveitoso nesse livro, em vista do espaço reduzido que na maior parte dos casos é destinado às resenhas – paciência, *Cultura filosófica* há de atrair glosas bem mais longas e propícias. Dada a variedade de assuntos nela tratados, os quais, uma vez reunidos, segundo advertência do próprio autor, nada dispõem em comum no tocante à matéria, à exceção do “impulso metafísico” que, por mais heterogêneo, arroja-se sobre cada um dos temas, encontro-me talvez em condições de comentar satisfatoriamente apenas a abordagem incomum (ou original, da cultura *sub specie ludi et philosophæ*) a que Simmel ali se propôs, bem como algumas razões possíveis de seu insucesso.

Sem recair no velho axioma da crítica literária sainte-beuviana, a saber, o da relação visceral entre autor e obra, para se compreender o descaso com a *Cultura filosófica* talvez seja o caso de não esquecer a natureza combinada de seu escritor, metade cidadão, metade ser campônio. Outro grande privilégio que coube a alguém nascido emblematicamente no cruzamento das ruas comerciais de maior afluência no recanto por excelência da modernidade – a capital prussiana, a cidade imperial de Berlim no segundo meado do século XIX –, e que só a contragosto, na última porção da vida, pôde respirar o ar mais puro da província: o seu espírito circunspecto, o olhar agudo, circunstanciado, atraído pelo miúdo e ordinário da existência (desde o “conforto proporcionado pelas nossas roupas velhas à grandeza esmagadora dos Alpes”; do “flerte da coquete” ao “formato da asa dos vasos japoneses”; da personalidade de Deus à “pátina que, com o tempo, recobre certos materiais, conferindo aparência peculiar a estátuas e edifícios”); puerilmente debruçado sobre naturezas-mortas, movido como que por uma inclinação algo bucólica, paciente, campestre, remansosa, incrivelmente excepcional em meio a uma sociedade cada vez mais urbana, acelerada, fugazmente dispersa, há muito desacostumada ao esforço refletido de toda contemplação, distraída por miríades de estímulos nervosos, cuja condição frenética, típica da vida mental metropolitana, ele próprio também cuidou de prever e matizar.

Simmel, em todo caso, não se limitou a representar os objetos em si, nada de seu aspecto primordialmente visível, habitual; pintava-os com grandes traços que, à guisa do *Cézanne* de Merleau-Ponty, dão antes a “fisionomia moral dos gestos”, daqueles gestos singulares, “crescendo cada vez mais no inconsciente”, que geram de si mesmos “o corpo que lhes pertence” – é o movimento que constrói seu

corpo, nas palavras do próprio Simmel, é a vida que constrói sua forma; pintava mais: o próprio ato de olhar, a vista lançada aos objetos, não estes como se deixam avistar. Logo, para se fazer justiça à comparação de Lukács (2018: 328), de que a situação histórica do filósofo berlinense poderia ser formulada nos seguintes termos: “ele foi um Monet da filosofia, a quem não se seguiu, até hoje, nenhum Cézanne”, é necessário corrigi-la pelo menos em parte: para além do prejuízo que a mera qualificação de “impressionista” parece provocar, com o emprego de múltiplas perspectivas, pinceladas analíticas, uma paleta de cores vívidas, Simmel foi, a bem da verdade, um Cézanne da filosofia, após o qual não sobreveio nenhum Picasso – e para cuja atitude e ressurgimento é preciso, sobretudo, ser genuinamente francês no gosto, à maneira de um Chardin, Proust, Rodin, Matisse. A meu sentir, não é talvez exagero supor que a cuidadosa tradução de *Cultura filosófica*¹ parece conceder ao leitor o vislumbre daquele estilo pictórico saudável e imaginativo, nada sobrecarregado – mas sinuoso –, tal como idealizado por um certo psicanalista suíço (Jung, 1999: 337), que dizia não o enxergar nos traços de um Nietzsche, por exemplo.

A propósito, a produção de Simmel, que resguarda afinidades temáticas e estruturais, não exatamente estilísticas, com a de Nietzsche, é fundamentalmente esparsa, multipontilhada e pouco sistemática, ou mesmo antissistemática. Inadvertida ou propositalmente, a *Cultura filosófica* assume uma feição compendiosa, constitui – ou serve como – uma espécie de síntese ou de introdução ao pensamento de seu autor. Os ensaios parecem aí em pares agrupados sob um mesmo tema – psicologia filosófica, filosofia dos sexos, estética, personalidades estéticas, filosofia da religião e, afinal, filosofia da cultura –, no total de sete, introdução inclusa, pois considerada um ensaio autônomo. Se permitido aqui o destaque de uma única seção, os ensaios intitulados “A personalidade de Deus” e “O problema da situação religiosa”, mesmo passados 100 anos, assomam, entre os demais, porventura dignos de ainda maior atenção. Neste último, a previsão de Simmel (p. 252-253) acerca de uma religiosidade futura, sem meios e mediações, sem “*constructos* transcendentais” e o relacionamento com estes, como que prepara, de certa forma, as contribuições de um Thomas Luckmann à sociologia da religião, sobretudo a concepção de que, na modernidade, diminuem paulatinamente tanto o significado da ordem social transcendental, como as respectivas transcendências primordiais, embora o próprio Luckmann repute extremamente improvável o completo desaparecimento do sagrado (cf., a propósito, Mata, 2014: 191-194) – à exceção da hipótese de uma transformação radical da constituição humana, ou seja, que esta se torne imperecível um dia, pois o homem ainda é um ser que morre e, pior, vê morrer o seu entorno. Para Hegel, físicos puros, genuínos, são de fato apenas os animais, que não filosofam; já o homem, enquanto ser pensante, seria um metafísico nato. Logo, do

1. Diligentemente acompanhada, aqui e ali, de notas relativas a impasses filológicos e problemas “técnicos”. Nada obstante, a meticulosidade de tal esforço destoa da ausência de glossário e índice remissivo em edições de obras do tipo, repleta de sintaxes e alusões a que Horst J. Helle (Simmel, 2013) julgando-as embaraçosas ao leitor contemporâneo, não titubeou ao dar-lhes nova formulação em tradução para o inglês. O tradutor, de todo modo, assumiu ainda a árdua tarefa de cascavilar citações expressas e referências implícitas de Simmel, com cujo ânimo Lênin enriquece sobremaneira a experiência (e a cultura) dos leitores.

ponto de vista puramente teológico, é uma nulidade a religião (cristã, islâmica etc.) não transcendental: não serve para o consolo, tampouco à salvação. Uma deidade além ou “entre físico e metafísico”, como lembra Christoph Türcke (1993: 30), “não foi descoberta em nenhum lugar, nem mesmo na *Bíblia*, onde Deus Pai ou é imaginado de modo ingênuo, a saber, antropomorficamente, ou é pensado rigorosamente [...] como o *metaphysicum* imaterial enquanto tal”: *tertium non datur* (p. 232). O que, de uma maneira decerto curiosa, justificaria o estranhamento da grã-duquesa de Baden a respeito de Simmel: ele lhe parecia pouco afeito às *Escrituras* (*Bibelglaubig*). Também nesse aspecto, a *Cultura filosófica* anteciparia a aparência de um “ateísmo gnóstico” que Jaspers vai divisar com alguma dificuldade no Heidegger (Heidegger & Jaspers, 1990) dos *Caminhos da Floresta*.

De resto, assim como a maior parte dos livros de Nietzsche, a *Cultura filosófica* de Simmel se depara, por sua vez, como uma miscelânea menor de reflexões e sentenças, não tão espalhadas, curtas ou incisivas quanto os aforismos pelos quais o primeiro passaria à posteridade. A obra de Nietzsche, que não conheceu reconhecimento em vida, é a segunda mais vendável em todo o mundo, atrás apenas dos manuscritos de Platão; e a lista de seus epígonos, incomensurável. Em contrapartida, o sociólogo finlandês Olli Pyyhtinen (2015: 15)² afirma, sem qualquer resignação, que “a história intelectual não conhece simmelianos”. A constatação é sobremaneira desconcertante. Tanto mais ao se ter notícia de que centenas de pessoas, não apenas jovens ou estudantes, acorriam semanalmente ao auditório da então chamada Friedrich-Wilhelms-Universität, em Berlim, para lá assistir as magníficas aulas por ele ministradas. “Eram momentos emocionantes. Não se podia fugir de modo algum do sortilégio”, na recordação de um nostálgico espectador; são inúmeros os depoimentos e testemunhos nesse sentido, acerca do poderio quase sobrenatural de sua atuação pedagógica sobre plateias apinhadas e aturcidas³ (cf. Waizbort, 2000: 50 e 571-588). Com Simmel, parecia entrar intempestivamente em cena, na ágora acadêmica, a encarnação milenar de um vulto transfigurado de filósofo clássico, como só houve igual na época trágica dos gregos. Essa afluência de ouvintes maravilhados não era, contudo, unânime e institucionalmente encarada com simpatia, como se pode adivinhar das desgostosas classes tradicionais. Embora o fenômeno em geral lhe parecesse inevitável, Max Weber, por exemplo, dizendo-se imbuído de experiência pessoal já bastante ampla e fundamental a reflexões ditas isentas de qualquer fantasia, desconfiava fortemente dos cursos procurados por massas enormes, as quais saíam à cata de professores quase sempre instigadas por razões em grande parte alheias à ciência em si, seja o temperamento do docente, a inflexão de sua voz, o assunto da vez etc. No âmbito da educação científica ministrada no ensino superior alemão, com respeito e máxima fidelidade à tradição, esse aspecto *popular* do conhecimento não poderia ser senão inconveniente, uma

2. Autor do expressivo *Simmel and “the social”* (2010), livro no qual consigna que a relevância atual de Simmel residiria precisamente em sua compreensão do “social” – o objeto por excelência da sociologia – em termos de processo e de relações.

3. Os encantamentos das lições de Simmel talvez só viessem a conhecer rivalidade algo equivalente, tempos depois, na ambiência de outra metrópole e vida do espírito, isto é, na Paris dos disputadíssimos seminários de Jacques Lacan – outro excomungado artífice do verbo –, encenados nos átrios da Normale Sup’ ao longo das décadas de 1950 e 1960.

vez que o trabalho de instrução constituía, a seu ver, não um mister *democrático*, não essa ordinária subordinação à “obsessão da sala cheia”, mas, antes, a genuína tarefa de uma aristocracia do espírito. Weber se empenhara – e se frustrara, muitas vezes –, todavia, em tentativas malsucedidas de arranjar um posto universitário condigno em Heidelberg ao seu “pranteado amigo Georg Simmel”, cuja morte precoce lamenta em *A política como vocação*. O estorvo ao seu ingresso efetivo na carreira acadêmica não se devia, claro, ao simples fato de se deparar como um *charmant* invulgar em meio a suspeitosos catedráticos e ortodoxos burocratas cristãos; Simmel era plenamente consciente disso: sua condição judaica, os hábitos, as posturas e os maneirismos especificamente judeus [*Ostjuden*], sua fisionomia mesma bastava para lhe inviabilizar a merecida consecução de uma cátedra na Prússia ou na Alemanha guilhermina, a despeito de seu prolífico rendimento intelectual ao longo de três décadas ininterruptas de magistério.

Simmel descendia em parte da tradição germânica do ensaio [*Versuch*], isto é, de tentativa, experimentação propriamente dita, aqui e ali animada por uma moral do trabalho para a qual, segundo Adorno, e como já disposto em “A coqueteria”, a “felicidade” puramente subjetiva do “jogo” – em que se pode contemplar proposições as mais inusitadas – seria indispensável. *Grosso modo*, na percepção de Waizbort (2000, p. 35-72), o leitor histórico do ensaio almeja instrução, *Bildung*: anseio de um público de elite, diletante ou “burguês”, como se costuma decretar em determinados círculos; e posto que a “cultura” é a clareira para a qual convergem todos os ensaios da *Cultura filosófica*, o *leitmotiv* de suas múltiplas reaparições ao longo da obra mesma, o ensaísmo de Simmel não teria como prosperar em meio ao ímpeto cientificista da sociologia, com a qual aparentemente nunca se deu bem, sobretudo se admitida, para agravar o quadro, a crônica obsolescência da noção oitocentista de *formação*.

No entanto, convém não perder de vista que, na fábula⁴ com a qual Simmel encerra a introdução de sua *Cultura filosófica*, os filhos do vinicultor só bem depois se dão conta de que o pai, em seu leito de morte, ao revelar a existência de um tesouro escondido em algum lugar da vinha, legava-lhes não uma relíquia propriamente dita, mas uma experiência rica, que apenas a escavação extenuante e contínua haveria de consumir – com a abundância inesperada das parreiras na próxima estação. No espírito do mesmo ensinamento, a tradução da *Philosophische Kultur* vem se somar ao legado de uma farta experiência intelectual cujo interesse Leopoldo Waizbort tem o condão de conformar e transmitir aos pesquisadores – ou agricultores? – que soube, ao longo dos anos, congregar de maneira hábil e contingente em seu torrão, empenhados no esforço acadêmico de sério cultivo de um Adorno, Auerbach, Benjamin, Curtius, Dilthey, Elias, Groethuysen, Jaffé, Kracauer, Luhmann,

4. Retomada e desenvolvida por W. Benjamin (1986: 195-198) no ensaio “Experiência e pobreza”.

5. É digno de nota que uma fração dos melhores ensaios da *Crítica filosófica* já se encontrava na coletânea *Simmel e a modernidade*, organizada por Jessé de Souza (2014), quando ainda dedicado a cultivar obras (a serem) longamente maturadas, sem a atual preocupação imediata com as safras.

Simmel, Sombart, Stichweh, Warburg, Weber (um crescendo coincidente e admirável) e de tantos outros férteis grãos germânicos semeados no terreno ainda excessivamente gálico da sociologia brasileira. E o que é essa tradução, senão o fruto mesmo dessa cultura animosa, inclusiva, longânime, profícua?⁵ E qual seria o seu valor, se tal cultura não nos fosse vinculada pelo aprendizado, quando a própria sociologia de Simmel não é apenas um “experimento”, como Lukács (2018: 331) atesta, mas também uma experiência, na acepção benjaminiana? O título da obra parece indicar essa sua natureza: cultura também entendida como cultivo e plantio, colheita e sação; um quê ainda de orgânico e artesanal.

Pontuei no início que são conhecidas as comparações a que as vicissitudes da vida e da obra de Simmel parecem voluntariamente dar ensejo. Sem embargo das demais benesses que traz de chofre ao domínio sociológico em língua portuguesa, a edição da *Cultura filosófica* não constitui apenas um convite honesto para que Simmel adentre, afinal, livre e confortavelmente a sala de estar da sociologia, mas, acima de tudo, um reconhecimento oficial – ainda na verve da psicanálise – de que ele é, de fato, senhor em sua segunda casa. Que pode muito bem ser um chalé avarandado nas montanhas. Com jardins, lareira. E a quietude sugestiva de um pequeno ateliê.

Referências

BENJAMIN, Walter. *Documentos de cultura, documentos de barbárie: escritos escolhidos* (seleção e apresentação Willi Bolle). São Paulo: Cultrix; Editora USP, 1986 [1933].

HABERMAS, Jürgen. *Textos e contextos*. São Paulo: Editora Unesp, 2015 [1991].

HEIDEGGER, Martin; JASPERS, Karl. *Briefwechsel: 1920-1963* (hg. von Walter Biemel und Hans Saner). Frankfurt am Main, DE: Vittorio Klostermann, 1990.

JUNG, Carl Gustav. *Cartas: 1906-1945*, v. I. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999 [1943].

LUKÁCS, György. Georg Simmel. *Dissonância: Revista de Teoria Crítica*, v. 2, n. 2, p. 325-333, Segundo Semestre 2018 [1918].

MATA, Sérgio da. O escândalo da religião à luz da protossociologia de Thomas Luckmann. *Sæculum*, v. 30, p. 191-204, João Pessoa, Jan.-Jun. 2014.

PYYHTINEN, Olli. *Simmel and “the social”*. London: Pallgrave Macm, 2010.

SIMMEL, Georg. *Essays on religion* (editing and translante by Horst Jürgen Helle). New Haven, CT: Yale University Press, 2013.

SOUZA, Jessé de; ÖELZE, Berthold (Orgs.). *Simmel e a modernidade*, 2. ed. revista. Brasília: Editora UnB, 2014.

TÜRCKE, Christoph. *O louco Nietzsche e a mania de razão*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

WAIZBORT, Leopoldo. *As aventuras de Simmel*. São Paulo: Editora 34, 2000.

_____. Simmel hoje: entrevista com Olli Pyyhtinen. *Sociologia & Antropologia*, v. 5, n. 1, p. 11-30, Rio de Janeiro, Abr. 2015.



Resumos

Aonde os afetos nos levam: leituras do mal-estar de Foucault, do desassossego de Pessoa e do tédio de Ozu

Carolina Rodrigues Freitas e Silva

Orientador: Prof. Dr. Edson Farias

Curso: Doutorado em Sociologia

Data da defesa: 04.06.2021

Este trabalho mobiliza o conceito de *episteme*, de Michel Foucault (1999), para formular a hipótese de uma *episteme* do afeto. A partir dessa hipótese, procura-se, no primeiro capítulo, desenhar um esquema analítico sustentado especialmente nas reflexões de Baruch Spinoza (2009) sobre o afeto e nos seus desdobramentos na teoria contemporânea. Os afetos são feixes que se expõem nas análises. No primeiro capítulo, ensaia-se a análise dos afetos a partir da leitura de *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas* (1966), de Foucault. Esse modo de análise é retomado nos capítulos seguintes, quando se desce aos detalhes e especificidades dos objetos empíricos em análise. No segundo capítulo, analisa-se o *Livro do desassossego* (1982), de Fernando Pessoa; e, no terceiro, filmes de Yasujiro Ozu, especialmente os do pós-guerra. Procura-se defender a tese de que a perspectiva afetiva nos coloca em uma posição privilegiada para uma releitura original e criativa de textos e imagens já bastante lidos e vistos, como as que tomamos como objetos de análise neste trabalho. O interesse pelos afetos nos leva a reler esses textos e imagens de outro modo. Essa releitura não é uma busca por desvendar o que está oculto ou na sua origem ou ainda para além desses textos e imagens. Os afetos são artefatos analíticos que nos possibilitam perceber o minúsculo, o sutil, o despercebido. Eles nos habilitam a perceber as microfísicas que animam esses textos e imagens. Adotar a perspectiva afetiva é ser contemporâneo, nos termos que define Giorgio Agamben (2009: 60). É “olhar para o que se tem diante dos olhos e ver mais do que é dado a ver”. No esforço de leituras originais e criativas das obras citadas, mobiliza-se uma vasta bibliografia, convocando autores ligados à filosofia, à sociologia, aos estudos da literatura, do cinema e dos afetos. Nesse arcabouço, destacam-se as reflexões de Charles Baudelaire (2015; 1996), Walter Benjamin (1969; 1987; 2017; 2009), Georg Simmel (1973; 2006), Roland Barthes (1984; 2004) e Immanuel Kant (2016) sobre a sensibilidade moderna,

as de Agamben (2009) e Michel Maffesoli (1998; 2006) sobre a sensibilidade contemporânea, as de Terry Eagleton (2005) e Gyorgy Lukács (1968) sobre a literatura; as de Gilles Deleuze (1985; 2013) e Serguei Eisenstein (2002) sobre o cinema e as de Spinoza (2009), Deleuze e Félix Guattari (2007), Brian Massumi (2002) e Eugenie Brinkema (2014) sobre os afetos. Baseada nesses e em outros autores, a tese, em três movimentos, atravessa *As palavras e as coisas*, o *Livro do desassossego* e filmes de Ozu, para, nesta travessia, encontrar o mal-estar de Foucault, o desassossego de Pessoa e o tédio de Ozu, afetos que nos levam ao outro lado do pensamento ou ao que Foucault (1999) chamou de o impensado.

Palavras-chave: Afeto. Literatura. Cinema. Modernidade. Contemporâneo.

Manifestações urbanas do conflito armado interno colombiano: o caso do assentamento informal de Moravia na cidade de Medellín

Alejandra Zapata Guerra

Orientador: Prof. Dr. Arthur Trindade Maranhão Costa

Curso: Doutorado em Sociologia

Data da Defesa: 07.06.2021

Na Colômbia, quando falamos do conflito armado interno, é comumente atribuída uma delimitação física e espacial concentrada no interior dos seus campos ou nas zonas rurais próximas deles, onde de fato foram efetivadas e detonadas a maioria das modalidades violentas que este conflito registra, em mais de meio século de história. Mas este conflito não limita as suas manifestações àqueles lugares, ele também estende as suas dimensões longe das regiões da perpetuação dos atos criminais primários. Dentro delas, uma dimensão pouco explorada, na sua longa trajetória, são as suas expressões e manifestações nos contextos urbanos. Duas são especialmente relevantes para esta tese; em primeiro lugar estão as redefinições das lógicas e dinâmicas sociais e urbanas dadas pelos intensos fluxos migratórios de pessoas que saíram deslocadas forçosamente pela violência no interior dos campos e que chegaram massivamente à cidade. Esta modalidade violenta é a que maior número de vítimas não letais anotou no marco deste conflito, afetando a mais do que 16% do total da população nacional. Em segundo lugar estão as extensões dessas modalidades violentas reinantes nos campos, com novos enclaves nos contextos urbanos, surgidos a partir da expansão das forças armadas ilegais consolidadas nos campos ou pelo reagrupamento de antigos membros de grupos armados, agora em cenários urbanos. Assim, esta tese trata, de um modo específico, da relação que existe entre o conflito armado interno colombiano e as cidades contemporâneas colombianas. De modo pontual, a cidade de Medellín, como complexo urbano integrador do fenômeno e dentro deste centro urbano, o assentamento informal de Moravia. Assentamento que representa um caso paradigmático dentro da urbanização mundial contemporânea, por estar consolidado a partir do lixo a céu aberto da cidade, em uma centralidade urbana, construído

em grande medida por migrantes deslocados pela violência e por ter integrado e replicado no seu interior muitas manifestações violentas de domínio e controle social e territorial, imperantes no interior dos campos colombianos. A definição do argumento central desta tese é estabelecida a partir da exploração nas experiências de vida e as narrativas dos habitantes em Moravia, destacando dentre elas três, por sua riqueza em vínculos com o conflito e seus efeitos prolongados, tanto em sua forma rural, quanto urbana.

Palavras-chave: Conflito armado interno colombiano. Deslocamento forçado. Moravia.

“Re-parir-se”:
sujeito político, engajamento
e trajetórias militantes no movimento
de humanização do parto e
do nascimento no Brasil

Luciana Nunes Fonseca

Orientadora: Profa. Dra. Christiane Girard Ferreira Nunes

Curso: Doutorado em Sociologia

Data da Defesa: 09.11.2020

Esta pesquisa tem como objetivo compreender o processo pelo qual ocorreu o engajamento militante no movimento de humanização do parto e do nascimento no Brasil, enfocando nas trajetórias de atoras que impactaram na formulação e execução de políticas públicas. O problema da pesquisa é retratado na seguinte questão: “Como se deram os processos e sentidos do engajamento militante no movimento pela humanização do parto e do nascimento no Brasil, sobretudo de mulheres que se tornaram formuladoras ou executoras de políticas públicas de atenção ao parto e nascimento a partir de 2011?” O estudo busca contribuir com um retrato mais qualitativo da realidade, embora aportes quantitativos e estatísticos tenham sido necessários e utilizados na construção do pano de fundo da pesquisa. Há uma preocupação com a compreensão de significados, expressões coletivas e individuais, valores, motivos, aspirações, desejos e atitudes, correspondendo a um espaço mais aprofundado das relações humanas e dos fenômenos. Como procedimentos de coleta foram utilizados, principalmente, entrevistas em profundidade com atoras do movimento, totalizando seis entrevistas, que ocorreram a partir da abordagem da sociologia clínica. Os procedimentos de análise levaram em conta os dados objetivos e subjetivos em relação dialética. Um dos resultados da pesquisa aponta que foram as articulações entre os processos sociais e psíquicos que contribuíram para o engajamento militante. Na sequência, aponta-se que foram as configurações dos conflitos psicossociais que desafiaram e confrontaram as participantes desta pesquisa, em suas dinâmicas de promoção e regressão sociais proporcionadas pela militância. Além disso, ficou evidente que a militância proporcionou a construção identitária entre profissionais de saúde dissidentes e a

ressignificação da experiência de insulamento vivenciada por várias delas. Por último, aponta-se que foi por meio do discurso do parto humanizado que as mulheres foram lutando por reconhecimento, autonomia e singularidade. Esse modo de fazer política está alinhado à proposição de recusa a uma identidade única e determinada (a mulher no singular).

Palavras-chave: Movimentos sociais. Engajamento. Humanização do parto.

O direito à cidade para o exercício da sexualidade de mulheres lésbicas: uma questão de direitos humanos

Rebecca Christina Rodrigues Religare Juvencio de Oliveira

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Dimitrov

Curso: Mestrado em Sociologia

Data de Defesa: 12.03.2020.

Este trabalho objetiva mostrar como se dão as experiências de segredo e armário dentro das vidas de mulheres homoafetivas em seu direito de se relacionar afetivo-sexualmente em espaços de convivência. Para isso, utilizo-me de uma postura mais próxima ao tema e a partir da minha pertença social, para acessar nuances subjetivas destas sujeitas. Atribuí importância ao histórico de cada uma desde os espaços familiares, as crenças religiosas, as iniciações sexuais até chegar ao ambiente de trabalho. Tendo como base relatos, pretendo esmiuçar as estratégias implicadas na busca por um lugar seguro para se relacionar, bem como retratar como as categorias *segredo* e *armário* perpassam suas rotinas e delineiam as submissões, os estereótipos e, por fim, suas formas de lidar com o preconceito frente à violência. Estabeleci como objetivos dissertativos compreender como as epistemologias feministas, do feminismo negro e *queer* descrevem a relação entre espaço, manifestações de afeto e presença dos corpos de mulheres não heterocisnormativas; bem como compreender como as manifestações de afeto por parte de jovens mulheres não heterocisnormativas ocorrem em relação ao espaço e como esta relação está marcada por formas de violência e de resistências, e ainda, em que medida estão condicionadas por opressões interseccionais de raça e classe. Neste percurso, coloco em evidência as entrevistas, não em função de querer traçar um perfil das mulheres homoafetivas em Brasília, mas na intenção de propor um panorama comportamental dessas mulheres que, por vezes, têm vivências tão similares às outras; a amostra da pesquisa tem o caráter de indicador de traços, usos e condutas. Para obter tais amostras, entrevistei quatro mulheres na intenção de analisar as peculiaridades e, também, as decorrências de suas práticas afetivas em Brasília. Como conclusões pontuo que é necessário, refletir sobre os arranjos familiares não heterocisnormativos, especialmente atentando-se às estratégias im-

positivas da estrutura monolítica-opressiva na qual se produz relações de violência contra pessoas lésbicas, bem como analisar como isso impacta na constituição de trajetórias pessoais e de famílias lésbicas.

Palavras-chave: Segredo. *Armário*. Lésbicas. Espaço seguro. Violência.

Em busca do outro masculino. Grupos de homens no Distrito Federal

Alberto Luis Araújo Silva Filho

Orientadora: Profa. Dra. Tânia Mara Campos de Almeida

Curso: Mestrado em Sociologia

Data da Defesa: 31.05.2020

A presente dissertação tem como intuito investigar os grupos de homens espontaneamente formados como críticos do machismo e existentes no Distrito Federal, analisando de que maneira se aproximam de abordagens feministas ou pró-equidade de gênero, bem como enfatizando a maneira pela qual estas são ou não afins aos seus objetivos de atuação. Destarte, a pesquisa visou identificar se os organizadores dos grupos de homens têm conhecimento de perspectivas feministas, quais seriam e se estas aplicam ao contexto das ações dos grupos, além de investigar quais as dinâmicas de interação presentes nos grupos virtuais dessas coletividades, ressaltando de que forma se dão as interações sociais nesses espaços e quais os conteúdos prevaletentes. Para cumprir com essa finalidade, valeu-se de três passos metodológicos: as entrevistas com os coordenadores ou representantes dos grupos masculinos; a observação direta dos grupos de Whatsapp relacionados às iniciativas durante os meses de julho e outubro de 2020; e a aplicação de um questionário a fim de conhecer o perfil sociológico dos participantes destes grupos. Foram utilizados, no referencial teórico, estudos sobre masculinidades, estudos feministas e sobre sexualidade, além de literatura auxiliar, referente a pesquisas realizadas na esfera digital. Como conclusão, foi possível identificar que, embora os homens entrevistados e observados não tenham uma postura unívoca a respeito dos feminismos, estejam mais voltados para uma essência do masculino e às suas questões pessoais, especialmente a relação com seus próprios pais. Nesse movimento de revisão do machismo, é perceptível a emergência de temas e posicionamentos – inclusive a respeito dos movimentos feministas – que contradizem o modelo de masculinidade dominante sem, necessariamente, alterar estruturas sociais profundas da sociedade e da subjetividade.

Palavras-chave: Masculinidades. Feminismos. Gênero. Grupos de Homens.

O trabalho de cuidados paliativos: uma sócio-história a partir de Cicely Saunders e Elisabeth Kübler-Ross

Ângelo Moreira Miranda

Orientadora: Profa. Dra. Christiane Girard Ferreira Nunes

Curso: Mestrado em Sociologia

Data da Defesa: 18.06.2020

A dissertação apresenta uma pesquisa sobre a transformação no cuidado de pacientes terminais a partir da segunda metade do século XX. Mais especificamente, analisamos dois trabalhos de cuidado para pessoas em situação terminal que surgiram nesse período, propondo a aceitação do morrer como melhor forma para viver dignamente até a morte, além de criticar o descuido hospitalar com pacientes nesse estado. Os trabalhos foram desenvolvidos por Cicely Saunders e Elisabeth Kübler-Ross, duas médicas que trabalharam na Inglaterra e nos Estados Unidos, respectivamente. Vários aspectos de seus trabalhos foram reunidos depois com a organização da especialidade de cuidados paliativos. O objetivo da dissertação é analisar a constituição desses novos trabalhos, interpretando suas metodologias de cuidado e suas heranças históricas. Foi escolhida a abordagem biográfica para ser o fio condutor da análise. A partir das biografias é realizada uma costura entre a trajetória individual dessas mulheres pioneiras e da trajetória social do período de surgimento de seus trabalhos. Essa costura é realizada com a abordagem metodológica proveniente do campo da sociologia clínica. Ao observar as biografias das duas mulheres e a trajetória social na Europa e nos Estados Unidos a partir da Segunda Guerra Mundial foi possível identificar características principais desse novo trabalho de cuidado para pacientes terminais. Ressaltamos a formação profissional de Cicely Saunders e Elisabeth Kübler-Ross no período de constituição de Estados de bem-estar social e de sociedades salariais na Europa. Visto isso, percebe-se como os trabalhos das duas pioneiras dos cuidados paliativos apresentavam concepções ligadas a esse contexto histórico de proteção social, como a noção de importância da vida de cada paciente, independentemente de sua situação de saúde ou condição social.

Palavras-chave: Cuidados paliativos. Trabalho de cuidado. Cicely Saunders. Elisabeth Kübler-Ross. Sociologia clínica.

Normas

Escopo e política

A *Revista Sociedade e Estado* publica trabalhos, sempre originais, grande parte inéditos e de importância em sociologia e áreas conexas, que visem contribuir teórica, metodológica e empiricamente para estas áreas do conhecimento. *Sociedade e Estado* aceita submissões em português, espanhol, francês, inglês e outro idioma a critério da Equipe Editorial, que poderão ser publicados em sua língua original. As seguintes categorias de trabalho podem ser publicadas como artigos avulsos, em seções específicas ou dossiês temáticos (para estes há regras específicas):

1. Estudos teóricos: análises e discussões conceituais que contribuam para a compreensão dos modelos teóricos existentes e suscitem elaborações de hipóteses para futuras pesquisas.
2. Notas técnicas: relatos e descrições de instrumentos e técnicas originais de pesquisa.
3. Revisões críticas da bibliografia relativa a assuntos de interesse para o desenvolvimento das ciências sociais, ênfase em sociologia.
4. Relatos de pesquisa: investigações baseadas em dados empíricos, utilizando metodologia científica.
5. Estudos de natureza metodológica: investigações acerca de procedimentos de pesquisa e análise de dados.
6. Resenhas.
7. Traduções (apenas em algumas plataformas da Revista).
8. Notícias e homenagens (apenas em algumas plataformas da *Revista*).

Será atribuído a cada artigo publicado um identificador DOI (Digital Object Identifier).

I. Apreciação pela equipe editorial

1. A *Sociedade e Estado* publica artigos de doutor/a(es/as) e/ou doutorando/a(s). Casos diversos serão excepcionais e avaliados individualmente.
2. As submissões são realizadas apenas pelo site da *Sociedade e Estado*.

3. Os trabalhos enviados serão apreciados pela Equipe Editorial da *Revista* que fará a primeira triagem. Aqueles aceitos seguirão para a avaliação de, pelo menos, dois especialistas no tema que não possuam conflitos de interesse com o artigo. Estes emitirão pareceres sem conhecimento de sua autoria (avaliação duplo-cego) e permanecerão anônimos ao/à(s) autor/à(es/as).

4. É facultada ao/à(s) autor/a(es/s) a submissão em conformidade com a *Ciência Aberta*, exceto para artigos que comporão dossiês. Para tanto, deve/m preencher o formulário específico no site da *Revista* no ato do envio do manuscrito, bem como realizar/em seu depósito no servidor Open Preprint System (OPS) logo após à aceitação do artigo pela Equipe Editorial. Nesse caso, a modalidade da avaliação será por pares aberta.

5. Não são aceitos artigos que evidenciem plágio ou mais de 20% de autoplágio, sendo esses devidamente referenciados ao trabalho original. A *Revista* utiliza métodos de detecção de plágio por meio de softwares e pesquisa. Questões de natureza ética e boas práticas acadêmicas devem ser observadas pelos/as autores/as, como explicitar as fontes de financiamento e a aprovação por comitês de ética das pesquisas geradoras dos artigos, quando for o caso. Declaração a este respeito é solicitada a autor/a(es/as) no ato da submissão.

6. As informações, descrições, análises e demais conteúdos dos artigos são de responsabilidade dos/as autores/as.

7. Os/As autores/as serão notificados/as da aprovação ou recusa final de seus artigos. Autores/as que participaram da *Revista* deverão observar o prazo de 1 ano e 6 meses entre a data da publicação do artigo e a nova submissão.

8. Eventuais sugestões ou indicações de modificação de estrutura e/ou conteúdo que se façam necessárias serão notificadas ao/à autor/a, que se encarregará de fazê-las no prazo máximo de um mês. Caso tais modificações não sejam realizadas a contento, o artigo não estará aprovado.

9. Não serão permitidos acréscimos ou modificações depois que os textos tiverem sido submetidos à *Revista*.

10. Os trabalhos devem ser apresentados dentro do padrão culto do idioma nacional ou estrangeiro, podendo ser solicitado ao/à autor/a sua revisão por parte de profissional especializado/a.

II. Forma de apresentação dos originais

1. O artigo completo (com resumo, referências e, quando houver, gráficos e tabelas) deverá ser digitado em Word (fonte TIMES NEW ROMAN, corpo 12), contendo no máximo 30 páginas, em espaço duplo, numeradas consecutivamente;
2. Na primeira página do original, deverão ser indicados o título do artigo (e subtítulo, se houver).
3. No caso de submissão apenas pelo site da *Revista* (não pelo sistema preprint), todas as informações e citações que podem identificar a autoria do manuscrito devem ser retiradas sem prejuízo ao conteúdo ou, nos respectivos lugares, deve ser indicada a palavra “autor/a” (a exemplo de referências bibliográficas), uma vez que a avaliação será duplo-cego. Medidas para evitar conflitos de interesse e preservar a satisfatória condução dos procedimentos editoriais devem ser informadas pelo/a(s) autor/a(s) à Equipe Editorial no ato da submissão.
4. Os artigos deverão vir acompanhados de um resumo em português de até 150 palavras, com tradução em inglês (*abstract*), que sintetize o(s) objetivo(s), métodos e principais conclusões. Também deverão trazer cinco palavras-chave em português e inglês (*keywords*), bem como o título em inglês. Artigos em outros idiomas devem incluir esses mesmos elementos em português, inglês e na língua escolhida.
5. As resenhas deverão vir com, no máximo, oito páginas em espaçamento duplo. São aceitas à submissão resenhas de obras nacionais publicadas nos últimos dois anos e de obras estrangeiras nos últimos cinco anos. As resenhas serão apresentadas com título próprio, seguido da referência completa do livro resenhado.
6. As notas, que devem ser de natureza substantiva (não bibliográfica) e reduzidas ao mínimo necessário, não ultrapassando oito linhas. As menções a autores/as no correr do texto devem subordinar-se à forma (autor/a, data, página).
7. As citações textuais aparecerão “entre aspas” no corpo do texto, quando inferiores a quatro linhas, e em novo parágrafo, com recuo, corpo 10, quando com quatro linhas ou mais. Citações devem ser traduzidas à língua de redação do artigo, seguidas normas da ABNT.

8. As figuras e desenhos deverão ser confeccionados eletronicamente e enviados em arquivos separados com indicação do programa utilizado para a sua elaboração.

9. As tabelas e gráficos deverão ser numerados (acompanhando a sequência em que são citados no texto) e confeccionados em Excel ou no próprio Word. Eles deverão ser enviados separados do arquivo de texto.

10. A bibliografia será apresentada ao final do texto, em ordem alfabética pelo último sobrenome do autor, de acordo com as normas usuais da ABNT. Exemplos:

□ Em caso de livro:

BHAMBRA, Gurinder. *Connected sociologies*. London: Bloombury, 2014.

□ Em caso de artigo:

SORJ, Bila. Sociologia e trabalho: mutações, encontros e desencontros. *Rev. bras. Ci. Soc.*, v. 15, n. 43, p. 25-34, Jun. 2000.

□ Em caso de coletânea:

TOLEDO, Maria Rita de Almeida. A Companhia Editora Nacional e a política de editar coleções. In: BRAGANÇA, Aníbal; ABREU, Márcia (Orgs.). *Impresso no Brasil. Dois séculos de livros brasileiros*. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

□ Em caso de teses:

SANTOS, Mariza Veloso Motta. *Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: o mapeamento de uma formação discursiva*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, 1991.

A responsabilidade da matéria publicada pela *Revista* é exclusiva do/a autor/a, não expressando opinião da Equipe Editorial, do Comitê Editorial ou do Conselho Editorial da *Revista*.

III. Envio de manuscritos

Os artigos deverão ser submetidos por meio do link: <<http://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/about/submissions>>. A *Revista* não requer taxas de submissão de artigos e de avaliação, bem como não há taxas de acesso aos artigos publicados.

IV. Regras para propostas de dossiês à *Sociedade e Estado*

1. *Sociedade e Estado* intercalará dossiês com números de fluxos contínuos.
2. O dossiê terá entre cinco e sete artigos, seguindo as especificações gerais de publicação da *Sociedade e Estado* aos/às autores/as.
3. As propostas de dossiê serão recebidas por livre demanda pela Equipe Editorial, que avaliará sua pertinência à *Revista*.
4. Cada proposta deve conter sucinta discussão teórica do tema do dossiê, currículo do(a/s) proponente(s), resumo e *abstract* de cada artigo, bem como breve currículo de seus/suas autores/as. O(A/s) responsável(is) pelo dossiê deve(m) ser doutor(a/s) e possuírem reconhecida atuação acadêmica na área das ciências sociais, com ênfase em sociologia.
5. Dentre o conjunto de artigos, pelo menos dois deles devem ser em língua inglesa e duas/dois autoras/es com vinculação a instituições estrangeiras. O(A/s) responsável(is) pelo dossiê poderá/ão assinar apenas um artigo, preferencialmente em coautoria. A apresentação do dossiê ficará a cargo dele(a/s), devendo ser breve (de 8 a 10 páginas com referências), ater-se à importância do dossiê e dos artigos que o compõem. Essa apresentação não está incluída no número de artigos do dossiê.
6. Se aceita a proposta, o prazo de envio dos artigos completos será definido pela *Sociedade e Estado*, que, ao recebê-los do(a/s) responsável(is) via secretaria da *Revista*, encaminhará para avaliação por pares duplo-cego. Possíveis pareceristas para os artigos poderão ser sugeridos/as à Equipe Editorial, mediante compromisso de sigilo sobre a autoria dos artigos por parte dos responsáveis pelo dossiê.
7. Revisões especializadas dos artigos em língua inglesa ou em outras línguas estrangeiras poderão ser solicitadas ao/à(s) responsável(is) pelo dossiê.

